



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

MONIQUE SILVA COSTA

**O PADRÃO DEPENDENTE DE DESENVOLVIMENTO DA
ECONOMIA LATINO-AMERICANA:
IMPLICAÇÕES NO COMPORTAMENTO DAS CONTAS DE SERVIÇOS
DE BRASIL, CHILE E ARGENTINA.**

Salvador
2019

MONIQUE SILVA COSTA

**O PADRÃO DEPENDENTE DE DESENVOLVIMENTO DA
ECONOMIA LATINO-AMERICANA:
IMPLICAÇÕES NO COMPORTAMENTO DAS CONTAS DE SERVIÇOS
DE BRASIL, CHILE E ARGENTINA.**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro

Salvador
2019

Escola de Administração - UFBA

C837 Costa, Monique Silva.

O padrão dependente de desenvolvimento da economia latino-americana: implicações no comportamento das contas de serviços de Brasil, Chile e Argentina / Monique Silva Costa. – 2019.
221 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro.
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2019.

1. América Latina – Condições econômicas. 2. Tecnologia e desenvolvimento econômico – América Latina. 3. Estudo comparado. 4. Brasil – Condições econômicas - Dependência. 5. Chile – Condições econômicas - Dependência. 6. Argentina – Condições econômicas - Dependência. 7. América Latina - Política econômica. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 338.98

MONIQUE SILVA COSTA

**O PADRÃO DEPENDENTE DE DESENVOLVIMENTO DA
ECONOMIA LATINO-AMERICANA:
IMPLICAÇÕES NO COMPORTAMENTO DAS CONTAS DE SERVIÇOS
DE BRASIL, CHILE E ARGENTINA.**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Administração.

Aprovada em 5 de julho de 2019.

Maria Teresa Franco Ribeiro – Orientadora _____
Pós-doutora pelo IHEAL (Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine),
Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França, com o projeto “Desenvolvimento
e interdisciplinaridade: explorando a interface entre a economia e a geografia”.
Universidade Federal da Bahia

Daniel Lemos Jeziorny _____
Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais,
Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Luiz Antonio Mattos Filgueiras _____
Pós-doutor em Economia pela Université Paris 13, Paris Nord, França.
Universidade Federal da Bahia

Niemeyer Almeida Filho _____
Pós-Doutor pela Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São
Paulo, Departamento de Economia, São Paulo, Brasil.
Universidade Federal de Uberlândia

Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto _____
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense, Rio de
Janeiro, Brasil.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

A Deus e ao universo, por ter o privilégio de percorrer o caminho que escolhi e que acredito fazer parte da minha missão nessa vida: a educação.

À minha orientadora, Prof.^a Maria Teresa, pela disponibilidade, paciência, confiança, chamadas ao desafio sempre que necessário e acolhimento. Muita admiração, respeito, gratidão e a certeza da construção de uma relação valiosa para a vida.

À minha mãe Ivanilde, por toda dedicação e amor de uma vida inteira.

Ao meu companheiro de vida, Gustavo, por compreender minhas ausências e alterações de humor, por todo o apoio, paciência, cuidado e principalmente por todo o amor dedicado. Também agradeço de coração à sua família, que se tornou uma extensão da minha.

À minha grande família, em especial à minha avó Nair, matriarca sinônimo de força, ao meu irmão Adriano, com quem dividi a infância e às minhas inspirações em docência Tia Noélia e meu primo José Walter.

Aos meus amigos, poucos e bons, que tanto ajudam a tornar a vida mais leve.

Às minhas crianças Enzo, Rafa, Isa e minhas adolescentes Lulu e Lala, meus amores, esperança de um futuro bom.

Aos membros da banca, prof. Luiz Antônio Filgueiras, prof.^a Monica Bruckmann, prof. Niemeyer Almeida Filho e prof. Daniel Jeziorny, pela disponibilidade de participarem desse momento e me darem a honra de contar com suas contribuições.

Aos meus colegas de turma de mestrado 2013.1 e doutorado 2015.1 do NPGA, pessoas tão queridas com quem tive o prazer de compartilhar momentos tão importantes dessa jornada.

Aos professores e funcionários do NPGA, por toda a troca de conhecimento ensejada e apoio prestado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio financeiro para a realização do curso.

A todos aqueles que de alguma forma me inspiraram e que direta ou indiretamente me ajudaram a desbravar o caminho para o autoconhecimento, essencial para que eu chegasse até aqui.

*Coração de estudante
Há que se cuidar da vida
Há que se cuidar do mundo
Tomar conta da amizade
Alegria e muito sonho
Espalhados no caminho
Verdes, planta e sentimento
Folhas, coração
Juventude e fé*

(Milton Silva Campos Do Nascimento e Wagner Tiso Veiga)

COSTA, Monique Silva. O Padrão dependente de desenvolvimento da economia latino-americana: implicações no comportamento das contas de serviços de Brasil, Chile e Argentina. 221 f. il. 2019. Tese (Doutorado) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

O estudo da trajetória histórica latino-americana suscita a reflexão sobre as razões que levaram essa região – considerada como a primeira entidade ou identidade histórica no atual sistema-mundo colonial/moderno – a apresentar um caráter atrasado e dependente em relação aos países do centro, aos quais promove o poder com base na superexploração do trabalho, transferência de mais-valia e relações de troca desiguais. Nesse contexto, baseado numa abordagem histórico-dialética, o presente estudo buscou compreender as implicações do padrão dependente de desenvolvimento da economia latino-americana e do modo de inserção internacional desta região no comportamento das contas de serviços de Brasil, Chile e Argentina. Por meio de uma reflexão crítica que conecta esse fenômeno com as circunstâncias materiais preponderantes para a formação dessa condição de dependência, foi possível perceber que o caráter dependente desses países fica ainda mais difícil de ser rompido a partir da intensificação do processo de globalização, da emergência de um novo sistema político-institucional e cultural da civilização do capital, bem como da implementação de políticas neoliberais, que só acirraram essa dependência. Todas essas transformações não apenas se refletem no comportamento das contas de serviços de Brasil, Chile e Argentina, como causam um desequilíbrio nas demais contas externas e compromete o enfrentamento das consequências do padrão dependente de desenvolvimento na economia desses países.

Palavras-chave: América Latina, padrão dependente de desenvolvimento, dependência tecnológica, conta de serviços.

COSTA, Monique Silva. The dependent development pattern of the Latin American economy: implications in the behavior of the services accounts of Brazil, Chile and Argentina. 221 f. il. 2019. Tese (Doutorado) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

ABSTRACT

The study of the Latin American historical trajectory raises the reflection on the reasons that led the region – considered as the first historical entity or identity in the present colonial / modern world system – to be lagging and dependent in relation to central economies, for which it promotes power on the basis of overexploitation of labor, transfer of surplus value and unequal exchange ratios. In this context, based on a historical-dialectic approach, this study seeks to understand the implications of the dependent development pattern of the Latin American economy and the international insertion mode of this region in the behavior of the services accounts of Brazil, Chile and Argentina. Through a critical reflection that connects this phenomenon with the preponderant material circumstances for the formation of this condition of dependence, it was possible to perceive that the dependent character of these countries gets even more difficult to be overcome when the intensification of the globalization process begins, a new political-institutional and cultural system of the capital civilization emerges and the implementation of neoliberal policies, which only intensified this dependence, starts. All these transformations are not only reflected in the behavior of the services accounts of Brazil, Chile and Argentina, as it also causes an imbalance in other external accounts and impairs the process of overcoming the consequences related to the dependent development pattern in the economies of these countries.

Keywords: Latin America, dependent development pattern, technological dependence, service account.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Economias por tamanho do fluxo de comércio internacional de serviços comerciais (US\$ bilhões) _____	16
Figura 2 - Porcentagens de gastos totais em P&D realizados pelas empresas e pelos governos de países selecionados _____	161
Figura 3 - Estrutura do Balanço de Pagamentos _____	165

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - América do Sul - PIB – 2017 (câmbio corrente em US\$ bilhões) _____	17
Gráfico 2 - Brasil - Participação (em %) no produto interno bruto por tipo de atividade econômica - por valor agregado a preços correntes _____	92
Gráfico 3 - Exportações de salitre e totais de 1890 a 1932 (média anual em milhões de US\$) ____	103
Gráfico 4 - Valor real de produção dos setores exportador e manufatureiro (1911-1935) (USD de 1980) _____	107
Gráfico 5 - Chile - Participação (em %) no produto interno bruto por tipo de atividade econômica - por valor agregado a preços correntes _____	115
Gráfico 6 - Valor anual das exportações argentinas, 1865-1914 (em milhões de pesos em ouro) __	121
Gráfico 7 - Exportações totais, agrícolas e pecuárias da Argentina, 1879-1929 _____	122
Gráfico 8 - Importações de máquinas e equipamentos industriais, 1913-1922 (em pesos em ouro e porcentagens) _____	130
Gráfico 9 - Argentina - Participação (em %) no produto interno bruto por tipo de atividade econômica - por valor agregado a preços correntes _____	139
Gráfico 10 - Participação da Indústria no PIB (Brasil, Chile e Argentina) _____	147
Gráfico 11 - Exportações brasileiras por intensidade tecnológica (US\$ milhões) _____	149
Gráfico 12 - Importações brasileiras por intensidade tecnológica (US\$ milhões) _____	150
Gráfico 13 - Exportações chilenas por intensidade tecnológica (US\$ milhões) _____	150
Gráfico 14 - Importações chilenas por intensidade tecnológica (US\$ milhões) _____	151
Gráfico 15 - Exportações argentinas por intensidade tecnológica (US\$ milhões) _____	152
Gráfico 16 - Importações argentinas por intensidade tecnológica (US\$ milhões) _____	152
Gráfico 17 - Solicitações de patentes por residentes e não residentes em países selecionados ____	157
Gráfico 18 - Solicitações de patentes - América Latina e Caribe 2007 - 2016 _____	157
Gráfico 19 - Percentuais por título de graduação – Brasil _____	159
Gráfico 20 - Percentuais por título de graduação - Chile _____	160
Gráfico 21 - Percentuais por título de graduação - Argentina _____	160
Gráfico 22 - Relação da formação bruta de capital fixo/PIB (%) do Brasil – 1970 a 2001 ____	170
Gráfico 23 – IDE bruto nos países* da América do Sul (2001-2011) _____	175
Gráfico 24 - América Latina e Caribe: conta de transações correntes da balança de pagamentos por componentes, 2007-2017 (em porcentagens do PIB) _____	183
Gráfico 25 - Saldo Médio dos fluxos de exportação e importação de serviços: total e categorias selecionadas, 2014-2018 (milhões de dólares) _____	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Impacto da Grande depressão na economia chilena _____	108
Quadro 2 - Estrutura do setor manufatureiro segundo o censo nacional argentino de 1914 _____	125
Quadro 3 - Investimento estrangeiro privado na Argentina, 1900-1955 (Excluindo o setor petrolero - em milhões de dólares) _____	127
Quadro 4 - Taxa de crescimento do PIB e PIB industrial, 1870-1930 (médias de três anos) _____	127
Quadro 5 - Participação dos setores industriais no valor agregado e a ocupação (nível de emprego) segundo os censos de 1935 e 1946, em porcentagens. _____	133
Quadro 6 - Solicitações de patentes por região (2007-2017) _____	155
Quadro 7 - Componentes padrão e detalhes adicionais da conta de serviços conforme o a 5ª edição do Manual do Balanço de Pagamentos do FMI _____	165
Quadro 8 - América Latina e Caribe: Estratégias das empresas transnacionais nos anos 1990 ____	176
Quadro 9 - Entradas de investimento estrangeiro direto, por países receptores e sub-região sul-americana, 2005-2017 _____	182
Quadro 10 - Argentina, Brasil e Chile: ingressos de IDE por setor de destino, 2008-2017 (em milhões de dólares) _____	182
Quadro 11 - Argentina: médias de Importação e Exportação de Serviços e Saldo Médio nos períodos de 94-2003 e 2004-2013 _____	186
Quadro 12 - Brasil: médias de Importação e Exportação de Serviços e Saldo Médio nos períodos de 94-2003 e 2004-2013 _____	187
Quadro 13 - Chile: médias de Importação e Exportação de Serviços e Saldo Médio nos períodos de 94-2003 e 2004-2013. _____	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exportação de manufaturas: valor absoluto, crescimento e relação com as exportações e com a produção manufatureira bruta. _____	71
Tabela 2 - Proporção dos bens de capital no valor agregado da indústria manufatureira. _____	72
Tabela 3 - Indicadores do produto real, 1911-19 (1929=100) _____	77
Tabela 4 - Distribuição das mercadorias de exportação (porcentagem baseada em dólar) _____	78
Tabela 5 - Estrutura industrial brasileira em 1919 e 1939 (distribuição percentual do valor agregado total) _____	78
Tabela 6 - Taxa média anual de crescimento industrial, por gêneros: em 1967-1972 (em %) _____	83
Tabela 7 - Estabelecimentos industriais no Chile em 1876 _____	101
Tabela 8 - Peso relativo dos diferentes setores industriais e artesanais do Chile (1895-1918). ____	102
Tabela 9 - Produto nacional bruto e produção por atividade no Chile entre 1929 e 1940 (1929=100) _____	109
Tabela 10 - Participação do estoque de IDE no Produto Interno Bruto _____	172
Tabela 11 - Fluxo líquido anual de IDE na América Latina (milhões de dólares) _____	177
Tabela 12 - IDE bruto e média da participação no PIB dos países selecionados da América do Sul (2001-2011) _____	179

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	12
1.2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	14
1.3 O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO E O SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA	19
2.TEORIA DA DEPENDÊNCIA MARXISTA: UMA ABORDAGEM SISTÊMICA	25
3.CICLO COLONIAL: RAÍZES DA DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA	32
3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL: AMÉRICA ESPANHOLA E AMÉRICA PORTUGUESA	34
3.2 IMPLICAÇÕES DO PACTO COLONIAL NA AMÉRICA LATINA	37
4.CICLO DE ACUMULAÇÃO DEPENDENTE E INSERÇÃO INTERNACIONAL	41
4.1 O IMPERIALISMO, SUAS CONTRADIÇÕES E A ACENTUAÇÃO DA DEPENDÊNCIA	48
4.2 O PROJETO NEOLIBERAL E O REFORÇO DA DEPENDÊNCIA	60
5.CHILE, BRASIL E ARGENTINA: ESPECIFICIDADES E INSERÇÃO NO SISTEMA-MUNDO	64
5.1 MARCOS DA INSERÇÃO MUNDIAL DA AMÉRICA LATINA	64
5.2 BRASIL, CHILE E ARGENTINA: ESPECIFICIDADES DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICO-ECONÔMICAS DA ERA PÓS-COLONIAL AO SÉCULO XXI	74
5.2.1 Brasil - Um relato sobre a trajetória econômica do Brasil Colônia ao Plano de Metas (1956)	74
5.2.2 Brasil - Transformações no setor industrial brasileiro pós 1956 e os marcos da agenda neoliberal	81
5.2.3 Chile - trajetória político-econômica da colônia à crise de 1929	96
5.2.4 Chile - rumo ao modelo neoliberal: desdobramentos político-econômicos do pós 1929 aos anos 2000	106
5.2.5 Argentina - trajetória econômica desde a colônia até os anos 1955	118
5.2.6 Argentina - a economia argentina pós Péron e criação das bases neoliberais: de 1955 aos anos 2000	135
5.2.7 A relação entre as trajetórias específicas de Brasil, Chile e Argentina	142

5.2.8 A participação de Brasil, Chile e Argentina no panorama de propriedade intelectual mundial	153
6.A CONTA DE SERVIÇOS E OS REFLEXOS DAS BASES ESTRUTURAIS DA ECONOMIA	163
7.UMA ANÁLISE SOBRE OS FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRETO DE BRASIL, CHILE E ARGENTINA	167
8.BRASIL, CHILE E ARGENTINA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS	185
9.REFLEXÕES FINAIS	192
10.REFERÊNCIAS	201
ANEXO A - Classificação Internacional Normalizada Industrial de Todas as Atividades Econômicas (ISIC Rev.3)	219

1. INTRODUÇÃO

As contradições aportadas pelo modo de reprodução do capital se materializam na forma em que a América Latina foi inserida no âmbito produtivo do sistema-mundo capitalista, o que corrobora para gerar as mesmas especificidades de produção que substanciaram a posição periférica desta região e sua dependência dos países centrais. É esse o campo da lógica de acumulação capitalista baseada na expropriação do trabalho que promove uma divisão internacional do trabalho na qual determinadas economias se beneficiam das pujanças de seu desenvolvimento às custas do subdesenvolvimento de outras, ou seja há núcleos de acumulação de valor que atuam alicerçados pela apropriação de outros núcleos passíveis de desacumulação, sendo a América Latina um destes.

Nesse sentido, para compreender os pilares estruturais que conformam esse padrão de desenvolvimento dependente nos países de origem periférica, este estudo se propõe a analisar numa perspectiva histórica a inserção industrial e as contas que registram a entrada e saída de produtos e serviços de Brasil, Chile e Argentina. Análise a ser feita pela consideração do contexto internacional, observando a especificidade da América Latina e explorando um olhar crítico fomentado pelas contribuições da Teoria Marxista da Dependência e do método histórico dialético.

Esse panorama denota um padrão de desenvolvimento que reforça o atraso tecnológico corroborado pelo modo de inserção latino-americana no sistema mundo capitalista e sua industrialização tardia. Destarte, esses aspectos afetam os processos produtivos de bens industrializados de maior valor agregado e por conseguinte as contas de serviços dos países latino-americanos, que por se traduzirem em tecnologia – e, portanto, expressarem a dependência tecnológica –, tendem a manifestar uma forte tendência ao déficit.

Brasil, Chile e Argentina, foram os países escolhidos para a realização deste estudo tanto por suas posições de destaque e representatividade na economia da América Latina, como também pelas similaridades de suas trajetórias históricas no campo político-econômico, visto que os três passaram por experiências de democracia e avanços sociais, após vivenciarem ditaduras militares que apresentaram resultados distintos e expressivos em seu padrão de

desenvolvimento. Outro fator importante para esta escolha, refere-se à importância das relações político-econômicas existentes entre eles e principalmente por serem considerados como os três países com maior fluxo de comércio de serviços da América do Sul.

Nesse sentido, importa ressaltar que o progresso tecnológico incutido na estrutura produtiva a qual envolve o setor de serviços é de suma importância para o desenvolvimento econômico dos países e como tal, configura-se fundamental para o aumento da capacidade competitiva dos países selecionados a nível global, além de agregar valor à produção nacional e crescimento por inovação. Oriundos da periferia do sistema-mundo capitalista e afetados por uma trajetória histórica peculiar ao padrão dependente de desenvolvimento a eles imbuído, Brasil, Chile e Argentina dispõem de uma estrutura produtiva que ao longo do tempo reforçou sua dependência tecnológica dos países do centro, aumentando seus números de importação de tecnologia, em grande parte adquirida em forma de serviços.

A fim de contextualizar esse atraso, é preciso abordar o panorama histórico estudado, como a fase que teve início em meados dos anos 1960, quando já podiam ser constatados sinais de declínio do regime fordista de acumulação de capital, o qual passaria efetivamente por uma transição para o regime de acumulação flexível, a partir dos anos 1970. Esse novo cenário de flexibilidade foi marcado por uma despadronização da produção então caracterizada pela rigidez do fordismo, com base em diversos fatores, como a busca por novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica das plantas produtivas (levando em conta uma maior maleabilidade no controle da força de trabalho), as novas formas de fornecimento de serviços financeiros e principalmente a intensificação dos processos envolvendo ciência, tecnologia e inovação (CT&I) (HARVEY, 2010). Dessa forma, a ebulição da revolução tecnológica das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), a partir dos anos 70, aliada à intensificação da globalização em meio à expansão do modelo neoliberal, especialmente a partir dos anos 1990, acabaram por levar o mundo a uma brusca diminuição de suas fronteiras, não só pelo aumento da velocidade de circulação da informação, como também pelo crescimento da intensidade da mobilidade global do capital financeiro e evolução da interação comercial entre os países. Logo, percebe-se que esse aumento intensivo da atividade econômica entre os países reforçou a relevância da participação destes no comércio internacional de bens e serviços.

O cenário até aqui exposto tende a corroborar para a constituição deficitária da conta de serviços (do balanço de pagamentos) dos países desta região, visto que as transformações produtivas por meio do avanço tecnológico, bem como a intensificação da internacionalização econômica, também tiveram como resultados o crescimento da integração dos serviços aos processos produtivos das mercadorias, sobretudo nos países desenvolvidos. Dessa maneira, esse padrão dependente de desenvolvimento da economia que corroborou com a formação da dependência técnico-científica dos países da América Latina, pode conduzir à elevação dos percentuais de importação de serviços e tornar pouco explorado o potencial exportador do setor, fatores que contribuem para explicar o caráter deficitário de uma conta de serviços.

A abordagem do materialismo histórico-dialético nesta pesquisa visa evidenciar as disfunções estruturais na formação econômica latino-americana, sobretudo no tocante à industrialização tardia e dependente. A questão da tendência deficitária das contas de serviço do balanço de pagamentos tem sido apontada como um dos desafios impostos aos Estados latino-americanos, em grande parte em consequência do padrão dependente de desenvolvimento desses países. Assim, o resultado do endividamento da conta de serviços está fortemente atrelado à dinâmica de inserção internacional desses países.

Nesse contexto, o presente estudo privilegia os exemplos de três importantes países da América Latina, todos situados na América do Sul, são eles: Brasil, Chile e Argentina. Assim, à luz da trajetória histórica e da Teoria da Dependência, este estudo busca compreender de que forma o padrão dependente de desenvolvimento da economia latino-americana – e seu modo de inserção internacional – implicam no comportamento das contas de serviços destes países.

1.2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

O crescimento da relevância do comércio internacional de serviços no mundo nas últimas décadas decorre principalmente da inovação dos processos produtivos que se estabelecem no contexto de mundialização da revolução tecnológica (KON, 2006). Essa tendência reforça a ideia de que a evolução técnico-científica da produção e o aumento dos fluxos comerciais de serviços que dela decorre configuram-se num desafio ao panorama latino-americano de dependência tecnológica. Assim, faz-se necessário explicar como as debilidades estruturais na formação econômica da América Latina, em especial no que se refere à industrialização tardia

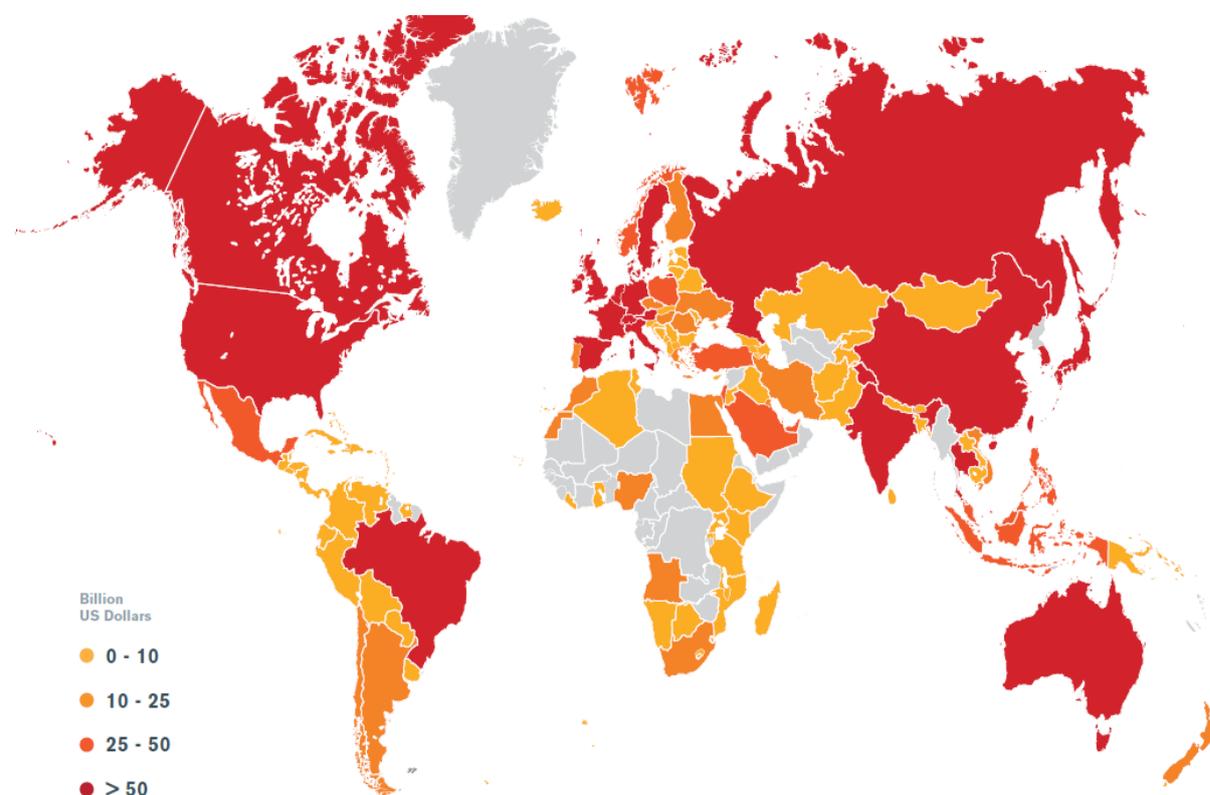
e dependente, corroboraram para estabelecer esse caráter retardatário quanto à produção de tecnologia dos países desta região.

Como consequência desse padrão de desenvolvimento que reforça esse atraso tecnológico, principalmente no que diz respeito aos processos produtivos de bens industrializados de maior valor agregado, as contas de serviços dos países latino-americanos, que se traduzem em tecnologia, tendem a expressar uma propensão ao déficit. A conta de serviços ou balanço de serviços está inserida na conta corrente (equivalente a transações correntes) do Balanço de Pagamentos dos países.

Desse modo, a pesquisa contempla a análise dos desdobramentos históricos que ocorrem em meio à dinâmica do sistema-mundo capitalista e envolvem a formação das estruturas produtivas e comerciais, além de também tratar do comportamento das contas de serviços que compõem os balanços de pagamentos de Brasil, Chile e Argentina, não levando em consideração os dados referentes aos serviços governamentais (como gastos com embaixadas e consulados). Como evidenciado na pesquisa de mestrado de mesma autoria, Costa (2015), há uma forte correlação entre o aprofundamento da dependência tecnológica no Brasil e a evolução do déficit da conta de serviços. O presente estudo foi assim ensejado pelo interesse em avaliar se esse comportamento se reproduz em duas outras economias latino-americanas, Chile e Argentina, que por sua vez apresentam especificidades estruturais distintas.

Os países selecionados para este estudo, Brasil, Chile e Argentina, foram escolhidos tanto por suas posições de destaque e representatividade na economia da América Latina, como também pelas similaridades de suas trajetórias históricas no campo político-econômico, afinal, estes três países – após passarem por experiências de democracia e avanços sociais – vivenciaram ditaduras militares com consequências expressivas e distintas sobre seu padrão de desenvolvimento. Ademais, considera-se a relevância das relações político-econômicas existentes entre eles e sobretudo o fato de estes serem os três países da América do Sul que possuem maior participação no comércio mundial de serviços, segundo aponta o informativo *International Trade Statistics 2016*, relatório publicado anualmente pela Organização Internacional do Comércio (WTO, 2017) vide Figura 1, a seguir.

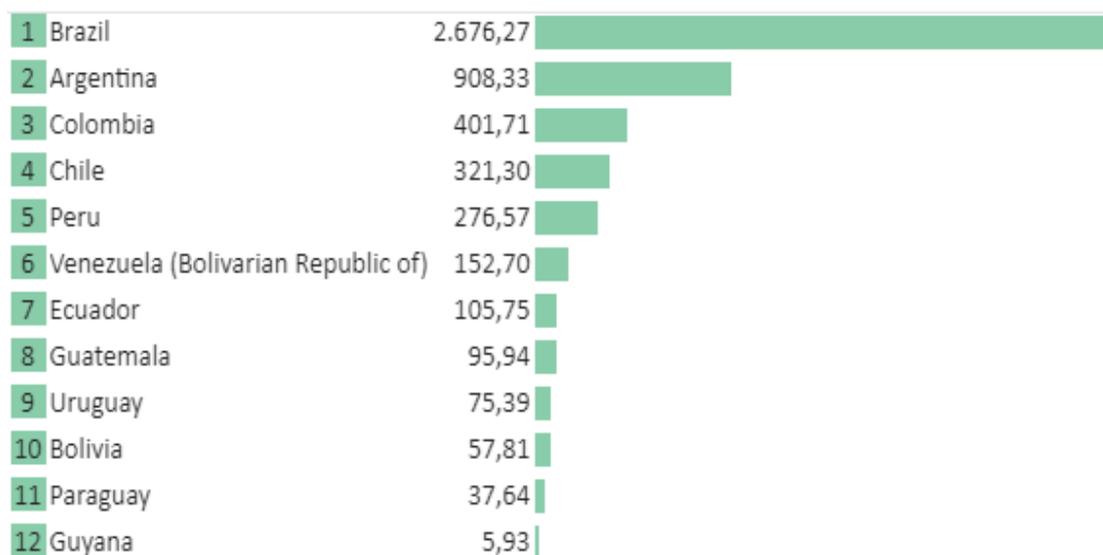
Figura 1: Economias por tamanho do fluxo de comércio internacional de serviços comerciais (US\$ bilhões)



Fonte: WTC (2017, p.15)

A partir do exposto, é possível perceber que o Brasil apresenta a maior corrente de comércio (soma das exportações com as importações) de serviços da América Latina, com mais US\$ 50 bilhões comercializados, seguido de Argentina e Chile, ambos inseridos na faixa de US\$ 10 a US\$ 25 bilhões em corrente de comércio de serviços. Com base nessas similaridades, ainda para justificar a escolha, é possível visualizar o ranking de 2017 (até o mês de abril) dos países da América do Sul relacionado ao PIB (Produto Interno Bruto) destes, por meio do Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - América do Sul - PIB – 2017 (câmbio corrente em US\$ bilhões)



Fonte: Adaptada de IMF, 2017 e KNOEMA, 2017.

Dessa maneira, é possível considerar que os três países selecionados para a pesquisa estão entre as nações economicamente mais representativas da América do Sul. Esse fato, aliado às primeiras posições ocupadas no ranking do fluxo internacional de serviços da região e às similaridades de suas trajetórias históricas, justificam a escolha destes como atores sul-americanos suficientemente representativos para a realização dessa pesquisa, que tem como objetivo geral compreender de que forma o padrão dependente de desenvolvimento da economia latino-americana e a inserção internacional desta região implicam no comportamento das contas de serviços de Brasil, Chile e Argentina.

Nesse sentido, conforme já ressaltado, o avanço tecnológico expresso na seara produtiva e no setor de serviços é de suma importância para o desenvolvimento econômico dos países e como tal, configura-se fundamental para o aumento da capacidade competitiva dos países selecionados a nível global, além de agregar valor à produção nacional e aportar crescimento por inovação. Oriundos da periferia do sistema-mundo capitalista e afetados por uma trajetória histórica peculiar ao padrão dependente de desenvolvimento a eles imbuído, Brasil, Chile e Argentina dispõem de uma estrutura produtiva que ao longo do tempo reforçou sua dependência tecnológica dos países do centro, aumentando seus números de importação de tecnologia, em grande parte adquirida em forma de serviços (como por exemplo o pagamento de royalties e licenças), conforme é possível afirmar a partir dados obtidos no banco de dados da Conferência

das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e informações constantes no relatório de 2014 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Ademais, esses países foram diretamente afetados pelas políticas empregadas em seus quadros as quais seguiam um modelo neoliberal imposto pelos países centrais, principalmente os EUA que vigoraram de maneira muito intensa, sobretudo nos anos 1990 – sendo que o Chile foi ainda mais prejudicado nesse cenário, pois serviu como o berço desse modelo neoliberal na América Latina. Esse contexto justifica a escolha das contas de serviços desses países como um instrumento utilizado para traduzir a repercussão dos desdobramentos históricos da formação econômica latino-americana e de sua inserção no sistema-mundo capitalista na tendência aos resultados deficitários dos países latino-americanos no comércio internacional de serviços.

Logo, torna-se imprescindível a problematização do tema pela seguinte questão: Como o padrão dependente de desenvolvimento da economia latino-americana e o modo de inserção internacional desta região implicam no comportamento das contas de serviços de Brasil, Chile e Argentina?

Importa ainda rememorar que a pesquisa advém do interesse de melhor desenvolver e trazer uma maior abertura à temática abordada na dissertação de mestrado de mesma autoria, Costa (2015), intitulada “Formação da economia brasileira e dependência tecnológica: implicações no déficit da conta de serviços do Brasil” defendida em março de 2015, também no Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia. Além disso, o presente estudo é incentivado pela vontade de contribuir com o campo de conhecimento da Teoria da Dependência na contemporaneidade e de ensejar uma maior discussão sobre essa temática dentro da própria região latino-americana, colaborando com o desenvolvimento de novos estudos e dialogando com centros de pesquisa que aprofundem o debate sobre a economia da América Latina sob a perspectiva da Teoria da Dependência, a exemplo do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina, do Centro de Estudos Socio-Econômicos da Universidade do Chile, além de outros grupos nos quais atuam ou atuaram relevantes teóricos da área, como Teotônio dos Santos, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nildo Ouriques, no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina, Nilson Araújo na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Carlos Eduardo Martins na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Jaime Osório,

na Universidade Nacional Autônoma de México, e Cláudio Katz na Universidade de Buenos Aires.

1.3 O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO E O SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA

Partindo do princípio explicitado por Cardoso (1971), de que o método se realiza pelo estabelecimento da consequência teórica da relação entre a teoria base e o objeto real ao qual esta se relaciona e para o qual pretende apresentar uma explicação válida, aqui importa ressaltar as características do materialismo histórico dialético que respalda essa pesquisa. O materialismo se configura no reconhecimento do ser atual, real, a matéria em si, algo que apenas quando se estende e se realiza ativamente na multiplicidade, se torna natureza. No materialismo marxista, parte-se do ponto de que os pressupostos não são arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, concretas, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação (SARDER, 2007). Atrela-se a esse materialismo a dialética cujo método:

(...) considera que nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido, quando encarado isoladamente, fora dos fenômenos circundantes; porque, qualquer fenômeno, não importa em que domínio da natureza, pode ser convertido num contra-senso quando considerado fora das condições que o cercam, quando destacado destas condições; ao contrário, qualquer fenômeno pode ser compreendido e explicado, quando considerado do ponto de vista de sua ligação indissolúvel com os fenômenos que o rodeiam, quando considerado tal como ele é, condicionado pelos fenômenos que o circundam (POLITZER et al., p. 37).

Dessa forma, é possível compreender a razão pela qual essa metodologia é a que melhor se adequa à realização dessa pesquisa: para compreender as implicações do padrão dependente de desenvolvimento da economia latino-americana e do modo de inserção internacional desta região no comportamento das contas de serviços de Brasil, Chile e Argentina, é preciso compreender esse fenômeno a partir de uma reflexão crítica que o conecta com as circunstâncias materiais preponderantes para a formação dessa condição de dependência. Nesse sentido, a perspectiva histórica faz-se fundamental para a compreensão dessas circunstâncias, confirmando o uso do materialismo histórico para aplicar os princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, bem como dos fenômenos da vida da sociedade, que abrange

ela própria e sua história. Assim, a estratégia metodológica desta pesquisa se pauta numa abordagem crítico-dialética com vistas a favorecer o entendimento e a interpretação crítica dos aspectos históricos, conjunturais e estruturais que contribuíram para a consolidação deste padrão dependente de desenvolvimento.

Dessa forma, como ressalta Marini (2014, p. 47) “A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial.”. Do mesmo modo, para o referido autor, torna-se fundamental conhecer a história deste sistema, para que seja possível compreender as bases desse padrão dependente de desenvolvimento que marca a América Latina. Esta necessidade emerge da percepção crítica da dialética do desenvolvimento, ao considerar que as características da lógica de acumulação de capital em escala mundial, ao mesmo tempo em que produzem o desenvolvimento em determinadas economias, aportam o subdesenvolvimento para outras, ou seja, existem núcleos de acumulação de valor atuando em grande medida apropriados de outros núcleos que padecem da desacumulação (CARCANHOLO; AMARAL, 2012; OSORIO, 2012a). Nesse sentido, importa trazer a abordagem de Gunder Frank (1991), que creditava a Europa e à expansão do seu capitalismo comercial europeu, em estágio primitivo ainda no século XVI, à expropriação de excedentes obtidos nas colônias da América Latina, região que foi inserida no sistema-mundo capitalista subjugada às demandas do projeto europeu de dominação colonial.

Conforme ressalta Furtado (2007a) esse panorama da divisão internacional do trabalho surgiu na época do Pacto Colonial e passou por uma ampliação na primeira fase da Revolução Industrial, corroborando para a consolidação de uma fragmentação regional. A desorganização do comércio internacional que se seguiu à crise de 1929 teve consequências profundas na região. Foram os problemas surgidos a partir de então que abriram o caminho à formação da atual consciência latino-americana. Valencia (2008) pontua que não se pode compreender a peculiaridade do pensamento latino-americano e da Teoria da Dependência sem antecedentes históricos tão significativos como o colonialismo, a gesta independentista, responsável pelo processo de formação dos Estados Nacionais (1810-1850), o subdesenvolvimento e o atraso (1850-2005). Conforme indica Wallerstein (2006b), este contexto, no qual se dá esta desacumulação, pode ser melhor compreendido pela apreensão do conceito “centro-periferia”,

trabalhado pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)¹. Teóricos da CEPAL, como Raúl Prebisch, perceberam que as trocas no comércio internacional não eram feitas entre países com as mesmas condições de igualdade e esta desigualdade foi apontada pelo fato de certos países economicamente mais poderosos que outros (o centro) apresentarem maior capacidade para impor condições comerciais que permitiam transferir a mais-valia dos países mais fracos (a periferia) para o centro (WALLERSTEIN, 2006b). Nesse sentido, Poletto (2000) salienta que apesar da resistência dos Estados Unidos, cuja oposição à criação da CEPAL dificultou os primeiros anos de funcionamento do organismo, este se tornou não apenas um foro de referência para debates relacionados aos processos de cooperação e de integração regionais, como também uma fonte inovadora de construção do pensamento latino-americano.

Nesse âmbito, Prebisch (1984) traz à tona o fato das trocas no comércio internacional se basearem em uma divisão internacional do trabalho na qual os países do centro, além de exportarem os bens industriais, também concentram as vantagens concernentes ao progresso técnico. Por outro lado, os países da periferia especializam-se na exportação de matérias-primas e produtos agrícolas, atividades caracterizadas pelo baixo grau de progresso técnico empregado e excesso de oferta de mão-de-obra. Logo, estas configurações serviriam para evidenciar as diferenças tão acentuadas entre os níveis de vida naqueles países considerados centrais e dos demais originários da periferia.

Assim, como explica Osório (2012a), a história aliada ao desenvolvimento do capitalismo vai interligando os diversos pontos do planeta, com diferentes graus de intensidade, se fazendo universal e instituindo o sistema mundial capitalista. Neste, emergem questões como a divisão internacional do trabalho, a dependência, os movimentos cíclicos do capital e suas contradições. Estas, levam à constituição de um contexto de segregação na estrutura desse sistema, o qual distingue-se em centro, semiperiferia e periferia ou ainda em economias imperialistas, como os EUA, semiperiferias imperialistas, a exemplo da Espanha, subimperialismos dependentes, como o Brasil, economias dependentes, como o Chile e Peru e periferias, como os países africanos. Ainda segundo o referido autor, as relações que ocorrem entres esses atores compõem a base para o entendimento da problemática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento,

¹ Como aponta Poletto (2000), a CEPAL é um organismo que foi criado em 1948, por pressão dos países latino-americanos ao reivindicarem o estabelecimento de um organismo que assegurasse o estabelecimento de programas de desenvolvimento na região, em consonância com a Carta Constitutiva da ONU (Organização das Nações Unidas), elaborada em 1945.

logo, em oposição ao que muitas escolas econômicas e organismos internacionais pregam, essas questões não podem ser discutidas considerando apenas a análise de economias isoladas, o que também justifica o uso do materialismo histórico-dialético como método para desenvolver o presente estudo.

Dessa forma, pelo uso do materialismo histórico-dialético, método que respalda esta pesquisa, é possível revelar as debilidades estruturais na formação econômica latino-americana, em especial no que se refere à industrialização tardia e dependente. A problemática das contas de serviços do balanço de pagamentos tem sido apontada como um dos problemas dos Estados latino-americanos, muitos deles decorrentes do padrão dependente de desenvolvimento desses países. O resultado do endividamento da conta de serviços está fortemente atrelado à dinâmica de inserção internacional desses países.

Assim, a pesquisa visa responder à questão proposta à luz da compreensão histórica e da Teoria da Dependência abordada de uma maneira concreta, por trazer um importante elemento econômico com resultados reais decorrentes do padrão dependente de desenvolvimento: o déficit da conta de serviços. É importante ressaltar que falar de história inclui trazer dados estatísticos, bibliográficos e documentais que indiquem o tipo de composição da indústria do país e/ou região pesquisada, além de sua evolução e o tipo de especialização que predomina em cada período histórico considerado, informações que indiquem a intensidade e a capacitação tecnológica da sua indústria ao longo do tempo, a qualificação da força de trabalho e salários aplicados nessas economias dependentes, bem como a natureza predominante de suas exportações e importações (ao longo dos anos), entre outros aspectos. Nesse sentido, no âmbito da América Latina, foram selecionados três países para a realização da pesquisa, Chile, Brasil e Argentina, tanto pela representatividade destes no contexto regional, como por apresentarem os três maiores fluxos de comércio de serviços (somatória de exportações e importações) da região.

Dessa maneira, para alcançar o objetivo proposto para esta pesquisa faz-se necessário realizar um estudo comparativo dos países escolhidos, destacando as especificidades de suas trajetórias históricas desde a colônia, passando pelos principais acontecimentos políticos, assim como:

- i. Por suas bases estruturais produtivas (com foco no período após os anos 70): análises da composição da produção nacional pelo PIB (por setores); análise do PIB industrial (por segmentos como os de bens suntuários, intermediários e não duráveis) e índices da indústria de transformação;
- ii. Pelos tipos de investimento direto externo, suas origens e os ramos aos quais se destinam;
- iii. Por sua atuação no comércio exterior de bens (composição da pauta importadora e exportadora);
- iv. Pelas estatísticas relacionadas à produção de conhecimento atual especificando as áreas em que ocorrem em maior ou menor nível pesquisa e desenvolvimento e registro propriedade intelectual; e
- v. Pela análise das contas de serviços (com foco no período pós-1995), sobretudo no que se refere aos serviços tecnológicos.

Os dados coletados no decorrer do estudo serão analisados e interpretados para fins de reflexão e compreensão da dinâmica econômica que reforça o padrão dependente de desenvolvimento desses países. Logo, a partir de uma abordagem histórico-dialética, que aporta uma análise comparativa da dinâmica produtiva e tecnológica expressa nas contas de serviços e da natureza da dependência tecnológica dos três países selecionados, o estudo ensejará uma comparação da inserção desses países na divisão internacional do trabalho e os desafios frente à nova dinâmica internacional.

Para a coleta de informações relativas à trajetória histórica de cada país e às unidades de análise mencionadas, a etapa inicial de pesquisa consistiu em fazer um levantamento bibliográfico e documental pelo qual se realizaram consultas a uma vasta bibliografia nacional e internacional, teses, anais de eventos e banco de dados de periódicos. Na segunda etapa do estudo, a consulta teve maior foco em conteúdos e informações obtidas via relatórios e banco de dados de órgãos governamentais dos países selecionados, a exemplo dos Ministérios de Indústria e Comércio, bem como de organismos internacionais econômicos – como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com seus relatórios anuais de comércio internacional, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) com seu banco de estatísticas UNCTADSTAT e a Comissão

Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) com seu Sistema Gráfico Interativo de Tendências Econômicas Internacionais – que fornecem dados assertivos sobre a participação e o posicionamento dos países selecionados no comércio internacional de bens e serviços. Portanto, os dados foram prioritariamente coletados de fontes secundárias.

Ademais, inicialmente, para a análise das contas de serviços, pretendeu-se assumir um corte temporal que vai de 1995 (ano da regulamentação do comércio internacional de serviços pelo GATS) até o ano de 2013, seguindo a metodologia referente à 5ª edição do Manual do Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional. Quanto à análise da estrutura produtiva, o corte temporal teve maior foco no período que se inicia a partir da década de 1970, fase de transformação do regime de acumulação fordista para o flexível e quando se inicia a mundialização da revolução científico-técnica.

Espera-se que o trabalho sirva à compreensão das repercussões da dependência na economia latino-americana. Através das reflexões obtidas a partir da análise realizada, a terceira etapa do estudo se configura na construção de uma redação crítica elucidando os reflexos desse padrão dependente de desenvolvimento nas contas de serviços das economias selecionadas, bem como as possíveis estratégias de superação das consequências aportadas por esse status dependente – uma grande oportunidade para subsidiar trabalhos que tratem dos benefícios da integração latino-americana – e as perspectivas futuras.

2. TEORIA DA DEPENDÊNCIA MARXISTA: UMA ABORDAGEM SISTÊMICA

O presente estudo se respalda na compreensão das trajetórias históricas dos países da chamada periferia latino-americana, o que torna necessário conhecer o modo como esses países foram inseridos no sistema-mundo. O dinamismo do contexto desse sistema faz ainda mais necessário esclarecer e entender outros termos e definições sistêmicas relevantes ao questionamento que se busca responder, como o conceito de semiperiferia, no qual os países escolhidos para a pesquisa se inserem na contemporaneidade. Embora seja um sistema-mundo, uma totalidade, conforme aborda Wallerstein (2006a), ele é hierárquico, no qual não se constroem relações de igualdade e, embora seja hierárquico, permanece dinâmico à medida em que se deslocam os eixos de acumulação.

Esse caráter dependente dos países oriundos da periferia – aliado aos desdobramentos do capitalismo subdesenvolvido e dependente no período após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – suscitou um debate na América Latina que culminou no surgimento da Teoria da Dependência. Dessa forma, conforme salienta Dos Santos (2015), foi na década de 60 que a Teoria da Dependência emergiu na América Latina fomentada por uma necessidade de compreensão das novas características do desenvolvimento socioeconômico desta região cujo marco inicial se deu entre os anos 1930 e 1945. De maneira mais detalhada, Valencia (2008) afirma que esta corrente surgiu em 1964, em meio ao golpe militar que depôs o governo constitucional de João Goulart no Brasil e foi sistematizada posteriormente no Chile, onde as condições eram mais favoráveis devido ao sucesso do movimento popular e pela instalação da Unidade Popular no governo de 1970. Contudo, o mesmo autor afirma que acabou sendo o México o país no qual essa teoria teve seus períodos mais produtivos.

Nesse contexto, Ceceña (2006) pontua que a Teoria da Dependência apresenta posições que vão desde Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, (considerada uma versão weberiana baseada no pensamento desenvolvimentista Cepalino²) a Ruy Mauro Marini (considerada uma versão marxista), além de uma gama diversa de outros pensadores que proveram substanciais

² A CEPAL sistematizou um modelo de “desenvolvimento para dentro” centrado na criação da indústria latino-americana alicerçada na diversificação de ramos, setores e áreas produtivas. Nesse sentido, no caminho para a redução da dependência externa, o Estado interviria por meio de políticas agressivas e dinâmicas de substituição de importações com vistas a aquecer o mercado interno, devido à ampliação forjada (pela própria industrialização e por esse mesmo Estado) da demanda de classes sociais, sobretudo as urbanas (VALENCIA, 2008).

contribuições não apenas no sentido de proporcionar uma melhor compreensão da América Latina, como também de favorecer a construção de um pensamento especificamente latino-americano, entre os quais se pode mencionar Vânia Bambirra, Sérgio Bagú, Theotônio dos Santos, Aníbal Quijano, José Nun, Maria da Conceição Tavares e outros.

Para Vânia Bambirra (2013), a dependência se caracteriza por ser uma situação condicionante que se estabelece pelo fato da dinâmica econômica de um determinado país ou região ser condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia. A referida autora ainda enfatiza que o caráter dependente de um país também chega a condicionar uma dada estrutura interna, a qual pode redefinir essa dependência em função das possibilidades estruturais das diversas economias nacionais. Desse modo, Marini (2014) definiu a dependência como uma ligação entre países formalmente independentes, caracterizada pela subordinação de algumas nações em relação às outras, ensejando um contexto em que as relações de produção das economias subordinadas são transformadas ou recriadas para garantir a reprodução ampliada da dependência. Essa afirmação corrobora com a ideia de Theotônio dos Santos (2015) de que a Teoria Marxista da Dependência concebe a dependência como um atributo antagônico integrante do processo de desenvolvimento da lógica global de acumulação capitalista, pois o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são repercussões históricas do capitalismo, num sistema mundial que provoca simultaneamente o desenvolvimento de uns e o subdesenvolvimento de outros.

A análise do percurso histórico prévio à emergência da Teoria da Dependência mostra que os impactos da crise de 1929 corroboraram para que as economias latino-americanas seguissem uma orientação para o modelo de industrialização com base na substituição da importação de produtos oriundos das nações centrais pela produção de produtos em território nacional, conforme aponta Dos Santos (2015). Nesse sentido, o mesmo autor ainda ressalta que entre as décadas de 1940 e 1960, com o reestabelecimento da hegemonia estadunidense no período após a Segunda Guerra Mundial, elevou-se a expansão do capital internacional ali concentrado para o restante do mundo, guiado pela busca de novas oportunidades de investimento, os quais se deram de maneira predominante nos países dependentes por meio da instalação de multinacionais. Desse modo, aos países centrais ficavam resguardadas a indústria de ponta, enquanto os países como os da América Latina serviam para concentrar os polos industriais mais obsoletos. Assim, nota-se que a industrialização latino-americana não foi fruto

de uma passagem para o campo dos países industriais desenvolvidos, mas marca uma história de subdesenvolvimento periférico ensejado pelo desenvolvimento do capitalismo mundial cujas cartas eram dadas pelos países centrais, sobretudo os EUA.

Nesse sentido, o desenvolvimento dos países centrais do sistema-mundo capitalista tem como um de seus maiores pilares a transferência de mais-valia de países periféricos por meio das trocas comerciais desiguais, a exemplo daquelas estabelecidas entre países como o Brasil, exportador de bens primários e de baixo valor agregado e países do centro dos quais obtêm bens mais intensivos em tecnologia. Este processo fomentou na burguesia local a necessidade de desenvolver meios para compensar a perda de valor resultante dessas relações, contexto que ensejou a superexploração da força de trabalho como a principal via para a extração da mais-valia no país. Desse modo, o capital internacional se apropria da maior parte desta mais-valia que também tem uma fatia generosa destinada ao capital privado nacional e uma outra parcela é transferida para o Estado por meio de impostos diretos ao capital e aos salários, além dos impostos indiretos aplicados sobre o consumo tanto dos capitalistas, como dos trabalhadores (MARINI, 2014).

Esse quadro, conforme aponta Dos Santos (2015), contribuiu para o declínio do empenho em ciência e tecnologia na América Latina, o qual também acarretou o enfraquecimento do segmento de bens de capital, fundamental no processo de revolução científico-técnica e no caminho para um desenvolvimento autossustentado. Embora houvesse um significativo avanço no desenvolvimento desse tipo de indústria em países como o Brasil, a modernização e a robotização crescentes atreladas a essa indústria acabaram representando um fator de distanciamento da América Latina no que concerne ao progresso desta. Nessa perspectiva, o referido autor ainda argumenta que o crescimento dos países do sudeste asiático levou alguns teóricos a suscitarem um possível fracasso da Teoria da Dependência. Contudo, vários estudos realizados sobre a situação desses países reiteram que as condições específicas dessa região corroboraram para uma trajetória distinta daquela percorrida pelos demais países oriundos da periferia do sistema-mundo. Sobre essas especificidades, o mesmo autor explica que essas economias asiáticas não detinham uma grande dívida externa nos anos 1970 – o que em muito prejudicou os países latino-americanos e do leste europeu – além de terem passado por reformas agrárias nos anos 1940 e 1950, inclusive com o apoio estadunidense, tendo em vista a proximidade dos asiáticos de seus inimigos da Guerra Fria. Ademais, essas nações foram

beneficiadas pela acumulação japonesa de capitais e a política do Ministério de Comércio Internacional e Indústria do Japão (MITI), com foco na exportação de indústrias de tecnologia em processo de defasagem para os países vizinhos. Por fim, além das razões mencionadas terem permitido a penetração destas economias asiáticas no mercado estadunidense, processos de forte intervenção estatal aliados à tomada de medidas protecionistas favoreceram o sustento das políticas econômicas ali implantadas e o desenvolvimento de uma base tecnológica própria que acabaria por contribuir para uma maior autonomia nesta área.

O resgate histórico aqui exposto permite constatar que a profunda crise estrutural que afeta o capitalismo dependente na América Latina se manifesta de modo incontestável a partir dos primeiros anos da década de 1960. Conforme ressalta Bambirra (1983), essa crise generalizada, que abarca as searas econômica, política, social e cultural, traz à tona a necessidade do proletariado de lutar por sua hegemonia e evidencia a impossibilidade de se estabelecer uma aliança entre as classes exploradas e a burguesia nacional progressista – ainda que como uma estratégia para alcançar a instauração de governos nacionalistas e democráticos de cunho anti-oligárquico e anti-imperialista. Segundo a referida autora, esse panorama de crise também prova que a solução para os problemas enfrentados não estaria nos pressupostos básicos em que se baseava a teoria desenvolvimentista da CEPAL. O pensamento cepalino se centrava na existência de um suposto modelo de desenvolvimento, inspirado na trajetória dos países considerados desenvolvidos, o qual deveria ser assumido pelos países da América Latina. Nessa perspectiva, ainda de acordo com a autora supracitada, para que tal modelo pudesse ser adotado, seria preciso eliminar os obstáculos sociopolíticos e culturais que estariam travando esse desenvolvimento, barreiras geralmente associadas às "sociedades tradicionais". Essa superação de obstáculos deveria ocorrer por meio de uma utilização produtiva dos recursos nacionais através de um planejamento racional que iria requerer a organização e a mobilização do desejo nacional por esta política de desenvolvimento. O pressuposto básico de que o desenvolvimento interessa a todos (sem o questionamento de que tipo de desenvolvimento interessa a cada classe) dava a premissa chave para formação de uma ideologia de desenvolvimento. Essa ideologia já vinha sendo promovida na América Latina através das melhores expressões do nacionalismo populista. Nesse contexto, a crise do capitalismo dependente confrontava todos estes pressupostos que se condensavam na ilusão da possibilidade de um desenvolvimento nacional autônomo tendo como modelo o caminho

trilhado pelos países ditos centrais. A crise desnudava uma realidade divergente e contradizia os esquemas aparentemente muito lógicos. O novo caráter da dependência na América Latina era descortinado por esse panorama que gerava novas e mais agudas e irresolúveis contradições e liquidava definitivamente a possibilidade de desenvolvimento capitalista nacional autônomo no continente.

Esse panorama articula-se à seguinte análise de Marini (2000, p. 109):

(...) a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência.

Desse modo, esse novo caráter da dependência que Bamberger (1983) aborda, começa a configurar-se a partir do período após a Segunda Guerra Mundial e advém do fato de que a penetração do capital estrangeiro já não se limitava apenas ao setor primário-exportador, mas também se dirigia paulatinamente ao setor manufatureiro através do investimento direto em bens de capital, de forma que as burguesias industriais não tivessem outra opção para sobreviver como classe que não passasse por se associar, na condição de sócio menor, ao capital estrangeiro. Como será abordado mais adiante neste estudo, são muitos os fatores que determinam a marcha inexorável deste processo de associação da burguesia latino-americana com capital estrangeiro, como são vários os fatores que explicam o porquê dessa penetração. Ademais, a referida autora ressalta que o resultado da desnacionalização e da propriedade privada dos meios de produção viria a determinar o fim dos projetos de desenvolvimento nacional autônomo. A consequência desse processo no plano político foi sem dúvida o abandono realista por parte das burguesias nacionais do nacionalismo populista, ou seja, da ideologia que preconizava o desenvolvimento nacional anti-imperialista com base na pretendida aliança com as classes dominadas. Dessa maneira, reforçava-se a dependência latino-americana pautada na superexploração da força de trabalho (MARINI, 2008), a qual, segundo Osório (2004), estabelece uma modalidade de acumulação de capital que afeta o valor da força de trabalho latino-americana de maneira estrutural e recorrente, conforme será tratado de forma detalhada mais adiante.

Assim, entre as correntes teóricas da dependência, a Teoria da Dependência Marxista, que têm autores como Rui Mauro Marini, Jaime Osório, Vania Bambirra e Theotônio dos Santos, concebe o caráter dependente das economias periféricas em função dos desdobramentos da acumulação de capital em escala mundial, sobretudo no que se refere à sua mola propulsora, a taxa geral de lucro (MARINI, 1991). Valencia (2008) enfatiza que indubitavelmente, Rui Mauro Marini foi o responsável pela mais elaborada tentativa de estruturação das bases científicas da Teoria da Dependência, sobretudo em sua obra “Dialética da dependência”, que foi publicada em 1973 e começou a circular clandestinamente na América latina, revelando sua importância para a intelectualidade latino-americana da época. Ceceña (2006) exalta a possibilidade deste clássico do pensamento latino-americano ser a obra mais relevante da Teoria da Dependência, por representar uma proposta de interpretação da totalidade capitalista (não apenas da realidade latino-americana), na qual a América Latina existe como sujeito que apesar de ter sua própria dinâmica dentro desse contexto mais amplo, também aparece como uma das partes que explicam a dinâmica geral. Desse modo, nota-se que o padrão de desenvolvimento dependente reflete a realidade do tipo de inserção da América Latina no sistema-mundo e sua compreensão foi ampliada a partir da formulação das correntes teóricas da dependência, que se deu entre os anos 1964 e 1973 e que, de um modo geral, manteve grande influência até fins dos anos 1970, quando então se firmou a liderança liberal-conservadora no processo de redemocratização da América Latina, sob apoio dos EUA (MARTINS, 2011). Neste ponto, cabe citar Valencia (2008) ao afirmar que o campo neoliberal daria lugar a correntes ecléticas, a exemplo do (neo) estruturalismo e do neoliberalismo, teorias ideológicas vinculadas à ordem capitalista estabelecida em diversos graus e extensões. Contudo, o referido autor aborda que a Teoria Marxista da Dependência resiste, por basear-se numa perspectiva histórica de longo prazo, em busca da superação da supremacia do pensamento neoliberal, não apenas optando por reproduzir-se mediante implementação de reformas estruturais e coligação com as classes dominantes e o Estado, como ocorre em outras posições teóricas, a exemplo do (neo) estruturalismo.

Nesse ínterim, embora o presente estudo também contemple algumas contribuições das demais abordagens teóricas da dependência, esta corrente marxista, em específico, permeará toda a pesquisa e fundamentará a compreensão não só da história, como também do modo de inserção dos países latino-americanos no sistema-mundo capitalista e a repercussão do padrão

dependente de desenvolvimento que marca a formação dessas economias, sob influência dos papéis impostos pela divisão internacional do trabalho e da superexploração da força de trabalho, ponto crucial da Teoria da Dependência Marxista, que reproduz o padrão histórico-colonial. Todos esses fatores acabam por acarretar uma análise histórica permeada pelas mudanças estruturais que marcam essas economias dependentes.

Diante do que foi exposto, é possível admitir que são múltiplas as reverberações da dependência nas economias latino-americanas, entre as quais estão o reforço da superexploração do trabalho e da dependência tecnológica, seara para a qual essa pesquisa chama a atenção ao tratar do comportamento da conta de serviços – que em sua maior parte se traduz em tecnologia. Esse caráter dependente tem um cunho estrutural associado à base industrial destes países, que por sua vez se baseia na mais-valia extorquida não apenas através da superexploração do trabalho como também da desigualdade que caracteriza as trocas comerciais entre os países do centro e aqueles oriundos da periferia do sistema-mundo. Autores como Marini (1991) relacionam os retardos na industrialização latino-americana e decorrentes atrasos no progresso técnico a um capitalismo tardio peculiar à periferia do sistema-mundo. Essa distorção relativa ao capitalismo tardio leva a um abismo tecnológico, impulsionado por uma reprodução do capital que não considera as especificidades produtivas locais. Desse modo, com vistas a compreender as conjunturas específicas que formaram o caráter dependente de Brasil, Chile e Argentina, este trabalho abordará suas respectivas trajetórias históricas contempladas no contexto latino-americano desde o período colonial até a contemporaneidade.

3. CICLO COLONIAL: RAÍZES DA DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA

Todo povo dispõe de um certo “sentido” na sua evolução, o qual só é percebido se considerado o conjunto dos fatos e acontecimentos fundamentais que compõem sua história em um largo período de tempo, pois por mais que ocorram outros eventos e incidentes secundários, o contexto geral permite compreender o sentido da trajetória evolutiva de uma nação (PRADO JR, 2011). Desse modo, este trabalho, por requerer o entendimento das raízes da dependência de Brasil, Chile e Argentina no sistema-mundo capitalista, se versa sobre os aspectos gerais da conjuntura em que se deu a colonização latino-americana, numa tentativa de trazer elementos que reconstituam de maneira ampliada os antecedentes que corroboraram para que a formação dessas economias tomasse seus respectivos rumos.

Assim, importa destacar os três principais elementos históricos que condicionam a dependência dos países da América Latina, conforme ressaltado por Dos Santos (2011), são eles: as formas básicas da economia mundial, com suas próprias leis de desenvolvimento; a relação econômica predominante nos centros capitalistas e as maneiras como estes se expandem; e ainda os tipos de relações econômicas presentes nos países periféricos, os quais são incorporados à situação de dependência no contexto da rede de relações econômicas internacionais engendrada pela expansão capitalista.

Neste sentido, no que diz respeito à expansão hegemônica motivadora da “conquista” de novos territórios pelos países europeus no período colonial, o século XV marca a busca por novos caminhos para o lucrativo comércio no oriente, que levou monarquias como Portugal e Espanha – que atuavam até então apenas em âmbito terrestre – ao encontro decisivo com o continente que viria se chamar América e a partir de então, a Europa passa a se tornar o centro do mundo ao reunir uma riqueza sem precedentes por meio do saque, da servidão indígena e da escravidão negra (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Nesse contexto, faz-se necessário citar Dussel (1993), ao abordar o discurso eurocêntrico do “descobrimento” ou “conquista” da América como uma forma de mascarar o que na verdade foi um processo de “encobrimento” do “Outro”, ou seja, a América não teria sido “descoberta”, mas antes “encoberta” pela projeção do “si-mesmo” europeu. O mesmo autor ainda ressalta o eufemismo imbuído no mito de que no ano de 1492 se deu o “encontro” de “dois mundos”, de duas culturas, europeia e indígena, que em conjunto formariam um novo mundo. Essa tese

eurocêntrica, que até os dias atuais é amplamente reproduzida pelas classes dominantes crioulas ou mestiças latino-americanas, serve para ocultar a violência e a destruição da América, ou seja, o mundo do “Outro” e suas respectivas culturas, com a justificativa de que essa brutalidade teria sido necessária para levar a modernidade ao novo mundo. Contudo, foram devastados os povos indígenas Astecas, Maias e Incas, consideradas culturas urbanas com avançado cultivo agrícola e conhecimentos nas mais variadas áreas.

Ademais, Marx (2013) observa que o amadurecimento do comércio e da navegação foi propiciado pelos movimentos do sistema colonial e as sociedades monopolizadas pelas colônias europeias serviram como poderosas alavancas para estas, visto que viabilizavam um mercado de escoamento para as manufaturas em ascensão, aspirando uma acumulação intensificada pelo monopólio do mercado. Desse modo, as colônias americanas estavam alicerçadas à produção de matérias-primas e metais preciosos destinados ao mercado mundial capitalista em formação (VITALE, 2011). Esse contexto é caracterizado por Marx (2013) como a espoliação das riquezas coloniais que por meio de saqueio, escravização e latrocínio eram direcionadas às metrópoles, onde se transformavam em capital. É esse ponto de partida histórico que esse estudo pretende considerar, sob uma perspectiva macro, com vistas a alcançar a compreensão das trajetórias históricas que explicam a configuração do sistema-mundo capitalista e sua dinâmica atual.

Desse modo, Prado Jr. (2011) ressalta os rumos aos quais foram conduzidas as colônias das áreas tropicais e subtropicais da América, os quais fariam emergir uma nova sociedade voltada para fins mercantis e caracterizada como uma empresa comercial alicerçada por um ambiente natural repleto de recursos aproveitáveis destinados à produção de gêneros comercialmente proveitosos para o comércio europeu, extraídos e produzidos às custas do trabalho de indígenas ou negros africanos importados, dominados pelos colonos.

Nota-se dessa maneira que o desenvolvimento mercantil pôde substanciar as condições do capitalismo e, nesse contexto, a colonização se configura como um dos elementos de suma importância na constituição do processo de formação do capitalismo moderno e isto se explica pelo fato da colonização ter sido o modo característico de dominação comercial e política da Europa sobre os demais continentes, fator que favoreceu o desenvolvimento de suas próprias forças produtivas que viriam a dar origem ao capitalismo (NOVAIS, 1995). Nesse contexto, Prado Jr. (2011) recorda que a descoberta e a colonização dos países da América Latina pelos

povos europeus foram alicerçadas pelos movimentos de constituição do sistema capitalista, o qual também viria a basear relações econômicas regidas por interesses imperialistas. Este mesmo autor reitera ainda que a evolução do primitivo e originário capitalismo comercial se deu a partir da instalação e a estruturação econômica e social das colônias, posteriormente transformadas em nações latino-americanas, num sistema em que as relações passaram a se configurar de um lado por grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista e de outro pelos países periféricos.

Para melhor compreender o cenário exposto, cabe citar Dos Santos (2011), o qual define a dependência colonial como o tipo de sujeição relacionada diretamente à exportação comercial in natura, atividade em que o capital comercial e financeiro, em associação com o Estado colonialista, regia as relações econômicas entre os europeus e as colônias, através de um monopólio comercial acompanhado pelo monopólio colonial da terra, das jazidas, bem como da força de trabalho (servil ou escrava) nos países colonizados. Nesse âmbito, Prado Jr. (2011) enfatiza que, sob a ótica mundial e internacional, a conjuntura geral de colonização dos trópicos pode ser reconhecida como a criação de uma vasta empresa comercial focada na exploração de recursos naturais de um território até então virgem, em benefício do comércio europeu e este seria então o verdadeiro sentido da colonização latino-americana, ponto que tanto contribui para o entendimento de elementos fundamentais da formação e evolução histórica dos trópicos americanos.

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL: AMÉRICA ESPANHOLA E AMÉRICA PORTUGUESA

Sobre as trajetórias de colonização na América Latina, no que se refere à América Espanhola, Furtado (2007a) aborda de maneira clara os marcos dos primeiros 150 anos da presença espanhola nas Américas, com destaque para: os grandes êxitos econômicos abarcados para a Coroa, bem como para a minoria espanhola que participou diretamente da conquista; o extermínio de grande parte da população indígena preexistente, sobretudo por conta da piora das condições de vida dos povos que sobreviveram à conquista e, por fim, o fato de vastas regiões se articularem em torno de pólos dinâmicos, cuja função precípua era a de produzir excedente sob a forma de metais preciosos, a ser transferido para a Espanha quase que

unilateralmente. O mesmo autor também coloca que nesta primeira fase, homens diretamente vinculados à Espanha compunham a classe dominante e se encontravam inseridos no aparelho do Estado ou em encargos que os permitiam controlar o sistema de produção de onde saía o mencionado excedente direcionado à metrópole.

Contudo, Prado Jr (2011) enfatiza que, contrapondo as expectativas dos primeiros exploradores, reforçadas pelas exitosas experiências de descoberta de prata e ouro no México e Peru, não haveria a grande disponibilidade esperada de metais preciosos em outros territórios. Assim, cabe evidenciar o relato de Furtado (2007a) ao afirmar que os 150 anos seguintes se configuram pelo declínio da produção mineira, bem como pela diminuição da pressão sobre a população – cujo crescimento foi retomado acompanhado de uma melhora de suas condições de vida – e ainda pelo enfraquecimento das ligações entre as colônias espanholas, as quais se tornaram menos interdependentes. Neste cenário, o referido autor também trata do ganho de relevância da classe de senhores de terra, os quais, além de não possuírem vínculos com a metrópole, apresentavam uma perspectiva de interesses diferenciada com foco unicamente no contexto local.

Os portugueses, que se encontravam em posição geográfica privilegiada para a busca de novos territórios além-mar, a partir do século XV passaram de um pequeno reino continental europeu para um grande império marítimo e colonial e na base deste império em que se tornou, chegou a conquistar vastas áreas de três diferentes continentes, conquistas que se iniciam com o tráfico de escravos, marfim e ouro na Costa da África, continuam com a exploração do cultivo da pimenta e especiarias da Índia e terminam no Brasil com o tráfico do açúcar, ouro, diamantes e algodão (PRADO JR, 2011). As duas fases da colonização da América portuguesa se apresentaram de certa forma invertidas em relação às fases da América espanhola, conforme explicado por Furtado (2007a), o qual aborda que nos primeiros 150 anos da colonização portuguesa constituiu-se uma economia agrícola de exportação composta de unidades isoladas, ligadas diretamente ao exterior e sem articulação alguma com outras áreas de suas colônias, embora no caso do Brasil houvesse uma interligação entre as áreas litorâneas e o interior pecuário, o que surgiu como um fator de dependência da economia açucareira. O mesmo autor ainda subdivide a segunda fase de 150 anos em dois terços: o primeiro caracterizou-se por uma depressão econômica, que se deu de modo mais vertiginoso do que a enfrentada na mesma época pelo império espanhol; o segundo período comportou o último século da época colonial

e foi marcado pela formação do núcleo produtor de ouro e diamantes, o que serviu para acelerar o povoamento de origem europeia e a construção de um mercado articulador das diferentes regiões do país.

Na organização da economia do Brasil colônia, chama especial atenção a questão do regime da posse das terras, as quais, conforme explica Prado Jr. (2011), tanto poderiam ficar com os donatários das capitanias como também ser distribuídas entre os colonos que ali chegavam. Segundo este mesmo autor, estes não aspiravam a posição de modestos camponeses a sonhar com o novo mundo, mas antes de galgar espaços como grandes senhores e latifundiários, tendo em vista que a cultura da cana somente se viabilizava economicamente em grandes plantações. Nesse sentido, Furtado (2007a) aborda a composição da classe dirigente na América portuguesa, que nos primeiros 150 anos era formada pelos senhores das grandes plantações de cana-de-açúcar, os quais detinham vínculo direto com a metrópole enquanto que na segunda fase, essa classe correspondia principalmente a um importante núcleo de indivíduos integrado às atividades comerciais internas e ao grande comércio de mulas, um setor de atividade econômica que despertava o interesse de várias regiões do país e contribuía para aproximá-las.

Este contexto aporta a percepção de que, assim como o colonizador espanhol fez com suas colônias, o colonizador português se transfere ao Brasil buscando enriquecer, ou seja, produzir para obter um excedente a partir da produção de mercadorias, que não eram direcionadas à sua própria subsistência ou da comunidade (SODRÉ, 1983). Esse cenário acaba por reforçar o argumento de Prado Jr (2011) de que, embora não sendo o foco inicial dos colonizadores europeus, a ideia de povoar a região latino-americana acabou por surgir para fins fundamentalmente mercantis, relacionados às necessidades não apenas do abastecimento e da manutenção de feitorias comerciais que ali fossem fundadas, como também da organização da produção dos gêneros comercialmente atrativos ao mercado europeu. Desse modo, Novais (1995) já adianta aquilo que seria um prenúncio da conformação atual do sistema-mundo capitalista, ainda na fase do capitalismo mercantil do sistema colonial: a polarização “metrópole-colônia” que colocava em posição superior, como centro de decisão, a metrópole e como elemento subordinado, a colônia.

3.2 IMPLICAÇÕES DO PACTO COLONIAL NA AMÉRICA LATINA

As trajetórias anteriormente expostas, substanciam o relato de Marx (2013) de que fatores como as descobertas de ouro e de prata na América, – que culminaram no extermínio e na escravização das populações indígenas, submetidos ao trabalho no interior das minas –, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a conversão da África num grande campo a favorecer caçada pelo lucro (com ênfase no regime escravista), são alguns dos acontecimentos que marcam a emergência da produção capitalista por meio de processos impulsionadores da acumulação primitiva.

Neste sentido, Stavenhagen (2014) ressalta que o sistema mercantilista-capitalista em expansão representou a força motriz da economia americana durante toda a época colonial, num cenário em que os diversos mercados europeus eram abastecidos direta ou indiretamente pelas matérias-primas das colônias espanholas e portuguesas, fator preponderante para o desenvolvimento industrial da Europa ocidental. Desse modo, pelo fato de não se apresentarem como pequenas economias agrárias, autárquicas e baseadas em permuta, entende-se que o caráter dessas colônias evocava uma espécie de capitalismo incipiente que regia as economias coloniais e objetivava fundamentalmente a produção de valores de troca – os produtos exportados para as metrópoles não eram meros excedentes de uma economia de subsistência, mas o principal objetivo da economia colonial (VITALE, 2011). A busca pela obtenção de mão de obra barata para as empresas coloniais era então uma questão regular nas economias das colônias, como enfatiza Stavenhagen (2014, p.161):

(...) primeiro, ensaiou-se a escravidão de indígenas, logo se introduziu a escravidão dos africanos, depois conseguiu-se assegurar a participação da mão de obra servil indígena por meio de uma série de procedimentos, que variavam desde a encomienda até os repartimientos³. As condições (...) de trabalho e existência da maioria da população indígena camponesa serviam justamente para reduzir a um mínimo os custos de produção da mineração e da agricultura coloniais.

³ Mercedes, encomiendas e repartimientos, ocorriam sobretudo no século XVI como modo de acesso à terra e à mão de obra indígenas na América hispânica. Há uma enorme bibliografia a respeito. As mercedes era mais relacionadas ao ato de conceder terras, relativas às doações realizadas aos colonizadores espanhóis por serviços prestados. As encomiendas se referiam à troca de catequização e/ou evangelização dos indígenas por tributos ou serviços aos quais eram forçados a realizar. O repartimiento (ou mita, como chamado no Peru) ocorreu posteriormente à encomenda e concernia ao recrutamento de mão-de-obra para mineração que estava firmemente organizado por volta de 1570 (STAVENHAGEN, 2014, p.160).

Neste âmbito, fincava-se as raízes da superexploração do trabalho na América Latina, pois a exploração dessa mão de obra nas colônias, por mais que não fosse baseada em salários, servia ao enriquecimento dos centros europeus, por meio da redução exponencial dos custos de produção na colônia. Esse cenário substanciava o excedente a ser transferido para as metrópoles. Desta maneira, como aponta Marx (2013), se delineava o ponto de partida para o estabelecimento do modo de produção capitalista, um processo prévio chamado de acumulação primitiva.

Nesse sentido, segundo Novais (1995) pode-se citar como um desses acontecimentos marcantes para a emergência da produção capitalista o exclusivismo metropolitano do comércio colonial que, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, teve seu funcionamento respaldado no mecanismo por meio do qual parte dos mercadores das metrópoles se apropriavam dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais e o sistema colonial em vigor representava então uma peça da acumulação primitiva de capitais nos panoramas de desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu. O mesmo autor enfatiza que, deste modo, o sistema colonial auxiliava a colonização a ajustar o seu sentido na história da economia e das sociedades modernas.

Assim, cabe mencionar Marx (2013, p.) ao afirmar que:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.

Dessa forma, cabe relacionar a jornada colonial latino-americana à constituição dos processos de acumulação primitiva. Conforme Marx (ibid.) reitera, o marco da criação do sistema capitalista é aquele em que ocorre um processo de retirada da propriedade e dos meios de trabalho do próprio trabalhador, ou seja, um processo que transforma meios sociais de subsistência e de produção em capital e converte em assalariados aqueles que são os verdadeiros produtores diretos. Assim, o autor explica que a acumulação primitiva não seria mais do que o

transcurso histórico, considerado uma pré-história do capital e do modo de produção capitalista, no qual o trabalhador é dissociado dos meios de produção.

Destarte, a significação do sistema colonial regido pelas metrópoles europeias mencionadas pode ser compreendida de forma clara pelo argumento proferido por Novais (1995, p. 72):

Examinemos, pois, os mecanismos de funcionamento do Antigo Sistema colonial do mercantilismo. É no regime do comércio entre metrópoles e colônias que se situa o elemento essencial desse mecanismo. Reservando-se a exclusividade do comércio com o Ultramar, as metrópoles europeias organizavam na realidade um quadro institucional de relações tendentes a promover necessariamente um estímulo à acumulação primitiva de capital na economia metropolitana a expensas das economias periféricas coloniais. O chamado "monopólio colonial", ou mais corretamente e usando um termo da própria época, o regime do "exclusivo" metropolitano constituía-se pois no mecanismo por excelência do sistema, através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade europeias em transição para o capitalismo integral.

Neste contexto de monopólio importa enfatizar o que representava o Pacto Colonial, uma forma de manter a exclusividade do comércio das colônias para as respectivas metrópoles. Prado Jr (2011) exalta o Pacto Colonial como a expressão perfeita do domínio do capital comercial que a nova ordem capitalista precisaria enfrentar para se desenvolver, visto que a situação de exclusivismo criada pelo Pacto seria desfavorável para a figura do empresário que emergiria, pois, obstinado quanto à venda de seus produtos, se não participasse diretamente do monopólio comercial, não galgaria benefício algum.

Embora a ruptura deste pacto exclusivista tenha se tornado possível com a independência jurídica das colônias, o que propiciou o rompimento do monopólio do comércio exterior – até então sob controle das metrópoles coloniais – este novo momento acaba por configurar a dependência como uma unidade dialética da independência jurídica dos Estados nacionais latino-americanos e de seu caráter de economia dependente (DE MORAES, 1970). A afirmação de Aníbal Quijano de que as independências dos países da América representaram o fim do colonialismo, mas não o fim da colonialidade, pode auxiliar no entendimento desse cenário. Desse modo, De Moraes (1970, p.29) pontua:

A combinação da independência jurídica e da dependência econômica se exprime na esfera política pela contradição real cujo termo dominante é a dependência (com efeito, a economia determina as instituições jurídico-

constitucionais). Os interesses dominantes no mercado mundial eram os das metrópoles capitalistas.

Esta combinação de elementos históricos permite perceber, mesmo que de maneira breve, o quanto os processos de acumulação primitiva se perpetuaram no período de colonização latino-americana e acabaram por embasar o desenvolvimento de um padrão de acumulação dependente que marca esta região na história do sistema mundo capitalista. Nesse contexto, Porto-Gonçalves e De Araújo Quental (2012) salientam que esse processo padrão patriarcal racista (já imposto do período colonial) continuou a vigorar mesmo após a independência dessas colônias. Desse modo, os territórios e seus povos continuaram a ser classificados de acordo com a posição “racial” que era diretamente relacionada a um grau de evolução estipulado pelo interesse daqueles que se julgavam superiores, como os europeus, a exemplo dos índios e negros que permaneceram vinculados à uma estrutura social de servidão e subdesenvolvimento.

Nesse sentido, Bruckmann (2011) afirma que essa ideia eurocêntrica de modernidade é plantada ainda no período colonial inserida nesse sistema como parte inerente de uma estrutura arquitetada em prol da dominação e do poder dessas nações hegemônicas. Assim, a fim de buscar uma melhor compreensão desse status quo, o presente estudo traz um apanhado das especificidades das eras colonial e pós-colonial dos países selecionados para a pesquisa.

4. CICLO DE ACUMULAÇÃO DEPENDENTE E INSERÇÃO INTERNACIONAL

Na busca pelo entendimento das contradições no sistema-mundo capitalista, Marini (2014) ressalta o período histórico no qual a região latino-americana passa a participar mais ativamente do mercado mundial, durante os três primeiros quartos do século XIX. Após a independência de seus territórios, por já apresentarem uma certa infraestrutura econômica (desenvolvida na fase colonial) e situação política de relativa estabilidade, países como Chile, Brasil e Argentina (elencados para esta pesquisa), aumentaram a demanda internacional de alimentos e matérias-primas como cereais, cobre, açúcar, café, carnes, couro e lã. Desse modo, a América Latina é inserida no mercado internacional no período pós-colonial como produtora de matérias-primas e consumidora de bens de consumo não duráveis, oriundos de parte da produção leve europeia, região na qual o capitalismo industrial se afirmava, sobretudo na Inglaterra. Mais adiante, no último quarto do século XIX, os Estados Unidos se estabelecem como a nova potência capitalista mundial, para a qual grande parte das exportações da região latino-americana passaram a ser direcionadas. Por sua vez, nos países centrais, desponta o desenvolvimento de uma indústria pesada com tecnologia agregada, que orienta a economia à uma maior concentração de unidades produtivas e ao surgimento de monopólios. Estes são um reflexo da acumulação capitalista realizada nas fases antecedentes que acabam por forçar o capital a buscar campos de aplicações externos, por intermédio de empréstimos públicos e privados, financiamentos, aplicação em ações e inicialmente em menor parcela, em investimentos diretos. Assim, o capital estrangeiro – que antes se limitava a créditos externos utilizados para realizar operações comerciais compensatórias⁴ – passa a funcionar como um instrumento de subtração de uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional latino-americana, corroborando para o crescimento da concentração de capital nas economias centrais.

A fim de melhor explicar esse cenário, Marini (2014) enfatiza que nas economias dependentes o dinamismo econômico se alicerçava na relação exportação-importação, sendo

⁴ A exemplo do crédito concedido pela Inglaterra aos países latino-americanos para importação de bens não-duráveis da Europa, enquanto estes forneciam alimentos e matérias-primas aos países centrais, até o início do século XIX (MARINI, 2012).

que mesmo com obtenção da mais-valia no interior da economia nacional, sua realização acontecia no âmbito do mercado externo, devido à atividade de exportação ser traduzida em rendas aplicadas em grande parte nas importações oriundas dos países centrais. O excedente passível de ser investido refere-se a diferença entre o valor das exportações e das importações e nota-se diretamente influenciado pelos fatores externos à economia nacional. Nos países em que a principal atividade exportadora era controlada pelas classes dominantes locais, esse excedente seria geralmente aplicado no setor mais rentável da economia, que correspondia especificamente à atividade exportadora de onde se extraía o maior excedente, acarretando uma situação de monoprodução (isso justifica o fato das economias dependentes se concentrarem nas exportações de alguns poucos bens primários). Por outro lado, em menor medida, parte desse excedente era usado para o fomento de atividades vinculadas ao mercado interno, implementando alguns núcleos fabris "leves", com vistas a responder ao consumo das camadas populares (que não possuíam acesso aos bens importados). No caso dos países em que a principal atividade de exportação era controlada pelos capitalistas estrangeiros, a mais-valia oriunda do comércio mundial a estes pertencia e somente uma parte dela era repassada à economia nacional através de tributos e impostos pagos pelo Estado (vem daí o interesse burguês latino-americano em fazer parte da organização estatal). A maior parte desta mais-valia se convertia em demanda de bens importados, reduzindo o excedente passível de ser investido, ou permanecia nas mãos dos capitalistas estrangeiros cuja decisão de investir no país dependente estava condicionada às exigências da economia central.

Nesse sentido, mais do que compreender essas relações “centro-periferia”, é preciso entender a dependência por suas bases estruturais, pela interpretação das contradições e antagonismos que movem o processo de acumulação do capital. Para isso, faz-se necessária a realização de um estudo do capitalismo subdesenvolvido e dependente com base na análise concreta de situações concretas, circunstâncias e condições concedidas pelo desenvolvimento do subdesenvolvimento que marca a região latino-americana e seu capitalismo dependente caracterizado pela superexploração do trabalho (OURIQUES, 2014). Osório (2009) explica esse conceito de superexploração enfatizando que o desenvolvimento de processos de trabalho além de possibilitar o aumento da jornada de trabalho, também pode intensificá-la a tal ponto que – embora haja pagamentos por hora extra ou por elevação do salário devido ao aumento nas mercadorias – termine por reduzir a vida útil e a vida total do trabalhador. Isto ocorre pois,

ainda que se consiga atingir a quantidade suficiente (e até maior) de bens que conformam os meios de vida para garantir a reprodução do trabalhador, este mesmo não pode contar com as horas e os dias de descanso necessários à reposição do desgaste físico e mental ocasionados por longas e intensas jornadas de trabalho. Dessa forma, o salário extra só compensaria uma parte dos anos futuros apropriados pelo capital por meio de jornadas exaustivas ou de trabalho redobrado. Esse cenário implica na queda dos preços da força de trabalho (salários), abaixo de seu valor.

Nesse contexto, é interessante trazer o debate atual no que se refere à categoria da superexploração da Teoria da Dependência, por meio da contraposição das visões dos autores Claudio Katz e Jaime Osório. Este último, divulgou um escrito (OSÓRIO, 2017) com sua resposta às ideias de Katz, as quais apontam a necessidade de maior reflexão sobre o uso da categoria da superexploração no entendimento da Teoria da Dependência. O pensamento de Katz na sua busca por argumentos para construir uma visão da “dependência sem superexploração”, que é inclusive título de um de seus escritos, traz a ideia de que Rui Mauro Marini ressaltou a centralidade do intercâmbio desigual como determinante da superexploração, mas para desenvolver sua tese terminou atribuindo maior relevância a este segundo processo. Por sua vez, Jaime Osório defende essa visão da superexploração como central na dependência, visto que embora a superexploração do trabalho seja estimulada pelo intercâmbio desigual, esta não deriva apenas disto, mas principalmente da febre do lucro criado pelo mercado mundial e baseia-se fundamentalmente na formação de superpopulação relativa. Assim, Osório explica que sem a formulação da superexploração, a teoria marxista da dependência continuaria a repetir o que muitas escolas e correntes também repetiram: baixos salários, baixa composição orgânica, baixa produtividade, preços de produção abaixo do valor, transferências de valor, mas sem um tecido conceitual que explica por que tudo isso acontece. Katz (2016) traz uma abordagem contemporânea da dependência que contempla a ideia da superexploração do trabalho inerente a praticamente todos os mecanismos em envolvem a estrutura produtiva dos países oriundos da periferia do sistema mundo. Para este autor, a lógica capitalista e as práticas imperialistas se relacionam à exploração das condições geográficas desiguais que permeiam a acumulação do capital, que, por sua vez, é formada por “assimetrias” originadas das relações espaciais de troca em condições de desigualdade hierárquica e geográfica.

Esse contexto, ao afirmar que a compressão salarial e o aumento da produtividade do trabalho, – a partir da superexploração do trabalho – impulsionam as elevadas taxas de mais-valia em vigor nas economias dependentes, as quais baseiam a acumulação de capital interna e externa, Marini (2014) traz os elementos essenciais para a análise do capitalismo dependente, como já dito, essencial à realização deste estudo.

Enfatizando a importância do âmbito interno dessas economias, este mesmo autor aponta que a expansão do mercado de bens de consumo é de grande relevância para que o capital se realize, pois a realização do capital-mercadoria se configura como componente fundamental no ciclo do capital (a ser explicado mais adiante). No entanto, o argumento da burguesia é o de que não haveria problemas de realização de capital neste sentido nas economias dependentes, pois a crescente produtividade do trabalho e a integração das camadas trabalhadoras ao consumo seriam suficientes para expandir o mercado interno destas economias. Contudo, esse argumento não se sustenta, pois o que predomina numa economia dependente são as formas de superexploração do trabalho (explicadas anteriormente) que são reforçadas pelo crescimento da produtividade do trabalho e nesse ínterim, o que na realidade ocorre é a exclusão das massas não apenas do consumo, como também do emprego produtivo criado pela acumulação de capital.

Esses problemas de realização no mercado interno se deram em grande medida pelo desenvolvimento de uma industrialização tardia na América Latina, inicialmente apoiada na política de substituição de importações implementada na primeira metade do século XX, nos países latino-americanos, com a intenção de assegurar o dinamismo da estreita faixa de mercado referente às classes médias e altas da sociedade, visto que fenômenos como Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, desencadearam uma queda drástica no volume de exportações para os países do centro, contribuindo para o enfraquecimento da capacidade de importação latino-americana (SALAMA, 2011). E era através da subtração do poder de compra das massas trabalhadoras que, submetidas à superexploração, recebiam remunerações inferiores ao valor real de sua força de trabalho, que esse dinamismo das camadas burguesas era assegurado (MARINI, 2014). Essa industrialização por substituição de importações, começou a enfrentar diversas limitações – a exemplo da necessidade de aumento da capacidade ótima de produção devido ao avanço técnico dos países do centro – a partir dos anos 1960, período que marcou a superação da crise de 1930 pelas economias desenvolvidas e

a reconstrução das economias europeias e asiáticas após a Segunda Guerra Mundial (SALAMA, 2011). Sobre o exposto, Marini (2014) vai mais fundo ao ressaltar que a situação de esgotamento da expansão do mercado interno pela industrialização substitutiva de bens de consumo não duráveis contribuiu para que as burguesias nacionais dos países latino-americanos considerassem a implementação de uma indústria pesada nacional. Contudo, a criação desse setor nacional de bens de capital esbarrou no assédio do capital estrangeiro e sua pressão para penetrar nessas economias periféricas e deter o desenvolvimento deste setor. Intensificado nos anos 1950, o assédio dos capitais estrangeiros aliado à limitação da capacidade importadora dos países latino-americanos, constituíram o campo ideal para entrada de capitais externos via investimentos diretos, em grande medida atrelados às empresas locais. Esta entrada aportou para o investidor estrangeiro a chance de conseguir a obtenção de lucros a partir tanto do uso da sua maquinaria obsoleta na indústria das economias dependentes, como do preço mais baixo da mão de obra ali presente, superexplorada. Houve ainda um processo de desnacionalização da burguesia local que buscava uma mais-valia extraordinária com a “nova” maquinaria absorvida. Assim, o referido autor alega que a industrialização dependente, além de corroborar para o desajuste na composição orgânica do capital ⁵ das economias dependentes – que se nota pelos diferentes graus de desenvolvimento industrial –, também promove a reorientação do capital estrangeiro à indústria destes países. Isto ocorre tanto por conta das expressivas taxas de mais-valia ali apresentadas, quanto pela possibilidade que os países do centro dispõem de exportar para as economias dependentes não apenas bens de consumo corrente, mas sobretudo bens intermediários e de capital.

Diante do exposto, para realizar uma análise do padrão de reprodução de capital nas economias dependentes, faz-se necessário considerar que capital realiza seu ciclo ao passar pelas esferas da produção e da circulação, nas quais assume as seguintes formas, as quais, por sua vez, assumem ciclos próprios: capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. Sobre estes, Osório (2012b, p.) explica:

O ciclo do capital-dinheiro destaca a essência do dinheiro que funciona como capital, a de valorizar-se, o ciclo do capital produtivo permite ver ‘não só produção, mas reprodução periódica de mais-valia’, isto é, ‘não como função

⁵ Conforme Marx (2013) explica essa composição orgânica do capital representa, a soma de maquinário, matérias-primas e tudo o mais que for necessário para a produzir uma determinada mercadoria em relação à força de trabalho necessária para sua produção.

realizada uma única vez, mas como função periodicamente repetida'. Por último, o ciclo do capital-mercadoria nos mostra a valorização, mas como parte de um processo em que o capital, para atingir esse objetivo, não pode desprender-se do valor de uso das mercadorias. M' deve vender-se, porque tem uma utilidade, para realizar em dinheiro (D') o mais-trabalho que contém.

Nesse sentido, a sua análise dos ciclos do capital concebidos por Marx possibilita compreender as motivações que reforçam o padrão dependente de desenvolvimento dos países oriundos da periferia mundial. Na etapa inicial do ciclo do capital, enquanto nos países ditos desenvolvidos o capital dinheiro é inicialmente empregado para a compra da força de trabalho e equipamentos (produzidos por capitalistas do próprio país) para a produção, naqueles subdesenvolvidos esse capital é empregado na compra de força de trabalho considerada “fraca” ou pouco qualificada e na importação de equipamentos cuja produção em seus países se apresenta ínfima. Dessa forma, a dependência em relação aos países centrais é substanciada.

A análise histórica possibilita ainda buscar as razões que tornam imprescindível a valorização do capital através de determinadas personificações em valores de uso específicos em momentos peculiares, fator que acaba por gerar formas capitalistas diversas. Fazendo uma analogia à questão apresentada por Marx quanto à diferenciação da valorização de capital pela produção de salsichas ou canhões, os processos produtivos de automóveis e de calçados também são distintos, assim como seus consumidores, seus mercados e as políticas estatais oriundas destes.

Osório (2012b) então enfatiza a importância da compreensão do valor de uso produzido pelas indústrias que concentram os investimentos e, portanto, tendem a converter-se em eixos da acumulação. Nesse contexto, embora a produção tenda a se inclinar a setores para os quais já exista uma demanda (ou mercado), também pode haver a criação de mercados para os bens produzidos, pois nem todos os valores de uso respondem às mesmas necessidades sociais. Certos tipos de produção (como a de tanques, aviões de guerra, bombas ou bens suntuários) evidenciam o distanciamento entre as necessidades do capital de valorizar-se e as necessidades sociais das camadas trabalhadoras (maioria da população), que necessitam de bens úteis de outra natureza.

Marini (2014) aborda que um exemplo deste distanciamento pode ser considerado quando se observam casos como o brasileiro, no qual, de 1964 a 1970 a produção industrial de setores como o de automóveis, cresceram vertiginosamente, enquanto outras indústrias de bens-salário,

como a têxtil e de calçados se mantiveram estagnadas. Seria então uma consequência da integração das camadas trabalhadoras ao consumo, a dinamização da produção de mercados como o de automóveis, enquanto os setores de bens de consumo corrente se mantem estagnados? Não faz sentido. Fica claro que o capital estrangeiro investido no país dependente por precisar retornar ao exterior, seja para se realizar em mercadoria, seja para se converter em capital produtivo e no crescimento de indústrias como as automobilísticas (convertidas em eixo de acumulação em prol da valorização do capital), acaba por influenciar a estagnação das demais indústrias de bens de consumo corrente.

Nesse âmbito, o contexto aqui abordado revela que nessa dinâmica do capitalismo dependente, as economias latino-americanas seriam incapazes de integrar as massas populares à produção e ao consumo. Inclusive por conta da intenção de aumentar a taxa de exploração, ou seja, de mais-valia, por meio de uma maior produtividade do trabalho – em maior parte para atrair e remunerar o capital estrangeiro e em menor medida para ressarcir a burguesia capitalista em relação ao que era concedido ao capital externo. Em prol do aumento da taxa de mais-valia, recorreu-se à importação de tecnologia e capitais estrangeiros (associados a padrões de consumo acessíveis apenas aos grupos de alta renda) por essas economias dependentes, fator que veio a agudizar a superexploração dos trabalhadores, a tendência à compressão do consumo de bens-salário pelos trabalhadores e por conseguinte, o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas. Assim, o processo de acumulação dependente se baseia na superexploração do trabalho, reforçando o processo de concentração e a centralização do capital e simultaneamente aportando benefícios aos ramos industriais como os de bens suntuários e intermediários, os quais não se incorporam ao consumo popular. Nesse âmbito, esse tipo de industrialização representa umas das motivações preponderantes aos problemas de realização do capital no mercado interno desses países dependentes, justamente por conduzir uma desproporção crescente entre a produção e o consumo.

Aqui, cabe deixar claro ser evidente que países importadores de capital e tecnologia precisam dispor de uma margem de divisas suficiente para cobrir o pagamento de *royalties*, amortizações, juros e remessas de lucro ao exterior, contudo é relevante ressaltar que essa disponibilidade não resulta apenas das divisas geradas pela exportação, mas especificamente através de entradas de capital estrangeiro que sejam superiores às saídas, fator que implica na exigência de atrair e reter esse capital e oferecer lucros compensadores e campos para sua

acumulação e realização (MARINI, 2014). Dessa forma, o mesmo autor ainda alega que para as economias dependentes, não se faz necessário somente internacionalizar o mercado interno, como alegam alguns autores, como principalmente prover o campo ideal para a acumulação e reprodução do capital estrangeiro, por meio da superexploração, pois, conforme já mencionado, a combinação da compressão dos salários com a produtividade do trabalho enseja as elevadas taxas de mais-valia e baseia a acumulação de capital interna e externa. Nesse sentido, a fim de melhor compreender esse ciclo de acumulação dependente, faz-se necessário abordar as especificidades de inserção no sistema-mundo dos países escolhidos para a pesquisa e a compreensão do contexto de trocas no comércio internacional, conforme abordado por Katz (2016), que a cada nova etapa do capitalismo reforçam o caráter dependente dos países oriundos da periferia.

4.1 O IMPERIALISMO, SUAS CONTRADIÇÕES E A ACENTUAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

O presente estudo envolve a busca pela compreensão das repercussões do padrão dependente de desenvolvimento nas contas externas de Brasil, Chile e Argentina, por isso torna-se imprescindível entender previamente como se desenvolvem os processos imperialistas no sistema-mundo. Pode-se considerar que desde a antiguidade têm existido formações sociais imperialistas e coloniais, mas sem dúvida, como aponta Dos Santos (2011), somente na era moderna que essa relação assume um caráter mundial, como consequência da integração alcançada por meio dos movimentos da economia capitalista internacional que, de um lado, produz um mercado mundial integrado de mercadorias, força de trabalho e capitais e, de outro, uma alta concentração da tecnologia, da produção e dos capitais em um centro hegemônico e em um conjunto de países dominantes. Assim, se estabelece a questão da dominação imperialista de um lado e a superação da condição da dependência de outro, convertendo-se em um problema de cunho mundial. O autor citado também afirma que o desenvolvimento do capitalismo como capitalismo monopólico imperialista se transforma dialeticamente em um impulso para a expansão mundial capitalista e, ao mesmo tempo, em um limite para esse desenvolvimento, pois, em consequência de seu caráter contraditório, a expansão do capitalismo não produz uma economia internacional equilibrada e igualitária, mas a oposição

entre um capitalismo dominante e um capitalismo dependente. Nesse duelo, este último fica limitado em sua capacidade de desenvolvimento, o que o torna incapaz de resolver até mesmo aqueles problemas elementares de superveniência humana, os quais inclusive já puderam ser superados em boa parte nos países dominantes.

Conforme já abordado neste trabalho, a história do moderno sistema-mundo capitalista, iniciou-se, em grande parte, como uma história de expansão dos povos e Estados europeus para o resto do mundo. Foi assim que, seguindo os passos de Colombo, primeiro europeu a chegar à América em 1492, outros espanhóis chegaram em territórios sul-americanos e destruíram as estruturas políticas dos dois maiores impérios das Américas, o Asteca e o Inca. Para tal, Wallerstein (2006a) enfatiza que a justificativa moral e histórica usualmente apresentada pelo grupo colonizador dominante, era a de que a civilização europeia, com suas raízes na antiguidade greco-romana (para alguns também originada no mundo do velho testamento bíblico), seria a única que poderia levar os verdadeiros valores universais de modernidade e progresso a esses povos originários, os quais por esses mesmos motivos deviam ser econômica e politicamente subordinados à Europa.

Nesse contexto, Dos Santos (2011), afirma que a economia mundial surge no século XVI dirigida pelos grandes centros europeus, que intendiam conquistar outros vastos territórios no mundo e através desta expansão viriam a dizimar avançados modos de produção pré-capitalistas, o que respaldou a estruturação da economia mundial capitalista em dois grandes tipos de formações: as centrais e as colonizadas ou dependentes. Os centros combinam a associação entre os Estados e os monopólios empresariais que articulam a divisão internacional do trabalho reservando para si mesmos as atividades de maior intensidade tecnológica (daí o interesse em destruir os então avançados modos de produção dos Incas, Maias e Astecas) e destinando as atividades complementares às periferias. Conforme sintetiza Martins (2011), a colonização corresponde assim aos períodos de acumulação primitiva e estabelecimento do mercado mundial, aspectos necessários ao posterior desenvolvimento da Revolução Industrial e implementação do modo de produção capitalista nos países centrais.

Nota-se dessa forma que primeiro foi necessário desintegrar os padrões de poder e de civilização de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie, seguindo um extermínio físico iniciado no século XVI, o qual perdurou por pouco mais de três décadas e chegou a dizimar mais da metade da população dessas sociedades, segundo afirma Quijano

(2006). Anteriormente a esse genocídio, estas compunham um total estimado em mais de 100 milhões de pessoas, incluindo muitos dirigentes, intelectuais, engenheiros, cientistas e artistas. O mesmo autor aborda que nos séculos seguintes, os colonizadores europeus continuaram uma repressão material e subjetiva daqueles que sobreviveram ao massacre e os submeteram à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes. Desse modo, os colonizadores foram os responsáveis pelo desaparecimento de qualquer padrão livre e autônomo de objetivação de ideias daqueles povos originários, como suas imagens, seus símbolos, o alfabeto, a escrita, as artes visuais, sonoras e audiovisuais. Nesse contexto, deu-se a destruição de uma das mais ricas heranças intelectuais e artísticas da humanidade e aqueles que sobreviveram, além de passarem a não ter mais o acesso a todos os avanços produzidos por esses povos, também foram impedidos de resguardarem suas identidades nativas, pois por muito tempo não puderam assumir ou criar seus próprios sinais e símbolos, embora muitas vezes assim o fizessem, ainda que de maneira clandestina. Desse modo, como enfatiza Dussel (1993), os indígenas, foram forçados a negarem a si próprios e, por conta desse repúdio, foram considerados como bárbaros, que deviam ter suas identidades e direitos encobertos pelos conquistadores ditos civilizados. Sobre esse cenário, Quijano (2006, p. 63) explica:

A vasta e plural história de identidades e memórias (seus nomes mais famosos são conhecidos de todos: maias, astecas, incas) do mundo conquistado foi deliberadamente destruída e toda a população sobrevivente foi imposta uma única identidade, racial, colonial e derogatória – “índios”. Assim, além da destruição de seu prévio mundo histórico-cultural, a esses povos foi imposta a idéia de raça e uma identidade racial, como emblema de seu novo lugar no universo do poder. E, pior, durante quinhentos anos foram ensinados a se olhar com o olho do dominador.

Dessa forma, é possível notar que os latino-americanos foram tolhidos do real conhecimento de suas próprias origens, a ponto de confirmarem a necessidade do desbravamento europeu para estabelecer o progresso necessário ao desenvolvimento de sua região. Segundo Dussel (1993), é como se toda a crueldade pudesse ser legitimada como um mal necessário para a verdadeira modernização desses povos “atrasados”, violentamente dominados pelos conquistadores europeus em prol da colonização, da imposição de seus costumes e até da catequização, o que se configurava numa conquista até no âmbito espiritual.

Dessa maneira, a trajetória histórica da América Latina surge marcada pelo que provavelmente se configura na maior destruição sociocultural e demográfica da história

mundial. Por isso, o genocídio dos povos originários latino-americanos deve ser considerado ativamente para a compreensão das divergências ou convergências de perspectivas que permeiam o debate pela produção do próprio sentido histórico da América Latina (QUIJANO, 2006). Desse modo, corrobora o que Harvey (2010) aborda sobre a acumulação primitiva de capital ter se iniciado por meio dos processos coloniais, neocoloniais e imperiais de encobrimento da história e da cultura de povos originários e da apropriação de todo tipo de ativos (inclusive de recursos naturais). Marx (2013) traz ainda como características dessa acumulação primitiva de capital: a mercadificação e a privatização da terra junto à expulsão violenta de populações camponesas; a transformação dos variados modos de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos voltados exclusivamente à propriedade privada; a retirada dos direitos dos camponeses às terras comuns; a incorporação da força de trabalho ao mercado e a extinção de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; a obtenção de lucro a partir das trocas e da taxação, sobretudo da terra; o comércio de escravo e o estabelecimento da dívida nacional e do sistema de crédito como formas extremas de acumulação primitiva. Esses processos foram alicerçados às definições de legalidade adotadas pelo Estado e ao monopólio deste em relação à aplicação da violência para imposição de seus interesses, aspectos que provam como a transição para o desenvolvimento capitalista foi fundamentalmente respaldada pela ação do Estado (HARVEY, 2010). O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes. Nesse contexto, Harvey (2007) também aponta para o surgimento de um movimento que chamou de “compressão espaço-tempo” pelo qual as tomadas de decisões e ações em uma organização aliadas à transmissão de informações de mercado, ultrapassam os limites geográficos num ritmo crescente de velocidade. Logo, a questão da “compressão espaço-tempo” está diretamente relacionada ao novo modo de regulação flexível adotado após a mundialização científico-técnica em 1970, pois foi com o auxílio deste mecanismo que ocorreram transformações significativas no contexto internacional, como a transposição de barreiras transfronteiriças em função das novas configurações produtivas. Esse novo modo de acumulação flexível trouxe consigo uma diminuição do papel Estado (inclusive no que diz respeito à seara trabalhista) e uma transformação na configuração das forças produtivas, fomentada pelos interesses de expansão capitalista aliado aos avanços em CT&I que contribuíram para redesenhar a cadeia produtiva global e facilitar os mecanismos de expropriação do trabalho (HARVEY, 2007).

Houve assim, o que Antunes e Praun (2015) chamam de deterioração das condições de trabalho, processo que acentua o controle da atividade do trabalhador pelas organizações em que atuam, buscando eliminar gradativamente a autonomia do trabalhador, fragilizando-o em benefício dos capitalistas. Esse novo panorama liberal e acumulação flexível foi o mesmo que ensejou as privatizações, aberturas comerciais e flexibilização do trabalho, intensificando a exigência global por aumento da produtividade em detrimento do salário (KATZ, 2016). Sobre a flexibilização do trabalho, Marini (2008), salienta que, em troca de estabilidade, o trabalhador se sentiria obrigado a aceitar mudanças que afetassem tanto o seu trabalho e respectivo salário, quanto a sua jornada de trabalho, no que se refere à duração e à intensidade desta.

O desenvolvimento da economia mundial capitalista traz à tona o quão profundamente distintas são as trajetórias nacionais dos países de acordo com suas posições hierárquicas na divisão internacional do trabalho. Os países centrais podem até não representar modelos avançados para as formações periféricas, nem pertencerem a outro tempo, mas constroem suas histórias (simultaneamente àquelas dos países periféricos), a partir de uma posição específica e privilegiada que ocupam no panorama econômico mundial. Se nos centros o interesse nacional se respalda na economia mundial para estabelecer um desenvolvimento das forças produtivas que os favorecem, as periferias se subordinam aos condicionamentos desta dinâmica econômica central (MARTINS, 2011). Assim, como afirma Sanssen (2016) o que se costuma chamar de desenvolvimento econômico tem como base a extração de materiais de uma parte do mundo e seu transporte até outra.

Nesse contexto, pela lógica capitalista, as práticas imperialistas, costumam estar relacionadas à exploração das condições geográficas desiguais que permeia a acumulação do capital, constituída sob as “assimetrias” oriundas das relações espaciais de troca em condições de desigualdade hierárquica e geográfica. Esse cenário ressalta o caráter dependente de cunho estrutural associado à inserção industrial dos países oriundos da periferia do sistema-mundo capitalista, a qual se respalda na mais-valia extorquida pela superexploração do trabalho e pelas relações de troca desiguais com os países centrais (KATZ, 2016; MARINI, 2014). Desta forma, estas condições não se originam apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização, mas principalmente pelo caráter desigual de distribuição da riqueza e do poder que se concentram nos países centrais em decorrência das relações assimétricas de troca. E é este o cerne do viés político imperialista, a manutenção do padrão de desigualdade

espacial de trocas de acordo com os interesses do Estado, que se constitui como a entidade política responsável por gerir os movimentos que mantenham sua riqueza e poder. (HARVEY, 2010). E quanto à aliança direta entre burguesia e Estado, Luxemburgo (2019) chama a atenção para o desenvolvimento da produção capitalista nos países europeus, em detrimento da pequena produção camponesa e artesanal, dinâmica reproduzida no âmbito centro-periferia do sistema-mundo capitalista. Dessa forma, Harvey (2010, p.31) define o imperialismo capitalista como:

(...) uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). Com a primeira expressão deseja acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo. Com esta última expressão, concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante.

Logo, o imperialismo abre caminho à acumulação do capital por expropriação por meio da associação contraditória entre as potências hegemônicas e os próprios Estados explorados, como claramente acontece com os países latino-americanos, a exemplo de Brasil, Chile e Argentina. Não obstante, como salienta Dos Santos (2011), o imperialismo não consegue dirimir o contrassenso entre a existência de um mercado e um Estado nacionais fortes – que se apoiam tecnológica, econômica e financeira, militar e politicamente para realizar a expansão internacional do capital – e a crescente internacionalização desse mesmo Estado, a qual supõe o livre movimento de capitais, de mercadorias e de recursos financeiros. Esse paradoxo se manifesta no aumento do caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista, o que estimula o parasitismo do centro dominante e dinamiza outros polos de crescimento (como na Europa e no Japão no pós Segunda Guerra Mundial) em detrimento do desenvolvimento da economia das zonas periféricas, o que contribui para um conflito pelo favorecimento dos interesses nacionais imperialistas. Como já visto anteriormente neste estudo, essa situação substancia o atraso e a dependência das zonas periféricas em relação às economias centrais e

reafirma a periferia como uma base robusta para a expansão do capital internacional, por meio da extração de lucros elevados e da manutenção dos altos preços de produtos das economias centrais enquanto as matérias-primas e produtos agrícolas advindos da periferia são vendidos a preços bem mais baixos (o que mais uma vez reforça a desigualdade nas relações de troca no sistema-mundo). Aumentam-se assim as contradições entre os interesses pelo crescimento econômico do mundo dependente e os interesses dominantes dos centros imperialistas. Esses fatores propiciam um vasto campo para a emergência de tendências revolucionárias, que veem no socialismo uma saída para o desenvolvimento das economias periféricas, pelo rompimento da dominação imperialista e das estruturas de dependência que mantém o cenário de exploração e miséria.

Nesse âmbito, Harvey (2010) salienta que os processos de acumulação primitiva ou original, definidos por Marx e Adam Smith, representam uma força constante e relevante que por meio do imperialismo move os processos de acumulação de capital no contexto histórico-geográfico mundial. Assim, conforme enfatizam Duménil e Lévy (2007), o imperialismo não se refere a um estágio particular do capitalismo, mas a uma marca constante que acompanha esse regime desde suas origens, na era dos impérios coloniais e exportação de capitais, até a contemporaneidade. Inclusive, os mesmos autores ressaltam que, de modo bem específico, o imperialismo caracteriza a hostilidade presente entre as maiores economias capitalistas, como as controvérsias que desencadearam a Primeira Guerra Mundial, evento que marca a emergência dos EUA como a maior potência econômica mundial. Posteriormente essa natureza de disputas também foi crucial para a ocorrência da Segunda Guerra Mundial, após a qual a ordem multipolar imperialista se converteu no conflito bipolar da Guerra Fria e posteriormente, com a queda da União Soviética, o mundo imperialista tornou-se unipolar. Isso porque os processos imperialistas passaram a ser liderados pelos EUA, que embora não seja a única potência imperialista, é a que melhor representa a hegemonia no imperialismo atual.

O pós Segunda Guerra Mundial inaugura uma fase em que se configuram um conjunto de inversões incorporadas primeiro nos EUA e em seguida estendidas ao plano internacional, por meio de elementos como os listados por Harvey (2010): a incorporação do ciclo produtivo das mudanças tecnológicas operadas durante a guerra nas indústrias eletrônica, petroquímica e de energia atômica; o aumento de gastos estatais, particularmente relacionados ao estímulo à indústria de guerra e às esferas militar e educacional; a reconstrução europeia e japonesa e de

vastas regiões do que, sob a ótica imperialista, era considerado o terceiro mundo e as mudanças de produtividade na agricultura com o aumento do consumo de bens agrícolas (fertilizantes, pesticidas, etc.). Esses novos elementos apresentados chegaram a seus limites na década de 1960, quando o processo de expansão internacional se completa com o fim da reconstrução europeia e japonesa e da substituição de importações dos países periféricos mais industrializados, como Chile, Brasil e Argentina, política explanada anteriormente nesta pesquisa. A indústria de guerra também entra em crise ao produzir saltos tecnológicos cuja aplicação exige uma nova etapa de acumulação, reforçada pela ebulição da revolução científico-técnica, que requer uma considerável renovação do parque industrial instalado, com a introdução massiva da automação, o aumento do consumo público em escalas gigantescas e as consequentes mudanças no capitalismo de Estado e no seu nível de intervenção econômica. Mais além, no plano internacional se estabelece a necessidade de uma nova divisão internacional do trabalho e novas regras financeiras que assegurem a liquidez do sistema financeiro que cresceu com base no endividamento dos países dependentes dos quais as dívidas só poderiam ser pagas através violentas moratórias, quebras e reajustes.

Nesse íterim, sob os interesses das potências imperialistas, a acumulação por espoliação⁶ foi acentuada, sobretudo a partir de 1973, quando o processo de desenvolvimento capitalista e a reprodução da ordem social, passam a refletir de maneira mais contundente o contexto contraditório das lógicas do território e do capital, o qual, de acordo com sua dinâmica temporal histórico-geográfica pode apresentar a predominância de uma ou outra lógica específica (ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011). Harvey (2010) enfatiza que os principais agentes desse reforço foram a financeirização e o arranjo de um sistema financeiro global capaz de suscitar diversos níveis de surtos de desvalorização e de acumulação por expropriação em determinados setores econômicos ou até mesmo em territórios inteiros. O mesmo autor ainda explica que o surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição. Pode-se citar como exemplo da hegemonia financeira estadunidense, os esforços para o estabelecimento do livre comércio pós Segunda Guerra

⁶ O conceito de acumulação por espoliação foi trabalhado por David Harvey, como o processo em que os detentores do poder de investir recebem um conjunto de ativos existentes no território (mão de obra farta, recursos genéticos, bens públicos, bens culturais etc.) por um custo muito baixo ou nulo, com o intuito de obter lucro. Ao liberar esses recursos dessa forma, a acumulação por espoliação cumpre o mesmo papel que a acumulação primitiva cumpria na perspectiva de Marx (ALMEIDA, 2011).

Mundial, com as medidas orientadas pelo Consenso de Washington, conforme já abordado neste trabalho, e a conseqüente abertura de mercados de capitais em todo o mundo pelas operações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), que no fim das contas se versava à obtenção de vantagens específicas para as instituições financeiras dos EUA.

Nesse contexto, o neoliberalismo surge para intensificar os movimentos imperialistas em benefício das potências hegemônicas que perdiam vigor frente à uma das crises do capitalismo. Sobre isso, Duménil e Lévy (2007, p. 2) salientam:

A crise estrutural dos anos 1970 e o crescimento da inflação diminuíram ainda mais a renda e a riqueza da classe capitalista. Isso se pode compreender facilmente numa situação em que as taxas de juros reais eram praticamente iguais a zero ou negativas, os lucros e dividendos eram baixos, e o mercado da bolsa estava deprimido. Entre a Segunda Guerra Mundial e o começo dos anos 1970, o 1% mais rico das famílias dos EUA tinha mais de 30% da riqueza total do país; durante a primeira metade dos anos 1970, essa percentagem tinha caído para 22%. O neoliberalismo foi um golpe político cujo objetivo era a restauração desses privilégios. A esse respeito, foi um grande sucesso.

Nesse sentido, o método dialético auxilia na compreensão de como as medidas liberalizantes de mercados dos liberais e neoliberais não sustentam uma situação justa a todos os países do sistema-mundo, pelo contrário, condicionam índices ainda mais elevados de desigualdade social, inclusive nos próprios países que encabeçam essa tradição liberal, como a Inglaterra e os Estados Unidos (HARVEY, 2011).

Assim, Marini (2007) enfatiza que, nos países oriundos da periferia do sistema-mundo, a fascinação antes relativa ao exemplo europeu deu lugar ao deslumbramento com o modelo estadunidense. Dessa forma, eloquentes chamados à modernização convocavam nações como as latino-americanas à substituição de seus padrões rotineiros de conduta, por novos valores de risco, investimento e competência, pois seriam essas mudanças de costumes que levariam a América Latina ao caminho do verdadeiro desenvolvimento. As mentalidades dos povos da periferia foram impregnadas pela ideia de que o salto da pobreza para o bem-estar, o consumo em grande escala e o trabalho qualificado somente se aplicariam em regiões como a latino-americana, caso fossem seguidas as coordenadas dos impérios modernos (KATZ, 2016). Essa mensagem foi inclusive utilizada para conter as ameaças revolucionárias de cunho social, a exemplo do que ocorreu nos regimes ditatoriais sul-americanos, que se iniciaram pela tomada

de poder via Golpe Militar, efetuados com a justificativa de impedir o alastramento do comunismo nesses territórios.

Nesse âmbito, segundo Harvey (2010), foi também a partir a do ano de 1973 que foram criados novos mecanismos de acumulação por espoliação, com destaque para os direitos de propriedade intelectual instaurados nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS⁷), como os que se referem ao patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de diversos tipos de produtos que podem ser controversamente usados contra as próprias populações que tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais ou até mesmo que os criaram. Nesse panorama se sobressaem a biopirataria e os saques do estoque mundial de recursos genéticos em prol de umas poucas grandes companhias farmacêuticas pertencentes aos países centrais. Ademais, o referido autor também chama a atenção para a escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e a difusão do arrasamento de habitats que tantas coisas impossibilitam, mas mantém as formas capital-intensivas de produção agrícola que resultam na conversão da natureza em mercadoria vendida por “atacado”. São esses os processos aos quais países como Brasil, Chile Argentina estão submetidos, sem falar na mercadificação de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual que envolvem a exploração em larga escala. Assim, conforme aponta Bruckmann (2011), esse cenário contemporâneo torna necessário pensar uma estratégia de reapropriação dos recursos naturais, que envolva sua gestão nos âmbitos econômico e científico, inspirando um aprofundamento da discussão da própria noção de desenvolvimento, de soberania e do posicionamento da América Latina no espaço geopolítico mundial.

Dessa maneira, conforme afirma Sassen (2016) a modernização e desenvolvimento econômico aportados pelas potências centrais se propõem cada vez mais a expandir os níveis de extração via tecnologias novas e complexas que propiciam desequilíbrios ainda mais graves entre os recursos naturais explorados e sua utilização e aponta para a ameaça de degradação de elementos fundamentais à biosfera.

Esse mesmo ímpeto de propiciar vantagens às lideranças hegemônicas levou os bens até então públicos a serem tomados por corporações e privatizados (a exemplo das universidades),

⁷ Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS), em Português, Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio que entrou em vigor em 1995 no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

numa onda de privatizações que tem atingido até recursos naturais essenciais como a água (a exemplo do caso chileno) e outras utilidades públicas de todo gênero (HARVEY, 2010). Assim, seguiu-se a tendência imperialista da ruptura de monopólios públicos como nas áreas de energia, transportes e telecomunicações, por meio da privatizações de empresas estatais e da desregulamentação econômica, sobretudo em relação aos movimentos de capitais internacionais e a políticas de descentralização fiscal e de serviços que, conforme Cano (1996) salienta, ampliaram ainda mais o caminho para a acumulação do capital por expropriação. Nesse âmbito neoliberal, Harvey (2010) aponta que o poder do Estado é constantemente utilizado para impor processos, mesmo que estes sejam contrários à vontade do povo. Como exemplo, cabe mencionar a regressão dos estatutos regulatórios dirigidos à proteção do trabalho e à proteção do ambiente, envolvendo a perda de direitos no Brasil, no Chile e na Argentina. Logo, os direitos comuns de propriedade conquistados às custas de anos de lutas de classes, como o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de saúde, são destinados ao domínio privado o que se configura como uma das mais evidentes políticas de espoliação instituídas em nome do rigor neoliberal.

Nesse contexto, Sassen (2016) considera a década de 1980 como uma provável nova fase do capitalismo avançado no qual os mecanismos de acumulação primitiva foram reinventados, por meio de operações complexas e de demasiada inovação especializada, que contempla desde a logística das terceirizações até os algoritmos do mercado financeiro. Após 30 anos, uma considerável parte das economias encontra-se em contração, a capacidade de exploração e de destruição da biosfera global foram aumentadas e formas extremas de pobreza e de brutalização ressurgiram, quando acreditava-se que estas haviam sido eliminadas ou estavam prestes a desaparecer.

Destarte, Harvey (2010) reitera que o poder hegemônico do Estado é geralmente utilizado a fim de garantir e promover arranjos institucionais internacionais e externos através dos quais as relações desiguais de troca possam servir ao benefício do poder hegemônico. Desse modo, o livre mercado e os mercados de capitais abertos convertem-se na base para a criação de vantagens para os poderes monopolistas sediados nos países capitalistas avançados, ditos centrais, que já comandam o comércio, a produção, os serviços e as finanças no mundo capitalista. A acumulação por espoliação ocorre preliminarmente pela abertura forçada de mercados em todo o mundo por meio de pressões institucionais exercidas no âmbito regulatório

de órgãos como o FMI e a OMC, respaldados pelo poder dos EUA e em menor medida pela Europa, a ponto destes *hegemóns* punirem os países que se recusam a desmantelar suas proteções negando acesso a seus mercados internos.

Dessa maneira, Dos Santos (2011) alerta que a nova divisão internacional do trabalho aportada pelos processos neoliberais, embora pareça favorecer o desenvolvimento tecnológico e o crescimento das indústrias dos países dependentes, na prática os leva a etapas de especialização produtiva e tecnológica em um nível sempre inferior ao praticado no mercado internacional, o que os mantém dependentes de tecnologia importada e de uma exploração mais intensa de sua mão de obra e de recursos naturais. Estes são elementos essenciais que serão abordados com mais detalhes nos próximos capítulos deste estudo em que serão discutidas as trajetórias de cada um dos países escolhidos para essa pesquisa.

A internacionalização produtiva resultou então no desenvolvimento desigual e em novos centros de gravidade do capitalismo global. As mudanças nos indicadores de investimento direto estrangeiro mostram que enquanto nos anos 2000 os países desenvolvidos concentravam 90 % de participação nesses investimentos, atualmente viram esse número cair para 75%. Esta é uma das dimensões que evidenciam o crescimento da participação subordinada de alguns países na exploração do resto do planeta (MERCATANTE, 2018). Harvey (2010) enfatiza a passagem da China ao patamar de potência hegemônica – o que não a qualifica como imperialista – como a consequência de um fenômeno que assegura os benefícios do capital transacional imperialista de modo que o reforça e coloca em evidência a maneira pela qual se integram nas instituições como o FMI. Após conseguir conquistar maior participação nas decisões desse órgão, que sustenta a ordem monetária internacional, os centros de acumulação emergentes resultam assim em amplificadores do imperialismo, convertendo-se em semiperiferias subimperialistas. Desse modo, esse panorama enseja a discussão histórica sobre as questões estruturais que acentuam o padrão dependente de desenvolvimento de Brasil, Chile e Argentina, as quais serão abordadas a seguir.

4.2 O PROJETO NEOLIBERAL E O REFORÇO DA DEPENDÊNCIA

Gestado em 1930, o neoliberalismo surgiu em meio à crise econômica, política e doutrinal referente ao liberalismo categórico com sua forma arcaica de admitir o *laissez-faire*, pois, conforme Dardot e Laval (2017) explicam, o combate ao socialismo e a todos os modelos considerados totalitários pela ótica liberal acabou por requerer um processo de redefinição das bases do liberalismo. Mas o neoliberalismo veio à tona na prática na década de 1970 através de um contexto mundial que ensejou a reafirmação do mercado como agente norteador das políticas e de si mesmo. Os mesmos autores salientam que nessa nova era foi preponderante o respaldo na corrente neoliberal austro-americana originada no final dos anos 30 por Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek. É importante frisar que o neoliberalismo não deriva diretamente do primeiro liberalismo, embora também não se configure como um elemento fruto da sua perda nem de uma possível traição. Os referidos autores também ressaltam que o neoliberalismo não pode ser considerado como um retorno das questões liberais referentes aos limites do governo, visto que o maior interesse neoliberal em vez de aludir sobre o tipo de limite a ser dado ao governo político, ao mercado, aos direitos ou ao cálculo de utilidade (relativo à rentabilidade de um bem ou serviço), prioritariamente se versa à transformação do mercado no principal elemento norteador tanto do governo dos homens quanto do seu próprio. Desse modo, constata-se que o neoliberalismo se refere ao desenvolvimento da lógica de mercado como uma lógica normativa generalizada que abarca desde o Estado até o mais essencial de cada ser particular.

Klein (2015) explica que o movimento neoliberal, o qual começou a ganhar força na Universidade de Chicago sobre as ideias de Milton Friedman, instruiu muitos dos principais pensadores neoconservadores e neoliberais cuja influência ainda perdura até hoje no projeto de poder estadunidense. Dessa maneira, importa ressaltar que antes de tornar-se professor da Universidade de Chicago, Milton Friedman teve sua formação superior obtida na Universidade de Chicago – tendo como mentor um dos maiores defensores do livre-mercado, o economista Friedrich Von Hayek – e por isso foi considerado difusor das ideias da “Escola de Chicago”. Ainda segundo a referida autora, esta buscava enfatizar que o único papel possível para o Estado era o de efetuar contratos e defender fronteiras e as demais áreas da sociedade (como a educação, os correios, o patrimônio natural etc.) deveriam ser entregues ao mercado, contexto

que ensejaria a forma mais elevada de liberdade nos regimes democráticos, indo contra o Estado de bem-estar social. Assim, o Departamento de Economia da Universidade de Chicago transformou-se num instrumento de promoção de poder de Wall Street, que em contrapartida passou a financiar essa mesma instituição.

A ideologia neoliberal possui fundamentos racionais que promove ilusões de que há oportunidades para todos os indivíduos no mercado, ocultando a alta proeminência das grandes empresas e a consolidação estrutural da exploração. O regime neoliberal também difunde o mito de que o Estado obstruiria o desenvolvimento latino-americano, omitindo a dependência e a inserção da região no mercado mundial primordialmente como fornecedores de matérias-primas (KATZ, 2016). De acordo com Klein (2015), a eleição do socialista democrático Salvador Allende, para a presidência do Chile em 1970, suscitou uma conspiração capitaneada pelo governo estadunidense de Nixon que contou com uma série de ações restritivas, a exemplos dos embargos comerciais realizados e que culminou com o apoio ao golpe do general Augusto Pinochet para a tomada do poder em 11 setembro de 1973.

As tendências dos países centrais foram impostas aos países latino-americanos por meio do avanço do neoliberalismo nos anos 70, inicialmente no Chile no bojo da ditadura comandada pelo General Augusto Pinochet, com assessoria dos Chicago Boys, economistas que buscavam seguir com rigor os ensinamentos de Friederich Von Hayek e Milton Friedman. A doutrina ali aplicada posteriormente foi empregada em outras ditaduras da América Latina e persistiu mesmo após a saída dos governos militares, sendo legitimada pelos governos constitucionais, o que proporcionou o seguimento das transformações estruturais aportadas pelo modelo direitista, visto que os neoliberais haviam tido êxito no enfraquecimento das ideias de esquerda, de cunho nacionalista radical e cepalinas (KATZ, 2016). Nesse âmbito, Dardot e Laval (2017) enfatizam que a financeirização do capitalismo é um dos fatores de um conjunto de normas que têm repercutido mundialmente desde os anos 1970 de maneira progressiva em todos os aspectos relativos à atividade econômica, da vida social e da política dos Estados. Estes, juntamente com as organizações econômicas mundiais, foram coniventes com atores privados na criação de regras em prol da aceleração do crescimento das finanças de mercado.

A crise econômica que eclodiu mundialmente em 2008, revelou a magnitude dos desequilíbrios criados pelo neoliberalismo, quadro que colocou em hesitação a continuidade do modelo de privatizações preconizado neste regime. Contudo, as ideias neoliberais persistiram

e substanciaram o funcionamento do capitalismo respaldado em privatizações, aberturas comerciais e flexibilização do trabalho, intensificando a exigência global por aumento da produtividade em detrimento do salário (KATZ, 2016). Sobre a flexibilização do trabalho, Marini (2008), salienta que, em troca de estabilidade, o trabalhador se sentiria obrigado a aceitar mudanças que afetassem tanto o seu trabalho e respectivo salário, quanto a sua jornada de trabalho, no que se refere à duração e à intensidade desta.

Nos anos 80, conforme explica Katz (2016) a pauta neoliberal versava sobre as questões monetárias e a necessidade de seguir o regime para se impor contra o agravamento do quadro inflacionário, já nos anos 90, o neoliberalismo alcançou um status ainda mais predominante, sob as diretrizes do Consenso de Washington e as transformações complementares de abertura comercial, privatizações e flexibilização do trabalho. O tratamento tecnocrático da economia também foi reforçado no contexto neoliberal que negava toda uma tradição de estudos histórico-sociais e suas análises acerca das contradições, desequilíbrios e limites observados na esfera econômica regional, sendo cruelmente sobrepostos pelas convicções dos especialistas oriundos de Washington e Chicago. Os mesmos autores ainda reiteram que no modelo neoliberal o foco se dava no setor exportador em detrimento do desenvolvimento interno. Esse regime também desencadeou a desintegração da estrutura industrial local vigente anteriormente, na fase de substituição de importações, acentuou a vulnerabilidade de todas as economias em relação à saída de capitais estrangeiros (como aquelas da América Latina que voltaram a enfrentar uma carência estrutural de divisas), além de intensificar a dependência de muitos países em relação à instabilidade dos preços das matérias-primas no mercado internacional.

Neste ponto, vale salientar a tese do intercâmbio desigual no comércio internacional entre os países centrais e aqueles oriundos da periferia do sistema-mundo que, conforme aponta Marini (2000), pauta os países periféricos como exportadores de produtos de menor valor agregado, mais intensivos em força de trabalho e recursos naturais e de menores níveis de produtividade e importadores de bens dotados de maior valor agregado, cuja fabricação apresenta níveis de produtividade notoriamente superiores, geralmente originados de países centrais. Desse modo, o excedente produzido na periferia é direcionado para o centro, o que ocasiona uma série de desequilíbrios na balança comercial e de serviços, visto que a maior parte das indústrias próprias dos países dependentes claramente não teriam a capacidade de enfrentar

a concorrência no mercado internacional, além dessa situação aportar capitais externos que possam estar atrelados a estes desequilíbrios.

Sob o julgo do neoliberalismo a América Latina teve seu papel de provedora de matérias-primas ratificado no comércio internacional, conforme explica Katz (2016). Esse regime neoliberal fundamenta nesta região o modelo exportador calcado nos segmentos agro mineiro e extrativista, com fábricas dotadas de equipamentos importados e serviços transnacionais. Todos os governos da região compartilham desse padrão de reprodução primário-exportador. No entanto, o referido autor ressalta que o neoliberalismo acabou por não manter um baixo nível de inflação. Os cortes de salário e do gasto social não incentivaram a inversão e as privatizações tampouco alavancaram esse crescimento. Inclusive, a Argentina foi o país latino-americano em que esse projeto hegemônico neoliberal – que propaga a forma mais aguda abertura financeira e enseja a ausência de controle da mobilidade de capitais (FILGUEIRAS, 2005) – se deu com maior brutalidade na seara das finanças.

Nos próximos capítulos desse trabalho serão abordados os principais elementos das trajetórias históricas de Chile, Brasil e Argentina, que servirão para mostrar como o neoliberalismo se sustenta no panorama político que propicia a alternância de conservadores e socialdemocratas em governos conduzidos sob os pilares do mesmo modelo neoliberal.

5. CHILE, BRASIL E ARGENTINA: ESPECIFICIDADES E INSERÇÃO NO SISTEMA-MUNDO

5.1 MARCOS DA INSERÇÃO MUNDIAL DA AMÉRICA LATINA

Dois fatores foram condicionantes na estruturação dos novos Estados no período após a independência das colônias: a inexistência da interdependência real entre os senhores da terra, os quais se vinculariam uns aos outros ou se submeteriam a um dentre eles em virtude da luta pelo poder; e a ação da burguesia urbana, a qual continuaria a ter contatos com o exterior a fim de explorar todas as chances de expansão desse intercâmbio externo, ao qual os segmentos do setor rural iriam sendo relacionados (FURTADO, 2007a). Mais adiante, Dussel (1993) assinala que a Revolução Industrial, inicialmente realizada na Inglaterra em meados do século XVIII, é implementada na América Latina no final do século XIX com caráter originalmente dependente, caracterizado por dispor de um capital “débil”, (pois transfere estruturalmente valor ao capital “central” das metrópoles), gerido pelas burguesias nacionais latino-americanas e seus interesses escusos de natureza popular forjada. Até o início da revolução industrial no século XVIII, na América Colonial a produção de minerais e vegetais preciosos, obtida através da exploração do trabalho não remunerado de negros e índios, permitiu que os colonizadores ocupassem uma posição relevante no mercado mundial e que obtivessem grandes benefícios comerciais, os quais, aliados à manutenção da mercantilização da força de trabalho local, implicaram a rápida expansão da acumulação capitalista nessas regiões, – inclusive pelo aproveitamento de inovações tecnológicas realizadas pelos escravos “negros” das Antilhas, a fim de acelerar o desenvolvimento da revolução industrial no norte da Europa (QUIJANO, 2006). Esse quadro reforça a tese da América Latina como sendo a primeira entidade/identidade histórica no atual sistema-mundo colonial/moderno, a partir da qual, conforme Porto-Gonçalves (2006) destaca, a Europa passa a se tornar o centro do mundo ao reunir uma riqueza sem precedentes por meio do saque, da servidão indígena e da escravidão negra.

As lutas pela independência, presentes no processo de formação dos Estados nacionais, não só marcaram a primeira metade do século XIX na América Latina, como também engendraram o surgimento de uma burguesia europeizante, – com intenção de acabar com os decretos do passado pré-colombiano e colonial, em prol da integração das distintas regiões para

expandir o comércio internacional – além de pôr em destaque as forças voltadas ao rompimento das estruturas de dominação impostas pelo regime colonial, – essas que visavam as massas e indígenas como parte do quadro político social e a definição de uma personalidade cultural autônoma (FURTADO, 2007a). Contudo, cabe citar Ceceña (2006) ao enfatizar que a dependência latino-americana foi estabelecida em meio à violência contra as linhas históricas de demarcação das diferentes culturas, o que promoveu, a fragmentação e a interrupção dos fluxos dos povos originários como os maia, quíchua e guarani, pela delimitação das fronteiras nacionais, além de os submeterem fisicamente à toda a brutalidade da conquista independentista. Desse modo, embora haja consideráveis semelhanças no que diz respeito à rica biodiversidade e à história e cultura de seus povos, é válido destacar a heterogeneidade presente no continente latino-americano, tendo em vista as diferenças que englobam aspectos como as estruturas econômicas, as datas da época colonial, além das distintas formas de inserção no mercado internacional, que foram intensificadas durante o século XIX, quando o processo de industrialização de cada um dos países desse continente foi iniciado. Dessa forma, a referida autora traz como exemplo os casos de Argentina, Brasil e México, que apresentaram uma trajetória diferenciada em seus processos de desenvolvimento (DOS SANTOS, 2009).

Para conjecturar essa heterogeneidade, cabe explicar o contexto dado a partir dos anos 40 do século XIX, no qual deu-se o impulso para a inserção dos países latino-americanos nas linhas que se abriam no comércio internacional e nesse processo foram concebidos três tipos de economia exportadora de produtos primários, conforme elencado por Furtado (2007a):

- i. Economias caracterizadas como exportadoras de produtos agrícolas de clima temperado: a exemplo da Argentina, em que o pilar da exportação de produtos agrícolas consistia no uso extensivo da terra, que era voltado à concorrência com a própria produção interna dos países em rápida industrialização. Desde o início, esse uso extensivo de terras de boa qualidade proporcionou o alcance de índices de rentabilidade elevados para as economias deste grupo, além de volumes consideráveis de carga, o que acarretou a estruturação de um importante sistema de transporte e colaborou de forma indireta com a acelerada unificação do mercado interno ao redor dos grandes portos de exportação. Assim, as economias deste grupo apresentavam-se desde o princípio integradas em um setor produtivo da economia mundial caracterizado por um continuado avanço

técnico, pelo fato de concorrerem com a produção interna não só dos países de mais alto nível de desenvolvimento, como também com outras regiões de recente povoamento europeu que apresentavam alto índice de vida. Esse cenário levou as economias deste grupo a apresentarem expressivas taxas de crescimento na fase de ampliação de seu comércio exterior.

- ii. Economias exportadoras de produtos agrícolas tropicais: este grupo congregou mais da metade da população latino-americana, incluindo o Brasil, e se refere aos países exportadores de produtos agrícolas tropicais. A inserção desses países no comércio internacional se deu em concorrência com áreas coloniais e com a região escravista dos Estados Unidos. Até fins do século XIX, o açúcar e o fumo mantinham características que os configuravam como produtos típicos das colônias e a partir de meados do mesmo século intensificou-se a expansão da demanda de café e cacau, o que tornou dinâmico o papel dos produtos tropicais na integração da economia latino-americana no comércio internacional no decorrer desta fase. Um exemplo de que em certas regiões a agricultura tropical de exportação chegou a representar um relevante fator de desenvolvimento foi aquele da região cafeeira de São Paulo, que em fins do século XIX representava dois terços da produção mundial de café. O tipo de solo proporcionou a plantação extensiva do café no Planalto Paulista, que aliada à produtividade relativamente alta de mão de obra e à utilização de imigrantes europeus, que requeriam salário monetário, colaboraram para a construção de infraestrutura moderna e a criação do mercado interno.
- iii. Economias exportadoras de produtos minerais: este grupo se refere aos países exportadores de produtos minerais, que inclui o Chile, cuja produção de metais preciosos, como a prata, tiveram uma acelerada perda de significação, enquanto a produção considerada artesanal ou semi-artesanal foi sendo gradualmente substituída pela produção em grandes unidades, administradas do exterior sob controle do capital estrangeiro. O notável crescimento do consumo mundial de metais não ferrosos foi acompanhado de substanciais avanços técnicos neste tipo de produção, fator que levou a uma produção em grandes unidades. Assim, o avanço da indústria mineira para a exportação se baseia em sua desnacionalização e na implantação de um setor produtivo caracterizado por

elevado avanço técnico e alta densidade de capital, aspectos que contribuíram para seu isolamento e a sua configuração como parte do sistema econômico a que pertencia à matriz estrangeira da unidade produtora. Dessa maneira, o caráter altamente capitalizado desse tipo de atividade realizada, contando com utilização de pouca mão de obra e sob controle estrangeiro, desvincularia da economia interna a parte principal desse fluxo de renda gerador dessa atividade. Assim, estas circunstâncias reduzem a quase zero o valor desta atividade mineradora como fator de transformação direta das estruturas internas das economias em questão.

Assim, Marini (2014) explica que de um modo geral, no decorrer do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, nos países latino-americanos se estabelece uma economia exportadora cuja pauta majoritária se compunha de alguns poucos produtos primários. O mesmo autor reitera que uma parte variável da mais-valia produzida nesses países era direcionada para as economias centrais por fatores como a estrutura de preços em vigor no mercado mundial, além das práticas financeiras determinadas por estas economias e da ação direta de investidores estrangeiros na esfera produtiva. Nesse sentido, o referido autor enfatiza ser por meio da superexploração dos trabalhadores agrícolas ou mineiros – com o aumento do valor absoluto da mais-valia obtida destes –, que ocorre o ressarcimento das classes dominantes locais dos países periféricos em relação à perda de parte dessa mais-valia drenada para o centro.

Nesse contexto, o século XIX marca o período de estabelecimento das primeiras repúblicas da região que já começava a ser reconhecida como “América Latina”, conforme explica Ceceña (2006), uma prévia ao século XX que englobou alguns dos momentos de maior intensidade latino-americana, como o período marcado pelas lutas revolucionárias, as quais de uma forma geral se findam com ditaduras militares e densos exílios. A mesma autora ainda exalta que se ampliou a percepção de que as interações latino-americanas no sistema mundial ocorriam de maneira distinta àquelas dadas entre os países dominantes e os latino-americanos. Nessa mesma linha, a referida autora ressalta que foi também o século XX o período no qual se fizeram presentes não apenas as cobranças da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) em prol da consideração das especificidades latino-americanas, como também das reivindicações, obtidas a partir das diversas correntes da Teoria da Dependência, pelo

reconhecimento de uma personalidade formada a partir da mescla de experiências e histórias de todos os seus recantos.

Nesse sentido, importa citar Prebisch (1962) ao ressaltar que esse modo de inserção internacional configurou a América Latina como parte relevante da periferia do sistema econômico mundial, com foco na produção de alimentos e matérias-primas para os países do centro já industrializados. O mesmo autor ainda pontua que foi esse cenário que constituiu a base para o atraso no processo de industrialização da América Latina, ou seja, enquanto os grandes centros industriais foram largamente beneficiados pelo desenvolvimento dessa produtividade, os países periféricos seguiam comparativamente sem grandes incrementos em sua economia e no padrão de vida de sua população. Assim, conforme o citado autor reitera, o retardo da industrialização nos “novos” países acentuava ainda mais as diferenças entre estes e os países do centro, de modo que os afastava do progresso técnico e da melhoria da qualidade de vida das suas sociedades periféricas. Dessa maneira, Salama (2011) explica que a industrialização dos países periféricos – em sua maior parte oriunda da monetização da força de trabalho e de seu incentivo à indústria de bens de consumo – também teve seu crescimento limitado devido ao protecionismo das economias centrais. Estas, além de recearem pela concorrência latino-americana com seus produtos, ainda se preocupavam com uma possível evolução industrial nos países periféricos, caso estes se percebessem livres dessa relação de dominação econômica.

Furtado (2007a) ainda aborda o fato das indústrias de bens não-duráveis e de materiais para construção, que compunham o cenário industrial da América Latina, não deterem poder suficiente para gerar um crescimento sustentado da economia. Contudo, fenômenos como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a crise dos anos 1930 (que afetou em demasia os países do centro) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que, como ressalta Haffner (1996, p.26), “deixou a Europa e o Japão em estado de indigências industrial e financeira”, propiciaram o início da industrialização por substituição de importações na América Latina (SALAMA, 2011). Esse contexto desencadeou uma extremada queda no volume de exportações para os países do centro, fato que, por conseguinte, enfraqueceu a capacidade de importação latino-americana. Dessa forma, conforme explica Prebisch (1962), essas circunstâncias contribuíram com a ideia de que a única alternativa viável para garantir o crescimento econômico da América Latina, consistiria na substituição dos produtos importados por outros produzidos

nacionalmente. Assim, De Oliveira (2006) salienta que a partir da crise de 1930 iniciou-se a indução da industrialização por substituição de importações em grande parte dos países latino-americanos, embora o tamanho de seus mercados nacionais indicasse rígidos limites para a adoção de escalas de produtividade que possibilitassem um processo de reprodução autossustentável (DE OLIVEIRA, 2006).

Nessa conjuntura do pós-guerra, conforme explica Rist (2001), ocorre o lançamento do Plano Marshall, em 1947, pelo qual os Estados Unidos direcionavam seus esforços à reconstrução europeia, prioritariamente com o intuito de reestabelecer a economia desta região, em prol da criação de novas oportunidades que favorecessem seu gigantesco potencial de produção – o qual requeria um novo fôlego após o fim do conflito. Poletto (2000) então enfatiza que esse contexto culminou na criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), em 1948, sobretudo pela pressão dos países latino-americanos ao reivindicarem a instituição de um organismo que garantisse o estabelecimento de programas de desenvolvimento também na região latino-americana, em conformidade com a Carta Constitutiva da ONU (Organização das Nações Unidas), elaborada em 1945. A CEPAL se torna assim a grande instituição integracionista nesse período (DE OLIVEIRA, 2006), foro de referência para debates relacionados aos processos de cooperação, além de relevante centro de construção do pensamento latino-americano, no qual a industrialização da América Latina era defendida como instrumento de fomento ao crescimento econômico da região e por isso acreditava-se no desenvolvimento da política de substituição de importações (HAFFNER, 1996). Nesse sentido, cabe citar Braga (2001, p. 3) que elenca três diagnósticos básicos que podem explicar esse posicionamento da CEPAL:

i) a necessidade da industrialização como forma de absorver a crescente disponibilidade de mão-de-obra, seja em decorrência do crescimento demográfico em si ou do intenso processo de urbanização verificado na região; ii) as externalidades positivas decorrentes da industrialização manifestadas pela difusão tecnológica e pela conseqüente elevação da produtividade, contribuindo assim para o incremento das taxas de crescimento na região; e iii) a necessidade de se romper o processo perverso de deterioração dos termos de troca decorrente, dentre outros fatores, das diferenças nas elasticidades renda da demanda entre produtos básicos e manufaturados.

No entanto, a industrialização por substituição de importações, embora gerasse resultados positivos até a segunda metade dos anos 1950, começou a enfrentar uma série de limitações –

a exemplo da necessidade de aumento da capacidade ótima de produção devido ao avanço técnico dos países do centro – a partir dos anos 1960, época que marcou a superação da crise de 1930 pelas economias desenvolvidas e a reconstrução das economias europeias e asiáticas após a Segunda Guerra Mundial (SALAMA, 2011). Esse contexto acabou por gerar indústrias pouco dinâmicas com menores ganhos de produtividade em relação aos registrados pelos países industrializados que eram submetidos à concorrência externa, os quais, também devido a esse fator, detinham um elevado progresso tecnológico que acabou não sendo internalizado pela indústria latino-americana (NETO; TEIXEIRA, 2012). Esse cenário contribuiu para que os interesses do capital externo se sobrepujassem à necessidade de consideração das especificidades latino-americanas, conjuntura que corroborou com um cenário de grande concentração de renda e desigualdade social na América Latina, características condizentes a regiões com maior disponibilidade de recursos naturais para produção primária (com propriedades nas mãos de poucos) e dinamismo quase nulo do setor industrial reforçado pela escassez de investimentos em progresso técnico (FAJNZYLBER, 1992). Em sua relevante obra *“La industrialización trunca de América Latina”*, Fajnzylber (1983) fez analogias, nas quais relaciona a inaptidão latino-americana para abrir a “caixa preta” do progresso técnico a uma “caixa postal vazia”. Esse panorama pode ser ilustrado pelo que evidencia as Tabelas 1 e 2 a seguir, onde é possível notar as diferenças de porcentagens apresentadas pelos países da América Latina referentes à produção manufatureira bruta e sua relação com as exportações nos anos 70, sobretudo quando relacionamos esses números com aqueles apresentados por países de regiões consideradas desenvolvidas como a América do Norte e demais países de regiões até então consideradas subdesenvolvidas como a Ásia.

Tabela 1 - Exportação de manufaturas: valor absoluto, crescimento e relação com as exportações e com a produção manufatureira bruta.

Região e grupo	Valor (bilhões de dólares correntes)				Taxa real de crescimento (1965-1974)	Manufaturas como porcentagem do total das exportações (1973)	Exportação como porcentagem da produção manufatureira (1973)
	1965	1973	1974	1975			
Subdesenvolvidos	4,60	24,3	32,5	33,20	16,3	21,5	10
América Latina	0,63	4,09	6,41	6,55	21,1	14,9	4
Ásia Oriental	1,75	13,65	17,52	17,83	20,9	48,9	30
Turquia e Iugoslávia	0,63	2,14	2,86	3,11	10,7	51,3	8
Ásia do Sul	1,00	2,35	2,87	2,90	12,4	49,6	10
Oriente Médio e África do Norte	0,33	1,47	2,10	2,00	15,0	4,2	6
África do Sul-Sahara	0,25	0,60	0,70	0,80	4,9	4,8	5
Desenvolvidos	84,50	289,00	386,00	419,00	10,8	71,3	15
Em transição	1,06	6,22	8,56	8,26	18,0	70,8	14
Outros da Europa Ocidental	55,23	188,22	244,61	268,56	10,4	76,2	25
América do Norte	19,73	56,51	77,42	85,73	8,9	59,1	8
Japão	7,66	34,58	51,30	52,63	15,6	93,6	11
Austrália, Nova Zelândia, África do Sul	0,84	3,43	4,05	3,92	11,4	22,3	8
Economias centrais	12,70	32,80	38,70	46,70	5,9	56,7	3
Total mundial	101,80	346,10	457,20	498,90	10,6	60,0	12

Fonte: Adaptado de Fajnzylber (1983, p.129) com base em dados do Banco Mundial.

Na Tabela 2 a seguir, o mesmo autor expõe a significativa disparidade existente entre o maior PIB da região latino-americana, o Brasil e países como os Estados Unidos, Alemanha e Japão, no que se refere aos índices de participação dos segmentos de bens de capital da indústria manufatureira dos anos de 1960 e 1974.

Tabela 2 - Proporção dos bens de capital no valor agregado da indústria manufatureira.

	1960	1974
Estados Unidos	38,1	42,7
Japão	31,7	48,5
Alemanha Federal	38,2	39,0
França	37,3	39,2
Reino Unido	41,1	40,5
Itália	29,9	36,5
Brasil	9,2	14,5

Fonte: Adaptado de Fajnzylber (1983, p.40) com base em dados da OCDE.

O mesmo autor ainda ressalta a disfuncionalidade do padrão de industrialização latino-americano como resultado da grande falta de entrosamento deste progresso com as carências e potencialidades da região. Nesse sentido, à medida em que, entre os anos 1960 e 1970 tomava lugar a reestruturação produtiva mundial desencadeada pelo novo regime de acumulação capitalista, chamado de flexível (suplantando a já desgastada rigidez fordista), conforme Harvey (2007) enfatiza, a minimização do Estado, a flexibilização do trabalho e as significativas mudanças na composição e formação das cadeias produtivas, formaram o campo para o aumento da exploração e precarização do trabalho por transnacionais em países periféricos, o que elevou o patamar de dependência destes das importações dos países centrais e aumentou as diferenças destes relacionadas à capacidade tecnológica dos países periféricos – visto que os países considerados desenvolvidos apresentavam maiores condições para a promoção de inovações de ordem científico técnica.

Em linhas gerais, essa conjuntura provocou a estagnação econômica na América Latina que levou às propostas de reestruturação da indústria regional orquestradas por um grupo de economistas estadunidenses, do governo, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e condensadas no chamado Consenso de Washington, estabelecido no final dos anos 1980 (OLIVEIRA, 2008). Destarte, cabe citar De Oliveira (2006, p. 39) que elenca alguns dos principais desdobramentos dessa política desse Consenso:

Nos anos 1990, os parceiros do Mercosul foram presas das concepções de política econômica usualmente denominadas Consenso de Washington, isto é, políticas comerciais liberais, aberturas ilimitadas para o resto do mundo –

Argentina e Uruguai chegaram ao limite nesse aspecto –, quase anulando as vantagens do livre comércio inter-regional, políticas de privatização e desregulamentação dos mercados, inclusive o de mão-de-obra, e um forte antiintervencionismo do Estado como doutrina. (...) Isso minou os avanços das políticas de integração e é a razão do relativo impasse em que se encontra o acordo regional. Pouco se faz além da liberação do comércio. (...)

Contudo, este Consenso pautava na reverberação do capital financeiro pelo mundo, após a abertura propiciada pelas transformações decorrentes da revolução científico-técnica e da rearticulação da economia mundial nos anos 60 e 70 (HARVEY, 2007). Nesse ínterim, Katz (2003) salienta que a vulnerabilidade da periferia do sistema mundo em relação as turbulências financeiras internacionais ocorrem devido ao ciclo econômico, o qual depende do nível de atividade das economias avançadas. Nesse sentido, o avanço da globalização acentua essa fragilidade ao aprofundar a segmentação da atividade industrial, a concentração do trabalho qualificado nesses países do centro e do alargamento dos níveis de consumo.

Assim, para favorecer a circulação livre capital financeiro com base nos interesses dos países centrais, aportou-se um contexto de desregulação das economias oriundas da periferia, por meio da abertura de seus mercados que contribui não só para o início de um novo padrão exportador de especialização produtiva em detrimento do projeto de industrialização que vigorava nas economias latino-americanas (OSORIO, 2012a), como também promove a centralização do capital produtivo a nível mundial simultaneamente à intensificação da mobilidade de capital estrangeiro (BELLUZZO, 2004). Segundo Osorio (2012a), de uma maneira geral, esse panorama é marcado pela reprimarização da produção latino-americana para a exportação, característica que, na realidade, tem acompanhado sua especialização produtiva desde o século XIX até os dias atuais, conforme será evidenciado, por meio da contextualização das trajetórias político-econômicas de Chile, Brasil e Argentina, no próximo tópico.

5.2 BRASIL, CHILE E ARGENTINA: ESPECIFICIDADES DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICO-ECONÔMICAS DA ERA PÓS-COLONIAL AO SÉCULO XXI

5.2.1 Brasil - Um relato sobre a trajetória econômica do Brasil Colônia ao Plano de Metas (1956)

O Brasil se constitui num extenso território, que ocupa quase a metade da América do Sul e dispõe de um vasto litoral, aberto ao Atlântico, que corresponde a um dos elementos facilitadores de seu comércio internacional (DOS SANTOS, 2009). O princípio do período colonial se deu no século XVI pela coroa Portuguesa e seu vasto território era habitado de maneira esparsa por índios e nômades que, conforme aponta Baer (2002), foram em grande parte sendo dizimados seja pelas doenças trazidas pelos primeiros colonos portugueses, seja pela brutalidade dos colonizadores ao perceberem que não poderiam submetê-los facilmente à disciplina do homem branco e seus treinamentos para o trabalho e o plantio. Segundo o mesmo autor, o Brasil levou esse nome por conta de um de seus primeiros produtos a ser exportado, o pau-brasil, árvore da qual se extraía a casca para ser utilizada na fabricação de corante na Europa.

Conforme aponta Dos Santos (1995), com vistas a atender o mercado colonizador europeu, o Brasil experimentou vários ciclos de produção no período colonial baseados em mão-de-obra escrava e servil:

- a) O ciclo do pau-brasil no século XVI; e
- b) O ciclo do açúcar e do ouro nos séculos XVII e XVIII.

Nesse contexto, em sua afamada obra *Formação Econômica do Brasil*, Furtado (2007b) ressalta que a abundância de terras e a redução da população livre não apenas possibilitarão implantar as plantações escravagistas como também um processo histórico de grande centralização fundiária. Assim, como afirma Cano (2000) o latifúndio pecuário se desenvolveu com base na cultura mercantil-exportadora, geralmente orientado ao interior do território, conforme a atividade exportadora se ampliava. Dos Santos (1995) ressalta que aspectos como a tecnologia empregada, a base financeira e as modalidades de comércio estavam profundamente determinados pelas características da tecnologia, do financiamento e do comércio europeus. Poucas vezes se adotaram pautas locais no campo da produção e da

circulação e quando acontecia, era devido a particularidades geográficas ou climáticas insuperáveis. Desta maneira, o referido autor reitera que a produção assumiu um caráter extensivo que visava atender à demanda de metais preciosos e produtos tropicais da Europa. Extensas regiões começaram a ser devastadas desde esse período, o que provocou um terrível desequilíbrio ecológico e uma destruição das regiões de produção ou caça e pesca dos nativos.

Na metade do século XVII, após a saída dos holandeses (considerados invasores pelos portugueses) do Nordeste brasileiro, o conhecimento técnico que aplicavam em suas plantações de açúcar foi transferido para as Antilhas, onde implantaram essa mesma atividade, o que propiciou a quebra do monopólio açucareiro português (CANO, 2000). Desse modo, Dos Santos (1995) afirma que nos séculos XVII e XVIII, a descoberta do ouro em Minas Gerais possibilitou a recuperação econômica da colônia que havia decaído após a concorrência do açúcar do Caribe. O mesmo autor enfatiza que a atividade mineradora impulsionou não apenas o desenvolvimento da pecuária, como também da agricultura, de um grande grupo artesanal urbano, do comércio e de mais um vasto aparato de serviços urbanos. Em contrapartida, conforme Furtado (2007b), o setor de subsistência brasileiro, baseado na pecuária e numa agricultura de técnica rudimentar, era caracterizado por uma grande dispersão, pois apesar da terra apresentar-se como o fator mais abundante, sua propriedade era dotada de um alto nível de concentração.

Nesse âmbito, Dos Santos (1995) aborda que referente ao início do processo de industrialização brasileiro, as primeiras manufaturas instaladas no Brasil colonial estavam respaldadas no trabalho escravo o que dificultava o avanço destas rumo ao modelo de fábricas modernas, modelo de progresso do sistema de produção capitalista. O referido autor aponta que apenas na metade do século XIX, especialmente após a abolição da escravatura em 1888, o país começa a passar por um importante, porém precário, processo de industrialização. Contudo, vale citar o mesmo autor ao reiterar que embora a escravatura tenha chegado ao fim em 1888, em alguns casos, como no Nordeste, a passagem para o trabalho livre foi apenas formal, pois aos ex-escravos era negado o acesso à terra, fator que os integrava ao já extenso grupo de agregados da agricultura de subsistência e dos fluxos emigratórios em busca de novos territórios vazios, seja como posseiros ou parceiros em outros latifúndios, fatores que aumentavam a quantidade de bolsões de ineficiência produtiva e de pobreza, os chamados bolsões marginais. Desse modo, conforme salienta Cano (2000, p. 100):

Vinda a abolição (maio de 1888), as frágeis condições econômicas regionais e o não-acesso à terra, para os libertos, fizeram com que essa passagem para o trabalho livre, no Nordeste, fosse apenas formal, engrossando, na verdade, o enorme contingente de homens sem propriedade e sem mercado de trabalho. A rígida estrutura social e política obstaculizou e impediu a transferência de parte desse enorme excedente populacional para a cafeicultura, que então se expandia no Centro-Sul e que a partir de 1850, com o término do tráfico negreiro, passava a carecer crescentemente de mão-de-obra. O chamado problema da mão-de-obra, em que se constituiu a crise do escravismo, só viria a ser resolvido, como se sabe, com a imigração maciça de trabalhadores europeus, marginalizando-se, assim, a mão-de-obra nacional.

Dessa maneira, nota-se que a mão de obra passou a ser realizada em larga escala após a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República em 1889. Furtado (2007b), no entanto, salienta no final do século XIX o Brasil ainda apresentava um caráter colonial, o qual se mantinha mesmo após sua independência da metrópole portuguesa, colonialidade esta que se devia às amarras político-econômicas submetidas ao Brasil pelos interesses da Inglaterra. Amarras estas que foram herdadas de Portugal, oriundas dos acordos luso-ingleses, através dos quais os portugueses concediam diversos privilégios econômicos aos ingleses, como pagamento por importantes favores políticos. Após a independência, a responsabilidade pela cessão desses privilégios à Inglaterra recaiu sobre o Brasil, fator que além de acarretar prejuízos para a economia, ainda provocou a redução do poder central e desintegração territorial deste país.

Em meados do século XIX, conforme aborda Suzigan (1984), o setor industrial toma impulso no Brasil, desenvolvendo-se através de indústrias subsidiárias da produção de café para exportação, produto que a essa época já era cultivado sob uma política protecionista de valorização, que buscava neutralizar sua tendência à baixa de preço no contexto mundial, por meio de financiamento dos centros produtores (mediante um acordo firmado entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) com os recursos da União (DOS SANTOS, 1995). Nesse âmbito, as políticas de portas abertas do governo pós independência e a consequente presença maciça de produtos estrangeiros, sobretudo ingleses, no mercado interno brasileiro retardaram desenvolvimento da indústria brasileira cujas bases estruturais configuraram-se inicialmente em indústrias consideradas leves, como as de produtos têxteis, roupas, calçados e indústria alimentícia, conforme mostra a Tabela 3 (BAER, 2002). A indústria brasileira evoluiu com o

respaldo da infraestrutura montada para atender à atividade cafeeira que despontava na economia brasileira (CANO, 2000), até que, conforme Baer (2002) salienta, a partir da década de 1920, passa a apresentar uma maior diversificação devido à ampliação das atividades nas oficinas de reparo durante a Primeira Guerra Mundial, ao ingresso do capital estrangeiro em setores como o cimento, aço e outros bens de consumo durável e finalmente à concessão de ajuda especial do governo a empresas de novos setores, por meio da isenção de impostos para importação de equipamentos e subsídios a empréstimos, entre outras ações.

Tabela 3 - Indicadores do produto real, 1911-19 (1929=100)

Ano	Têxteis	Roupas, calçados e outros têxteis			Fumo	Total*
				Bebidas		
1911	75,4	41,7	37,2	38,2	60,9	
1912	79,2	47,3	47,0	42,5	65,8	
1913	76,5	46,8	53,8	46,6	65,3	
1914	62,0	35,4	48,4	42,2	53,5	
1915	91,9	38,9	38,6	40,9	70,8	
1916	86,4	47,2	40,8	53,3	70,6	
1917	100,9	52,2	38,6	41,3	78,5	
1918	91,0	52,1	40,2	46,4	73,4	
1919	105,6	54,0	48,8	65,0	85,4	

*Ponderação de 1919 foi usada no cálculo do índice desta coluna.

Fonte: Baer (2002, p. 47).

Com a crise de 1929, o governo empreende o máximo de seus esforços econômicos para segurar o preço do café brasileiro no mercado internacional e com o intuito de evitar o estrangulamento externo (visto que o produto dominava a pauta nacional de exportação conforme mostra a Tabela 4) e assegurar o nível de renda no mercado externo, chegou a viabilizar a queima de grande parte dos estoques acumulados deste produto (PIRES, 2012). Em linhas gerais, Furtado (2007b) credita o crescimento industrial brasileiro à época (demonstrado em parte na Tabela 5 a seguir), especialmente a partir dos anos 1930, a uma forte intervenção do governo mediante a política de defesa do setor cafeeicultor, visto que, conforme explica Baer (2002, p. 56):

A restrição das importações e a contínua demanda interna que resultou da receita gerada pelo programa de apoio ao café causou a escassez de bens manufaturados e um conseqüente aumento de seus preços relativos, o que agiu como catalisador para uma arrancada na produção industrial.

Tabela 4 - Distribuição das mercadorias de exportação (porcentagem baseada em dólar)

	1925-29	1935-39	1945-49	1957-59	1962
Café	71,7	47,1	41,8	57,9	53,0
Algodão	2,1	18,6	13,3	2,7	9,2
Cacau	3,5	4,5	4,3	5,6	2,0
Minério de Ferro	-	-	-	3,3	5,7
Açúcar	0,4	-	1,2	3,7	3,2
Fumo	1,9	1,6	1,8	1,2	2,0
Sisal	-	-	-	1,1	1,9
Manganês	-	-	-	2,5	2,2
Borracha	2,9	1,1	1,0	-	-
Madeira de pinho	0,4	1,0	3,5	3,9	3,2
Outros	17,1	26,1	33,1	18,1	17,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Adaptado de Baer (2002, p. 67).

Tabela 5 – Estrutura industrial brasileira em 1919 e 1939 (distribuição percentual do valor agregado total)

	1919	1939
Minerais não-metálicos	5,7	5,2
Produtos de metal	4,4	7,6
Maquinário	0,1	3,8
Equipamento elétrico	-	1,2
Equipamento de transportes	2,1	0,6
Produtos de madeira	4,8	3,2
Móveis	2,1	2,1
Produtos de papel	1,3	1,5
Produtos de borracha	0,1	0,7
Produtos de couro	1,9	1,7
Químicos	1,7*	*
Farmacêuticos	1,2*	*
Perfumes, sabonetes e velas	0,7*	*
Têxteis	29,6	22,2
Roupas e calçados	8,7	4,9
Produtos alimentícios	20,6	24,2
Bebidas	5,6	4,4
Fumo	5,5	2,3
Editoras e material gráfico	0,4	3,6
Diversos	3,5	1,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Adaptado de Baer (2002, p. 60).

Esse contexto suscita o início da política industrial de substituição de importações no Brasil, constituída primeiramente na Era Vargas (1930-1945) (FONSECA; SOUZA, 2009). Esse mesmo governo instituiu o controle do Estado sobre os diversos aspectos da vida da economia nacional, utilizando recursos públicos para criar o capital social básico, que contempla setores como o de transporte, energia e indústria de base (a exemplo da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN) (PIRES, 2012). Esse modo de industrialização foi fomentado entre outros fatores, pelo vultoso crescimento (de até 60%) do preço relativo das mercadorias importadas comparativamente ao que poderia ser produzido no mercado interno (FURTADO, 2007b). Assim, conforme explica a professora Maria Da Conceição Tavares (1977) a política de defesa do governo brasileiro, que acarretou um estrangulamento das contas externas e escassez de divisas, acabou por resultar na manutenção do nível de demanda interna, na preservação da renda da classe ligada ao setor exportador, bem como propiciou a utilização da capacidade produtiva ociosa, particularmente no que concerne à produção para atendimento das necessidades de consumo desta classe. Pires (2012) ressalta que o período entre os anos de 1946 e 1964 caracterizou-se pelo constante incremento do ciclo de crescimento industrial, baseado no esforço em aumentar os ganhos do comércio exterior em prol da industrialização substitutiva, sobretudo, conforme explica Baer (2002), após os anos da Segunda Guerra Mundial, quando parte da capacidade industrial do Brasil encontrava-se em um estado de deterioração e obsolescência, devido principalmente às drásticas restrições nas importações. Embora apresentassem o mesmo objetivo de desenvolver a indústria nacional, diferentes posturas de governo entraram em choque quanto à forma de inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho do sistema-mundo capitalista. Nesse sentido (Pires, 2012, p.277) salienta que:

O segundo Governo Vargas (1951-1954) e o de João Goulart (1961-1964) admitiam a intervenção estatal como mola propulsora de um desenvolvimento industrial, desde que o centro decisor fosse o próprio país. Já os Governos Dutra (1946-1950), Café Filho (1954-1955), Juscelino Kubitschek (1956-1960) e Jânio Quadros (1961) admitiam a associação ao capital estrangeiro, utilizando-se do setor produtivo estatal como instrumento de superação de eventuais obstáculos à instalação de empresas nacionais e estrangeiras.

Nesse sentido, Cano (2015) afirma que embora ainda muito limitado, o processo de industrialização brasileiro havia apresentado importantes avanços, como mostram as modificações ocorridas na participação setorial do PIB. Entre estas transformações está o fato

da indústria de transformação ter subido de 14,5% para 19,3% entre os anos 1951 e 1954, além da mudança na estrutura produtiva deste segmento, com a diminuição do peso dos bens de consumo não durável de 67,5% para 60,7%, promovendo a consolidação da implantação dos segmentos leves. Já os bens intermediários, tiveram sua participação acrescida de 25,9% para 31,7% e o agregado de bens de consumo durável e de capital, ainda bastante restringido, de 4,7% para 6,7%, evidenciando a dificuldade de implantação deste segmento numa economia subdesenvolvida.

No âmbito da política de substituição de importações no Brasil, como afirma o professor João Manuel Cardoso de Mello (1998), chega um momento em que essa mesma indústria nacional não dispõe mais de capacidade excedente disponível e faz-se necessário o investimento na expansão da produção, que por consequência requer a aquisição de bens de capital (maquinários e equipamentos) – ainda não produzidos no país – cuja compra por importação era impossibilitada pelo alto custo na transação de importações. O autor enfatiza ainda que, esse aspecto pode ser considerado como um impulso à industrialização de bens de capital no Brasil, por meio de uma associação entre o Estado e as multinacionais (investimento direto estrangeiro - IDE), tendo em vista as restrições referentes à falta de bases técnicas e financeiras para a expansão desse tipo de indústria no contexto econômico brasileiro da época. Sobre esse desenvolvimento das indústrias de bens intermediários pesados, de bens de capital e de bens de consumo durável pelo Estado, em conjunto com as empresas multinacionais a partir da segunda metade dos anos 1950, Suzigan (1984) oportunamente cita Tavares (1974) que em sua tese de doutorado, intitulada *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, define esse período como o marco inicial do real desenvolvimento industrial no Brasil, um processo endógeno que transforma o capital industrial no principal instrumento de acumulação de capital de uma economia, caracterizando-a então como predominantemente industrial. Inclusive, com Getúlio Vargas o Estado se propunha a desbloquear os "pontos de estrangulamento" da infraestrutura de transportes e energia. Constituiu-se um subsistema de financiamento público de natureza fiscal, baseado em empréstimos compulsórios e fundos vinculados, criando-se, ademais, instituições e empresas da importância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da PETROBRÁS (FIORI, 1993).

Nesse cenário, deu-se um período de produção com foco em bens de capital que ensejava a busca pela consolidação da indústria na esfera política, o que ocorreu por meio de ações das

quais se destaca o Plano de Metas, lançado em 1956 pelo então presidente Juscelino Kubitschek, no qual foram instituídas medidas para primordialmente estimular o crescimento dos setores ligados à infraestrutura do setor automobilístico (BARROS; PEDRO, 2012). No entanto, Coutinho (1996) expõe o fato de que toda essa estratégia de crescimento industrial foi construída com base no investimento direto de empresas estrangeiras, bem como do Estado, o que acabou por não impulsionar a incorporação de tecnologia e serviços tecnológicos dos países desenvolvidos, nos quais esse tipo de indústria – dotada de um maior grau de complexidade tecnológica – já detinha um elevado nível de maturação. Essa teria sido a razão preponderante para a escassez de formação tecnológica interna, fator que colaborou para elevar o grau de dependência tecnológica externa do Brasil e conseqüentemente aportar uma série de gargalos econômicos e sociais para este país.

5.2.2 Brasil - Transformações no setor industrial brasileiro pós 1956 e os marcos da agenda neoliberal

A fim de compreender o contexto político em que ocorriam estas transformações no setor industrial brasileiro e os fatores que fomentaram a coalizão da burguesia brasileira com o capital multinacional, cabe citar De Oliveira (2006) o qual explica ter sido a partir de 1930 que as trajetórias políticas de Brasil, Chile e Argentina entraram em um terrível período de golpes militares que levaram a posteriores regimes de ditadura militar, fatos que tomaram proporções sombrias sobretudo nas relações entre os países do chamado “Cone Sul”. O citado autor ressalta as marcas de violência e terror que essa época deixou nas histórias de Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, os quais empreenderam uma articulação chamada de Operação Condor cujas ações incluíam treinamento de polícias em técnicas de interrogatórios e torturas, colaboração por meio de informações com vistas à perseguição política e fichamento de militantes, entre outros horrores que substanciavam a repressão a movimentos e organizações políticas, mesmo aquelas que não apoiavam as ações armadas, a exemplo do Partido Comunista Brasileiro. Para Marini (2014), esse movimento dos governos rumo às ditaduras militares foi um reflexo da desarticulação dos mecanismos de pressão sobre os trabalhadores, a qual foi fomentada principalmente pela grande divisão estabelecida à época entre as classes dominantes locais – o que dispersava os interesses destas –, bem como pelos progressos da classe trabalhadora em

relação à sua conscientização e organização. O mesmo autor explica que estes fatores provocaram – sobretudo devido à elevação do custo de vida – uma propensão de alta nos salários, que pôs em risco a base de acumulação de capital, ou seja, a superexploração do trabalho, de economias como o Brasil. O referido autor ainda reitera que esse risco se fazia presente até para os setores nos quais a superexploração se exercia de forma mais brutal e desordenada, como nas massas rurais, visto que a organização sindical e a luta reivindicatória substanciavam processos pelos quais se buscava tirar do papel (e das mãos da burguesia) a regulamentação das condições de trabalho destes trabalhadores.

Nesse cenário, as Forças Armadas, as oligarquias agrárias e a burguesia atrelada ao capital externo se articularam, sob a designação obscura do governo dos EUA e impetraram o golpe de Estado de 1964 no Brasil, dando fim à tentativa do então presidente João Goulart de iniciar um projeto de capitalismo autônomo no Brasil e determinando o novo modelo de desenvolvimento pregado pela então principal potência hegemônica do sistema-mundo (PIRES, 2012). Esse novo modelo a ser seguido deveria ser respaldado pelo estabelecimento de uma elite militar, empresarial e até mesmo sindical que constituísse um regime político forte, esclarecido e modernizador. Deste modo, seria contida a burguesia nacional mais relevante do hemisfério ocidental, a burguesia brasileira, assim caracterizada por apresentar significativas aspirações de poder internacional, ou ao menos regional, devido à extensão do seu país e às suas riquezas naturais nele presentes (DOS SANTOS, 1996). Nessa mesma linha, segundo Marini (2014), o regime militar, criado em 1964, veio para substituir este projeto nacional burguês, originando uma modernização fundada na aliança e integração dessa burguesia ao capital multinacional, evidenciando um tipo de desenvolvimento industrial dependente, subordinado aos modos de expansão e de organização do capitalismo internacional que por sua vez submetia os centros de acumulação local à lógica de expansão do centro hegemônico mundial.

Nesse contexto, o necessário incremento tecnológico condicionante da evolução do processo de industrialização no Brasil teve que ser adquirido externamente, seja por meio de importações ou de investimento direto estrangeiro, os quais exerciam pouco impacto na formação de capacidade tecnológica interna deste país. Assim, faltou à formação da indústria brasileira aquilo que é definido por Fajnzylber (1983) como um núcleo endógeno de dinamização tecnológica, referente à produção e ao desenvolvimento de caráter técnico-científico ligado ao aparato produtivo de bens de capital. Esse quadro seria então um dos

grandes motivos da fragilidade das bases estruturais da economia dos países periféricos em relação às pressões do mercado externo. Contudo, embora seu desenvolvimento estivesse diretamente atrelado à tecnologia e ao capital externos, Suzigan (1991) afirma que os índices apontavam para o crescimento com picos cíclicos de relativa baixa e ascensão, de modo que, em linhas gerais, a dinâmica de produção e do investimento deram o impulso para o avanço da indústria brasileira entre os anos 1950 e 1980. Desse modo, a tendência que teve início com o Plano de Metas se estende nos anos seguintes e se evidencia ainda mais a partir da segunda metade da década de 1960, quando ocorre um incremento nas taxas dos bens de capital, bens de consumo duráveis e produtos químicos, como pode ser observado na Tabela 6 a seguir.

Tabela 6 - Taxa média anual de crescimento industrial, por gêneros: em 1967-1972 (em %)

Setores	Taxa de crescimento		
	1967-70	1971	Produto de 1970/Produto de 1964
Manufaturados – total	14,2	11,6	156
Minerais não-metálicos	17,3	11,1	162
Produtos de metal	14,4	5,6	166
Maquinaria	22,7	3,6	142
Equip. eletricidade	13,4	21,3	213
Equip. transporte	32,6	19	244
Prod. Papel e papelão	9,1	6,3	158
Produtos de borracha	15,3	11,8	189
Produtos químicos	15,6	13,6	169
Têxteis	7,4	8,8	96
Vestuários, calçados, etc	1,7	-1,8	101
Produtos alimentícios	8,3	3,6	142
Bebidas	8,2	4,8	142
Fumo	9,6	5,7	138
Construção	14,4	8,4	126
Utilidades públicas	12,2	ND	163

Fonte: BAER (1983, p. 233).

Desse modo, Baer (1983) observa que a faixa de crescimento dada entre os anos de 1964 e 1970 expressa variações positivas de cerca de 42% na produção de maquinaria, 66% na indústria de produtos de metal, 69% no segmento de produtos químicos e no que se refere aos setores de equipamentos elétricos e de equipamentos de transporte as variações foram de 113% e 114%, respectivamente. Mas esse dinamismo se mostrava forjado através de situações

incompatíveis com a realidade apontada pelos índices, como evidencia a explicação de Suzigan (1991), ao considerar que, embora tenha ocorrido a criação de centros de pesquisa em inovação científico-tecnológica com incentivo do governo federal nos anos 1970 e todos os demais esforços de crescimento referentes aos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II), implementados pelos governos militares atuantes na década de 70, essa capacidade de inovação era bastante limitada, com estruturas industriais debilitadas, características de um processo de capitalismo tardio.

O I PND dispunha de três grandes propostas para o desenvolvimento brasileiro: conduzir o Brasil ao patamar de nação desenvolvida em apenas uma geração; multiplicar por dois a renda per capita do Brasil até 1980, (em comparação àquela apresentada em 1969) e por fim, proporcionar um aumento anual do Produto Interno Bruto entre 8% e 10%, no ano de 1974. Já o II PND visava “completar” o parque industrial brasileiro pelo aquecimento do setor de insumos industriais (siderúrgicos, petroquímicos, de celulose etc.) e de máquinas e equipamentos – o que acabou por contribuir com a geração de saldos significativos na balança de comércio exterior brasileiro na década de 80 (VIEIRA, 2000). O II PND foi criado como uma ferramenta de enfrentamento da crise internacional que ocorria na época e visava livrar o país de uma possível recessão ao combinar a ação do Estado, da iniciativa privada e do capital externo para definir uma série de investimentos em setores-chave da economia (IPEA, 2016). Desse modo, esse programa apresentava como proposta central firmar um novo rumo ao desenvolvimento brasileiro, ao priorizar o aumento da capacidade energética e da produção de insumos básicos e de bens de capital, a fim de fomentar uma reviravolta no modelo vigente durante o período do “milagre” de 1968-1973, cuja prioridade até então centrava-se nos bens de consumo duráveis (FONSECA; MONTEIRO, 2008). Nesse âmbito, como ressalta Tavares (1977), a conjuntura do sistema econômico mundial nos anos 1970 foi estremecida por dois importantes fatos que afetaram tanto o centro como a periferia, os quais para diminuir os efeitos da recessão por estes provocada, obrigaram-se a executar mudanças em suas formas de condução econômica, pondo fim no chamado “milagre econômico”, com taxas de crescimento acima de 10% ao ano. A autora relata que o primeiro desses fatos se refere à drástica mudança de estratégia dos EUA em relação ao padrão de conversão da sua moeda, a qual enfraquecida e submetida aos avanços da especulação do mercado cambial, levou o presidente Richard Nixon em 1971 a romper com a conversibilidade do dólar em ouro, conforme estabelecido em Bretton

Woods. O segundo fato foi ocasionado pelo acirramento do conflito no Oriente Médio quando em 1973 países como Síria, Líbia e Egito tentaram recuperar seus territórios perdidos para Israel, o que desencadeou a Guerra do Yom Kipur⁸. Nesse conflito, Tavares (1977) ainda ressalta o apoio dos EUA à Israel, o qual contribuiu para que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) impusessem um embargo aos países do Ocidente, por meio de uma drástica redução da oferta de óleo bruto no mercado mundial, que entre outubro de 1973 e março de 1974, registrou uma queda de 50% na oferta e um aumento de 300% nos preços do petróleo, causando déficits nas balanças comerciais das nações importadoras, a exemplo do Brasil.

Nesse contexto, iniciava-se um tempo marcado pela alta nos preços do petróleo e a situação do Brasil, um país dependente das importações desse recurso, imprimia uma necessidade de desenvolvimento de fontes internas de energia. A Petrobrás ainda não apresentava grandes avanços na área, bem como ainda não havia realizado grandes descobertas de poços de petróleo em alto-mar (IPEA, 2016). Assim, Salles Filho (2003) salienta que as medidas tomadas no âmbito do II PND culminaram em um denso programa de prospecção e produção de petróleo, além de promover a redução do consumo interno deste combustível por meio de medidas de disciplinamento para evitar o desperdício e incentivo à utilização de tecnologia poupadora de energia, sobretudo na indústria (influindo até na orientação para a produção de automóveis com consumo de combustível reduzido) e em setores de infraestrutura. O mesmo autor reitera que nesse período também foi fomentada a diversificação de fontes internas de energia, o que contribuiu para impulsionar a produção de álcool para adição à gasolina e a ampliação do uso do carvão nacional voltado à utilização na indústria.

Desse modo, esse panorama propiciou o desenvolvimento de programas de pesquisa de novas fontes e formas não convencionais de energia que ensejaram a criação de órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aspecto que expressa a relevância dessa época para o desenvolvimento brasileiro e respectivo progresso científico e tecnológico, a contar com o equilíbrio entre pesquisa aplicada e pesquisa fundamental, inclusive com o incremento de programas de cunho “nuclear e espacial” (IPEA,

⁸ Em 1973, com o intuito de reconquistarem os territórios perdidos para Israel na terceira guerra árabe-israelense, as forças egípcias e sírias atacaram Israel de maneira coordenada, justamente no Yom Kippur (data considerada como a mais sagrada do calendário judaico) (HISTORY CHANNEL, 2019).

2016). Outra medida que reforça o caráter desse período é a criação do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (CEPEL) em 1974, uma sociedade sem fins lucrativos diretamente ligada ao sistema Eletrobrás e associado ao Ministério de Minas e Energia, a fim de atender às transformações requeridas no setor elétrico nacional e desenvolver uma infraestrutura científica e de pesquisa no Brasil (SARAVIA, 2005). Outro exemplo dos avanços ocorridos nessa época foi o reforço do Centro de Pesquisa da Petrobrás, que foi criado em 1963, que passou a ser chamado de Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES) em 1973, para suprir as necessidades de P&D do Sistema Petrobrás, a fim de reduzir a sua dependência tecnológica, tendo sido um marco na construção da estratégia tecnológica da Petrobrás.

Esta, inclusive, foi a primeira empresa estatal a dar a devida importância à nacionalização de suas compras de equipamentos e componentes, configurando-se como uma das primeiras empresas à impulsionar a criação de um setor empresarial nacional inovador nas áreas de engenharia, projetos e montagem industrial (FARIA; RIBEIRO, 2013). A definição do II PND conforme a legislação aprovada no Congresso no fim de 1974 endossava:

O Brasil deverá ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo e ao novo estágio de sua evolução industrial. Tal mudança implica grande ênfase nas indústrias básicas, notadamente o setor de bens de capital e o de eletrônica pesada, assim como o campo dos insumos básicos, a fim de substituir importações e, se possível, abrir novas frentes de exportação. (...) A agropecuária, que vem tendo, em geral, bom desempenho, é chamada a cumprir novo papel no desenvolvimento brasileiro, com contribuição muito mais significativa para o crescimento do PIB e mostrando ser, o Brasil, capaz de realizar sua vocação de supridor mundial de alimentos e matérias-primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial. (...) Espera-se consolidar, até o fim da década, uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva (BRASIL, 1974, p.16).

Dessa maneira, Salles Filho (2003) destaca o fato do foco da política nacional de desenvolvimento da tecnologia industrial passar a versar-se sobre a indústria de bens de capital, visto que é sobretudo neste setor que a importação de tecnologia representa uma alternativa de eficácia limitada, justamente por ser utilizada para mascarar a falta de competência interna em engenharia de processo, de produto e de fabricação desse segmento. Nesse sentido, o referido autor salienta que a indústria de bens de capital possui um papel estratégico na difusão do

progresso técnico na seara do sistema produtivo, pois, pelo fato de fornecer os meios de produção para os demais setores de economia, o segmento de bens de capital é aquele sobre o qual as demandas de inovações oriundas dessas fontes são reunidas, com vistas à incorporação do progresso técnico aos seus produtos para difundi-lo entre seus compradores. Assim, torna-se uma prioridade promover o desenvolvimento tecnológico dessa indústria principalmente por meio do fomento à atividade de pesquisa e à engenharia de produto e fabricação, mas também através de esforços de assimilação interna de conhecimentos técnicos via importação, como uma forma de suprir a carência de capacitação científica e tecnológica relativa à indústria nacional à época, fator que acabava por prejudicar a participação da indústria de base nacional no atendimento à demanda doméstica.

Nesse ínterim, Martins (2011) ressalta o período entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 no qual, embora a estrutura industrial brasileira detivesse elevados graus de integração entre os setores de atividade econômica e de diversificação da produção, o desenvolvimento tecnológico empregado mostrava-se insuficiente, aspecto que desencadeava ineficiências técnicas e econômicas específicas que limitavam sua competitividade, além do fato do País não contar com um padrão nítido de especialização e estar pouco integrado ao mercado internacional. Essas eram as características da estrutura industrial que conformaram o padrão de inserção internacional do Brasil, caracterizado por um lado pela exportação de bens intensivos em recursos naturais, energia e mão de obra barata e, por outro, pela importação de bens intensivos em tecnologia, particularmente máquinas, equipamentos e produtos químicos.

Ademais, conforme frisa Fiori (1993), o empresariado que sempre se opôs ideologicamente ao intervencionismo de Estado acabava por ceder às medidas tomadas nesse período em troca da proteção institucional dada pelo Estado, este que também se beneficiava do auxílio dessa elite empresarial na manutenção de um regime de relações de trabalho pautado no autoritarismo, concentrador e excludente no que tange às questões salariais e de distribuição de renda. Assim, Lessa (1988) explica que o II PND serviria como um exemplo de exercício de autoridade pelo qual o Estado desempenharia seu papel estratégico na eleição de prioridades e estabelecimento de diretrizes que baseavam os planos de ações, elementos esses que evidenciariam as articulações político-econômicas que predominavam sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. Considerado o plano econômico mais elaborado do

ciclo desenvolvimentista, o II PND representou um marco no avanço industrializante brasileiro, assim, como enfatiza Fiori (1993, p. 68):

Sua implementação, na segunda metade dos Anos 70, logrou, apesar das dificuldades aceleradas pela crise internacional, um avanço decisivo de nossa indústria pesada, ampliando a capacidade de produção de insumos básicos e de bens de capital, além de estimular e subsidiar um poderoso drive exportador de manufaturas e retomar o processo de substituições de importações na área energética. (...) o governo Geisel, navegando contra uma maré ideológica e econômica internacional desfavorável, foi o último dos desenvolvimentistas latino-americanos e, certamente, o mais acabado realizador da proposta industrializante da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) do fim dos anos 1940.

Nesse âmbito, Tavares (1974) enfatiza que embora o II PND tenha evitado que a desaceleração de 1974 se transformasse em uma crise interna, as medidas tomadas por meio dele plano acabaram por ensejar novos problemas de insuficiência de demanda e inflação crescente. Tanto que em apenas um ano após o anúncio desse plano, o país começava a vivenciar um período de desaceleração paulatina da atividade econômica (IPEA, 2016). Lessa (1988) ressalta que o plano foi abandonado em 1976, devido aos problemas macroeconômicos de inflação e balanço de pagamentos. Contudo, importa ressaltar que mesmo tendo sua execução seriamente comprometida devido ao aprofundamento da contração internacional, o II PND viabilizou a construção de uma cadeia produtiva completa no Brasil, algo até então inédito na periferia do sistema-mundo capitalista (IPEA, 2016). Segundo Almeida (2009), o fato do II PND não ter alcançado todas as metas às quais se propôs e a tentativa do então presidente Ernesto Geisel de abafar o agravamento dos efeitos da crise mundial na economia nacional levaram a imprensa a atentar-se ainda mais para o que viria no novo governo de João Figueiredo. Nesse período, a campanha pela desestatização da economia, ensejada pelos grandes grupos econômicos que intendiam dominar as áreas estratégicas que se mantinham sob posse do governo, sofreu um desaquecimento provocado sobretudo pela conjuntura política conturbada em que os generais tentavam se impor no poder, agradando ao capital nacional e estrangeiro, em meio a greves e reivindicações dos trabalhadores. O mesmo autor salienta que esse cenário levou a pauta das privatizações para o segundo plano naquele momento (pois em primeiro se pautava a transição para um governo democrático), o que corroborou para que o tema não avançasse no Brasil da maneira em que ocorreu em outras nações latino-americanas

fortemente regidas pela lógica imperialista (a exemplo do Chile de Pinochet). No entanto, não demoraria para que os grupos privatistas voltassem a defender essa pauta do “livre-mercado” com maior veemência, inclusive com respaldo da imprensa que entre 1979 e 1981 reaqueceu a campanha contra as estatais expondo casos de acusações de suborno e de corrupção, além de exaltar problemas com a administração dessas estatais a fim de difamá-las perante o público e influenciá-los a aceitar as privatizações como o melhor a ser feito para a economia do país. A desmoralização do setor público era tamanha que fomentava a possibilidade de realização de um Programa de Desestatização da Economia e mesmo que os nacionalistas defendessem a preservação do setor produtivo estatal, demonstrassem preocupação contra a internacionalização da economia e fossem contra o avanço do capital estrangeiro, esse movimento foi crescendo e tomou força de fato nos anos 1990.

Quando se deu o processo de redemocratização no Brasil nos anos 80, na intitulada “Nova República” estabeleceu-se uma tendência a um novo arranjo interno em que o capital financeiro internacional passa a dirigir o sistema de interesses monopolistas e os interesses ligados à preservação da empresa estatal e da empresa monopolista privada nacional tornam-se cada vez menos considerados no âmbito das decisões estatais (FARIAS, 2001). Assim, os dez anos de transição democrática no Brasil foram caracterizados por relevantes momentos de lutas políticas e econômicas acerca do papel do Estado na economia, que ocorreram entre os liberais que defendiam os interesses do capital estrangeiro, e os nacionais-desenvolvimentistas, defensores da retomada do crescimento a partir de uma economia planejada respaldada em um arcabouço de empresas estatais que levaram mais de 50 anos para serem estabelecidas (ALMEIDA, 2009). Conforme aponta Da Costa (2019), se não fossem essas empresas estatais estabelecidas na Era Nacional-Desenvolvimentista do getulismo (1930-45 e 1950-54), o BRIC seria apenas RIC, pois o País provavelmente não faria parte do grupo das quatro maiores economias emergentes do mundo, estas que aderiram ao capitalismo de Estado ou ao socialismo de mercado para amenizar um pouco do atraso histórico destas, dotadas de um capitalismo tardio, em relação às economias centrais cujo capitalismo se configurava como avançado.

Nesse contexto, vale ainda ressaltar as diversas iniciativas tomadas nesse período no campo da capacitação tecnológica interna no Brasil, como o I PBDCT (Primeiro Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que durou de 1973 a 1974 e tinha entre seus objetivos o estímulo da capacidade de absorção e criação de tecnologia pelas empresas

nacionais, tanto no âmbito público quanto privado. Logo em seguida, de 1975 a 1979 vigorou o II PBDCT (1975-79) que de maneira mais ambiciosa buscava atualizar tecnologicamente vários setores, fortalecer a engenharia de projetos e a atividade de consultoria, além de consolidar o sistema de propriedade industrial. Finalmente o III PBDCT iniciado em 1980 e findado em 1985, projetava diminuir a dependência científica e tecnológica do Brasil (SARAVIA, 2005).

Nesse ínterim, na metade dos anos 80 as discussões ideológicas sobre a política econômica cresciam entre as elites brasileiras cada vez mais inclinavam-se ao projeto neoliberal respaldados nas ideias do Consenso de Washington (FIORI, 1993). Esse âmbito propiciou um movimento de liberação do controle em relação à tecnologia oriunda do exterior, de modo que contratos concernentes aos projetos aprovados pelo PDTI (Programa de Desenvolvimento da Tecnologia Industrial) e do PSI (Programa Setorial Integral), ambos estabelecidos por meio do decreto-lei 2.433/88, passaram a não mais ser requeridos, sem qualquer consulta prévia (SARAVIA, 2005). Inclusive o próprio INPI deixou de apresentar restrições e passaram a ser pouco criteriosos com o exame das cláusulas de contrato para empresas e setores que apresentassem uma maior capacidade tecnológica. Dessa forma, os 1990 trouxeram uma fase de ampla liberalização da economia, também referentes ao afrouxamento das condições de transferência de tecnologia, o que acabaria por aportar prejuízos à capacitação interna de produção tecnológica (BARBIERI E DELAZARO, 1993). Nessa década, o Brasil começa a passar por um período desindustrialização que estaria relacionado às deficiências características deste país, a exemplo da ausência de uma política de ciência e tecnologia adequada, da deterioração da infraestrutura e dos altos impostos (SCHEINKMAN, 2006). Contudo, Ouriques (2010) contrapõe em parte esse argumento ao enfatizar que o processo de desindustrialização não ocorreria exclusivamente devido aos erros de política econômica, mas também se configuraria como um produto do protecionismo dos países centrais, das pressões originadas na revolução científico-técnica nestes instaurada e da alta dos preços de matérias-primas e produtos agrícolas por conta do aumento da demanda de países como a China.

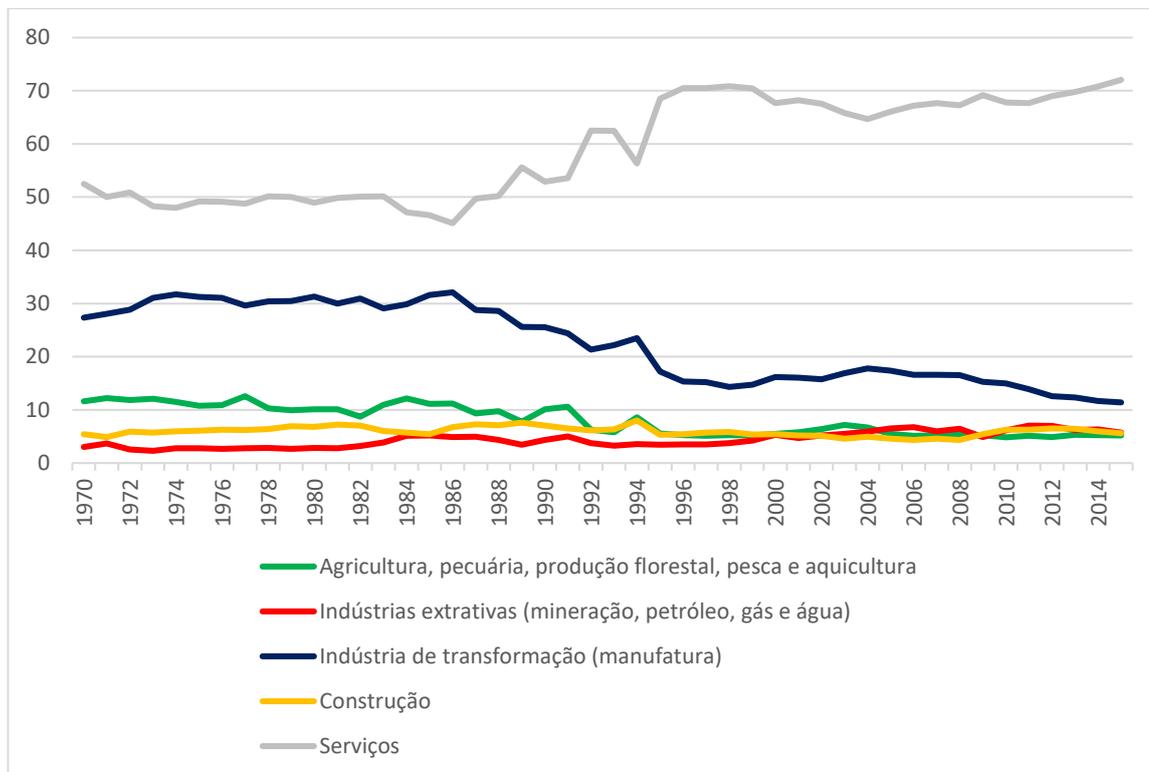
No Gráfico 2, a seguir, é possível ver composição da estrutura produtiva brasileira pela participação de seus setores no PIB. Desse modo, nota-se o enfoque das políticas dos anos 70 para a indústria de transformação, que se manteve em evolução durante toda a década. Segundo afirma Hermann (2005), nessa fase na qual o II PND foi instituído, a economia brasileira –

semelhante ao que ocorreu na era JK (1956-1961) – teve como marca o forte crescimento econômico (6,7% ao ano), o qual se somou a grandes transformações na estrutura produtiva do País. Contudo, apesar desse ritmo de crescimento ter se mantido no início do governo de João Figueiredo (1979-1985), o forte aumento da inflação e a deterioração das contas públicas e externas – que sinalizaram o esgotamento do modelo de crescimento até aí empregado – corroboraram para que, a partir de 1981, a economia brasileira passasse por um período de estagnação (com pequenos intervalos de recuperação), perpetuado até a metade da década de 1990, caracterizando os anos 1980 como a “década perdida”, marcada por dificuldades como o grave desequilíbrio no balanço de pagamentos brasileiro e a aceleração inflacionária.

Assim, o setor manufatureiro, que em 1986 representava 32% do PIB brasileiro, caiu para 21% em 1992. As indústrias extrativas apresentaram uma elevação a partir do final dos anos 1990, acompanhando a evolução do setor agrícola, como também é possível perceber pela análise do Gráfico 2, elaborado com respaldo dos dados da base estatística da UNCTAD⁹, seguindo o Padrão de Classificação de Comércio Internacional em sua 3ª revisão (ISIC Rev. 3), conforme detalhado no Anexo A. Faz-se necessário explicar que, tanto para o caso brasileiro quanto para os demais casos, no desenvolver da pesquisa esses setores serão destrinchados em seus principais segmentos para uma análise mais clara.

⁹ Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura: ISIC Rev 3, divisões 01-05; Indústrias extrativas (mineração, petróleo, gás e água): ISIC Rev 3, divisões 10-14 e 40-41; Indústria de transformação (manufatura): ISIC Rev 3, divisões 15-37; Construção: ISIC Rev 3, divisão 45; Serviços: ISIC Rev 3, divisões 50-99 (ANEXO A).

Gráfico 2 - Brasil - Participação (em %) no produto interno bruto por tipo de atividade econômica - por valor agregado a preços correntes



Fonte: UNCTADSTAT, elaboração da autora.

Nota-se desse modo uma involução da taxa de participação da indústria de transformação e ainda que no Brasil este setor esteja mais voltado para os segmentos de média ou baixa tecnologia, este se caracteriza por ser intensivo em uma mão de obra mais qualificada do que a que requer as indústrias agrícolas e baseadas em recursos naturais (extrativas), o que não proporciona um suficiente desenvolvimento não só do quadro de mão de obra disponível, como de todo o contexto que envolve a capacitação científico técnica nacional.

Na análise da composição do PIB dos países pela UNCTAD, o setor de serviços está dividido em três grupos de acordo com o Padrão de Classificação de Comércio Internacional em sua 3ª revisão (ISIC Rev. 3)¹⁰: atacado, varejo, restaurantes e hotéis (divisões 50-55); transporte, armazenagem e comunicações (divisões 60-64); e outras atividades que incluem serviços financeiros, de seguros, imobiliários e de negócios (divisões 65-74) e serviços pessoais, sociais e comunitários (divisões 74-95), como aqueles que envolvem saúde, educação

¹⁰ ISIC Ver. 3 (ANEXO A)

e lazer. São setores que embora sejam muito representativos na dinâmica interna desses países latino-americanos, não alteram a diferença de padrão tecnológico entre esses e os países centrais. No caso do Brasil, o setor de serviços formado por esses grupos detém a maior participação no PIB, com a menor parcela, variando de 4% a 8%, referente ao grupo de transporte, armazenagem e comunicações, outra parte com porcentagens de 10% a 16% concernente ao grupo de atacado, varejo, restaurantes e hotéis e a maior fatia, com números que vão de 28% a cerca de 57%, relativa a outras atividades que incluem serviços financeiros, de seguros, imobiliários e de negócios e serviços pessoais, sociais e comunitários.

No espaço temporal pós 1990, o liberalismo, que já havia penetrado em grande parte da América Latina, passa a adentrar o Brasil com ainda mais força sob o jugo das políticas do Governo Collor, que, conforme aponta Filgueiras (2000), alicerçadas num discurso liberal radical, em conjunto com a abertura da economia e o processo de privatizações constitui o que se pode chamar de “Era Liberal” no Brasil. Sobre esse cenário Bastos (1996, p.1) esclarece:

O Brasil dos anos noventa foi capturado pela onda política e ideológica do neoliberalismo. Assistimos a um movimento irresistível voltado, segundo reza sua ideologia, a reduzir o “tamanho” do Estado, privatizando empresas estatais e estreitando as áreas de sua atuação direta; buscando, ao mesmo tempo, diminuir a intervenção do Estado na economia e na sociedade, questionando a “proteção política” contra a competição comercial estrangeira, a “regulação” dos fluxos internacionais de capitais ou, ainda, legislações sociais que emperrariam a “flexibilidade” do mercado de trabalho. Todas as instituições, leis e concepções que nortearam o desenvolvimento econômico nacional no pós-guerra precisariam ser revistas; todos os coágulos “corporativistas” do passado deveriam ser extirpados cirurgicamente, para liberar um novo ciclo na vida nacional. (...).

Assim, os acontecimentos ocorridos após a metade dos anos 1990, evidenciam um processo de regressão da competitividade internacional do Brasil muito relacionado à reprimarização da pauta de exportações e à consequente perda de competitividade internacional da indústria brasileira (GONÇALVES, 2001). Nesse sentido, Filgueiras et al. (2012) salientam que as políticas neoliberais deste período contribuíram fortemente para enfraquecer a indústria brasileira, fator que desestimulou investimentos sobretudo na indústria de transformação e que em concomitância com a dinâmica da conjuntura internacional conduziu a aplicação da maior parte de recursos ao setor de commodities.

Nesse contexto, as principais medidas neoliberais foram tomadas no governo de Fernando Henrique Cardoso a partir da concepção do Plano Real que, como Ouriques (2013) explica, era uma representação de um arranjo de classes, em que setores do empresariado, nacional e estrangeiro e latifundiários juntos com alguns dos sindicatos mais fortes do país, versaram-se sobre uma campanha ideológica para fazer os trabalhadores acreditarem no caráter negativo da inflação dissociado dos demais fatores e interesses que a circundam, como o déficit público. Dessa forma, o referido autor ainda reitera que se preconizava não só a redução do déficit da balança de pagamentos, mas também do déficit público, desse modo o aumento das exportações era almejado a fim de contribuir para o aumento do superávit na balança comercial, fator que viria a diminuir o impacto negativo na conta corrente.

Nesse sentido, a especialização produtiva nos setores agrícolas traz riscos ao desenvolvimento nacional não apenas devido ao menor dinamismo que esses produtos apresentam em termos de crescimento da demanda mundial, como também à volatilidade dos preços devido a possíveis variações de demanda. Fatores que reforçam ainda mais o padrão dependente de inserção do Brasil no sistema mundial de comércio.

Desse modo, conforme aponta Filgueiras (2006), o progresso neoliberal a partir da década de 1990 passou por três momentos distintos: o início turbulento marcado pela ruptura do modelo de substituição de importações e realização das primeiras ações perceptivelmente neoliberais (com aquelas que ocorreram no Governo Collor); uma segunda fase em que a nova ordem econômico-social neoliberal pôde ser ampliada e consolidada (no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, uma terceira e última etapa em que o novo modelo passou a contar com ajustes e aperfeiçoamentos, sobretudo pela solidificação da hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (fase que teve lugar no segundo Governo FHC e no Governo Lula).

Para Biondi (2003) as privatizações iniciadas no governo FHC representaram um real desmonte do Estado, sem contrapartida, pois sequer chegaram a reduzir o desfalque e as dívidas do Tesouro, vide os juros de cerca de 130 bilhões computados no ano de 1999. Ademais, o governo de FHC propiciou uma abertura econômica que levou a um vertiginoso aumento da dívida externa (STRAUSS, 2018). Nesse período, Paulani (2003) afirma que a piora estrutural das contas externas do Brasil, além de reforçar a dependência do país em relação ao capital estrangeiro em setores estratégicos, a exemplo dos relativos a insumos básicos e bens de capital,

também gerou um estoque substancial de capital privado nacional bom e barato sob o controle do capital externo. A balança de serviços tornou-se muito mais pesada devido à elevação do déficit na balança de rendas (lucros, dividendos e juros), resultado inescapável da duplicação do passivo externo líquido do país.

Nesse âmbito, nos anos 2000 abre-se um novo tempo no qual o capital financeiro se torna ainda mais decisivo no reforço dos mecanismos de dependência do Brasil. Este continua seguindo o modelo de especialização produtiva primário-exportador e tem seu potencial de industrialização e produção tecnológicas prejudicados pelos ciclos de manutenção de dependência desencadeados pelas políticas neoliberais em continuidade no século XXI. Segundo explica Filgueiras (2006), nesse novo século ao governo Lula pareceu cômodo considerar a nova divisão internacional do trabalho que reafirmou o Brasil como exportador agrícola e de produtos industriais geralmente pouco intensivos em tecnologia. No entanto, esse governo entrou em contração ao se indispor com frações importantes do capital de países desenvolvidos ao realizar ações voltadas à eliminação dos subsídios agrícolas, colocando-se contra o protecionismo empregado por estes. Ainda de acordo com o referido autor, gerou-se assim uma atmosfera de insatisfação entre o governo brasileiro e a fração do capital agrícola hegemônico, embora no que concerne ao capital financeiro internacional fosse vantajoso contar com superávits na Balança Comercial, principalmente pelo fato destes assegurarem a capacidade do Brasil em remunerar suas aplicações.

Nesse ínterim, o ano de 2015, o projeto neoliberal aproveitou-se de mais um momento de crise comum ao bojo deste modelo para aumentar ainda mais a sua incidência no Brasil, ocasionando o impeachment da Presidente Dilma Roussef, considerado um golpe de Estado que envolveu os setores políticos, jurídicos e militares. O governo de Michel Temer veio para substanciar as medidas liberalizantes e acentuar a crise econômica no País. Contudo, importa ressaltar que o crescimento econômico notado nos governos Lula, foi em grande parte fruto de acordos firmados com diversos representantes das frações do capital, como o financeiro, agrícola e industrial, exercendo o que Ouriques (2018) chama de “liberalismo de esquerda”. No contexto desses governos, a reprimarização da economia brasileira permitiu a contratação de mão de obra com menor qualificação em diversas regiões, o que gerou uma diminuição das desigualdades entre essas regiões por meio de uma relevante geração de empregos. Contudo, a queda dos preços das matérias-primas contribuiu para pôr fim na ilusão aportada por essa boa

fase, esse declínio afetou em especial a camada mais pobre da sociedade. Esta situação, aliada à evidência dada por setores da imprensa aliados à classe dominante aos escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores, além da desvirtuação deste do caminho do socialismo, levaram à revolta de muitos eleitores brasileiros, sobretudo da classe média e inclusive da classe pobre, conforme frisa Ouriques (2018), o que acabou por eleger um agente da extrema-direita, o militar reformado Jair Bolsonaro. Esse panorama abre ainda mais caminhos para as medidas neoliberais de entrega do patrimônio público, incluindo aqueles que aliam riqueza natural e tecnológica, como a Petrobrás. Cenário produzido pelo projeto neoliberal que se encontra em estágios ainda mais danosos em outros países latino-americanos, como no Chile e na Argentina, conforme será tratado a seguir.

5.2.3 Chile - trajetória político-econômica da colônia à crise de 1929

O povoamento da estreita faixa de terra entre a cordilheira dos Andes e o Oceano Pacífico, conhecido hoje como o Chile, tem sua origem estimada em 12.000 a. C., idade aproximada do sítio arqueológico de Monte Verde, descoberto em 1978. Calcula-se que cerca de um milhão de pessoas, divididas em diversas etnias, já habitavam a região à época da chegada dos primeiros espanhóis. Até múmias de antiguidade anterior às achadas no Egito chegaram a ser encontradas no norte do país, perto da atual Arica. Apenas quinhentos anos antes de Cristo apareceram as primeiras tribos sedentárias cujas construções remetiam à influência da cultura *tiauanaco*, que habitava o território hoje conhecido por Bolívia e que posteriormente foi dominado pelos incas. Na era depois de Cristo, a região passou a ser habitada por populações mais numerosas, com maior organização política e social, que aproveitavam a caça e a pesca, praticavam a agricultura e construía canais de irrigação para suas vilas e aldeias. A etnia mais conhecida foi a Mapuche, que em língua autóctone, significa “gente da terra”. Considerada uma raça de guerreiros vigorosos, não se deixaram dominar pelos incas e impuseram feroz resistência ao invasor espanhol, a qual durou mais de trezentos anos (DE PAULA; REINOSO, 2012). Seguindo o fluxo das empresas colonizadoras que partiam do Peru, mais precisamente do centro do império Inca, Cuzco, rumo ao Pacífico em busca do desbravamento de novos territórios para dominar, Diego de Almagro inicia o movimento espanhol de conquista do território chileno em 1536. Contudo, foi Pedro de Valdivia que se estabeleceu como o principal conquistador do

Chile em 1540 (VITALE, 1969). Assim, foi apenas em 1541 que uma segunda expedição se estabeleceu definitivamente na região, sob o comando do veterano da conquista do Peru, Valdivia, o qual fundou diversas cidades a mando do então monarca espanhol. Entre elas estão Santiago, atual capital, La Serena, Conceção e Valdivia, esta última em sua própria homenagem. Com Valdivia continuava a resistência indígena, que tinha começado com Diego de Almagro. Como marca registrada dos colonizadores europeus na América, podemos citar a brutalidade, a crueldade e o desprezo pela vida dos nativos. Com Valdivia não foi diferente. Contudo, os Mapuche também conheciam a arte da guerra (DE PAULA; REINOSO, 2012). Valdivia foi capturado em 1553 e morto pelos Mapuche (ALLENDE, 2007), que se rebelaram contra as tentativas de apropriação de suas terras pela Coroa Espanhola. Contudo, o espírito guerreiro desse povo não foi capaz de inibir o longo processo de formação da sociedade colonial chilena que se respaldou na submissão das populações indígenas e na superposição dos combatentes castelhanos. Assim, conforme ressalta Vitale (1969), os conquistadores formaram um grupo privilegiado que buscava ganhos por meio das *encomiendas*, da exploração da terra e das jazidas de ouro, além de se aproveitarem da ocupação de cargos públicos para dirigir os destinos do país sob a designação da coroa espanhola, que por vezes também era burlada.

Nesse ínterim, Pinto (2002) salienta que se os homens do século XVI e XVII já haviam dado mostras de incompreensão e intolerância frente aos primeiros povos da terra, aqueles do século XIX foram, todavia, mais longe. O mesmo autor ainda enfatiza que na segunda metade do século XIX as repúblicas latino-americanas foram implacáveis com os indígenas, pois seu etnocentrismo e posturas muitas vezes abertamente genocidas, alcançaram níveis até então desconhecidos. O progresso parecia incompatível com o mundo indígena. A exclusão passa assim a ser a nota dominante da política indígena de quase todos os países do continente latino-americano e o Chile não foi a exceção. Desse modo, ainda conforme o referido autor, os Mapuche, que haviam sido apresentados como um modelo que inspirou a independência e teve seus valores considerados como basilares para a formação da nova nação, começam a ser excluídos por uma classe política e por uma intelectualidade daqueles que se sentiam incomodados pela representação dessa etnia. Por fim, o interesse por suas terras propiciou um assédio que pôs em perigo sua própria existência. Na verdade, como tinham que legitimar a ocupação de terras desse povo nativo, o caminho eleito foi o de sua exclusão do projeto nacional, considerando-os como selvagens bárbaros que teriam que ser reduzidos pela razão ou

pela força. O Chile que nasce do mundo indígena se transforma na primeira metade do século XIX no Chile que não admite a presença dos Mapuches.

Em meio a esse contexto de negação dos povos autóctones, se dava o modo de produção e acumulação coloniais no Chile, o qual passa por fases que podem ser identificadas pelos seguintes períodos, conforme referidos por Salazar (2003):

- i. 1541-1580: Expansão e crise do ciclo do ouro, primeira tentativa (fracassada) de acumulação primitiva.
- ii. 1580-1690: configuração do mercado entre os diferentes territórios da colônia, transformação da economia aurífera em economia agropecuária, início da exportação de mercadorias propriamente ditas que contribuiu alavancagem da acumulação mercantil e a emergência de uma oligarquia formada por exportadores de sebos e couros, cenário que configurou o início da exploração mercantil interna sobre o empresariado produtor.
- iii. 1690-1873: ampliação do mercado externo, por meio da subordinação do mercado interno e abertura progressiva até o mercado mundial; expansão da exportações de trigo, cobre e prata; massiva importação de manufaturas industriais de consumo direto; aumento acelerado da acumulação mercantil; monopólio do crédito interno; precarização das relações sociais de produção; crise e empobrecimento da classe produtora crioula e mestiça; imposição autoritária do Estado (mercantil); utilização do Exército (“nacional”) para expandir as fronteiras e disciplinar a exploração; presença de um poderoso conglomerado comercial estrangeiro e início do conflito econômico social com forte impacto político.
- iv. 1860-1878 e depois: crise de produtividade das empresas de filiação colonial e esgotamento dos depósitos de metais; a crise cambial do peso chileno; crise do monopólio creditício interior e endividamento exterior; os grupos liberais conseguem ter acesso ao Estado e iniciar a liberalização do sistema eleitoral e a modernização das instituições civis; debilidade e crise dos *merchant-bankers* crioulos (os primeiros a desenvolverem técnicas basilares de criação de contas e créditos bancários) e que logo se agregou à crise do sistema de “*haciendas*”; o conglomerado mercantil estrangeiro penetra e hegemoniza todos os setores

estratégicos da economia nacional. Sensações de crise, decadência e corrupção moral.

Nesse âmbito, em meio aos movimentos independentistas latino-americanos ocorridos a partir do século XIX, cabe destacar a singularidade da geografia física chilena que se mostrava análoga à sua história política, como evidencia seu pioneirismo na formação de Estado nacional na América Latina em 1818, que representou um marco nas ideias libertárias do século XIX (DOS SANTOS, 2009). Mais especificamente no dia 12 de fevereiro de 1818, foi proclamada a independência do Chile sob a liderança do militar Bernardo O'Higgins, apoiado pelo general argentino José San Martín (CRISTI; RUIZ-TAGLE, 2016, PENNAFORTE, 2011). Contudo, embora esse movimento de independência tenha liberado o Chile da dominação espanhola, a natureza oligárquica desse processo acabou por inserir a nova república no âmbito do imperialismo inglês (FELIPE, 2009). Maior potência mercantil da época, a Inglaterra buscou apoiar as lutas pela independência na América Latina no século XIX, como uma forma de incluir territórios como o Chile em seu império comercial (FESTINO, 2006). Assim, esse período traz a marca da lógica de poder assumida pelas elites mercantis que envolve competir pela monopolização do mercado, não apenas por meio do comércio propriamente dito, mas inclusive pelas vias militares e política (SALAZAR, 2005). Desse modo, conforme salienta Felipe (2009), servindo a essa aristocracia mercantil – sendo parte ligada ao latifúndio e parte ao setor exportador e financeiro – em detrimento dos interesses populares, O'Higgins governou ditatorialmente o novo Estado o que permitiu que as oligarquias conservadoras tomassem o controle político do país, com o apoio da igreja católica e resguardando os privilégios da elite local. Esses interesses elitistas predominaram na política chilena até 1881, quando surgiu uma nova ordem liberal e nacionalista. Os movimentos desta ordem foram reforçados pelo então presidente José Manuel Balmaceda (1886-1891) que estabeleceu o sufrágio universal a fim de minimizar a força e a influência das oligarquias no poder político, pois embora vigorasse o presidencialismo constitucional desde 1833, esse domínio era expresso no congresso através de uma prática parlamentarista. Essa postura de Balmaceda acabou por desagradar a elite latifundiária e mercantil que, respaldada pelo império britânico, se beneficiava do parlamentarismo informal instalado, o que levou a uma tensão política interna a qual tornou-se ainda maior pelo fato desse presidente apoiar a nacionalização das minas de salitre e promover a criação de mecanismos de proteção à indústria chilena (TONELLI, 2016). O cenário posterior

aos conflitos daí originados e sua repercussão no desenvolvimento da economia do Chile pode ser compreendido na seguinte passagem do autor Álvarez (2012, p. 335):

Em 1891, eclodiu a guerra civil no Chile. As forças leais a Balmaceda foram derrotadas e o Presidente se suicidou no dia mesmo em que expirava seu mandato. Dessa forma, o país brilhante em que o Chile poderia ter se convertido, se tornou a nação medíocre que aparece nos números, isto é, o Chile das classes dominantes.

No pós guerra civil, de 1891 e 1920, período no qual o Parlamentarismo foi de fato estabelecido, Guzmari (2014) salienta que os partidos mais importantes tiveram escassas diferenças ideológicas e de fato, todos estiveram inspirados pelo pensamento liberal. Essa homogeneidade ideológica se explica porque todos os partidos de alguma forma representavam as ideias e interesses oligárquicos que regiam a vida exclusivamente explorada e monopolizada por estrangeiros, em sua maioria ingleses, alemães, espanhóis ou italianos.

Esse é um dos cenários que ilustram a primeira fase de transição da economia colonial para a economia capitalista, a qual marca o período entre 1870 e 1930. Inicialmente, segundo salienta Salazar (2003) a crise da economia colonial se pautava em gargalos na produtividade, quadro que tornou necessária a importação de meios industriais de produção (máquinas, ferramentas, combustíveis, matérias-primas etc.) que acabou por dar início ao que seria um incipiente setor industrial, além de propiciar a mecanização da produção agrícola e mineira. Assim, o mesmo autor reitera que por meio de uma industrialização promovida e hegemônica pelo grande capital comercial estrangeiro e por engenheiros e técnicos industriais imigrantes, deu-se início aos investimentos reprodutivos e à acumulação industrial capitalista propriamente dita, a qual faz surgir a classe operária industrial.

Foi durante a década de 1870 que se viveram os últimos anos de um modelo exportador baseado nas vendas de cobre, prata, farinha e trigo. Posteriormente, no fim do século XIX deu-se o início do ciclo do salitre e no início do século XX ganhou força o ciclo do cobre, ambos incidiram de maneira notável no comportamento e na estrutura da indústria (DUCOING, BADIA-MIRÓ, 2013). A vitória na Guerra do Pacífico (contra Bolívia e Peru), rendeu ao Chile uma expansão territorial de 200.000 quilômetros quadrados e a obtenção da próspera indústria do salitre, conforme aponta Martinez (2013). Assim, o mesmo autor enfatiza que desde a década de 1870, a região de Antofagasta se encontrava povoada principalmente por chilenos e durante 1880 já detinha mais de 80 oficinas de salitre em funcionamento. Desde 1870 se iniciou um

processo de exploração intensiva de carbono e do salitre através da indústria metalúrgica e foram adquiridas tecnologias que permitiram a exploração destes minerais em grande escala. O referido autor ainda salienta que a partir de 1890 os capitais ingleses passaram a concentrar 60% da propriedade do salitre. Mesmo assim, o salitre permitiu que o Estado do Chile financiasse quase a metade das rendas e investimentos fiscais. O Chile então investiu seus ganhos em infraestrutura, como a expansão da rede de telégrafos e a instalação das primeiras linhas telefônicas, além da construção de estradas, pontes, obras portuárias e a extensão de ferrovias, símbolo de modernização nacional.

Nesse contexto, funcionava um processo de industrialização promovido e hegemônico pelo grande capital comercial estrangeiro e por engenheiros e técnicos industriais imigrantes (SALAZAR, 2003). O auge do salitre provocou o nascimento de uma indústria mediana e incipiente – instalada em sua maior parte em Santiago – e alguns itens de indústria pesada que proporcionava os insumos necessários à referida indústria, situada nas províncias. Dessa maneira, a indústria mediana foi a que se mostrou mais pujante na época, já que muitos produtos que não requeriam uma tecnologia muito avançada foram produzidos no país, como é o caso dos tecidos, couros, cervejas, móveis, entre outros, como mostram as Tabelas 7 e 8 a seguir. A indústria pesada produziu aço e chegou a fabricar locomotivas até o fim da Primeira Guerra Mundial, inclusive exportando para o Peru (GUZMARI, 2014). Entretanto, como evidenciam as Tabelas 7 e 8, depois de 1876 o ramo alimentício ganhou cada vez mais destaque na economia chilena e o metalmeccânico (cuja tecnologia e investimentos empregados eram em grande parte oriundos dos agentes estrangeiros) passou a decair durante os anos seguintes.

Tabela 7 - Estabelecimentos industriais no Chile em 1876

Grupo*		Número de indústrias	Número de empregados
20.	Alimentos	36	1.126
21.	Bebidas	9	229
22.	Tabaco	1	26
23.	Têxteis	9	529
24.	Confecções e calçados	2	55
25-26.	Madeiras e Móveis	11	430
27-28.	Papel e impressão	11	497
29-30.	Couro e borracha	6	293
31-32.	Químicos	8	198
33.	Produtos de minerais não-metálicos	3	159

34-38.	Produtos metálicos incluindo a maquinaria	31	2.596
	Total	127	6.138

*Classificação de acordo com o padrão internacional da indústria.

Fonte: Adaptado de Ortega (1992, p. 219).

Tabela 8 - Peso relativo dos diferentes setores industriais e artesanais do Chile (1895-1918).

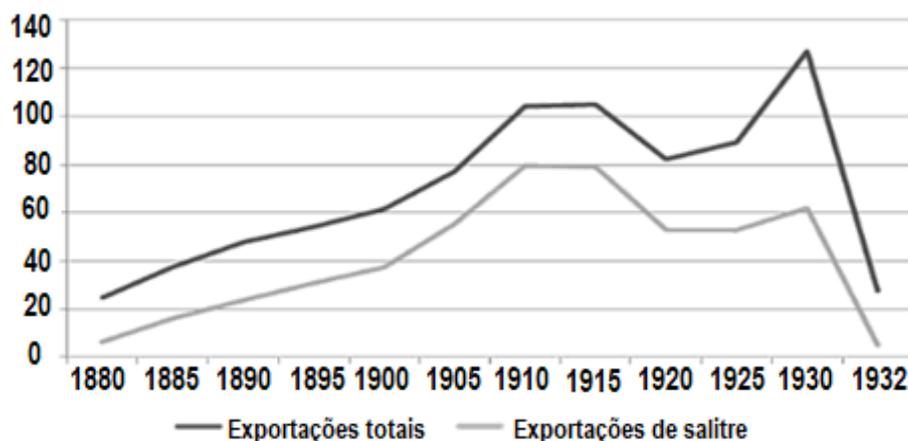
Setores	Produção (%)
Alimentício	4,5
Madeireiro	12
Metalmecânico	5
Construção	2,2
Têxtil	10
Químico	6,4
Couro	9,3
Gás e eletricidade	3,1
Papéis e cartões	6
Outros	1

Fonte: Adaptado de Carmagnani e Hernandez (1998, p. 65).

A pujança do salitre nos anos 1870 contribuiu para que a partir da anexação dos territórios de salitre ao patrimônio nacional, a indústria manufatureira iniciasse um período de expansão e diversificação, como mostra a Tabela 8. Nesse contexto, a importação de insumos industriais cresceu a uma taxa anual de 2,8% durante o período de 1880 a 1919, enquanto a taxa de bens de capital destinados a processos manufatureiros chegou a 3,5%, o que superou ambas as taxas de crescimento das importações de bens de consumo. Dessa maneira, cabe afirmar que o ritmo de desenvolvimento adquirido por diversos setores da economia chilena, especialmente pela mineração, contribuiu para dar um grande impulso ao processo de industrialização. O crescimento populacional urbano também se mostra decisivo para o crescimento do mercado de manufaturas. Contudo, o principal aspecto sob o qual foi construída a base industrial chilena refere-se aos interesses do setor externo pelas exportações de salitre chileno, atividade que gerava as divisas necessárias para dar seguimento aos planos de modernização do Chile, assim como para o custeio das importações de matérias-primas, insumos e bens de capital estrangeiros, dos quais a indústria Chilena era altamente dependente. Nesse cerne, conforme aponta Meller (1996), antes da Primeira Guerra Mundial, o nitrato natural era um insumo chave da indústria salitrera para a fabricação de explosivos, além de ser um fertilizante de grande importância. Contudo, não foi o desenlace da guerra que gerou a exploração dos depósitos de salitre por empresários chilenos: a exploração em grande escala do salitre começou

anteriormente sob o controle majoritariamente britânico depois de 1880. Em 1890 as exportações de salitre constituíam metade das exportações chilenas. Desde o começo do século XX e até a Primeira Guerra Mundial sua participação nas exportações totais chilenas foi majoritariamente crescente, conforme mostra o Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 - Exportações de salitre e totais de 1890 a 1932 (média anual em milhões de US\$)



Fonte: Adaptado de Meller (1996).

Meller (1996) ainda salienta que as exportações de nitrato geraram uma grande quantidade de recursos que foram retirados do país por firmas estrangeiras, haja vista que o setor exportador, por ser dominado pelos investidores estrangeiros e requerer poucos insumos nacionais estaria muito mais conectado aos países então desenvolvidos do que à própria economia interna chilena, a qual acabava por não se beneficiar dessa relação externa. Contudo, vale ressaltar que o governo chileno conseguiu reter uma parte importante dos excedentes de exportação dessas firmas estrangeiras, por meio das tributações sobre as exportações de salitre. O governo chileno utilizou então parte desses rendimentos na infraestrutura social e física do país e também em investimentos na esfera privada a fim de fomentar as importações de bens de luxo, muito consumidos durante o auge do salitre, como vinhos, joias, roupas e perfumes, artigos que por muitos anos representaram quase o dobro das importações de maquinaria industrial e agrícola. Desse modo, Vilches (2010) observa que o processo de acumulação capitalista desde o princípio (segunda metade do século XIX), não só criou uma demanda interna por meios de produção, como também privilegiou o comércio de importação de alguns determinados bens monopolizados pela oligarquia mercantil que dominavam os cenários de

importação e exportação do Chile. Assim, a importação de bens de capital, provocada pela necessidade dos meios de produção anteriormente mencionada, acabou por criar uma forte dependência da disponibilidade de moeda estrangeira para o pagamento desses bens. O capital estrangeiro, por sua vez, detentor dessas moedas, era o que determinava o montante do investimento geral na indústria, gerando assim uma estrutura produtiva onde a industrialização dependia da dinâmica e da força do setor exportador de produtos agrícolas e de mineração (salitre) para prover tais divisas

Nesse sentido, Collier e Sater (2004) enfatizam que nessa época da nova república no século XIX, cerca de um ou dois terços de todas as exportações do Chile eram direcionadas à Inglaterra e cerca de um terço e até a metade das importações advinham desse mesmo país. Assim, cabe ressaltar que a posição hegemônica da Grã-Bretanha no sistema de comércio internacional do século XIX influenciou o desenvolvimento geral da economia do Chile. Ademais, os vapores, telégrafos, ferrovias e empresas de ações conjuntas desempenharam seu papel na consolidação dos laços do Chile com o mercado mundial em rápida expansão.

Nesse panorama, nota-se que a partir de 1880 até o início da Primeira Guerra Mundial, a indústria manufatureira chilena experimentou um crescimento considerável, aportado pelas condições econômicas e demográficas, segundo destaca Salazar (2005). O número de estabelecimentos de fabricação de manufaturas aumentou, novas linhas de produção se abriram, os níveis de investimento e emprego aumentaram significativamente e do ponto de vista qualitativo, a produção adquiriu características significativamente distintas às daquelas duas décadas precedentes à Guerra do Pacífico. O mesmo autor ainda reitera que, quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, em 1914, o fechamento dos mercados externos passou a representar um desafio à economia de países como o Chile, tendo em vista que suas exportações para os países em conflito não teriam como ser escoadas e seu abastecimento de bens manufaturados e matérias-primas também seria suspenso. Contudo, houve um crescimento do mercado interno, ancorado pelo aumento da demanda doméstica, que tornou imperativo a tomada de medidas de substituição de importações. Com o impulso do setor interno, os níveis de produção pré-guerra foram recuperados até o fim de 1918. No entanto, o referido autor ressalta que até o fim de 1920, as indústrias metalmeccânicas do país distribuíam sua produção em 50% de bens duráveis e 50% de produtos acabados para fundições, fábricas e estaleiros. Sem dúvida, não haviam

desenvolvido a produção de bens de capital, tanto para o uso nos setores agrícolas, quanto no nascente e grande setor minerador de cobre e até na própria indústria manufatureira.

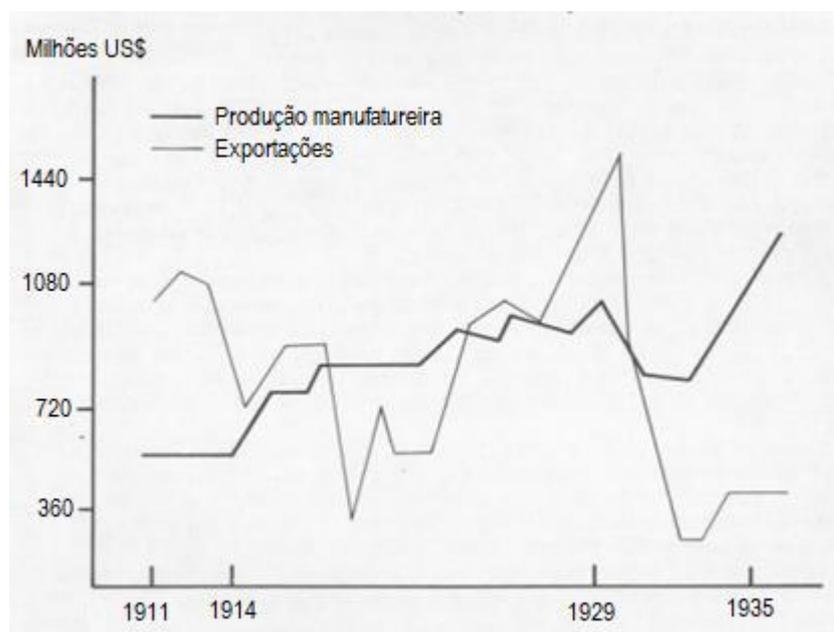
Internamente, havia tensão no cenário político devido aos sinais de falência que dava a República Parlamentarista posta em vigor desde o fim do governo de Balmaceda. Cárcamo (2012) enfatiza que a insatisfação sobre o regime de governo até então vigente levou as camadas médias de cunho militar a fomentarem as revoluções militares que ocorreram em 1924 e 1925, que iniciou um período de busca por transformações que trouxessem a diminuição da concentração do poder político nas mãos das oligarquias e a instauração de um governo respaldado na ideologia nacionalista, fortemente autoritário, ditatorial, ao qual caberia o estabelecimento de um notório processo de modernização do aparato estatal. Nesse sentido, o mesmo autor sugere que o exército teria se beneficiado de uma representação do descontentamento geral sobre o cenário social do país o que contribuiu para que os membros da classe média, sobretudo os militares, despontassem como os novos atores sociais engajados em resguardar os interesses da pátria. Estes, inclusive, deviam ser protegidos dos ideais revolucionários das correntes de esquerda, que na concepção da classe média militar, propunha uma discussão sobre a luta de classes que ameaçava a unidade popular nacional.

Nesse contexto, Casanova (2018) enfatiza que o militar Carlos Ibañez del Campo assumiu o governo chileno de 1927 a 1931, liderando um mandato de caráter repressivo no âmbito político-social e corporativista-nacionalista no campo econômico. O mesmo autor afirma que com a economia chilena financiada essencialmente por impostos obtidos pelo comércio do salitre e por empréstimos oriundos do capital estrangeiro, Ibañez tentou emplacar um ambicioso plano de obras públicas e de incremento do gasto social, que foi impedido pelos efeitos da Grande Depressão. Assim, Álvarez (2012) afirma que questões diretamente atreladas a esta crise externa, como a grande elevação do nível de desemprego, pela brusca diminuição das atividades mineiras (já anteriormente enfraquecida devido à invenção do salitre sintético na Primeira Guerra Mundial) e de construção, bem como o endividamento do Estado, levaram a pressões populares que culminaram na renúncia desse presidente.

5.2.4 Chile - rumo ao modelo neoliberal: desdobramentos político-econômicos do pós 1929 aos anos 2000

O cenário de exploração e monopolização estrangeira sobre indústrias mineiras chilenas, como a de nitrato, permitiu vislumbrar um desenvolvimento econômico "dinâmico", conforme enfatizam Behrens e Kauffman (1992), para o qual o setor externo apresentava um papel importante e que foi interrompido pela crise global de 1929-1930. Desse modo, faz-se mister evidenciar que o Chile também teria seguido o modelo histórico que, em linhas gerais, se deu no restante da América Latina, o qual propõe a divisão da sua história econômica pós-colonial em dois grandes subperíodos: o primeiro chamado de “crescimento para fora” cuja dinâmica de crescimento econômico se respaldava no setor exportador, sem produzir maiores efeitos diversificadores no resto da estrutura produtiva, (incluindo o fracasso no estímulo à produção manufatureira); e o segundo período intitulado de “crescimento para dentro” cuja principal marca foi o desenvolvimento do processo de substituição de importações aliado às ações do Estado relacionadas com o estímulo do crescimento econômico e do desenvolvimento social (PALMA, 1984). Desse modo, a fim de elucidar alguns dos relevantes efeitos da Grande Depressão de 1929 na economia chilena, a qual representou um marco divisor entre os dois períodos mencionados, Behrens e Kauffman (1992) ressaltam que em 1930 as exportações chilenas caíram quase pela metade e a situação de crise instaurada, – aliada à falta de produtos importados nos anos da Primeira Guerra Mundial –, tornou-se um importante elemento fomentador da decisão de adotar a estratégia de reduzir a dependência externa do Chile, ao buscar a independência das importações de produtos acabados. Esta queda de exportações (cuja pauta era majoritariamente composta por commodities minerais como o salitre, cobre e nitrato) e a virada para o período econômico com o “crescimento voltado para dentro”, com foco na produção manufatureira interna, podem ser visualizadas a partir do Gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4 - Valor real de produção dos setores exportador e manufatureiro (1911-1935) (USD de 1980)



Fonte: Adaptado de Palma (1984, p. 69).

Esse quadro pós 1929 resultou em uma completa mudança de rumos nos contextos das políticas chilenas durante o período da Grande Depressão, situação que, como afirma Meller (1996), levou à transformação da estratégia de desenvolvimento econômico do Chile, até então centrada numa economia aberta e monoexportadora, a qual deu lugar ao cenário onde de fato teve início a primeira etapa da industrialização por substituição de importações (ISI) e no qual passou a ser aplicado um maior controle sobre as atividades mercantis externas. Alguns dos impactos desse período podem ser visualizados a partir do Quadro 1.

Nesse íterim, Salazar (2003) ressalta que a crise comercial de 1930 culminou num declínio da hegemonia do conglomerado comercial estrangeiro, o qual somado à crise do salitre e à desnacionalização das grandes minas de cobre chilenas, levaram o Estado a assumir a liderança econômica e a continuidade do desenvolvimento industrial. Contudo, o mesmo autor salienta que embora a classe política (a qual representava o Estado) tenha tomado a frente das relações externas da economia chilena a fim de controlá-las, esta preferiu preservar a opção de importação de meios de produção industriais a produzi-los internamente, mantendo nesse país um contexto histórico de dissociação dos ciclos básicos de acumulação capitalista.

Quadro 1 - Impacto da Grande depressão na economia chilena

	Situação em relação ao ano de 1932		Situação em relação ao ano de 1938	
	1929 (a)	1927-1929 (b)	1929 (a)	1927-1929 (b)
PNB	-45,8	-38,3	-7,3	+5,5
Exportações	-81,4	-78,3	-38,4	-28,2
Preço de exportação de salitre	-59,0	-61,1	-45,2	-48,0
Volume de exportação de salitre	-78,5	-74,0	-56,8	-47,7
Preços de exportação de cobre	-69,3	-63,4	-44,8	-34,3
Volume de exportação de cobre	-71,4	-68,6	-10,1	-1,2
Importações	-86,8	-83,5	-68,7	-60,7
PNB per capita	-48,2	-42,0	-16,1	-6,0

(a) (1929 = 100)

(b) (Média 1927-29 = 100)

Fonte: Adaptado de Meller (1996).

Arturo Alessandri Palma assume a presidência em 1932, inicialmente sob o contraditório respaldo de liberais, conservadores, democratas e radicais, sendo que estes últimos retiraram o apoio logo que constataram que Alessandri não iria pôr em prática um programa progressista, conforme afirma Palma (2001). A mesma autora enfatiza que no início de seu governo Alessandri se viu obrigado a ir contra a ideologia das forças de direita que o apoiavam e implantou um conjunto de medidas que fortaleciam a presença do Estado na economia, como a intervenção no comércio exterior, inclusive na comercialização de iodo e salitre, o incremento de tarifas aduaneiras e o estabelecimento de cotas de importação. Ademais, buscou-se implantar uma série de controles cambiais, fiscais e impulsionou a indústria local por meio da concessão de créditos e no caso da construção civil, concedeu a isenção de impostos de edificação por dez anos. Nesse âmbito, o setor mais afetado pela crise de 1929 foi o mineiro, principal atividade produtiva do Chile, que em 1932 havia chegado a um quinto de nível real da produção de 1929, apresentou uma leve recuperação até retornar a dois terços desse valor em 1935. Este setor foi o que mais influenciou na queda de 12,7% do PIB entre os anos 1932 e 1935. Quanto às importações de manufatura, houve uma queda de 87% entre 1932 e 1934 o que levou a demanda agregada interna a orientar-se quase que inteiramente à produção local. Contudo, como Alvarez (2012) coloca, a produção de manufatura local passou a ser feita em pequenos estabelecimentos com atividades manufatureiras intensivas em mão de obra, devido ao barateamento desta no

período de recessão. Na Tabela 9 a seguir, é possível visualizar os índices de Produto Interno Bruto e de produção por atividade de 1929 a 1940.

Tabela 9 - Produto nacional bruto e produção por atividade no Chile entre 1929 e 1940 (1929=100)

Ano	Agricultura	Mineração	Indústria		PNB
			manufatureira	Construção	
1929	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1930	103,1	71,1	94,8	77,6	85,4
1931	83,0	48,3	76,8	34,6	64,3
1932	84,5	26,3	77,5	43,9	63,6
1933	104,8	32,8	87,1	58,0	75,3
1934	111,5	53,4	98,5	103,4	85,7
1935	97,5	61,1	111,0	110,7	87,3
1936	102,4	62,4	117,3	95,6	90,6
1937	94,0	85,8	123,5	114,6	97,5
1938	100,6	76,7	128,0	104,9	101,7
1939	109,3	75,0	130,4	133,7	98,8
1940	104,6	81,1	150,9	152,2	103,1

Fonte: Adaptado de Palma (1984, p. 33).

Esse quadro possibilita entender que os efeitos da crise no fluxo comercial externo chileno e as medidas protecionistas tomadas pelo governo levaram ao fortalecimento da produção de bens de consumo como alimentos, bebidas e vestuários cujas empresas requeriam um menor arcabouço técnico e menores investimentos do que as fábricas de bens de capital, como afirma Estrada (1996). Estas, juntamente às fabricantes de bens intermediários tiveram um incentivo posterior, inclusive como consequência do crescimento da indústria de bens de consumo e das barreiras para importar esses bens de outros países. Contudo, o mesmo autor reitera que embora tivessem obtido um desenvolvimento considerável, as indústrias de bens de capital e intermediários do Chile não chegaram a apresentar a evolução espetacular que tiveram as indústrias de bens básicos de consumo.

Nesse cenário que surge a tendência ao fortalecimento nacional ainda no início do século XX, conforme Dos Santos (2009) ressalta, período no qual foi criada a Frente Popular, motivada pelo Partido Comunista Chileno, e posteriormente, mais especificamente em 1933, houve a criação do Partido Socialista, como um elemento de frentes antioligárquicas e anticapitalistas que se formavam no país. Desse modo, a disputa eleitoral de 1938 exacerbou a luta entre as forças opressoras, conservadoras e nacionalistas do passado e as forças renovadoras representadas pelos progressistas da Frente Popular cujo candidato, Pedro Aguirre Cerda,

professor universitário, saiu vitorioso (PALMA, 2001). O lema de Aguirre era o de “governar é educar” e ele acreditava que seria a industrialização que levaria o Chile a um futuro próspero. Após o enfrentamento de um terremoto de grande magnitude já em seu primeiro ano de governo, Aguirre pôde vencer a resistência no Congresso e criar uma empresa de reconstrução e auxílio e outra para fomentar a produção da indústria nacional, intitulada *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO) (ALVAREZ, 2012). Assim, Milos (2008) salienta que os objetivos do programa de governo da Frente Popular relacionavam o incremento e regulamentação da produção mineira, industrial e agrícola, a uma distribuição de renda mais justa e equitativa.

Embora o Estado tenha intervindo em conceder crédito para a aquisição de maquinaria e outros equipamentos nos Estados Unidos e estabelecido taxas fixas de câmbio para garantir o fluxo do processo, não tentaram sequer implantar uma indústria nacional produtora de bens de capital com tecnologia agregada (SALAZAR, 2003). Mesmo com incentivos de concessão de crédito estatais para fabricação de maquinaria, a produção nacional só prosperou no caso dos equipamentos mais simples, ou seja, com baixa tecnologia agregada, a exemplo das dragas e pulverizadores manuais utilizados na produção agrícola (BÖTTNER, 2016). Nesse sentido, Salazar (2003) aponta as falhas do Estado em manter um fluxo apropriado de importação de meios de produção, não apenas por não dispor de divisas suficientes para adquirir o volume total de meios de produção com maior tecnologia agregada que a industrialização por substituição de importações demandava, mas também por conta dos efeitos da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) no mercado capitalista europeu, que acabaram dissociando-o do desenvolvimento chileno. A partir de então os EUA, que no pós-guerra se estabeleceram como a maior potência econômica do sistema capitalista, se tornaram o principal conglomerado estrangeiro a comercializar com o Chile. Contudo, o referido autor salienta que no período da Segunda Guerra Mundial, por estarem mais preocupados com a reconstrução de seus mercados europeus, os EUA se mostravam menos engajados com a venda de bens de capital para o países latino-americanos como o Chile. Desse modo, com a defasagem tecnológica substanciada, os investimentos na economia chilena diminuíram, bem como a produtividade e as taxas de crescimento se estagnaram. O mesmo autor ainda ressalta que os problemas sociais e econômicos, como a inflação e a desigualdade aumentavam como consequência do ciclo do capital dependente em que a queda na entrada de divisas – seja pela conjuntura mundial de

conflitos que propiciava uma diminuição das exportações ou pelo fato dos estadunidenses explorarem as minas chilenas e investirem seus ganhos obtidos com as exportações externamente – levava à falta de moeda para compra de maquinário com maior tecnologia agregada o que por conseguinte, levava a produtividade da indústria nacional a não alcançar o nível necessário para atender a demanda interna, mantendo-se assim sempre dependente da aquisição de tecnologia externa para continuar a se desenvolver.

Esse cenário contribuiu para a retomada do discurso nacionalista no Chile e o terceiro presidente da Frente Popular em treze anos, González Vilela foi substituído em 1952 pelo populista ex-militar já conhecido Carlos Ibañez del Campo, que adotou uma vassoura como símbolo de campanha como uma analogia para acabar com a corrupção que teria sido um dos graves problemas dos governos anteriores (ALVAREZ, 2012). As palavras de De Zarate (1997, p. 62) descrevem de maneira sucinta as motivações que levaram Ibañez à presidência:

De fato, em 1949, Ibañez foi eleito senador por Santiago, iniciando o caminho até a Presidência da República na eleição de 1952. O esgotamento do estilo político dos acordos, a irrefreável inflação, o encarecimento do custo de vida e a deterioração dos partidos determinaram seu triunfo. Ele capitalizou o descontentamento e o fastio de grande parte da sociedade, retomando a bandeira do populismo e apresentando-se como "o salvador da nacionalidade". Apostou nas "forças vivas da nação", numa ação "purificante" e na harmonia social. O nacionalismo estanquerista respaldou a candidatura "do General da Esperança", pois ele repetiria o ocorrido "com Perón na Argentina e Vargas no Brasil, (apoiados) por irresistíveis forças populares...(...)

Em 1955 concepções de caráter liberal começam a formular-se nas esferas diretivas. Os problemas no cenário político e os efeitos da crescente inflação seriam os fatores mais imediatos e visíveis que podem explicar essa posição. Ocorria ainda que esses movimentos já haviam colapsado o projeto de substituição de importações, por este ter sido mantido em uma economia fechada que não oferecia estímulos atrativos para uma nova etapa expansiva rumo a mercados maiores, incrementos de capitais e transformações tecnológicas. Os liberais creditavam esse panorama às fórmulas estatistas e centralizadoras do manejo econômico (ESTRADA, 1996). Nesse contexto, perdia força a estratégia de ISI, visto que além de haver sinais generalizados de ineficiência da indústria nacional, ainda persistia a dependência da economia chilena em relação ao setor externo (MELLER, 1996). Nota-se nesse quadro que o interesse do capital estrangeiro, sobretudo dos EUA, em manter essa dependência era tão alto, que acabou levando o governo estadunidense e seu serviço de inteligência, a CIA, a apoiarem explicitamente a

vitória do democrata-cristão Eduardo Frei para presidência do Chile, disputada em 1964 (KLIASS, 2013). Embora este governo de direita tivesse um apelo populista, o presidente e seu respectivo partido, herdaram e fizeram uso da legislação liberal sobre investimento estrangeiro instituída pelo ex-presidente Alessandri e pela qual se encorajava os investidores externos, especialmente dos EUA, a estabelecerem suas subsidiárias ou a adquirirem empresas chilenas dos setores mais inovadores, estratégicos e dinâmicos da indústria, a exemplo dos eletrônicos, farmacêuticos e automobilísticos (COLLIER; SATER, 2004). Contudo, conforme aponta Salazar (2003), as políticas de Frei não o impediram de enfrentar uma grande inflação ao final de seu mandato e um grande movimento popular voltados aos ideais de esquerda.

Nesse sentido, Dos Santos (2009) ressalta que a Frente de Ação Popular, instituída por comunistas e socialistas nos anos 1960, continuou com sua atuação até sua substituição pela Unidade Popular, fundada em 1969, que, em corroboração com o contexto já mencionado, levou à vitória de Salvador Allende em 1970, o qual conduziu um governo de esquerda, prezando pelas nacionalizações – inclusive das minas do principal minério produzido e comercializado pelo país na época: o cobre – que colocavam em risco o sistema capitalista em seu eixo central, tanto na produção como na distribuição, revolucionando assim a esfera econômica, ao formar uma grande aliança majoritária entre Estado e massas populares (sem precisar destruir o Estado burguês).

Nesse sentido, diante dos primeiros esforços de nacionalização, de acordo com Marini (2008), do ponto de vista industrial, a década de 1960 é considerada como um período de estagnação no Chile (sem mencionar a agricultura cuja regressão já era um fato por várias décadas). No entanto, como o mesmo autor enfatiza, um exame mais detalhado do problema revela que na verdade esse contexto seria fruto do início de uma mudança no eixo da acumulação de capital, o qual moveu-se das indústrias tradicionais (têxteis, vestuário, calçado, etc.) – que dominou a média e pequena burguesia chilena – para os chamados setores dinâmicos, dedicados à produção de bens mais sofisticados e de luxo (tais como automotivo, eletrodomésticos, etc.), aos quais no Chile, e na maioria dos países da América Latina, o predomínio cabia ao grande capital nacional e estrangeiro. Esses fatores geraram uma dinâmica de divisão da burguesia chilena, enfraquecendo-a e por sua vez, fortalecendo os interesses da classe trabalhadora, como mostra a vitória de Allende.

Desse modo, Dos Santos (2009) afirma que o estado democrático de direito, constituído à época pelo governo de Salvador Allende, instigou uma articulação da direita chilena, com o apoio dos Estados Unidos, voltada a destruir um dos maiores exemplos de democracia popular latino-americana, o que veio a ocorrer também por intermédio de um golpe militar. Salazar (2003) afirma que esse sangrento golpe de Estado chileno se deu para pôr fim nas tentativas de nacionalização (estatização) do processo de acumulação capitalista, o qual era dominado predominantemente pelo capital estrangeiro estadunidense. Dos Santos (2009) ainda enfatiza que a partir de setembro de 1973, o chamado terrorismo de Estado se estabeleceu tiranicamente no Chile, aportando uma série de torturas, perseguições, assassinatos, que fizeram milhares de chilenos desaparecerem. Esse regime se deu sob o comando do general Augusto Pinochet, que passou a ser um ícone para direita chilena e o imperialismo e que simultaneamente à prática da brutal repressão no Chile, construía uma aliança de classes para revolucionar o capitalismo do país, ao implementar programas de privatizações, com a redução das atribuições do Estado e uma abertura veloz ao comércio exterior, direcionada à saída dos tempos de exportação de cobre e da industrialização substitutiva para uma nova fase de exportação de matéria-prima variada e importação de serviços em larga escala – ideias típicas da doutrina liberal que transformariam o Chile em seu maior representante na América do Sul. Nesse panorama se revelavam as condições materiais da dependência baseadas no avanço dos impérios hegemônicos pelas vias do neoliberalismo.

As políticas neoliberais, conforme bem coloca Klein (2007), requerem uma estratégia que se impõe mediante uma crise ou até mesmo de um estado de choque causado por ditaduras e as violações de direitos humanos nela praticadas, estado esse que prescinde de um processo de recuperação de um trauma social, o qual acaba por desviar a atenção e a real percepção de toda uma sociedade de ações reformistas bruscas, como a venda (ou praticamente a entrega) das estatais aos agentes privados. Segundo essa mesma autora, teria sido isso o que ocorreu no Chile durante a ditadura de Pinochet, que seguia os direcionamentos intelectuais do Nobel de Economia Milton Friedman e seus seguidores locais formados nas escolas de Chicago nos EUA (os “Chicago boys”), permitindo as reformas radicais que culminaram em uma das transformações capitalistas mais extremas já vistas em um lugar. Assim, para que pudessem ser aplicadas sem restrições, as políticas neoliberais necessitariam de algum tipo de trauma social coletivo, para suspender a via democrática por algum tempo e desse modo, o neoliberalismo e

sua faceta nefasta se perpetuariam mesmo após o reestabelecimento do regime democrático (o que ocorreu no Chile).

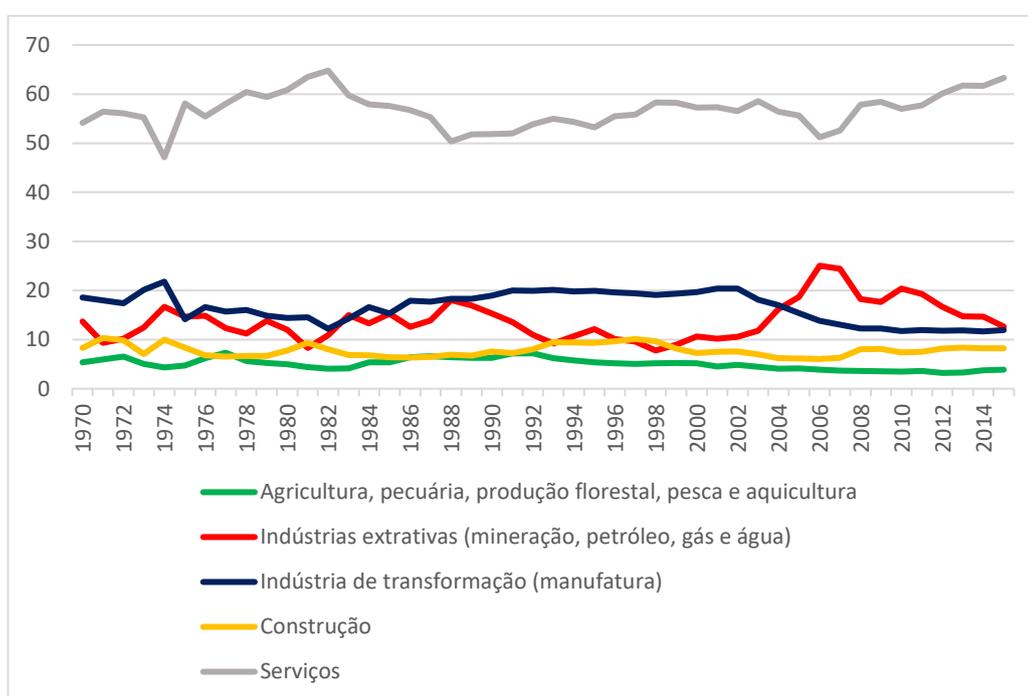
Segundo Salazar (2003), dentre as principais ideias neoliberais postas em prática a partir da assessoria dos Chicago boys aos militares nesse período, pode-se destacar:

- a) Privatizar não apenas o que foi estatizado no período de Allende, mas também os monopólios estatais construídos pela CORFO, como parte da política de ISI.
- b) Diversificar o setor primário-exportador, promovendo as exportações não tradicionais como salmão, celulose, frutas, vinho entre outros, a fim de aumentar a disponibilidade de divisas, controladas pela burguesia e aplicadas às compras de meios de produção do setor externo.
- c) Reinstalar um sistema de trabalho peonal precarizado no país, que facilitaria a obtenção de uma máxima rentabilidade conjuntural, sobre uma fonte de produção de mais-valia que conte com uma classe trabalhadora submetida política e socialmente às ideias burguesas, através de planos militares, empresariais e laborais que reforçassem esse apaziguamento como estratégia de dominação.
- d) Adotar a estratégia de desvalorização do peso chileno no mercado interno, seguindo uma política monetária que dividiu a atuação do peso chileno em duas áreas: uma monetária efetiva salarial e uma monetária virtual de crédito. Esta última era uma forma de compensar e diluir os impactos negativos da exploração do trabalho assalariado com o impacto positivo propiciado pelo aumento dos níveis de consumo possibilitados pelas vendas a crédito. Ludibriando os trabalhadores e evitando estalidos contra os patrões.

Assim, nesse período dos anos 1970, um novo processo de reprimarização da economia chilena se sobrepõe à estratégia cepalina de industrialização por substituição de importações, evidentemente sob os interesses do capital externo. Uma prova disso, refere-se à utilização do Chile como laboratório dos Chicago Boys (monetaristas neoliberais) durante o regime do general Pinochet, em um cenário que culminou no decréscimo da indústria na produção global, enquanto 90% dos investimentos estrangeiros dirigem-se ao setor mineiro. Esses fatores fizeram com que, em nome das vantagens comparativas, o Chile se subdesenvolvesse e se tornasse mais dependente das manufaturas e bens de alta tecnologia oriundos do exterior (BACHA; FISHLOW, 2011; ROUQUIÉ, 1991). Essa abertura externa viria então a criar as

condições para a expansão da comercialização das commodities industriais intensivas em recursos naturais, fator que teria efeito imediato na diminuição da produção de manufaturas da indústria de transformação, não baseadas em recursos naturais (a exemplo dos setores têxtil e metalmeccânico), que compunham a base industrial chilena dos anos 1960 (DIAZ, 1996). No Gráfico 5 a seguir, é possível visualizar esse decréscimo pela diminuição da curva de produção entre os anos de 1974 e 1982, período no qual a participação da indústria de transformação no produto interno bruto caiu de aproximadamente 22% para cerca de 12%.

Gráfico 5 - Chile - Participação (em %) no produto interno bruto por tipo de atividade econômica - por valor agregado a preços correntes



Fonte: UNCTADSTAT, elaboração da autora.

No caso do Chile a questão da mão de obra é ainda maior, pois as indústrias extrativas, principalmente a mineira, menos intensiva em mão de obra, apresentaram uma taxa de participação mais representativa durante o período analisado. Esse foco nos segmentos da indústria extrativa tomou um impulso ainda mais significativo no final dos anos 1980, quando este chegou ao mesmo patamar de participação da indústria de transformação, cerca de 18%, como mostra o Gráfico 4 apresentado. Mesmo com algumas baixas registradas, essa tendência foi se desenvolvendo durante os anos 1990, quando o Chile passou por um forte processo de

liberalização econômica, configurando-se como um país sem indústrias próprias, com um pequeno mercado interno, motivos que justificariam sua inserção no mercado global nos campos onde se mostrava mais competitivo – frutas, peixes, metais etc. – importando aquilo que necessitasse (BERTONHA, 2007). No âmbito político no qual ocorria essa dinâmica econômica, Pinochet só entregou o cargo em 1990, após sua derrota para Patricio Alwin nas eleições de 1988 e no plebiscito (DOS SANTOS, 2009). Contudo, mesmo com a diminuição de sua dependência histórica do cobre, o Chile continua a pautar sua economia principalmente na produção de celulose e metais, além de salmão, vinhos, frutas e outros produtos de pouco valor agregado. Esse contexto também pode ser percebido pelo Gráfico 4 apresentado, no qual a partir do ano de 2004 a participação da indústria extrativista no PIB chileno ultrapassa aquela da indústria de transformação. Ainda de acordo com as informações obtidas pelo banco de dados estatísticos da UNCTAD, o setor de serviços no Chile em âmbito nacional apresenta uma significativa participação no PIB, com uma maior representação referente ao grupo intitulado “outras atividades” que contemplam os serviços financeiros, de seguros, imobiliários e de negócios e serviços pessoais, sociais e comunitários. A segunda maior participação relativa a esse setor refere-se à do grupo de atacado, varejo, restaurantes e hotéis que apresenta porcentagens de 9% a 17% e, por fim, a menor parcela concerne ao grupo de transporte, armazenagem e comunicações com números que vão de 6% a 11%.

Nesse contexto, o curso histórico analisado permite ainda notar que em 1989 foram realizadas as primeiras eleições, as quais estabeleceram um governo democrático após dezesseis anos de ditadura militar, conforme explica Garst (2017). A aliança de partidos de centro-esquerda intitulada Concertação de Partidos pela Democracia (Concertación) governou o Chile de 1990 até 2010 quando Sebastián Piñera foi eleito. O referido autor reitera que significativos ajustes nas políticas de regulação social, educação e saúde foram feitos pelos novos governantes, porém, os princípios elementares das reformas de 70 e 80 foram mantidos inalterados. A naturalização dos princípios neoliberais na tecnocracia do partido “Concertación” faz com que as modificações legais propostas não contribuam para melhorar a realidade dos trabalhadores, nem de suas organizações (BOCCARDO; GOYENECHEA, 2012).

O caráter exportador de produtos primários (substanciado no governo Pinochet) respaldou o crescimento da economia chilena durante os anos 90, como Garst (2017) salienta. Contudo,

quando o preço desses bens caiu drasticamente entre 98 e 99 devido à crise asiática, a economia do Chile entrou em recessão. O mesmo autor enfatiza que a vulnerabilidade da economia chilena no período pós Chicago Boys se mostra ainda maior, pelo baixo investimento direcionado ao setor industrial, devido ao foco dado por Pinochet ao setor primário. O referido autor ainda chama atenção para o fato de que até o refino do cobre bruto, setor que baseou a pujança econômica do pós 1990, foi terceirizado para os países do Sudeste Asiático. Logo, embora tenham contato com um crescimento da economia e uma diminuição dos índices de pobreza, houve no um notável aumento na desigualdade no Chile, com a concentração de oportunidades e riqueza na mão de pequenos conglomerados estabelecidos na Era de Pinochet. Desse modo, como legado para o Chile ficaram as diretrizes econômicas de Chicago, um alto nível de desigualdade social, além de pautas políticas que envolvem temas complexos como a falência do sistema previdenciário e do acesso à educação.

Pela trajetória apresentada, percebe-se que a terceira etapa da larga transição ao capitalismo moderno iniciou-se em 1973 e dura até a contemporaneidade do século XXI, período considerado por Salazar (2003) como de involução. O mesmo autor reitera que o exército – sempre fiel à opção mercantil livre-cambista e não à social produtivista – pôs fim à transição industrial até o capitalismo e retornou à transição circulacionista (isto é: comercial-financeira), reconstituindo o empresariado nacional em associação ao novo conglomerado econômico estrangeiro capitaneado pelos EUA, país que continua a hegemonizar os mercados externos e interno do Chile. Nesse âmbito, a classe trabalhadora foi subordinada militarmente (como no século XIX), o que fez ressurgir os exílios, os cárceres, o desemprego, o emprego precário de tipo “peonal” e os demais problemas ligados à questão social. Essa foi, sem dúvida, uma fase de involução, pois restaura a hegemonia da acumulação mercantil financeira sobre a acumulação produtivo-industrial.

Inclusive, é importante ressaltar que, comprovando a continuidade das políticas liberais, conforme abordado anteriormente por Klein (2007), embora as leis de concessão de estatais tenham sido aprovadas na ditadura militar, foi já no governo de Eduardo Frei Ruiz-Tagle de 1994 a 2000, estabelecido democraticamente, que as empresas privadas, especialmente as estrangeiras, tomaram o controle majoritário da produção chilena de cobre e de seus excedentes (CAPUTO, RADRIGÁN et al., 2003). No caso chileno, embora não haja garantias de sucesso, é provável que sua soberania sobre a produção e uso de excedentes oriundos de suas riquezas

naturais pudessem representar a transformação de uma economia reprimarizada e dependente da aquisição de tecnologia externa em uma economia menos subordinada no contexto internacional (CORTÉS, 2012). Dessa maneira, contrapondo a previsão do enfoque rígido da liberalização, as políticas de abertura comercial significaram mais um forte incentivo para a demanda de importações, do que um fator essencial para o aumento da competitividade das exportações. Em linhas gerais, o que ocorreu foi a consolidação de tendências que impulsionaram um crescimento das atividades exportadoras mais relacionadas com produtos industriais intensivos no uso de recursos naturais. Ou seja, sem diversificação de fontes de exportação e com importações mais elevadas, os déficits de conta corrente aumentaram, colaborando para o reforço do padrão dependente de desenvolvimento, como explicam Fanelli e Frenkel (1996). Neste sentido, conforme indica a abordagem dos referidos autores, embora haja especificidades, a trajetória de industrialização chilena também se configura em um processo característico do padrão de desenvolvimento dependente latino americano, que posteriormente reverbera nos resultados dos saldos de sua conta de serviços, pelos elevados valores pagos aos detentores da tecnologia.

5.2.5 Argentina - trajetória econômica desde a colônia até os anos 1955

Considerada por um lado como um país platino conhecido como o segundo maior da América do Sul e por outro reconhecida como um país andino devido à presença de altas Montanhas da Patagônia (DOS SANTOS, 2009), a Argentina pode ter seu desenvolvimento econômico até os anos 1960 melhor compreendido pela análise das quatro etapas enfatizadas por Ferrer (2006). A primeira, denominada como a era das “economias regionais de subsistência”, refere-se ao período colonial compreendido entre os séculos XVI e XVIII, que além de contar com todas as peculiaridades que marcaram a colonização da América Espanhola, conforme já tratado anteriormente nesse estudo, também caracteriza-se pela existência de vários complexos econômico-sociais cuja produção ocorre em condições de baixa produtividade, prioritariamente voltada ao consumo interno. Especificamente no século XVIII, importa ressaltar que Buenos Aires converteu-se em um grande porto marítimo devido ao Tratado de Utrecht, em 1713, pelo qual a Inglaterra obteve o monopólio do comércio de escravos na América Espanhola o qual, no que tange às províncias do Sul, era escoado por meio do porto

de Buenos Aires. Este, se transformou no maior centro de importação de escravos da América Latina, entre 1714 e 1739, após a expulsão dos ingleses do império espanhol. Os principais itens exportados a partir deste porto eram a prata, oriunda da Bolívia, os couros e a carne (muito consumida por escravos de plantações de açúcar no Brasil e em Cuba). Nesse período, entre 1770 e 1810, a população de Buenos Aires saltou de 22000 para 50000 habitantes. (ROJAS, 2003).

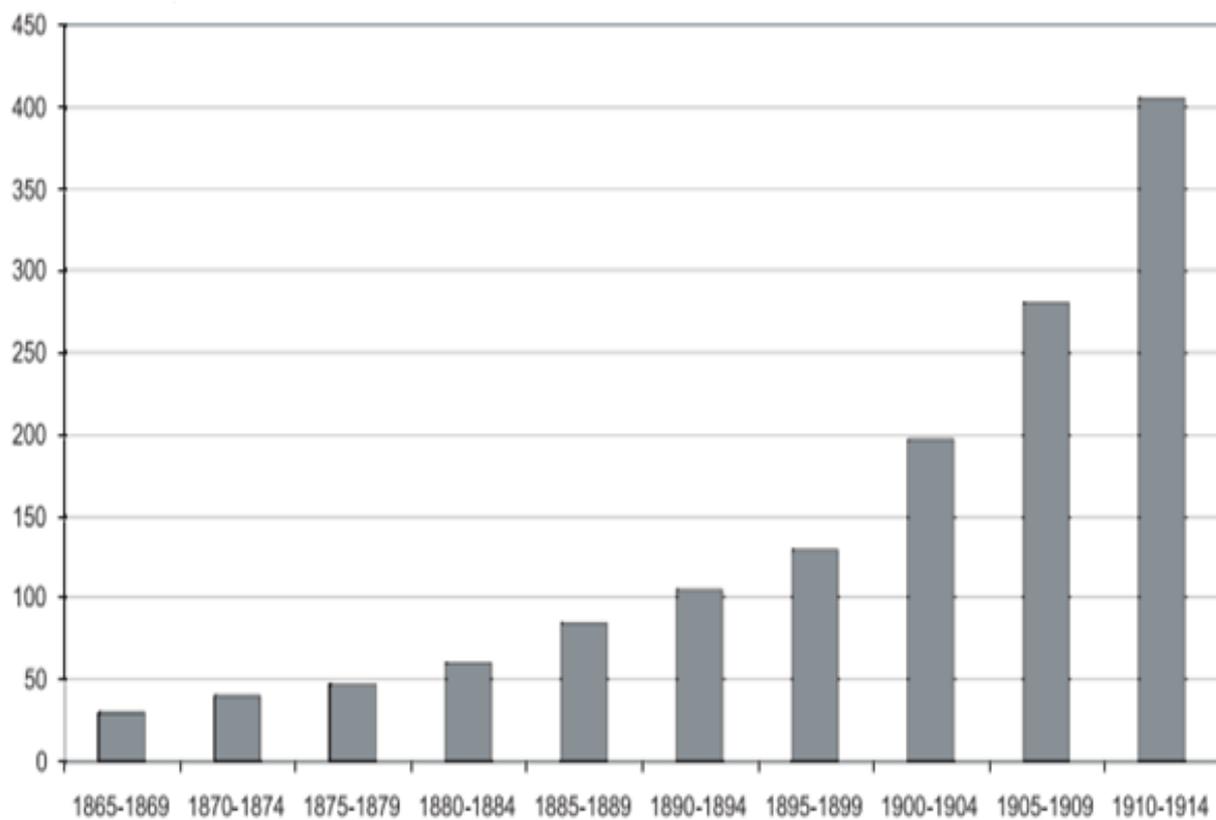
A segunda etapa, como aponta Ferrer (2006) chamada de “etapa de transição”, tem início no fim do século XVIII, até o ano de 1860, e nela surge uma atividade que vai pouco a pouco se integrando ao mercado mundial: a produção de couro e de produtos oriundos da pecuária. Nas últimas décadas do século XIX, conforme Bartolomé (2003) salienta, o Estado recém estruturado decidiu assumir o desafio de conquistar e consolidar suas fronteiras internas as quais chamavam eufemisticamente de "O Deserto". Na verdade, estas áreas estavam constituídas por extensos territórios que no período colonial permaneciam sob o controle dos grupos indígenas. Durante quase três séculos, os caçadores equestres da Patagônia e Gran Chaco haviam conservado sua independência às custas de uma tensão bélica que pairava e se alternava com pequenos períodos de trégua. O referido autor afirma que, desde o ano de 1875, o presidente Nicolas Avellaneda justificava o extermínio dos povos originários e ocupação das fronteiras internas como a única forma de povoar o então chamado “deserto”. Embora os índios ali estivessem, sua presença não era considerada e o território era caracterizado como um deserto apesar da presença humana desses povos. Esse desprezo se dava pelo fato do território não contar com a presença de pessoas brancas, nem mesmo mestiças, mas indígenas, as quais não tinham sua humanidade reconhecida. Assim, povoar significava contraditoriamente matar, extirpar da terra esses “outros” tidos como irredutíveis e irreconhecíveis para substituí-los por brancos que eram os semelhantes àqueles cujo poder para governar o novo Estado nacional pertencia.

Desse modo, um conjunto de circunstâncias levaram às sucessivas expedições militares para alcançar a “Conquista do Deserto”, entre as quais se destacavam a necessidade de ocupar efetivamente as fronteiras com os países vizinhos, as demandas de terras pelos fazendeiros a fim de incrementar a altamente significativa produção de carnes e grãos destinados à exportação e a vontade de acabar com o que chamavam de “ameaça indígena”. Esta última era responsabilizada por impedir a configuração nacional nos termos do Estado moderno que

emergia. O mesmo autor ainda ressalta que a guerra dos fazendeiros contra os povos originários do Pampa e da Patagônia teve início a partir de 1876 e foi marcada pela crueldade do desprezo étnico do exército, que se dizia “civilizador”, em relação aos índios. Aldeias foram incendiadas, guerreiros, mulheres e crianças indígenas foram massacrados e até expostos a bactérias mortais, por meio do contato com prisioneiros doentes que eram levados até suas aldeias.

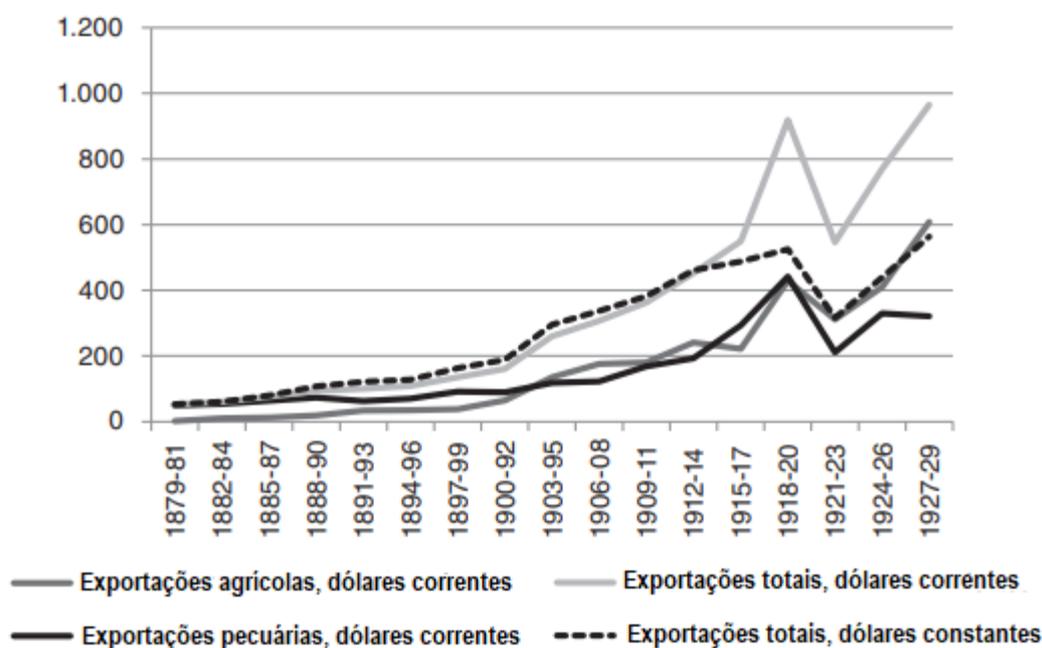
Ainda na segunda fase, conforme explica Ferrer (2006), a população branca cresce, as exportações se expandem e a estrutura produtiva também é acrescida, embora se notasse um estrangulamento do setor externo. Uma prévia do auge exportador argentino se deu pelo rápido incremento das exportações de lã, que cresceram de 1.610 toneladas em 1840 para 17.300 toneladas em 1860. O trigo se tornou um produto destaque na exportação, ao qual viriam a se somar muitos outros produtos agrícolas e pecuários (sobretudo carnes) que formariam a base exportações que viriam fazer a Argentina ser conhecida mundialmente (ROJAS, 2003). Entre 1888 e 1910, as terras onde eram plantados milho, trigo e linho, os três principais itens então cultivados para a exportação, passaram de 1,6 a 11,8 milhões de hectares, até alcançar 18 milhões entre os anos de 1925 e 1929. Entre 1875 e 1929, a produção agrícola apresentou uma taxa de crescimento de 8% ao ano (HORA, 2012). Assim, a produção agropecuária argentina representava um dos mais importantes motores da sua economia por meio das vendas direcionadas ao mercado internacional. No Gráfico 6 é possível notar o valor total das exportações, predominantemente oriundas do contexto agrícola, que se multiplicaram mais de treze vezes entre 1865 e 1914 (ROJAS, 2003). Já no Gráfico 7 nota-se de maneira mais clara as relações entre os níveis de exportações totais e aqueles específicos das exportações de produtos da agricultura e da pecuária de 1829 a 1879.

Gráfico 6 - Valor anual das exportações argentinas, 1865-1914 (em milhões de pesos em ouro)



Fonte: Adaptado de Rock, 1988, Cortés Conde, 1993 apud Rojas (2003, p. 23).

Gráfico 7 - Exportações totais, agrícolas e pecuárias da Argentina, 1879-1929



Fonte: Hora (2012, p.147).

Desse modo, no começo do século XX, a Argentina parecia contar com todas as condições que previam um exitoso desenvolvimento da sua economia (BELINI, 2017). Tanto que o período compreendido entre 1860 e 1930 foi considerada a época de ouro da Argentina. Esses setenta anos foram reconhecidos como anos de modernização, democratização e relativa estabilidade política. Os solos férteis dos Pampas foram o principal atrativo para milhões de imigrantes do sul da Europa quem saíam em busca de um destino que lhes fosse melhor. Assim, segundo aponta Rojas (2003), a cidade de Buenos Aires se converteu numa grande metrópole, com impressionantes edifícios que reforçavam seu título de Paris transatlântica, considerada na capital cultural da América hispânica, onde o tango se originou. Contudo, essa fachada de glamour escondia muitos dos problemas que acabariam por afundar esse sonho argentino.

No início da Primeira Guerra Mundial já existia um impressionante contraste entre a Argentina e a maioria dos países da América Latina no que diz respeito ao nível de vida, ao desenvolvimento econômico, ao grau de urbanização, ao desenvolvimento de infraestrutura e à modernização sociocultural e política, conforme aponta Bellini (2017). Contudo, o mesmo autor salienta que os êxitos da Argentina não podem ser delimitados apenas ao crescimento das

exportações. Nações como o Peru, Colômbia, México ou Guatemala experimentaram assim mesmo um crescimento exponencial das exportações durante este período, mas seu desenvolvimento não podia comparar-se de nenhuma maneira com o da Argentina. Neste país, os pobres do Sul da Europa contribuíram para solucionar a escassez de mão de obra, ocasionada principalmente pelo genocídio dos povos originários nos séculos anteriores. Esta solução era perfeitamente compatível com a política e a cultura europeizante do país. O referido autor ainda ressalta que a constituição nacional de 1853 fez deste o componente central da nova Argentina, ao dar aos europeus o direito de livre imigração, justamente para poder atraí-los em grandes números, ao oferecer um nível de vida que não apenas fosse melhor em relação ao que prevalecia em grandes partes da Europa, mas também ao que era oferecido em outros países de imigração, como os EUA, Canadá e a Austrália.

O crescimento de 189,63% do PIB per capita argentino entre os anos de 1870 e 1913 representava uma das taxas mais elevadas da economia mundial da época. A Argentina era um país extenso dotado vastas terras férteis e uma estrutura econômica e modo de crescimento comparáveis àqueles de países como o Canadá e a Austrália (LANCIOTTI; LLUCH, 2008). Com seus abundantes recursos naturais, sua alta produtividade agropecuária e sua comida barata, a Argentina se tornava ainda mais atrativa. Isto, juntamente com um alto nível de crescimento da demanda de novos trabalhadores, foram criadas as bases para o surgimento de condições de trabalho modernas e um nível de salários que, com exceção do Uruguai, era desconhecido na América Latina (BELINI, 2017). Contudo, vale ressaltar que essa imigração europeia massiva, concentrada principalmente no litoral, teria contribuído para interromper a transmissão oral das tradições autóctones entre as famílias, favorecendo uma doutrinação racista e “desnacionalizadora” do positivismo oligárquico sobre as classes médias (CHUMBITA, 2006).

Assim, por esses caminhos complexos e sinuosos deu-se a integração da Argentina ao comércio mundial, muito impulsionada por sua extraordinária dotação de recursos naturais, terra fértil e abundante. A escassez que foi gerada no contingente original da população argentina, fazia a mão de obra disponível ser relativamente cara, fato que afetou não só a agricultura como as atividades industriais em geral e mesmo com uma forte intervenção do Estado com o intuito de ajudar na formação de um mercado de trabalho, esse assunto só se resolveu com a chegada da imigração. Algo semelhante aconteceu com o capital, pois uma

sociedade tradicional e um reduzido desenvolvimento das forças produtivas implicaram um baixo grau de acumulação de capitais, portanto, este também havia se tornado um bem escasso. Dessa maneira, só o ingresso de capital estrangeiro – primeiro sobre a forma de empréstimos ao Estado e depois como investimento direto – representaria a chave para a modernização e transformação da indústria Argentina. Durante as décadas de 1860 e 1870, além de ajudar na tarefa de financiar o Estado e a construção de suas instituições, o investimento estrangeiro cumpriu um rol central na rede ferroviária (BELINI, 2017). Inclusive, Hora (2012) reitera que o crescimento das exportações argentinas (compostas por mais de 90% dos produtos agrícolas dos pampas) está diretamente atrelada à expansão de três pilares: as ferrovias, a mão de obra estrangeira e a maquinaria agrícola. Por estes três itens a Argentina mostrava-se dependente de obtenção de capital externo, da imigração europeia e da importação de tecnologia dos países centrais. Nesse sentido, como ressalta Katz (2016), embora a Argentina apresentasse notáveis avanços econômicos, ainda se mantinha dependente da racionalidade e do desenvolvimento tecnológico advindos da Europa, uma vez que sua estrutura produtiva local se baseava num esquema de exportação de matérias-primas em troca das manufaturas provenientes do mercado britânico.

Destarte, com o respaldo da apropriação oligárquica das rendas da região, a indústria na Argentina apresenta uma grande trajetória que se remonta ao último terço do século XIX, quando surgiram as primeiras fábricas modernas. Apesar disto, antes de 1880, foram elaborados diversos produtos sobre a base de matérias-primas locais mediante formas organizativas próprias dos ofícios ou também da indústria doméstica. Se trata de um longo período caracterizado por uma reduzida divisão do trabalho, tecnologias rudimentares muito distantes da fronteira internacional, além do completo predomínio das habilidades da mão de obra e do escasso investimento de capitais. Como se sabe, o surgimento da indústria moderna na América Latina não derivou da evolução natural dessas manufaturas e ofícios coloniais, conforme explica Belini (2017). E embora esse autor explique que as atividades artesanais anteriores ao processo de industrialização eram modestas e que por isso não teriam impactado de maneira preponderante na nova indústria que surgia, os fatos históricos apresentados neste estudo provam que, na verdade, os povos originários dessas terras, assim como dos demais territórios latino-americanos, foram mortos e sua rica herança cultural e técnica desprezada em favor da europeização destes espaços.

Mais adiante, Ferrer (2006) intitula a terceira etapa do desenvolvimento argentino como “economia primário-exportadora”, iniciada em 1890, momento em que a Argentina começa sua vigorosa incorporação no expansivo comércio internacional, tendo fim com a crise econômica mundial de 1930. Nesta etapa, cabe enfatizar que o setor industrial argentino surgiu com fins de complementação e associação ao desenvolvimento da atividade agropecuária, vinculada ao comércio exterior e também para atender à demanda gerada pelo mercado interno que, embora ainda fosse acanhado, apresentava um processo de expansão (PADIN, 2016). Ainda segundo Ferrer (1984), o período até 1930 apresentou forte influência nas restrições ao progresso da indústria argentina e evidenciou a ligação entre os interesses dos produtores agropecuários argentinos e a Grã-Bretanha, um grande consumidor dos insumos primários argentinos que, em contrapartida, satisfazia as necessidades de importação de produtos acabados pelos comerciantes argentinos. Fausto e Devoto (2004) apontam que os principais produtos de exportação na década de 30 continuaram sendo o trigo e a carne, representando respectivamente 37% e 39% do valor total da pauta de exportações da época. De acordo com Peralta-Ramos (1972), formou-se assim uma base incipiente da indústria argentina, composta principalmente por setores considerados leves, como aqueles vinculados aos segmentos têxtil e de alimentos e bebidas, fatores que caracterizavam a dependência da indústria ao setor agropecuário este que, por fim, financiava sua expansão. O Quadro 2 abaixo pode ilustrar esse cenário, pois apresenta uma amostra da composição da estrutura do setor manufatureiro da época:

Quadro 2 - Estrutura do setor manufatureiro segundo o censo nacional argentino de 1914

Setores	Plantas	%	Trabalhadores e empregados	%	Capital (milhões de pesos)	%	Produção (milhões de pesos)	%
Alimentos e bebidas	18.983	38,9	134.842	32,8	763.776	42,7	990.469	53,1
Confeções	7.081	14,5	57.764	14,0	100.178	5,6	160.326	8,6
Construção	8.552	17,5	87.317	21,2	216.178	12,0	229.636	12,3
Móveis	4.441	9,1	29.007	7,0	62.639	3,5	87.058	4,6
Artefatos e decoração	996	2,0	4.297	1,0	14.546	0,8	16.121	0,8
Metalurgia	3.275	6,7	29.237	7,1	107.620	6,0	94.296	5,0
Química	567	1,1	9.986	2,4	38.103	2,1	56.503	3,0
Artes gráficas	1.439	2,9	13.286	3,2	32.982	1,8	39.662	2,1
Têxtil	2.458	5,0	15.560	3,7	34.423	1,9	40.246	2,1
Outros	957	1,0	28.815	7,0	417.306	23,3	147.673	7,9
Total	48.779	100	410.201	100	1.787.662	100	1.861.790	100

Fonte: Bellini (2017) com base no IV Censo Nacional de Buenos Aires, Talleres Gráficos Rosso 1917.

O Quadro 2 apresentado mostra que na altura dos anos 1914, o ramo de alimentos e bebidas é o que dispõe da maior participação no setor manufatureiro argentino, chegando a 53,1% dos produtos fabricados na Argentina, 42,7% do capital investido, constando 32,8% do total de mão de obra empregada do país e representado 38,9% do total de plantas fabris instaladas na Argentina. Em segundo lugar está o ramo da construção, seguido pelo ramo de cama, mesa e banho e tantos outros como os ramos de móveis e têxtil. Neste mesmo ano de 1914, conforme assinalam Belini e Badoza (2014), a Argentina se configurava na maior economia da América Latina, posição evidenciada pelo notável crescimento de seu setor manufatureiro cuja indústria, vinculada com o processamento de matérias-primas, alcançava uma participação de 18% no PIB e superava o índice apresentado por outras economias latino-americanas na época. Os referidos autores ressaltam que uma estimativa realizada com as cifras do censo de 1914 mostrou que 70% da produção industrial argentina era composta de bens de consumo não duráveis, 21,5% de bens intermediários – materiais de construção, bolsas, caixas e produtos em metal – e apenas 6% de bens duráveis.

Nesse contexto, ainda nesta terceira fase aqui considerada, a estrutura econômica e social do país se transforma pela chegada de contingentes substanciais e capitais estrangeiros, conforme aponta Ferrer (2006). Em 1913, a Inglaterra (a maior potência imperialista da época) liderava o investimento estrangeiro privado, com 47% (59% do investimento estrangeiro total), enquanto 9% desse capital era oriundo da França e 7% da Alemanha e só 1% vinha dos EUA (LANCIOTTI; LLUCH, 2008). O detalhamento da origem e das principais destinações desse capital externo que adentrava a Argentina pode ser percebido no Quadro 3 a seguir, que mostra os empréstimos ao governo e as ferrovias como os principais destinos desses investimentos.

Quadro 3 - Investimento estrangeiro privado na Argentina, 1900-1955 (Excluindo o setor petrolero - em milhões de dólares)

Ano	Investimento por país						Distribuição setorial do investimento		
	GB	EUA	França	Alemanha	Outros	Total	Empréstimo Governo	Ferrovias	Outros
1900	907					1120	353	461	306
1909	1424	19	396	193	144	2176	667	776	733
1913	1861	39	458	241	537	3136	652	1038	1446
1917	1882	82	448	265	566	3233	634	1060	1539
1923	1906	193	401	275	314	3089	559	1134	1396
1927	2003	487	410	275	299	3474	743	1188	1543
1931	1874	721	403	267	396	3661	707	1446	1508
1934						3485	788	1244	1453
1940						3264	522	1332	1410
1945						2651	310	1145	1196
1949		329				1255	18		1237
1953		406				1487	7		1480
1955	110	466				1547	3		1544

Fonte: Lancelotti e LLuch (2008, p.7).

Nesse ínterim, com o respaldo do capital externo a indústria argentina crescia vertiginosamente, de modo que especificamente o setor manufatureiro chegou a apresentar quase 12% de crescimento entre os anos de 1890 e 1900 e cerca de 8% entre 1900 e 1910, conforme mostra o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Taxa de crescimento do PIB e PIB industrial, 1870-1930 (médias de três anos)

Anos	Total	Setor manufatureiro	Alimentos e bebidas	Têxtil
1875-1890	8,4	5,2	5,6	3,9
1890-1900	5,5	11,5	4,2	12,7
1900-1910	7,0	7,8	6,7	7,4
1910-1920	1,6	2,2	1,4	0,3
1920-1930	3,5	4,3	3,1	3,9

Fonte: Bellini (2017, p.64) com base no Documento de Trabalho nº 3, “Estimaciones del Producto Bruto Interno de Argentina, 1875-1935” do autor Robertos Cortes Conde, Rosso (1994) e La economía Argentina en el largo plazo (siglos XIX y XX), Buenos Aires, Sudamericana, 1997.

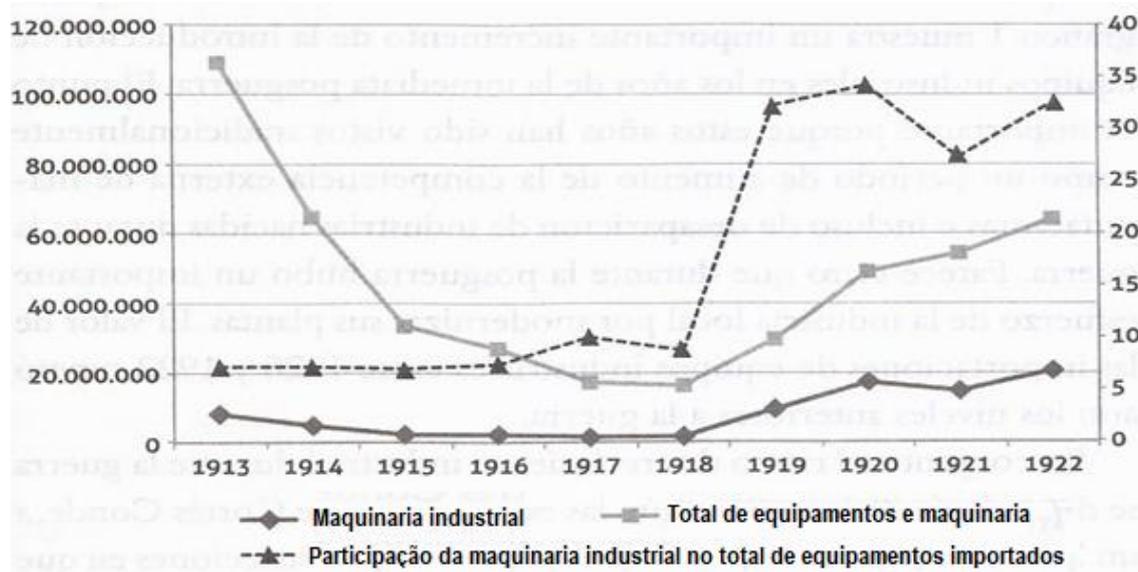
Contudo, o Quadro 4 também mostra, através de uma notável queda na porcentagem de crescimento da participação da indústria no PIB, que a partir da Primeira Guerra Mundial, a indústria – e a economia argentina como um todo – foi afetada, devido ao declínio do fluxo de capital, mão de obra e manufaturas que eram provenientes da Europa. O valor total das importações argentinas diminuiu entre 40 e 50% em relação ao volume importado até 1914, declínio que ocorreu sobretudo pelo fato dos europeus passarem a direcionar seus recursos e esforços para a produção de equipamento bélico e para sanar as dificuldades de transporte causadas pelo estado de guerra em que se encontravam (MAURIZIO, 2006). Não obstante, Belini (2017) reforça que nem todas as importações argentinas tiveram o mesmo nível de queda, mas aquelas relativas às maquinarias para a indústria, equipamento ferroviário e materiais para construção, foram as mais afetadas. Embora tenham favorecido a utilização de matérias-primas produzidas na Argentina, esse declínio nas importações vindas da Europa provocava uma lenta expansão dessa indústria interna, devido não só à dificuldade de se importar máquinas, como também pela escassez de mão de obra e aumento dos preços dos combustíveis importados que supriam a maior parte da Argentina.

A declaração da Primeira Guerra desarticulou de maneira progressiva o comércio internacional da época, segundo apontam Belini e Badoza (2014), visto que provocou um aumento do custo dos fretes e modificou a demanda nos mercados europeus, fatores que também culminaram numa queda expressiva do volume de exportações argentinas. Os produtos de grande volume e baixo preço unitário, como os grãos, foram os principais prejudicados pelos obstáculos impostos à navegação transatlântica, enquanto a venda de carnes congeladas e enlatadas para o exterior apresentava melhores perspectivas devido a uma demanda criada pela própria guerra. Contudo, os mesmos autores salientam que como os cereais representavam uma considerável fatia do valor das vendas externas, a queda no volume de exportação desses produtos teve um efeito muito negativo sobre o setor externo. A saída de capitais externos e a notável redução das exportações constituíram-se assim nos principais fatores que afetaram a economia local, sobretudo por conta da Argentina ser uma economia aberta na qual as exportações representavam 30% do seu PIB. Desse modo, a contração do mercado externo acabava por impactar negativamente no nível de atividade interna argentina e, por conseguinte, na demanda doméstica por bens e serviços.

Em relação à questão da escassez de mão de obra, conforme enfatizam Belini e Badoza (2014), uma ampla camada de assalariados enfrentou um drástico aumento do desemprego no período compreendido entre 1914 e 1918. Antes, já se registrava um certo grau de desemprego estrutural devido às características do mercado de trabalho, que demandava uma crescente mão de obra qualificada com ampla mobilidade geográfica e ocupacional, o que em geral requeria uma força trabalho sazonal migratória, como aquela dos imigrantes europeus, a qual alcançou seu limite entre 1907 e 1913. Assim, segundo Villarroya (2007) explica, o principal motivo que explicaria a ruptura dessa “Belle époque” dos anos anteriores, para dar lugar à nova fase que emergiu no pós 1913, foi a ocorrência da Primeira Guerra Mundial, período em que a conjuntura da economia internacional acabou por privar a Argentina dos fatores produtivos que mais necessitava – trabalho, pela diminuição do fluxo de imigrantes europeus e capital, pela diminuição do ritmo de entrada do capital estrangeiro –, além de fechar seus principais mercados, fonte de suas importações de manufatura.

Nesse contexto, vale mencionar que até a década de 1920, a incorporação de terras constituiu-se no principal motor da expansão exportadora e era claro que esse padrão de crescimento só se prolongaria até certo ponto. Tanto que nas vésperas da Primeira Guerra Mundial já se havia alcançado a ocupação plena das terras aptas para a produção de grãos e carnes com a tecnologia até então disponível. Assim, o crescimento da agricultura na década de 1920 se respaldou no uso de terras originalmente destinadas à pecuária, terras estas que só foram liberadas para o cultivo agrícola por conta da grande contração do mercado de carnes entre 1921 e 1923. Com toda a terra disponível já em exploração, o crescimento da produção passou a depender do incremento da produtividade dos fatores de produção e por isso a introdução de tecnologia e a adoção de formas superiores de organização produtiva adquiriram uma relevância ainda mais fundamental (HORA, 2012). Nesse sentido, a queda percebida nas importações do setor de maquinaria – conforme mostra o Gráfico 8 a seguir – foi muito sentida, pois serviu para atravancar esse incremento necessário à produtividade agrícola.

Gráfico 8 - Importações de máquinas e equipamentos industriais, 1913-1922 (em pesos em ouro e porcentagens)



Fonte: Adaptado de Belini (2017, p. 221).

Assim, após haver praticamente cessado, o fluxo de capital estrangeiro recuperou sua tendência ascendente a partir dos anos 1923 até os anos 1929 (LANCIOTTI; LLUCH, 2008). Contudo, o capital britânico passou a representar apenas um quinto do investimento estrangeiro na Argentina e os EUA passaram a dispendir o maior volume de capital externo destinado à indústria local Argentina, assim como às suas atividades exportadoras e a outras verbas direcionadas ao governo argentino (VILLARROYA, 2007). Dessa maneira, a partir de 1923, um novo período de estabilidade econômica e retomada do mercado doméstico provocou uma nova onda de investimentos externos, sobretudo aqueles oriundos dos EUA, o que levou a Argentina a apresentar novamente números que evidenciavam um crescimento de sua economia, embora em um ritmo menor e sobre bases mais frágeis do que aquelas obtidas nos anos prévios à Primeira Guerra Mundial (BELLINI; BADOZA, 2014).

Em 1929, conforme afirmam Belini e Korol (2014), o principal efeito da Grande Depressão consistiu-se em uma forte queda dos preços mundiais, sobretudo os relativos aos produtos de exportação que decaíram cerca de 64%, entre 1928 e 1932, sobretudo devido ao abandono do padrão ouro então vigente, à desvalorização monetária e à adoção de políticas protecionistas que buscavam evitar que a depressão se espalhasse pelas economias internas. Estes autores ainda enfatizam que como uma economia aberta ao comércio mundial e em grande

medida dependente do fluxo de capitais estrangeiros, a Argentina foi afetada de maneira ainda mais perversa. As exportações de produtos de origem pecuária sofreram uma contração, mas a queda mais importante foi sentida na agricultura. Entre as principais consequências desses cenários estavam a baixa do investimento no setor agrário, que acabou por gerar disputas pela divisão de um excedente muito menor do que aquele anteriormente obtido. Com isso, o resultado foi uma profunda queda do nível de vida e das expectativas de melhoras futuras para os agricultores e também para aqueles que dependiam de algum modo das rendas agrícolas. Esse quadro contribuiu para o início de um ciclo de empobrecimento e migração para as cidades, o acesso à propriedade tornou-se mais difícil e aumentou-se o número de pessoas, principalmente as mais pobres, que passaram a viver de aluguel (HORA, 2012). Nesse contexto, Belini e Korol (2014) salientam que embora a situação na Argentina fosse crítica nos anos após a Grande Depressão, ainda mostrava-se menos aguda do que em outros países da América latina, como o Chile, pelo fato da pauta argentina de exportação dispor de uma maior variedade de produtos primários mais consumidos, como aqueles do ramo alimentício, o que contribuiu para aliviar a queda do PIB e conter a derrubada referente ao volume das exportações, que já eram afetadas com a redução de seus preços.

Ainda no período pós 1930, a drástica redução dos investimentos estrangeiros, somada à incerteza sobre o futuro, culminou numa queda do nível de investimento geral na Argentina (HORA, 2012). Desse modo, a proporção de investimento estrangeiro sobre o total do capital fixo seguiu encolhendo desde a Primeira Guerra Mundial, até o pós Segunda Guerra Mundial, logo, o estoque de capital externo foi diminuído até alcançar seu valor mínimo no final desse período. Nesse âmbito, as autoras Lanciotti e LLuch (2008) salientam que a flutuação do investimento estrangeiro direto, não foi tão profunda quanto a apresentada pelos investimentos externos totais, embora tenha seguido a mesma tendência de queda até o pós-guerra.

Nesse ínterim, Mendonça e Pires (2012) enfatizam que durante o último governo de Hipólito Yrigroyen da UCR (União Cívica Radical), acirraram-se os embates entre o grupo formado pelas oligarquias agrárias e o grande capital estrangeiro e a união entre a classe operária e a pequena burguesia. Os referidos autores ainda ressaltam que esses conflitos eram gerados pelo caráter iminentemente reformista do governo Yrigroyen, o qual objetivava promover a industrialização argentina e para isso criou um campo propício à aprovação de leis trabalhistas e à liberação de crédito para a agricultura e a indústria, além de ter fundado a

empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), a qual seria responsável por explorar o petróleo no país. Se por um lado essas medidas permitiam o desenvolvimento de uma burguesia urbana, constituídas de pequenos proprietários, comerciantes e profissionais liberais, por outro promovia o avanço do movimento operário, o que gerava um verdadeiro terror nas camadas oligárquicas dominantes por contrariar seus interesses e aqueles do grande capital internacional. Esse contexto culminou na derrubada do governo constitucional de Yrigoyen pelas forças militares do ditador general José Félix Uriburu (BELINI; KOROL, 2014). Esse golpe levou ao estabelecimento do governo que ficou conhecido como República Conservadora, por dispor de caráter fascista e contar com o apoio das Forças Armadas, oligarquias agrárias e do grande capital internacional.

É nesse contexto que se dá a quarta etapa da análise de Ferrer (2006), iniciada em 1930, denominada “economia semi-industrial dependente”. A partir da decisão inglesa de priorizar sua própria produção agrícola, a situação da economia argentina foi agravada em 1932, quadro que contribuiu para que o governo, pressionado pelos interesses dos fazendeiros, assinasse o Pacto de Roca-Runcimán, acordo pelo qual seria garantido o livre acesso da carne e do trigo argentinos ao mercado britânico. Contudo, na realidade esse pacto representou uma subordinação ainda maior da Argentina aos interesses ingleses (MENDONÇA; PIRES, 2012). Mais adiante, pouco antes do final da década de 1930, uma seca prejudicou o comércio de cereais de Canadá, EUA e Austrália, o que colaborou para uma breve recuperação das exportações argentinas. Contudo, suas limitações para importação de maquinário para o desenvolvimento da capacidade produtiva da indústria agrícola mantinha o setor agrícola argentino no patamar arcaico (LANCIOTTI; LLUCH, 2008). Nesse âmbito, durante os anos da Segunda Guerra o setor agrícola se viu seriamente prejudicado, a escassez de navios para transporte de cargas e a perda do mercado europeu derrubaram as exportações de grãos e em consequência iniciou-se uma importante redução da área plantada de cereais, de cerca de 17% entre 1940 e 1946, especialmente em relação ao milho e ao linho (BELINI; KOROL, 2014). Aliada a essas contrações relativas às exportações estava a diminuição de importações de máquinas e equipamentos para o setor rural, que entre os períodos de 1925 e 1929 e de 1930 e 1934 caíram de 4,9% a 1,5% do total de importações que já apresentavam queda (HORA, 2012). O atraso tecnológico no setor agrícola atrelado aos entraves à obtenção de ganhos com as

exportações e à dificuldade de aquisição de manufaturas provenientes do mercado externo, marcaram o período pós-crise de 1929.

Dessa forma, esse panorama levou a uma conversão do setor industrial no motor da economia argentina. Conforme Belini e Korol (2014) afirma, entre 1935 e 1939 houve um incremento de 25% do número de fábricas, 35% de empregos fabris e 50% do valor da produção. As medidas pós 1929 continuaram ampliando a atuação do capital externo mediante a instalação de filiais de empresas industriais britânicas, estadunidenses e alemãs, as quais já vinham transformando o tecido industrial ao criar uma parte dos novos produtos requeridos no mercado doméstico, como aqueles de cunho têxtil, eletrodomésticos, produtos químicos e cosméticos pneumáticos e outros. Desse modo, Bambirra (1974) enfatiza que embora tivesse sua própria economia, a Argentina dispunha de investimentos e propriedade de capital nas mãos dos estrangeiros. Logo, Ferrer (2006) salienta que a década de 1930 foi inicialmente caracterizada pela falta de integração percebida na economia industrial argentina, visto que o crescimento econômico do país dependia das importações de bens de capital, (devido ao insuficiente desenvolvimento de suas indústrias de base). Como mostra o Quadro 5, o setor industrial argentino composto majoritariamente de produtos baseados em recursos naturais evidencia a tendência ao crescimento de segmentos como o têxtil e a redução da participação do segmento de máquinas e aparelhos elétricos. Contudo, o mesmo autor acabou por também enfatizar outros relevantes fatores da falta de dinamismo industrial argentino, como o déficit de divisas do setor industrial pela concentração do poder econômico nas subsidiárias de empresas do exterior e a existência de um Estado burocratizado e pouco empenhado na questão do desenvolvimento nacional em favor dos interesses da oligarquia e do capital internacional.

Quadro 5 – Participação dos setores industriais no valor agregado e a ocupação (nível de emprego) segundo os censos de 1935 e 1946, em porcentagens.

Setores	1935		1946	
	Valor agregado	Ocupação	Valor agregado	Ocupação
Alimentos, bebidas e tabaco	31,8	26,6	27,4	23,0
Têxtil e confecção	15,6	17,3	21,1	18,0
Madeira	5,1	7,3	6,0	10,3
Papelaria	1,1	1,5	1,8	1,7
Imprensa e publicações	9,2	5,8	3,9	4,2

Produtos químicos	3,5	3,2	7,6	4,7
Derivados de petróleo	2,0	0,9	2,4	0,5
Borracha	0,8	0,6	0,9	0,7
Couro	3,0	4,1	4,5	4,9
Pedras, vidros e cerâmica	3,0	4,2	4,6	6,4
Metais	7,8	9,2	8,3	9,9
Veículos e máquinas	11,1	11,2	7,3	10,3
Maquinaria e aparatos elétricos	-	-	1,6	1,9
Outros	5,5	8,0	2,5	3,7
Total	100	100	100	100

Fonte: Adaptado de Belini (2017, p. 177).

O setor industrial argentino continuaria sendo priorizado durante os 40 anos seguintes aos anos 1930. Num primeiro momento, além de contribuir para fragilizar o sistema agroexportador, a Grande Depressão de 1929 ainda propiciou o impulso inicial da industrialização substitutiva de importações a qual também resultou do efeito combinado de desvalorização da moeda, (da ordem de 40% entre 1928 e 1932), da elevação das tarifas em 1931 e da imposição de controles cambiais e licenças prévias nas importações (BELINI; KOROL). Dessa forma se inicia uma política industrializante com a participação do Estado cuja postura se mantém nos anos seguintes e durante a Segunda Guerra Mundial: uma política redistributiva de rendas é adotada para evitar o recesso econômico, por meio da ampliação do consumo interno e do alicerce a uma nova aliança de classes, até então excluídas do cenário dominante, a operária e a pequena e média burguesia, resultando no fenômeno chamado Peronismo (PERALTA-RAMOS, 1972). Nesse contexto, Mendonça e Pires (2012) salientam que o carisma pessoal de Eva e Juan Domingo Péron e a mobilização das massas populares para elegê-lo após uma sucessão de golpes de Estado, levou o novo presidente à uma política de caráter nacionalista, a fim de impulsionar o crescimento da indústria de base e garantir o fornecimento de infraestrutura. Esses fatores contribuíram para que vários setores da economia fossem nacionalizados, a exemplo dos relativos às ferrovias, eletricidade, transportes urbanos, água, esgoto e telefones. No entanto, a exploração de ramos estratégicos, como o petrolífero, foi majoritariamente entregue a empresas estrangeiras, às quais foram permitidas concessões para explorar suas reservas, ainda que a YPF continuasse a manter o controle acerca de grande

parte da prospecção e do refino dessa matéria bruta. Logo, nota-se que o governo peronista não chegou a proporcionar uma modificação substancial na estrutura socioeconômica tradicional da Argentina. Diante desse panorama, embora a complexidade do cenário de urbanização, que acompanhou o processo de industrialização, tenha colaborado para a ascensão do governo peronista – de 1943 a 1955 (RAPOPORT, 2008) – as medidas peronistas de melhorias trabalhistas e salariais e a política redistributiva em si, foram limitadas à medida que começaram a interferir negativamente na taxa de lucro do capital industrial, cenário crucial para a efetuação do Golpe de Estado, com a justificativa de manutenção dessas taxas (PERALTA-RAMOS, 1972). Desse modo, no próximo tópico serão analisados os desdobramentos das décadas seguintes, no pós 1955, após um novo Golpe de Estado que depôs o governo Péron e manteve a economia argentina nos trilhos dos anseios das potências imperialistas, sobretudo os EUA.

5.2.6 Argentina - a economia argentina pós Péron e criação das bases neoliberais: de 1955 aos anos 2000

Após a queda de Perón, o governo provisório de cunho cívico-militar assumido pelo general Aramburú designou o secretário geral da CEPAL Raúl Prebisch como assessor para políticas econômicas e industriais, conforme afirma Belini (2017). O referido autor ainda salienta que em seus relatórios, Prebisch apresentava um balanço pessimista sobre o estado da economia Argentina naquele momento, o qual creditava às medidas político-econômicas tomadas por Péron, as quais teriam enfraquecido a produção agrária exportável e que através das expansivas políticas salariais, creditícias, monetárias e fiscais, teriam gerado uma inflação sem precedentes. Ainda segundo o autor citado, Prebisch também criticou o governo peronista pelos incentivos acentuados ao investimento na indústria manufatureira de bens de consumo, em detrimento do fomento à implantação de fábricas produtoras de insumos básicos, como aço, papel, produtos químicos e petroquímicos e até de geração de eletricidade, enfoque desacertado que acabou por evidenciar um grande desequilíbrio no ramo industrial argentino, repercutindo na economia como um todo. Nesse sentido, Rojas (2003) salienta que embora houvesse um abismo tecnológico entre a Argentina e as nações centrais do sistema mundo que substanciasse esse quadro de instabilidade da indústria argentina, nenhum dos governos desse período (pré e

pós Perón) assumiu com seriedade a realização de uma reestruturação radical da indústria existente na Argentina.

Num panorama que comprova ainda mais a influência dos EUA sobre a Argentina, tanto na esfera econômica, como na política e na militar, a Carta da OEA (Organização dos Estados Americanos) e o Tratado de Bretton Woods foram ratificados pelo governo argentino que também aderiu ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, além de seguir a linha estadunidense de tomar as medidas cabíveis para adotar a multilateralização do comércio, conforme aponta Bandeira (2003). O mesmo autor ainda salienta que o general Aramburú acordou cooperar militarmente com os EUA – inclusive mediante o funcionamento permanente de uma missão militar norte-americana – na seara do Ministério da Defesa argentino, além de receber créditos para a compra de equipamento naval, como o de um porta-aviões, semelhante ao que ocorrera no Brasil, e mais alguns *destroyers* e submarinos, os quais já estavam em desuso nos EUA. Nesse âmbito, Santillán (2012) aborda que o fim do governo provisório se deu em 1958, após um pleito eleitoral em que, a despeito de ter sido proibida a participação de candidatos peronistas, Arturo Frondizi recebeu o apoio de Perón. Contudo, o mesmo autor ressalta que a política econômica visada pelo novo presidente eleito, o qual levou a cabo o que seria uma segunda fase da ISI, permitia a incorporação do capital externo para a superação de suas restrições. Por esse tipo de conduta durante seu governo, a consolidação da coalização social e política com os peronistas foi prejudicada, sobretudo no que concerne à discrepância entre a política econômica de Perón que permitiu a entrada de cerca de 12 milhões de dólares de investimento estrangeiro entre 1953 e 1955, enquanto o governo de Frondizi contou com um total de 553 milhões de dólares de investimentos externos recebidos entre 1958 e 1962 e favorecidos pela Lei de Investimentos Estrangeiros criada em seu governo (BELINI, 2017). Esse cenário de continuidade do modelo de ISI e abertura ao capital externo respondia a uma conjuntura internacional capitaneada por aquela que se tornou a maior potência hegemônica, os EUA, que junto a outras potências europeias realizavam esses Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs), sob a forma de implantação de plantas industriais nas economias periféricas, como a Argentina (SANTILLÁN, 2012).

Nesse contexto, nota-se que após o fim da era Perón – por motivações similares aos casos brasileiro e chileno, num panorama que ensejava o enfraquecimento da luta dos trabalhadores

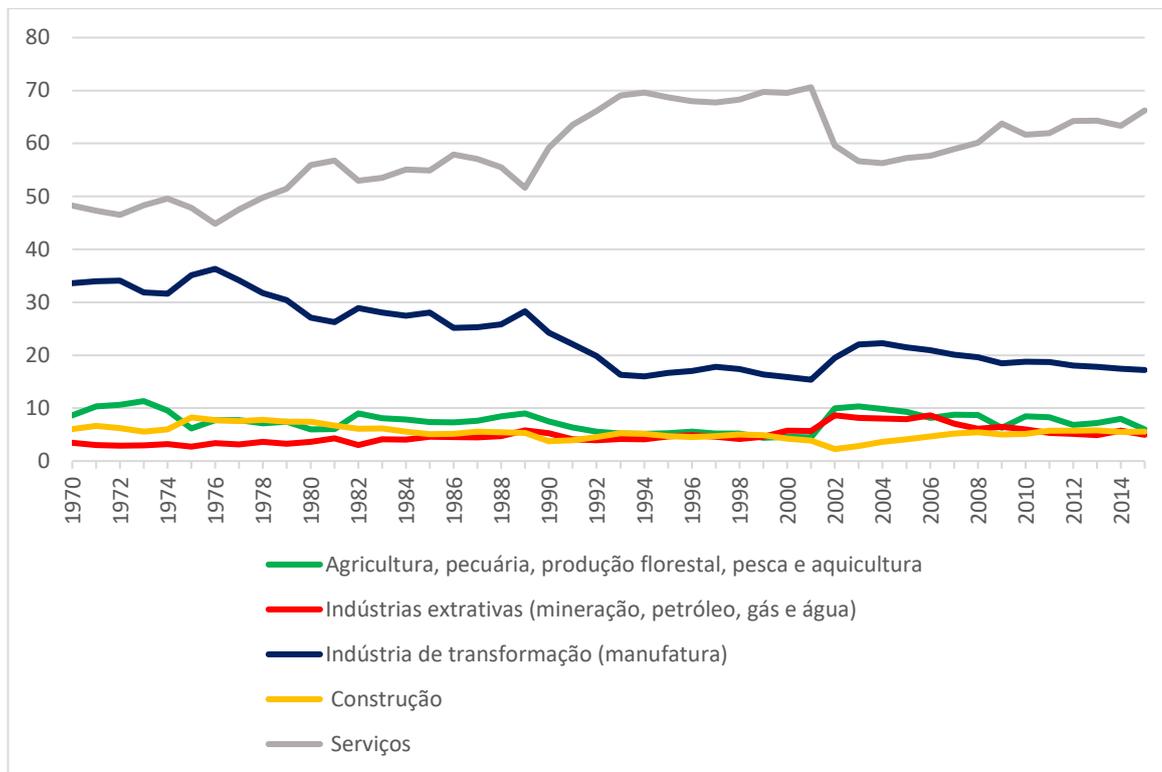
a favor da aliança burguesa com o capital externo – , a Argentina sofreu sete golpes militares, os quais ocasionaram milhares de desaparecimentos de cidadãos, assassinados e torturados em centros de detenção operados na clandestinidade, rompendo a tradição da Argentina industrial e de massas, como os operários que até meados do século XX se organizavam em sindicatos a favor de um importante processo político sob o comando de Juan Domingo Perón, intitulado peronismo (DOS SANTOS, 2009). Nesse período, as burguesias locais eram submetidas à condição de sócios menores do capital internacional, através de golpes militares sucessivos, que as levava a abandonar suas perspectivas de independência nacional e pretensões de desenvolvimento tecnológico próprio (DOS SANTOS, 1996). Em 1963 foi eleito o presidente Arturo Illia pela União Cívica Radical, o qual teve seu governo marcado por propostas econômicas nacionalistas (em evidência em muitos países oriundos da periferia do sistema-mundo), as quais contemplavam uma resistência às imposições do FMI, uma tendência à planificação e ao controle da economia pelo Estado, bem como à atenção prioritária para o mercado interno, inclusive ousando desafiar os interesses estadunidenses ao decidir denunciar e anular os contratos de petróleo feitos pelo presidente Frondizi (RAPOPORT; LAUFER, 2000). Assim, sob o patrocínio dos EUA, deu-se o golpe militar em 1966 o qual instaurou uma ditadura militar na Argentina, que foi de 1966 a 1983 e tornou evidente o caráter das elites dominantes, predominantemente financistas e especializadas na apropriação da coisa pública (ARGUEDAS, 2006), evidenciando a articulação destas com o capital estrangeiro. A partir de 1976, como afirma Dos Santos (2009), acelerou-se o processo de decadência econômica por meio da crescente redução da capacidade industrial argentina, em função de uma política indiscriminada de estímulo às importações (similar ao que ocorria nos outros países latino-americanos), a qual não só promoveu o sucateamento desta indústria como também corroborou com o endividamento externo, fatores que somados à matança, ao exílio, à prisão de milhares de argentinos, à repressão à cultura e à educação e a fuga dos intelectuais, configuraram a base que em três décadas levaria à eclosão de uma imensa crise na Argentina, no final do século XX. Nesse ínterim, cabe abordar os objetivos do programa de liberalização, abertura e modernização da economia aplicada pelo governo argentino nos anos 1970 e 1980, conforme ressalta De Hoz (1991):

I. Eliminação do sistema de autarquia ou economia cerrada e abertura gradual da mesma, tanto fazia o exterior como o interior. Com tal fim se promoveu a competência no mercado e se incentivou a iniciativa individual mediante a eliminação:

- a) De controles que travavam o desenvolvimento da atividade econômica privada;
 - b) Da distribuição discricionária e arbitrária por parte do Estado de subsídios abertos ou encobertos; e
 - c) Do protecionismo excessivo que outorgava situações de privilégio a determinados setores em detrimento de outros ou do consumidor, com a conseguinte distorção da economia.
- II. O estabelecimento de um marco para a atividade econômica com regras objetivas e igualdade de oportunidades sem privilégios, respeitando o funcionamento do sistema de prêmios e castigos.
- III. Conquistar assim uma maior e mais eficiente designação de recursos na economia, o que estimula a poupança, o investimento e o crescimento global da mesma, com aumento da produtividade e do nível geral de vida (**tradução nossa**).

Nesse âmbito, Fausto e Devoto (2004) ressaltam que na época dos governos militares na Argentina, sobretudo a partir de 1976, é possível perceber a ineficácia na batalha para organizar a economia e abordam a drástica abertura econômica da Argentina pela decaída do modelo de substituição de importações, o qual acabou se esgotando e que em tese deveria conduzir à modernização do aparelho produtivo – estimulado pela concorrência externa. Contudo, os autores supracitados reiteram a ocorrência do desastre da combinação entre esta abertura econômica e o atraso cambial, principalmente para o setor privado, formado por empresas de pequena e média dimensão, consideradas ineficientes pela gestão, pelo atraso tecnológico e pela proteção, (ao amparo da qual haviam crescido), desprovidas das condições de competir com as empresas estrangeiras. Esse cenário pode ser melhor entendido no Gráfico 9, pela considerável queda da participação da indústria manufatureira no PIB argentino, que caiu aproximadamente 10% num período de 5 anos, de 1976 a 1981. Aqui é importante enfatizar que esse foi um período de muitas inflexões da participação de setores no PIB, não apenas na Argentina, mas nos demais países latino-americanos (com algumas considerações mais específicas para o caso brasileiro que se manteve em maior parte estagnado com posterior queda), constituindo importantes déficits comerciais na região entre 1970 e 1981, contribuindo para a ocorrência da enorme crise de 1979 a 1990, quando os ingressos na conta capital caem demasiadamente e se eleva de maneira brutal o ônus da dependência financeira, conforme aponta Martins (2005).

Gráfico 9 - Argentina - Participação (em %) no produto interno bruto por tipo de atividade econômica - por valor agregado a preços correntes



Fonte: UNCTADSTAT, elaboração da autora.

No que se refere à especialização e intensidade da mão de obra, o caso argentino se assemelha ao brasileiro, apresentando em maior grau baixa e média qualificação, também devido à trajetória da taxa de participação da indústria de transformação (manufatureira) e evolução das indústrias agrícolas, baseadas em recursos naturais e de construção. Nesse contexto, a derrota da disputa pela reconquista das Ilhas Malvinas contra Inglaterra, foi crucial para a queda do regime militar em 1982 e em 1983 deu-se início um importante processo de democratização do país, quando Raúl Alfonsín foi eleito, mas seu governo não foi capaz de reverter a penosa herança da ditadura (DOS SANTOS, 2009). Posteriormente, Fausto e Devoto (2004) explicam que, seguindo a orientação oriunda da cartilha do Consenso de Washington, tomada por vários outros países da América Latina, sobretudo a partir dos anos 90, a Argentina chegou a adotar a paridade de sua moeda ao dólar americano. Essa ação propiciou uma maior abertura de sua economia e reduziu a participação do governo na economia, fatores que colaboraram para a liberação do fluxo de capitais. Esse contexto pós 1990 coincide com a queda

ainda mais significativa da participação da indústria manufatureira no PIB Argentino, pois conforme mostra o Gráfico 9 apresentado, em 1989 esse setor que representava cerca de 28% do PIB, teve sua taxa reduzida para cerca de 15% em 2001. Neste mesmo ano, as indústrias agrícolas e extrativas apresentaram uma notável alta, chegando a representar 10% do PIB argentino. As informações obtidas pelo banco de dados estatísticos da UNCTAD também mostram que participação do setor de serviços no PIB argentino apresenta em maior grau o grupo “outras atividades”, referente aos serviços financeiros, de seguros, imobiliários e de negócios e serviços pessoais, sociais e comunitários, com números que vão de cerca de 23% a 45%. O segundo grupo de serviços mais representativo no PIB é o de atacado, varejo, restaurantes e hotéis com porcentagens variando entre aproximadamente 1% a 7%, enquanto a menor fatia concerne ao grupo de transporte, armazenagem e comunicações que apresenta porcentagens entre 16% a 20%.

Seguindo com a análise histórica, sobre a década de 1990 ainda é importante considerar:

No curso da década de 90, ingressaram no país US\$ 50 bilhões. Cerca de 80% destes investimentos destinaram-se à compra de ativos existentes correspondentes às empresas públicas privatizadas, empresas industriais e redes comerciais de capital local. Atualmente na economia argentina verifica-se um dos maiores índices de estrangeirização do mundo: a maior parte da infraestrutura, as grandes empresas comerciais, o sistema bancário, as redes comerciais e os serviços de informação e comunicações são atualmente propriedade de não-residentes (FERRER, 2002, p. 45).

Tais fatores foram cruciais para a disparada da pobreza na Argentina, que se deu especialmente a partir de 1995, como explicam Fausto e Devoto (2004), sendo que em 2001 o País voltou a apresentar índices positivos em sua economia com superávits comercial e fiscal que acabou se esgotando cerca de sete anos mais tarde. A relação entre os rendimentos pagos e as exportações é superior a 10%, frente a pouco mais de 6% verificado no conjunto da América Latina. Vários anos de privatizações e flexibilização do trabalho fizeram emergir novas crises financeiras na Argentina, abatimentos fiscais, fugas de capitais e colapsos cambio-monetários que já haviam ocorrido no passado. O desabamento da economia argentina em 2001 foi a mais dramática expressão da recriação desses problemas do passado (KATZ, 2016). Em 2003, ano em que foi eleito o advogado Néstor Kirchner, também foi o ano no qual a Argentina começou a se recuperar dessa grave crise econômica, através de um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) que viabilizou o pagamento da dívida deste país com o próprio Fundo e com

outros organismos (DOS SANTOS, 2009). O kirchnerismo liderou um governo de centro-esquerda com retórica progressista e a partir de suas ações chegou a restaurar o sistema político, ao fazer importantes concessões democráticas e sociais. O governo de Néstor Kischner teve a missão de reconstruir um Estado colapsado pelo desmoronamento da conversibilidade de sua moeda. Relacionadas em diversas vertentes com a matriz neoliberal, as políticas neodesenvolvimentistas centradas no desenvolvimento da fração do capital industrial foram empregadas nesse período e aportaram a depreciação dos salários e a consequente recomposição da rentabilidade que chegou ao colapso em 2001. O segundo motor da expansão desse período de 2003 a 2007 foi a valorização internacional das agroexportações (KATZ, 2016). Esse cenário se atrelava ao neodesenvolvimentismo empregado no governo Kischner, que inicialmente mais pautava-se num desenvolvimento agroindustrial, fomentando a especialização argentina na produção de soja com vistas a se beneficiar da alta dos preços das commodities no comércio internacional, sobretudo devido à alta da demanda chinesa. Contudo, a confluência de interesses dos ruralistas com o governo chegou ao limite em 2007, quando este se propôs a impor aumentos de impostos na exportação da soja, com o intuito de redistribuir os ganhos obtidos nessa seara para reinvestir em novas reformas industrializantes (NETO, 2014). Esse projeto de governo perdurou com o novo mandato da esposa de Néstor, a também advogada Cristina Kirchner (de 2007 a 2015), porém desta vez imerso num panorama muito mais problemático, que envolveu a crise econômica de 2008, a crise de demanda asiática, escândalos de corrupção institucional e insatisfação popular atrelada ao contexto de pressões políticas da direita. Nesse sentido, Katz (2017) afirma que a direita conseguiu chegar à presidência da Argentina, com a vitória do empresário e engenheiro civil Mauricio Macri em 2015, devido à inconsistência do kirchnerismo que, de fato, nada mais fez do que preservar os desequilíbrios estruturais da economia argentina, quando fomentou a primarização, impulsionou a estagnação do fornecimento de energia, perpetuou um arcabouço industrial concentrado em poucos grupos, muitos deles de capital majoritariamente estrangeiro, e sustentou um sistema financeiro adverso ao investimento em áreas que seriam chave para a economia. Nesse âmbito, os fatores apresentados corroboram para reforçar o caráter dependente deste país, que assim como os demais aqui estudados, foram posicionados no sistema-mundo capitalista como fornecedores de produtos de menor valor agregado – a exemplo daqueles de origem agropecuária – e consumidores de tecnologia externa (FAUSTO E DEVOTO, 2004). Nota-se assim ser fundamental o papel do capital financeiro na perpetuação desse padrão

dependente de desenvolvimento que se relaciona à dependência tecnológica e se traduz nas contas externas e toda a questão estrutural a elas atreladas, conforme análise a ser feita nos próximos capítulos.

5.2.7 A relação entre as trajetórias específicas de Brasil, Chile e Argentina

Nesse sentido, conforme pontua De Oliveira (2006), é perceptível que, como os três países acabaram por se especializar em matérias-primas e outros bens cuja produção ou é baseada em recursos naturais ou envolve menor incremento tecnológico, a complementaridade entre estes países não era pautada como uma necessidade econômica, inclusive, desde a independência de seus territórios, buscava-se se aproveitar da relação com as antigas e as novas metrópoles, para obtenção de vantagens comparativas no comércio internacional. Conforme aponta Canuto (1994), no que se refere à seara de reestruturação industrial do período após os anos 90, a abertura comercial dos países latino-americanos teve preponderante influência nos seus processos de reestruturação produtiva neste período. O mesmo autor ainda enfatiza que embora existam especificidades produtivas de cada país, o relativo enfraquecimento dos segmentos industriais como os de metalmeccânica, eletroeletrônicos e têxteis se contrapõe ao fortalecimento da produção primária e baseada em recursos naturais, caracterizada por baixos investimentos físicos e forte racionalização produtiva, além do extensivo incremento dos coeficientes de exportação e importação.

Desde a era colonial o Brasil foi caracterizado como exportador de produtos agrícolas tropicais, tendência que se perpetuou até o início do século XX e que assim como ocorreu nos outros dois países aqui estudados, passou por um período de transformação a partir da crise de 1929. Neste período se iniciaram as políticas de industrialização por substituição de importações que embora se justificassem pelo “crescimento para dentro” e desenvolvimento das indústrias nacionais, acabou por enfrentar uma série de limitações como esgotamento da expansão do mercado interno pela industrialização substitutiva de bens de consumo não-duráveis, o que incentivou as burguesias nacionais dos países latino-americanos, como o Brasil, a se engajarem na implementação de uma indústria de bens de capital nacional. Porém, nos anos 50 os capitais estrangeiros já circundavam essas economias latino-americanas, que por

possuírem uma limitada capacidade importadora, acabaram por propiciar a entrada de capitais externos via investimentos diretos, em grande medida direcionados às empresas locais, tornando-as propriedade do capital externo. Esta entrada oportunizava aos investidores externos maiores chances de obtenção de lucros, os quais se originavam tanto do uso da sua maquinaria obsoleta na indústria das economias dependentes, como do preço mais baixo da mão de obra superexplorada. No Chile, o capital estrangeiro já detinha o monopólio da produção mineral desde o período pós-colonial. Assim, desde o princípio o avanço da indústria mineira chilena se deu com base na tendência à desnacionalização e na implantação de um setor produtivo que, embora apresentasse um certo avanço técnico e alta densidade de capital, eram de domínio do grande capital externo. Esses fatores caracterizaram o Chile como um país exportador de produtos minerais, praticamente sem deter indústrias próprias, devido à expressiva predominância do capital externo em sua economia. O caso argentino parecia ser diferenciado, visto que este país, no período compreendido entre o final do século XIX até o início do século XX, se desenvolvia notadamente no cenário mundial como economia primário-exportadora, incorporada ao comércio mundial através de sua atividade agropecuária, não apenas para atender à demanda externa, como também a pequena demanda gerada pelo mercado interno em ascensão. Essa franca evolução foi contida pela crise de 1930, o que configurou a Argentina como economia semi-industrial dependente, que necessitava das importações dos países centrais para garantir o funcionamento de suas indústrias de base em sua maior parte atrelada à produção de produtos baseados em recursos naturais. Esse contexto contribuía para o desenvolvimento do déficit de divisas do setor industrial pela concentração do poder econômico nas subsidiárias de empresas do exterior, ou seja, pela apropriação do setor industrial argentino pelo capital estrangeiro.

Nesse âmbito, De Oliveira (2006) ainda chama a atenção para o fato de que até a Argentina – que foi pioneira no processo de industrialização na América Latina e experimentou taxas e índices de crescimento notavelmente maiores em relação àqueles da grande maioria dos mais importantes países europeus da atualidade – teve como base desse processo de industrialização suas especializações primárias.

A análise estrutural aqui feita permite admitir que são múltiplas as reverberações da dependência nas economias latino-americanas, entre quais estão o reforço da superexploração do trabalho e a dependência tecnológica, seara para a qual essa pesquisa chama a atenção ao

tratar do comportamento da conta de serviços – que em sua maior parte se traduz em tecnologia. Percebe-se ainda que o caráter dependente tem cunho estrutural que está associado à inserção industrial destes países, a qual, por sua vez, se baseia na mais-valia extorquida pela superexploração do trabalho e pelas relações de troca desiguais com os países centrais (KATZ, 2016; MARINI, 2014). Assim, Marini (1991) relaciona os retardos na industrialização latino-americana e decorrentes atrasos no progresso técnico a um capitalismo tardio peculiar à periferia do sistema-mundo. Essa distorção relativa ao capitalismo tardio leva a um abismo tecnológico, impulsionado por uma reprodução do capital que não considera as especificidades tecnológicas dos países latino-americanos.

Desse modo, a fim de ilustrar o cenário contemporâneo dos países estudados, conforme consta no relatório de 2014 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o panorama econômico da América Latina, as pautas de exportação de alguns dos principais países latino-americanos evidenciam a dependência da América Latina em relação à produção de commodities: Chile e Peru apresentam uma alta concentração de exportação de commodities; óleo e gás predominam nas exportações da Venezuela e Colômbia; enquanto que as commodities do gênero alimentício figuram como os principais elementos das exportações da Argentina e do Brasil, sendo que este último tem apresentado ainda um elevado índice de participação nas exportações de minério de ferro (OECD, 2014). Ademais, os desdobramentos que se deram a partir dos anos 1990, com toda a força do neoliberalismo, fizeram com que as políticas industriais e tecnológicas tivessem uma orientação articulada com os interesses do grande capital estrangeiro e nesse âmbito, promoveu o fortalecimento das políticas de exportação de commodities que comprometeu ainda mais a capacidade das indústrias nacionais e contribuiu com o reforço na desigualdade de condições de trocas entre os esses países da América Latina e os ditos centrais (KATZ, 2016). Esse quadro ainda acarretou o comprometimento do desenvolvimento tecnológico dos países latino-americanos, além de prejudicar os avanços nos níveis de educação e emprego, o que conforme se pode compreender a partir das reflexões de Marini (2014) e o desejo do capital externo, de fato não deveriam ocorrer para não pôr em risco manutenção dos níveis de superexploração que permitem a transferência cada vez maior de mais-valia aos países centrais.

O estudo da trajetória histórica latino-americana, de modo geral e por país especificamente, suscita a reflexão sobre as razões que levaram a região considerada como a

primeira entidade ou identidade histórica no atual sistema-mundo colonial/moderno e de todo o período da modernidade, a apresentar o caráter atrasado e dependente dos países do centro, aos quais promove o poder com base na superexploração do trabalho e na transferência de mais-valia. Nesse sentido, é válido reforçar o entendimento acerca das raízes do padrão de desenvolvimento dependente trabalhados anteriormente nesta pesquisa, por meio das palavras de Quijano (2006, p. 68):

Em outros termos, América Latina foi tanto o espaço original como tempo inaugural do período histórico e do mundo que ainda habitamos. (...) No entanto, a sede e o momento originais desse período histórico, assim como a fonte provedora dos elementos basais da nova sociedade mundial foram destituídos de sua posição central, assim como os atributos e frutos da modernidade. Dessa forma, nem todas as novas potencialidades históricas atingiram seu pleno desenvolvimento na América Latina, nem o período histórico nem a nova existência social no mundo chegaram a ser plenamente modernos. Ambos, enfim, se definiram então e se reproduzem hoje como coloniais/modernos. (...) todos os modos historicamente conhecidos de controle do trabalho ou de exploração - escravidão, servidão, pequena produção mercantil independente, reciprocidade e capital - foram associados, articulados, em um único sistema conjunto de produção de mercadorias para o mercado mundial. Pela posição dominante do Capital nas tendências básicas do novo sistema, este teve desde o início, como tem hoje, caráter capitalista.

Nesse contexto, cabe ainda recordar que a fase anterior à Primeira Guerra Mundial foi marcada pela formação de um sistema de divisão internacional do trabalho alicerçado na hegemonia do grupo de países cuja industrialização teve início na primeira metade do século XIX. Conforme pontua Furtado (2007a), esse sistema propicia não só a concentração das atividades produtivas mais envolvidas com o progresso tecnológico apenas em certas regiões consideradas centrais, bem como a utilização mais ampla e racional dos recursos abundantes (mão de obra e terras) existentes nas demais áreas (periferia e semiperiferia). Marini (2014) respalda a ideia de que o centro hegemônico tem a superexploração do trabalho nas periferias como uma crucial ferramenta para obter cada vez mais uma maior transferência de mais-valia nessa dinâmica de atribuições da divisão internacional do trabalho no sistema-mundo capitalista. Desse modo, segundo Furtado (2007a) se por um lado, existem os países do centro e o avanço de seus processos industriais com base no progresso tecnológico e na acelerada acumulação de capital – não apenas acrescentando a dotação do capital por unidade de mão de obra e qualidade desses fatores, como também requerendo constantes melhorias dos fatores humanos pelo fato de envolverem processos produtivos de crescente complexidade –, do outro

lado do sistema mundo, encontram-se as regiões periféricas, as quais tiveram seu desenvolvimento baseado nas modificações da demanda global realizadas por meio do setor externo, quase sempre de caráter extensivo, o que permitiu o aumento da produtividade econômica dos fatores disponíveis sem aportar alterações significativas na forma de produção.

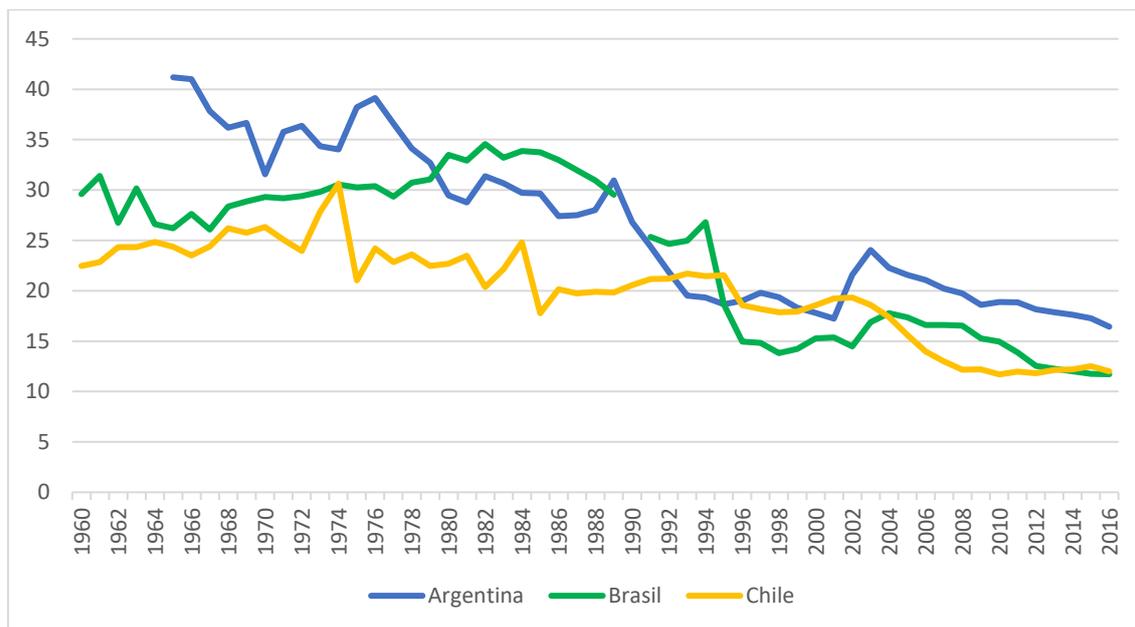
Assim, a substituição de uma agricultura de subsistência, como a produção de milho, por uma agricultura de exportação, como café, acarretava o aumento do produto global sem exigir alterações significativas nas técnicas de produção. Outras vezes - caso da produção mineira - esse desenvolvimento periférico assumia a forma de assimilação de técnicas modernas de aumento da capitalização em setor produtivo estritamente ligado exportação, sem nenhuma capacidade de irradiação para dentro da economia. Em um e outros casos, o desenvolvimento periférico tinha reduzida capacidade transformadora das técnicas tradicionais de produção (FURTADO, 2007a, p 106 e 107).

A partir dessa contextualização, cabe fazer algumas considerações prévias, (que serão mais trabalhadas no decorrer da pesquisa), sobre a dependência tecnológica nos três países analisados. Estes apresentaram uma trajetória de industrialização tardia que acabou por fomentar seus atrasos no desenvolvimento da indústria de bens mais intensivos em tecnologia. Com o foco voltado para a reprimarização da pauta de exportação, a chamada indústria de transformação foi perdendo espaço nestas economias. Sobre esse segmento, cabe expor a explicação de Cano (2014, p. 2):

O Setor Indústria é uma agregação de quatro segmentos: i- a mineração; ii- a construção civil; iii- o produtor de serviços de utilidade pública (gás, energia, água); e iv- indústria manufatureira ou de transformação. É este último segmento que envolve maior complexidade tecnológica, que possibilita e promove a disseminação do maior conteúdo de progresso técnico aos demais setores da economia (agricultura, resto da indústria e serviços) e que, além disso, participa, hoje, com peso em torno de 40% do valor adicionado do Setor Indústria. Além de ser o principal vetor das políticas de desenvolvimento, em especial das industriais e de comércio exterior, é também o mais suscetível na concorrência internacional, quando se defronta com adversidades cruciais como as de dumping, financiamento de longo prazo, acesso a C&T, câmbio valorizado, e outros.

Nesse âmbito, para melhor ilustrar a queda da participação da indústria de transformação (manufatureira) no PIB do Brasil, do Chile e da Argentina, bem como trazer uma relação entre a taxa de crescimento do setor manufatureiro desses países, segue o Gráfico 10, a seguir.

Gráfico 10 - Participação da Indústria no PIB (Brasil, Chile e Argentina)



Fonte: World Bank, elaboração da autora.

Pelo quadro exposto é possível perceber uma forte queda na participação da indústria no PIB de Argentina e Brasil em relação ao período inicial considerado, 1960, enquanto o Chile, apresenta variações menos expressivas em relação aos outros dois países. Importa ainda ressaltar que a taxa de participação do setor manufatureiro nos períodos citados apresenta significativas quedas durante os anos 1970, como no Chile, que entre 1974 a 1985 apresentou aproximadamente 12% de redução da participação da indústria de transformação no PIB. A Argentina, que dentre os três países pesquisados detinha a maior taxa de representatividade da indústria manufatureira no PIB até o final dos anos 1970, também apresenta a mesma porcentagem (12%) de diminuição da participação deste setor no PIB entre os anos de 1976 e 1986. Entre a metade dos anos 1970 e 1980, diferente dos demais países, o Brasil chega a apresentar uma alta de cerca de 4% na participação desse setor no seu PIB. No entanto, a partir dos anos 1990 os três países passam apresentar sucessivas quedas na taxa de participação desse setor em seus PIBs, com uma leve melhora no caso argentino entre os anos de 2002 e 2003, sendo que o Brasil passa a apresentar as menores taxas entre todos os países de 1995 a 2004, quando conseguiu ultrapassar o Chile até o ano de 2012, momento em que passam a apresentar taxas semelhantes. Nesse contexto, percebe-se a influência do novo padrão de reprodução do capital latino-americano, marcado pela reprimarização da produção para a exportação,

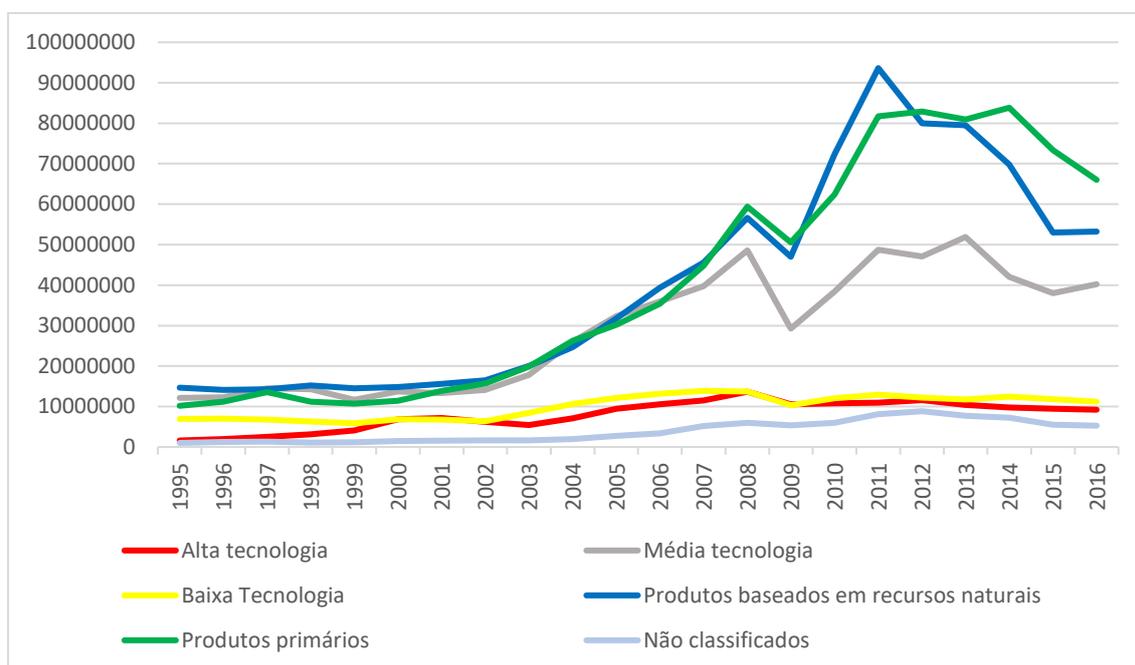
principalmente por conta da disposição de vantagens competitivas e comparativas nos produtos intensivos em recursos naturais. Desse modo, desde os anos 1970 a especialização primária se destaca nesta região e grande parte da indústria latino-americana também se relaciona à essa tendência, propiciando a concentração de uma produção de bens de baixo dinamismo e conteúdo tecnológico.

Dessa maneira, com o intuito de entender o ganho de relevância da produção intensiva em tecnologia nas últimas décadas, cabe citar Harvey (2007) ao evidenciar os movimentos mundiais que se desdobram desde a mudança do regime fordista para o modo flexível de acumulação capitalista e sua conseqüente revolução científico-técnica – que aportou a difusão de informações em esfera global (desenvolvimentos das Tecnologias de Informação e Comunicação, TICs) e compressão do espaço tempo (HARVEY, 2007). Essa conjuntura espaço-temporal foi constituída no âmbito do próprio desenvolvimento capitalista como uma nova forma de acumulação que viria a viabilizar o incremento da utilização e do exercício do poder pelas formas mais descomplicadas e mutáveis do capital, de modo a facilitar e aumentar a atuação deste pelo mundo (ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011). Ademais, Martins (2011) ressalta que a partir dos anos 1970 a mundialização da revolução científico-técnica se estabelece e provoca uma alteração na configuração das forças produtivas, por meio da emergência do paradigma microeletrônico, com foco na convergência entre as tecnologias eletrônicas e de comunicação. Suzigan (1991) enfatiza que esse cenário evidencia a forte tendência à inovação da base técnica das indústrias das principais economias capitalistas, bem como a consolidação de um novo padrão de desenvolvimento da economia industrial. Nesse interim, cabe a análise das pautas de exportação e importação (categorizadas por intensidade tecnológica) dos países eleitos para a pesquisa, as quais confirmam o acanhado desempenho da produção intensiva em tecnologia que estes apresentam.

Essa análise pode ser feita a partir dos dados disponibilizados na base estatística da UNCTAD que se respalda na categorização de suas exportações e importações de acordo com as seguintes classificações tecnológicas: produtos primários, baseados em recursos naturais, de baixa, média e alta tecnologia. Essa classificação foi desenvolvida por Sanjaya Lall no seu estudo intitulado "*The Technological Structure and Performance of Developing Country Manufactured Exports, 1985-1998*" que relaciona as estruturas de exportação e importação dos países à dependência tecnológica, fator que gera implicações no crescimento e desenvolvimento

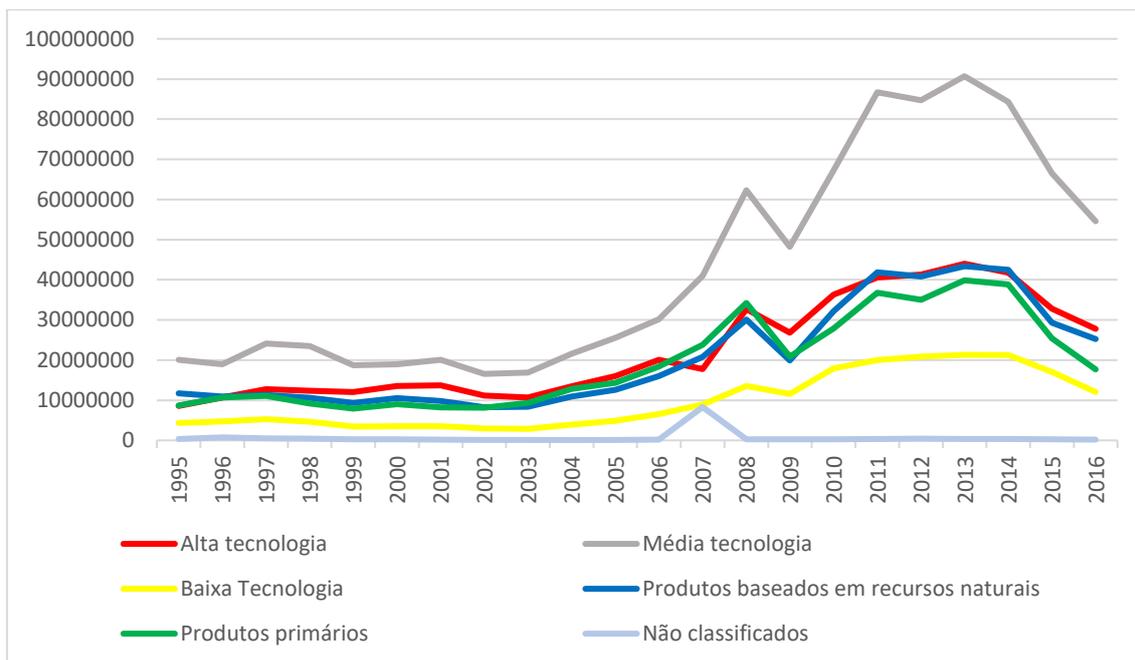
das economias. No caso do Brasil, pelos Gráficos 11 e 12 apresentados, é possível notar que a pauta das exportações composta majoritariamente por produtos baseados em recursos naturais e de produtos primários. Os produtos de alta tecnologia correspondem a uma pequena fatia dessas exportações. Em contrapartida, as importações brasileiras contam em sua maior parte com os produtos considerados de média e alta tecnologia, o que evidencia seu caráter agroexportador, dependente da aquisição de tecnologia externa.

Gráfico 11 - Exportações brasileiras por intensidade tecnológica (US\$ milhões)



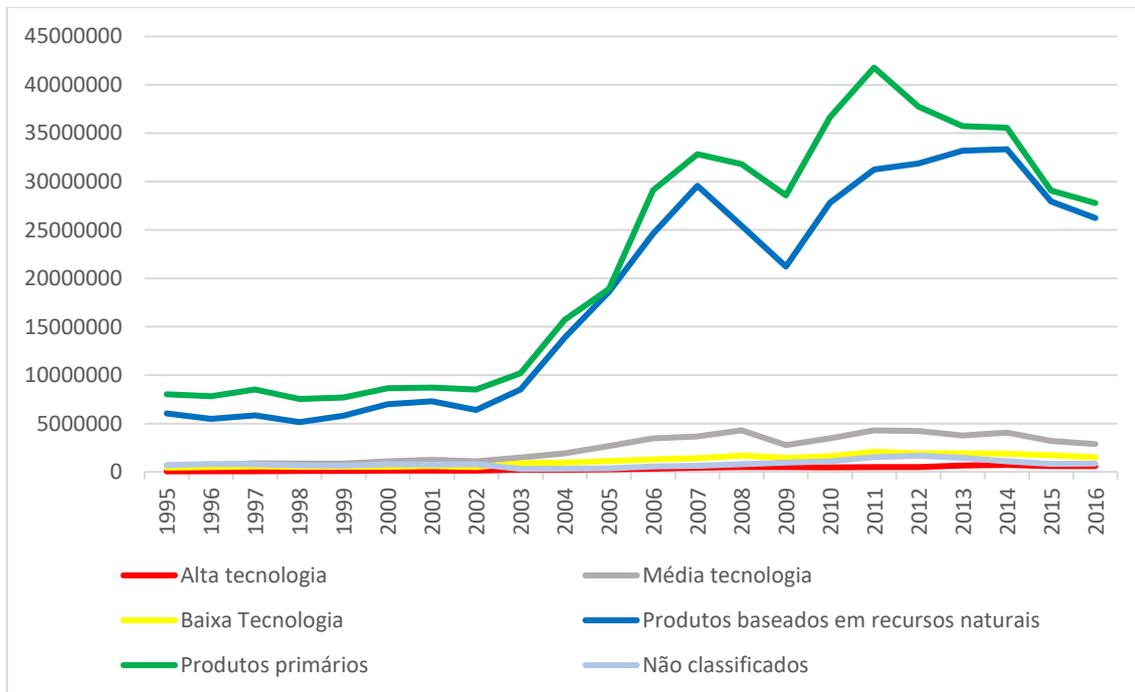
Fonte: UNCTADSTAT, elaboração da autora.

Gráfico 12 - Importações brasileiras por intensidade tecnológica (US\$ milhões)



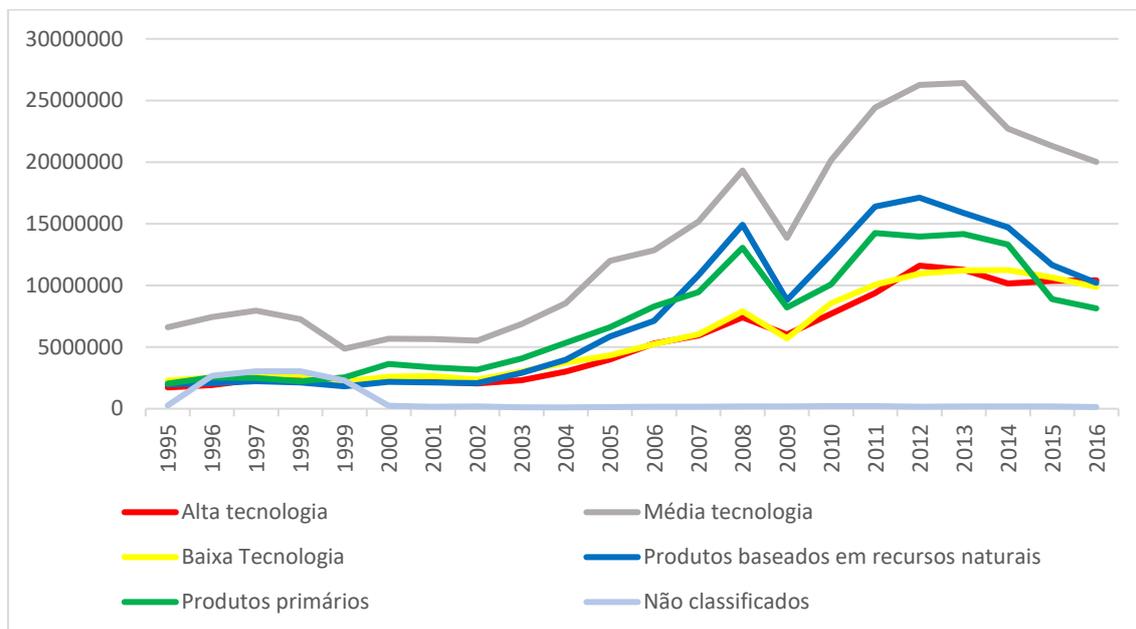
Fonte: UNCTADSTAT, elaboração da autora.

Gráfico 13- Exportações chilenas por intensidade tecnológica (US\$ milhões)



Fonte: UNCTADSTAT, elaboração da autora.

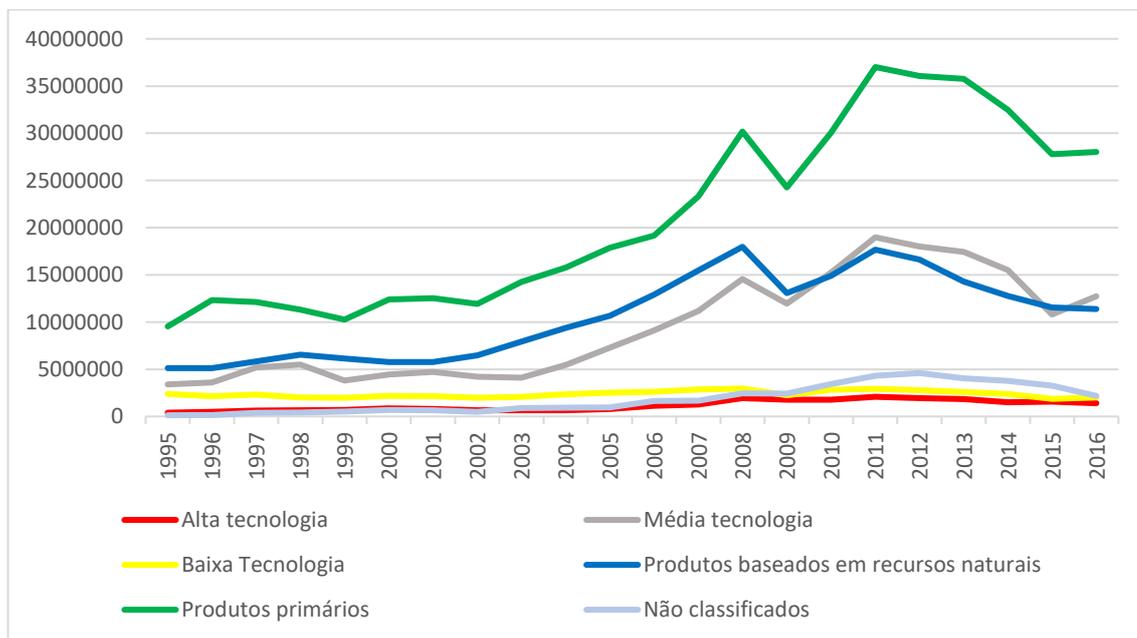
Gráfico 14 - Importações chilenas por intensidade tecnológica (US\$ milhões)



Fonte: UNCTADSTAT, elaboração da autora.

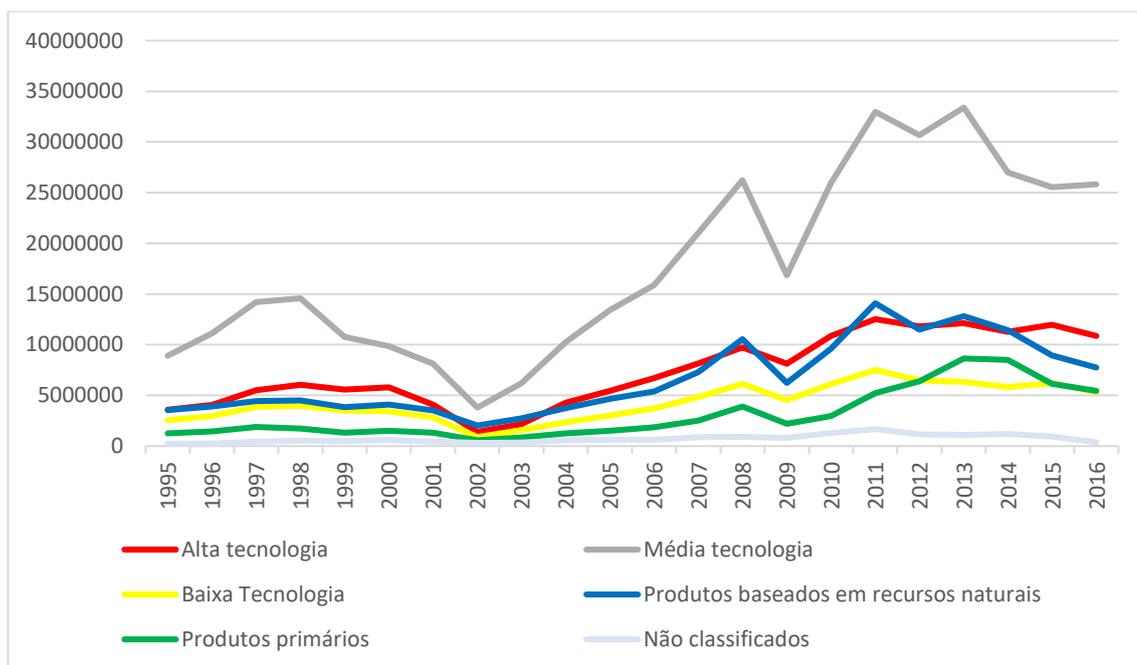
Os Gráficos 13 e 14 mostram que no Chile, a liderança na composição da pauta de exportações fica com os produtos primários, seguidos daqueles baseados em recursos naturais. Assim como no caso do Brasil, os produtos de alta tecnologia representam a menor parcela de suas exportações. No caso das importações chilenas, nota-se o predomínio dos produtos de média tecnologia, seguidos dos produtos baseados em recursos naturais.

Gráfico 15 - Exportações argentinas por intensidade tecnológica (US\$ milhões)



Fonte: UNCTADSTAT, elaboração da autora.

Gráfico 16 - Importações argentinas por intensidade tecnológica (US\$ milhões)



Fonte: UNCTADSTAT, elaboração da autora.

No caso argentino, os Gráficos 15 e 16, também evidenciam a predominância de produtos primários em sua pauta exportadora, acompanhada da participação dos produtos baseados em recursos naturais que ocupava o segundo lugar na pauta até o ano de 2009, quando o segmento de produtos de média tecnologia passou a ocupar essa colocação, em sua maior parte, até o ano de 2016. Na importação, a pauta é composta em sua maioria pelos produtos de média e alta tecnologia.

Assim, considerando que quanto maior o valor agregado de um bem em termos tecnológicos, mais sua indústria será intensiva em serviços, as debilidades da formação econômica de Brasil, Chile e Argentina, os levaram à consolidação de uma indústria carente de impulso tecnológico, o que contribuiu para a perpetuação da necessidade de aquisição de tecnologia externa e uma fraca participação no fluxo mundial de serviços. Por trás desses movimentos percebe-se uma deterioração da produção do conhecimento a partir dos indicadores de patentes, temática abordada no próximo item.

5.2.8 A participação de Brasil, Chile e Argentina no panorama de propriedade intelectual mundial

Um país pode ter sua taxa de inovação estimada pelo valor total de investimentos público e privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) relativamente a seu PIB. Ademais, o registro do número de patentes que o país possui nos principais escritórios de propriedade intelectual do mundo também se configuram num importante indicador de inovação (CNI, 2018). Gandelman (2004) explica que a propriedade intelectual encontra-se sob a égide de um regime de proteção jurídica adotada de forma similar por um amplo número de países (todos os membros da Organização Mundial do Comércio - OMC) com o intuito de proteger a propriedade de bens imateriais, fruto da produção e acumulação de conhecimento que gera as inovações tecnológicas. Nesse sentido, a mesma autora ressalta que a intenção de propiciar uma proteção efetiva por esse regime foi um dos fatores que impulsionaram a transformação desses bens intelectuais em bens apropriáveis, mercadorias inseridas no contexto do comércio internacional.

No âmbito latino-americano, segundo aponta Correa (2008), o panorama de propriedade intelectual mudou bastante nas últimas três décadas, pois muitas reformas foram feitas nas distintas áreas de proteção da propriedade intelectual com o intuito de adaptar a legislação local aos requisitos impostos pelo acordo sobre os aspectos relacionados ao comércio dos direitos de propriedade intelectual, o acordo TRIPS (em inglês *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*) firmado no quadro da OMC. Por meio do acordo TRIPS foi instaurado um conjunto de padrões mínimos de proteção em quase todas as áreas dos direitos de propriedade intelectual (DPI), seguindo normas de proteção já existentes nos países desenvolvidos (Correa, 2007). Correa (2008) ainda salienta que implementação desse acordo compeliu os países em desenvolvimento, incluindo os latino-americanos, a adotarem uma expansão das proteções concedidas às áreas de direitos autorais, de marcas registradas e mais notoriamente de patentes. A fim de melhor entender este ponto, cabe ressaltar a explicação de Oliveira (2018, p.18):

Geralmente esses mecanismos passam pelos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI), como, por exemplo, patentes, direitos autorais, direitos de marca etc. Isso torna a Economia do Conhecimento altamente dependente do protecionismo do Estado porque o risco de perder o monopólio intelectual está sempre latente. O conhecimento, na forma mercadoria, precisa necessariamente entrar na esfera da circulação, mas contraditoriamente, a circulação é potencialmente destruidora dessa espécie de monopólio. Para tentar sanar esse problema, um conjunto de reformas ocorridas desde os anos 1980 — primeiramente, nos Estados Unidos e depois no plano internacional — introduziu rupturas fundamentais nos DPI, tornando-o, em essência, profundamente distinto daquele existente até o capitalismo fordista.

O indicador que revela a quantidade de registros de patentes é um dos aspectos que refletem o esforço inovador realizado pelas respectivas economias, especialmente aquele relacionado a produtos e serviços exportáveis, conforme ressaltam Wainer e Belloni (2016). Assim, se de uma parte os países centrais seguem no domínio na área de pesquisa e desenvolvimento, os países oriundos da periferia apresentam números menos expressivos no que se refere à produção tecnológica. Segundo os mesmos autores, embora tenha ocorrido uma ligeira melhora na última década, os esforços e os resultados em P&D dos países latino-americanos seguem sendo muito inferiores em termos relativos e absolutos no tocante a outros países desenvolvidos, tanto que a dependência tecnológica se acentuou muito em relação a outros países, como alguns asiáticos.

Esse quadro pode ser constatado a partir das informações propagadas pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em Inglês *World Intellectual Property Organization* (WIPO), órgão que divulga anualmente um relatório no qual expõe as estatísticas das atividades relativas à propriedade intelectual ao redor do Mundo (WIPO, 2018). O referido relatório mostra que 84,5% do total de pedidos de patentes realizados em 2017 se concentraram nos institutos da China, do Japão, dos Estados Unidos, da Coreia do Sul e do Instituto Europeu de Patentes. A quantidade de patentes solicitadas resultantes de pesquisas na América Latina cresceu quase 30%, entre 2005-2015, segundo dados do estudo intitulado “*El estado de la ciencia en Iberoamérica*”, realizado pela *Red de Indicadores de Ciencia y Tecnología* (RICYT) e apresentado em Buenos Aires com dados obtidos até o ano de 2015. Nos casos do Chile e da Colômbia, os registros de patentes multiplicaram-se por cinco e por três, respectivamente. Em contrapartida, nesse mesmo período a Argentina teve seu número de pedidos de registro de patentes reduzido em 40% (AMBROSIO, 2017). Contudo, em comparação a outras regiões do mundo, o estudo aponta que a América Latina segue apresentando uma escassa quantidade de solicitações de patentes, como mostra o Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 - Solicitações de patentes por região (2007-2017)

Região	Nº de aplicações (US\$ milhões)		Participação no total regional (%)		Participação no total mundial (%)		Taxa média de crescimento (%)
	2007	2017	2007	2017	2007	2017	2007-2017
África	14.100	16.000	13,9	17,6	0,8	0,5	1,3
Ásia	932.500	2.062.500	69,6	83,7	49,7	65,1	8,3
Europa	339.300	355.700	63,7	59,9	18,1	11,2	0,5
América Latina e Caribe	58.100	57.600	11,4	15,1	3,1	1,8	-0,1
América do Norte	496.300	642.000	49,6	46,4	26,4	20,3	2,6
Oceania	34.700	35.100	13,3	10,0	1,9	1,1	0,1
Mundo	1.875.000	3.168.900	60,0	71,0	100,0	100,0	5,4

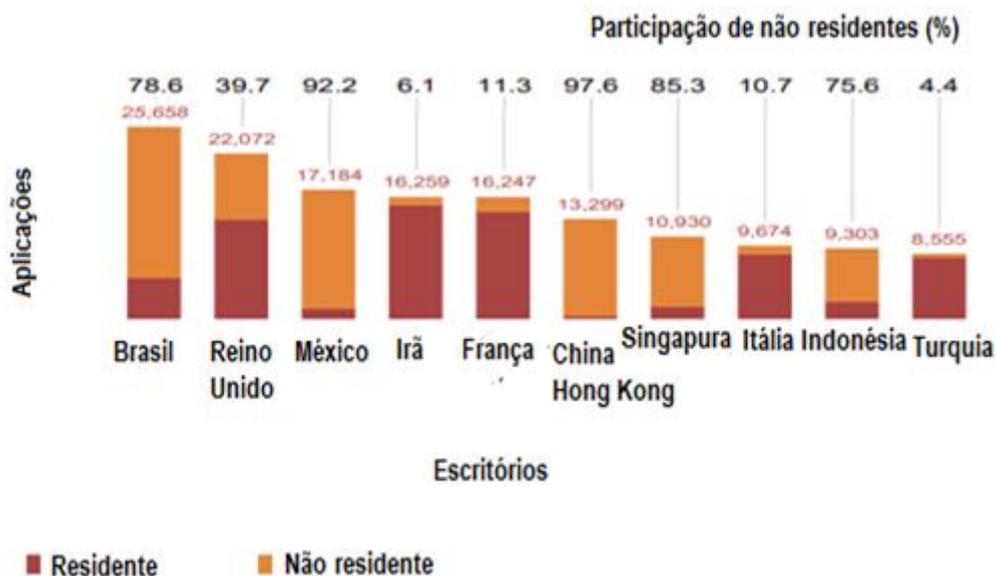
Fonte: Elaboração própria com base em dados da WIPO Statistics Database (2008).

O coordenador do *Observatorios CTS*, que também é coautor do referido estudo, Mario Albornoz, explica que no caso Argentino, além de ter havido pouco investimento do setor privado em ciência e tecnologia, os pesquisadores da área não se sentiram seguros em investir em pesquisas sem garantia de rentabilidade. Conforme aponta Ambrosio (2017) o estudo da RICYT também aborda que na América Latina há concentração da realização de pesquisas científicas nas universidades enquanto no setor privado as pesquisas de inovação são escassas. A questão relacionada à cooperação internacional também foi levantada, visto que como muitas pesquisas de universidades latino-americanas são financiadas por instituições no exterior e levam o nome de pesquisadores estrangeiros, a autoria dessas pesquisas fica prioritariamente com os atores externos (o que ocorre com maior frequência nas universidades chilenas).

Segundo o relatório da OMPI publicado em 2018, o Brasil ocupa a 16ª posição no ranking de 2017 de um total de um total de 155 países, referente ao depósito de patentes por brasileiros no país e a 24ª posição quando incluídos os pedidos realizados por não residentes. Por sua vez, o Chile está em 48ª lugar no tocante ao registro de patentes por residentes chilenos e em 47º ao serem incluídos os pedidos feitos por não residentes. Em seguida vem a Argentina, que se apresenta em 49º lugar em ambos os rankings.

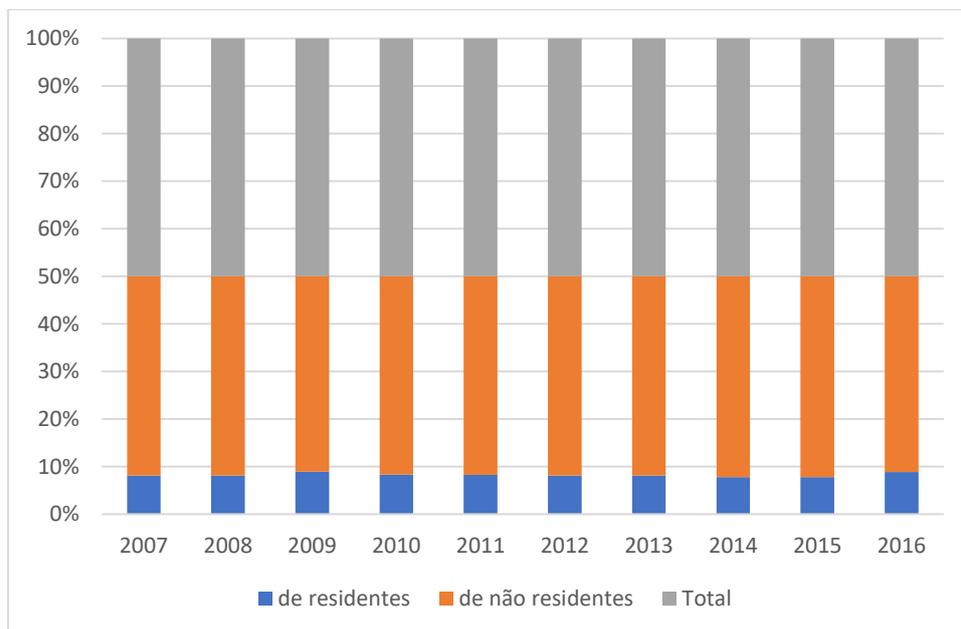
Diante dessas informações, nota-se que o Brasil é o único dos três países aqui estudados que ocupa uma melhor posição nessa lista. No entanto, o número de registro de patentes concedidos pelo INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), de 5.450, continua baixo quando comparado ao de países que figuram no topo da lista como os EUA, que fica atrás apenas da China e registrou o número de 318.829 de concessões no departamento responsável pela análise e concessão de patentes nos Estados Unidos, o USPTO. Um agravante desse quadro brasileiro é o fato de que a grande maioria dos pedidos de patentes feitos no Brasil são originados por não residentes, ou seja, pessoas físicas e jurídicas de fora do Brasil, conforme mostra o Gráfico 17, seguindo uma tendência de toda a América Latina e Caribe, como pode-se constatar pelo Gráfico 18. Esse cenário revela que embora haja produção científica bruta no Brasil por meio de artigos publicados, o desperdício de seus resultados para o benefício interno – benefícios esses muitas vezes transferidos gratuitamente para outros países – leva à situação de necessidade de importação de conhecimento materializado em bens e serviços industriais.

Gráfico 17- Solicitações de patentes por residentes e não residentes em países selecionados



Fonte: Adaptado de WIPO (2018).

Gráfico 18 - Solicitações de patentes - América Latina e Caribe 2007 - 2016



Fonte: RYCT, elaboração da autora.

O fato de um país dispor de um maior número de depositantes de patentes não residentes se dá, em grande medida, pela necessidade de realização de registro das patentes desenvolvidas

pelas matrizes das empresas multinacionais para permitir a exploração dessas patentes por suas filiais em território nacional (BRISOLLA, 2004). Nesse âmbito, a quantidade de pesquisadores residentes de um país propícios a desenvolver novos inventos se reflete no nível de indicadores relacionados ao panorama tecnológico de um país, como aquele que indica a quantidade de patentes depositadas por residentes. Outra forma de medir indiretamente o crescimento da produção tecnológica se dá através da análise das exportações segundo seu conteúdo (WAINER; BELLONI, 2016). É importante salientar que esse indicador não deve ser considerado isoladamente, mas em conjunto com outros como o gasto em P&D, a quantidade de pesquisadores, número de registros de patentes, entre outros.

Nesse sentido, cabe ainda mencionar que, apesar da elevação dos investimentos em infraestrutura de pesquisa nos países latino-americanos nos últimos anos, há um baixo entrosamento entre empresas e universidades, o que mantém esses países especializados na produção de segmentos de baixa intensidade tecnológica, visto que estes demandam pouco do conhecimento que é produzido pelas instituições de pesquisa.

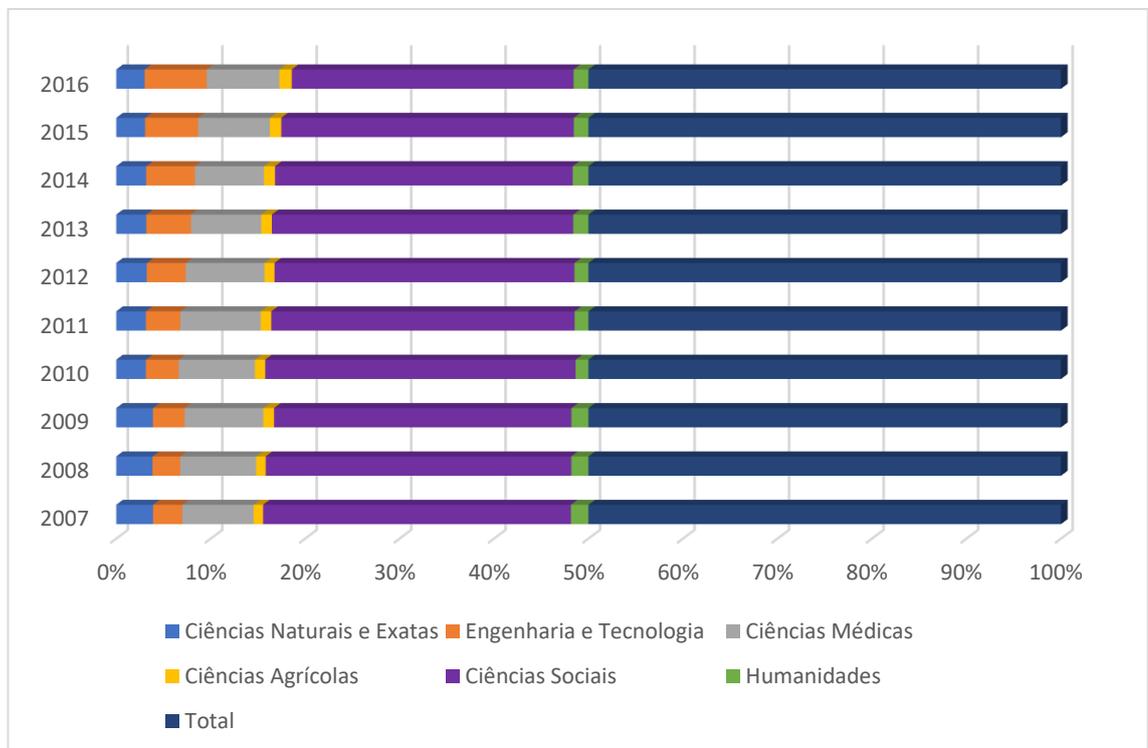
Em comparação a outros países desenvolvidos as atividades de registros de patentes de Brasil, Chile e Argentina pode ser considerada modesta. Com exceção do caso do Brasil, que vem obtendo um maior desempenho no ranking dos registros de patentes da região, a propensão de universidades e outras instituições de pesquisa patentarem resultados de suas investigações ainda é baixa se comparada aos padrões dos países que apresentam os melhores índices, como ressalta Correa (2008). Conforme esse mesmo autor, importa ainda ressaltar que a proporção da solicitação de registro de patentes por residentes em relação aos não residentes é consideravelmente maior no caso brasileiro do que nos casos argentino e chileno. Nesse sentido, do que concerne à relevância das universidades quando se fala em CT&I:

(...) é necessário reconhecer que as universidades latino-americanas também sempre tiveram um papel importante para a ciência no continente. (...) Na maior parte das universidades latino-americanas, é possível identificar ambientes de pesquisa – grupos, laboratórios e centros – ativos e relevantes do ponto de vista da ciência mundial. Em um grande número de casos, esses grupos não são importantes apenas do ponto de vista estritamente acadêmico, mas também são significativos para o seu entorno social, criando canais estáveis de comunicação com outros atores sociais, o que produz um impacto importante para o desenvolvimento de seus países. (...) (BALBACHEVSKY, 2011, p. 507).

Contudo, importa ressaltar que em países que apresentam um menor nível de atividades em P&D, há um maior risco de existir uma maior pressão para que as universidades gerem investigações que sirvam de complemento às invenções já realizadas em âmbito privado. Esse contexto, segundo explica Correa (2008), muitas vezes incorre numa redução do escopo de fomento e financiamento de pesquisas que tragam como resultados novos conhecimentos estratégicos e descobertas tecnológicas, sobretudo àquelas que sirvam ao interesse público que possam ser relevantes para a competitividade de um país e contribuam efetivamente para seu desenvolvimento social e econômico.

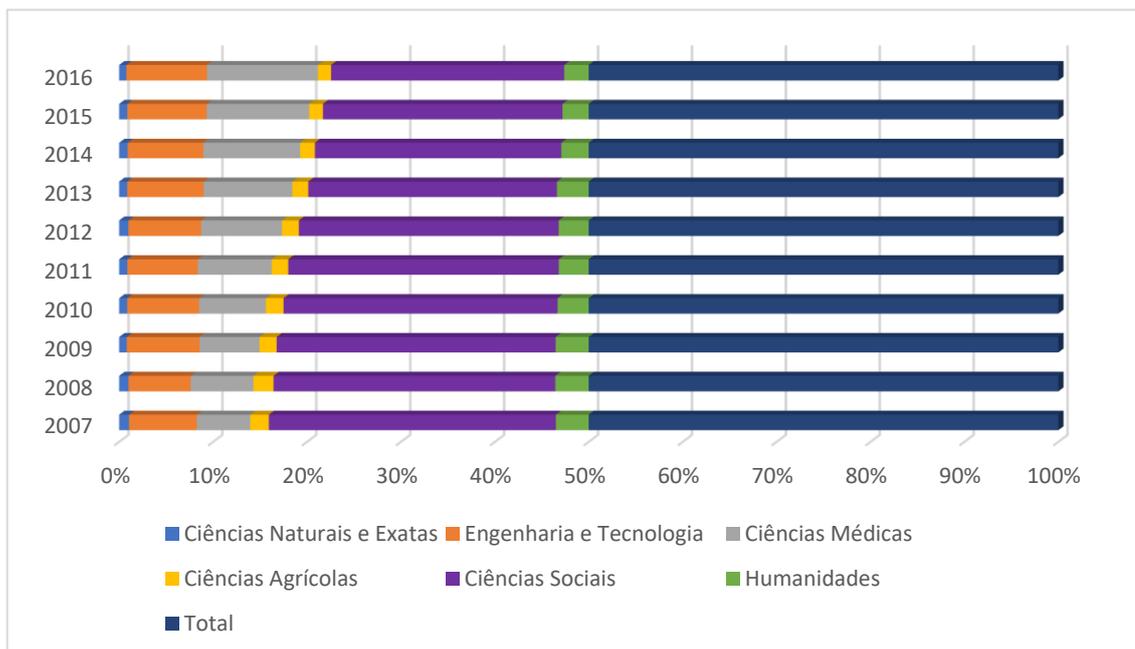
Nesse âmbito, faz-se necessário apresentar os Gráficos 19, 20 e 21, segundo dados da RICYT, concernentes aos percentuais de títulos de carreiras universitárias, de quatro ou mais anos de duração, concedidos de 2007 a 2016, conforme classificação por área da ciência e da tecnologia.

Gráfico 19 - Percentuais por título de graduação – Brasil



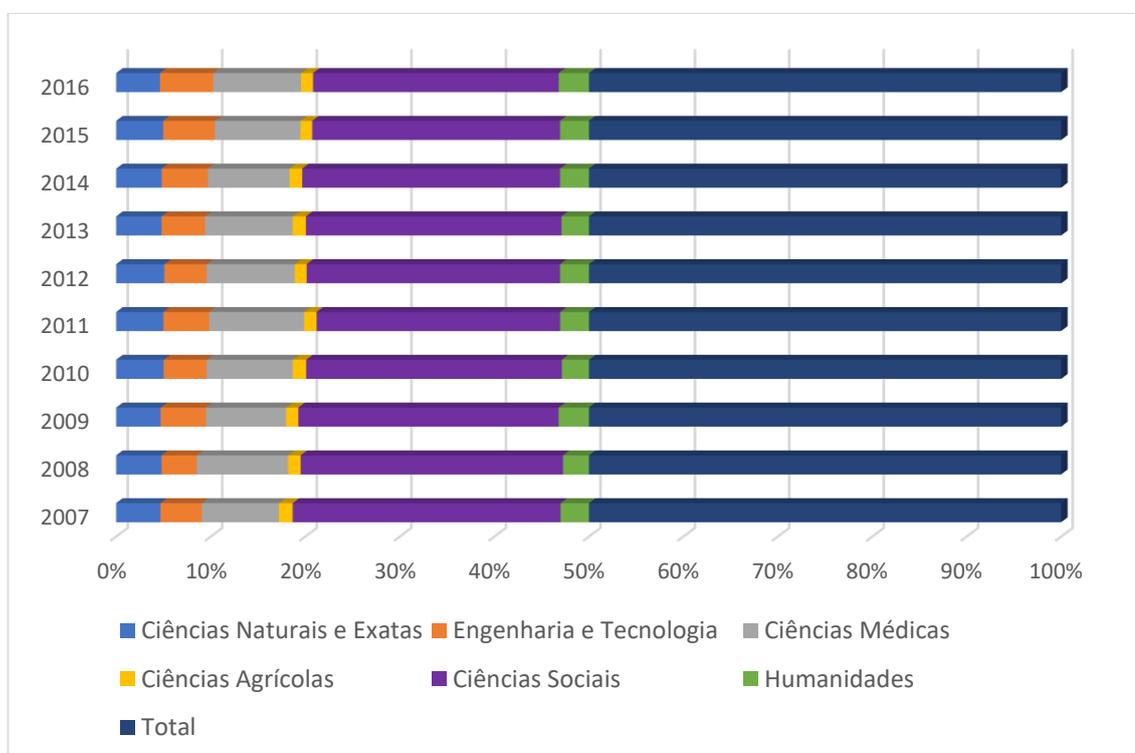
Fonte: RYCT, elaboração da autora.

Gráfico 20 - Percentuais por título de graduação - Chile



Fonte: RYCT, elaboração da autora.

Gráfico 21 - Percentuais por título de graduação - Argentina



Fonte: RYCT, elaboração da autora.

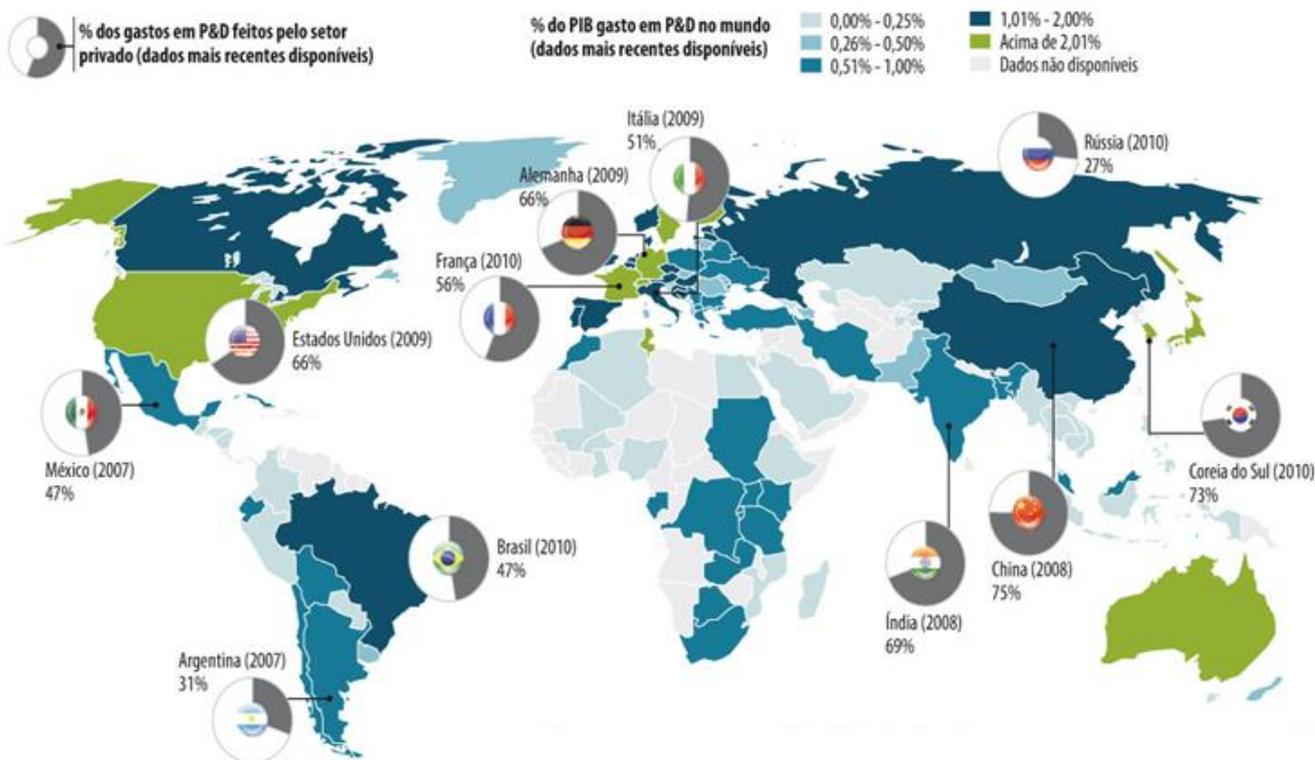
Por esses gráficos é possível notar que nos três países analisados os títulos obtidos nas áreas de ciências naturais e exatas, bem como nas áreas de engenharia e tecnologia apresentam os menores percentuais, que variam de cerca de 5% e 10% respectivamente, o que denota uma menor probabilidade de avanços nessas áreas chave para a ciência, tecnologia e inovação. Em contrapartida, as áreas de humanidades, ciências sociais e ciências agrícolas apresentam os maiores percentuais, com as duas primeiras beirando os 50% e a última apresentando crescimento com o passar dos anos, especificamente no contexto chileno.

A fim de melhor visualizar o posicionamento de Brasil, Chile e Argentina no que se refere ao volume de recursos destinado às ações de P&D segue a Figura 2 a seguir, a qual ilustra os resultados de uma pesquisa da OCDE, referente às porcentagens de gastos totais em P&D realizados pelas empresas e pelos governos de países selecionados.

Figura 2 - Porcentagens de gastos totais em P&D realizados pelas empresas e pelos governos de países selecionados

Empresas arcam com até 75% dos investimentos em P&D no mundo. No Brasil, Estado paga a metade

América do Norte, Ásia e Europa concentram cerca de 90% dos gastos em pesquisa e desenvolvimento. Nesses continentes, o setor privado responde pela maior parte dos projetos inovadores, ainda que subsidiados ou subvencionados pelos governos



Fonte: SENADO FEDERAL (2012).

Diante do exposto, nota-se que as políticas implementadas no âmbito da propriedade intelectual a nível global a partir dos anos 1990 contribuíram significativamente para o aumento da proteção desses bens imateriais considerados estratégicos para o desenvolvimento de um país. Pode-se citar como um dos efeitos dessa transformação na legislação de propriedade intelectual o incremento dos pedidos e concessões de patentes (sobretudo nos setores químico e farmacêutico) feitos por não residentes em países em desenvolvimento como Brasil, Chile e Argentina. Dessa maneira, mesmo que uma proteção mais incisiva da propriedade intelectual ocorra por meio das patentes, a inovação em âmbito local não seria necessariamente a mais incentivada nesses países. Desse modo, conforme salienta Oliveira (2018), a mercantilização do conhecimento reforça o caráter dependente de Brasil, Chile e Argentina, pois representa um novo instrumento de transferência de valor destes países em benefício dos atores hegemônicos do sistema mundo e por isso, desencadeia relevantes desdobramentos de cunho econômico e político no âmbito global.

Após esta breve reflexão sobre os esforços da produção do conhecimento do Brasil, do Chile e da Argentina e todo o contexto de dependência estrutural relacionado e este cenário, faz-se mister analisar os reflexos desses fatores na conta de serviços desses países. Inclusive, pelo panorama apresentado, já é possível prever o comportamento deficitário da conta de serviços, o qual é exposto mais adiante.

6. A CONTA DE SERVIÇOS E OS REFLEXOS DAS BASES ESTRUTURAIS DA ECONOMIA

A partir da análise das trajetórias históricas que marcaram a formação das estruturas produtivas e tecnológicas de Brasil, Chile e Argentina, fica ainda mais evidente a estreita relação do comportamento da conta de serviços desses países com suas configurações de dependência em relação aos países considerados centrais na dinâmica do sistema-mundo capitalista. A participação de serviços nos processos produtivos de manufaturas é uma realidade crescente à medida que as tecnologias avançam, conforme afirma Pereira (2015). A referida autora ainda aborda que para um país dispor de uma pauta comercial com um baixo conteúdo de serviços importados ou ele teria uma baixa participação na cadeia produtiva global de manufaturas ou apresentaria vantagens comparativas na oferta desses serviços. No caso dos países latino-americanos aqui estudados, há uma propensão à importação de serviços, sobretudo no que diz respeito àqueles relacionados à processos produtivos intensivos em tecnologia.

O Balanço de Pagamentos contempla em seu conjunto de contas a chamada conta corrente ou conta de transações correntes e é nesta em que se insere a conta ou balanço de serviços. No Balanço de Pagamentos ficam registradas as movimentações de mercadorias e de serviços – entre eles os de remuneração de capitais, como juros e dividendos –, além de pagamentos e recebimentos de rendas oriundas de capital e trabalho e as transferências unilaterais de renda (DE MIRANDA, 2015).

Dessa maneira, para um melhor entendimento referente a esse instrumento tão relevante para a análise da atuação dos países no contexto de trocas internacionais, vale trazer a explicação de Feijó et al. (2003, p. 130):

Balanço de pagamentos é o registro contábil de todas as transações econômicas entre um país e o resto do mundo durante um determinado intervalo de tempo. (...) o balanço de pagamentos é um importante instrumento de análise econômica, pois ele permite acompanhar a evolução do fluxo de recursos materiais e financeiros entre os agentes residentes e não residentes em uma determinada economia.

Destarte, o Balanço de Pagamentos (BP) pode ser considerado como um importante instrumento que possibilita a análise contábil de um país ao contemplar os mecanismos de

entradas e saídas do sistema de contas nacionais, principalmente no tocante à observação e estudo dos fluxos de comércio de um país com o setor externo.

A divulgação do Balanço de Pagamentos tem como base a metodologia proposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em sua quinta edição do “Manual do Balanço de Pagamentos” (BPM-5 é a sigla em Inglês), de 1993. (ALEM, 2010; BCB, 2014b; BACHA, 2004; FEIJÓ et al., 2003). Conforme ressalta Além (2010), nesta edição do manual as informações das contas externas são apresentadas de maneira integrada, com a inclusão dos fluxos – que se relacionam às transações registradas no balanço de pagamentos – e dos estoques de ativos e passivos financeiros – que formam a posição internacional de investimentos.

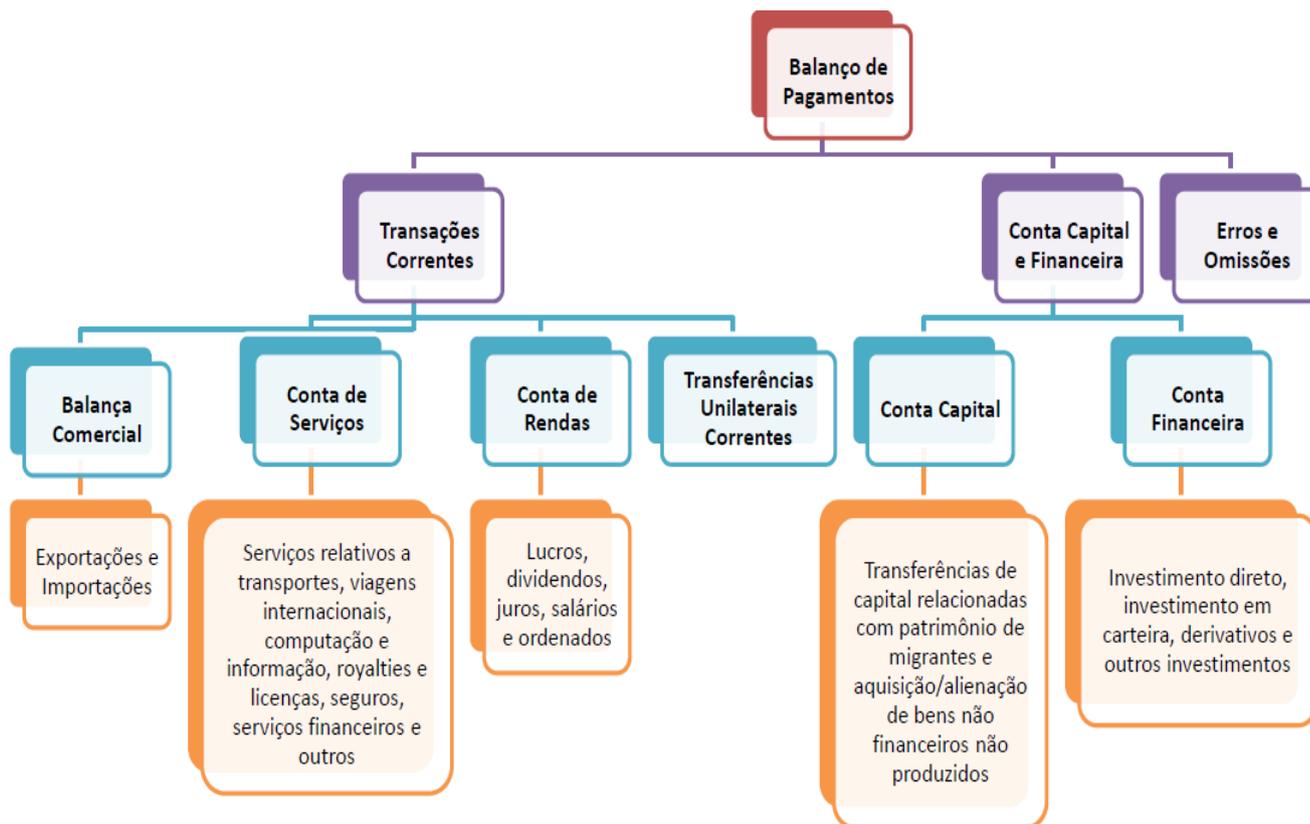
Com o objetivo de avaliar o pressuposto básico deste estudo, que admite a existência de uma relação positiva entre a dependência tecnológica e o comportamento da conta serviços, será feita uma análise do comportamento dessas contas dos três países escolhidos. Sabe-se então, que a conta de serviços, está inserida na conta de transações correntes (relativas à movimentação de mercadorias e serviços) a qual se divide em quatro subgrupos: a balança comercial, o balanço de serviços, o balanço de rendas e as transferências unilaterais correntes. Para tratar do movimento de capitais há a conta de capital e financeira e a conta variações das reservas internacionais (BACHA, 2004).

Os países que mais exportam mercadorias no mundo também são aqueles que mais exportam serviços e os ganhos de competitividade com o aumento desse tipo de operação comercial auxilia na redução de custos de produção e no aperfeiçoamento da qualidade da oferta dos bens exportáveis (PEREIRA, 2015). O déficit recorrente nas contas de serviços dos balanços de pagamentos dos países estudados relacionam-se às remessas de lucros e dividendos para o exterior – colaboradas pelo alto índice de Investimento Estrangeiro Direto (IDE) – e a todo o contexto que conta com processos intensos de liberalização financeira, abertura comercial e privatizações (também realizadas via IDE) do projeto neoliberal na América Latina.

A fim de facilitar a compreensão da estrutura da conta de transações correntes, foram elaborados o Figura 3 e o Quadro 7, a seguir, o qual propõe esclarecer como se dá a composição da conta de serviços. Contudo, ressalta-se que existem especificidades de categorização, como no caso da conta de serviços brasileira, a qual dispõe da apresentação das categorias “serviços empresariais, profissionais e técnicos”, “aluguel de equipamentos” e “serviços relativos ao

comércio” de forma individualizada, enquanto que nos bancos de dados dos órgãos internacionais, como a OMC e a UNCTAD, a informação é prestada considerando a grande categoria “outros serviços de negócios” que abarca as outras três já citadas, conforme exposto no Quadro 7 a seguir.

Figura 3 - Estrutura do Balanço de Pagamentos



Fonte: Costa (2015, p. 91), com base em dados do Banco Central do Brasil (BCB).

Quadro 7 - Componentes padrão e detalhes adicionais da conta de serviços conforme o a 5ª edição do Manual do Balanço de Pagamentos do FMI

Serviços
1. Transporte (<i>Transport</i>)
1.1 Transporte marítimo
1.2 Transporte aéreo
1.3 Outros transportes
2. Viagens (<i>Travel</i>)

2.1 Negócios
2.2 Pessoal
3. Serviços de comunicação (<i>Communications</i>)
4. Serviços de construção (<i>Construction</i>)
5. Serviços de seguro (<i>Insurance</i>)
6. Serviços financeiros (<i>Financial Services</i>)
7. Serviços de computação e informação (<i>Computer and information</i>)
8. Royalties e licenças (<i>Royalties and licence fees</i>)
9. Outros serviços de negócios (<i>Other business services</i>)
9.1 Compras e outros serviços relacionados com o comércio
9.2 Serviços de locação operacional
9.3 Diversos serviços técnicos, profissionais e empresariais
10. Serviços pessoais, culturais e recreação (<i>Personal, cultural and recreational services</i>)
10.1 Serviços audiovisuais e conexos
10.2 Outros serviços culturais e de recreação
11. Serviços governamentais (<i>Governmental Services</i>)

Fonte: Costa (2015, p. 93).

Essa apresentação da estrutura dos sistemas de contas nacionais feita neste estudo enseja a realização de uma análise referente a participação de Brasil, Chile e Argentina no comércio mundial de serviços, bem como a composição da sua balança de serviços e quais as categorias que mais pesam nos frequentes resultados deficitários apresentados, os quais acabam por refletir as estruturas estabelecidas no âmbito do padrão dependente de desenvolvimento latino-americano.

7. UMA ANÁLISE SOBRE OS FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRETO DE BRASIL, CHILE E ARGENTINA

O deslocamento de boa parte da produção de manufaturas do centro para a periferia, a privatização de empresas públicas e o emprego de políticas neoliberais de desregulamentação e liberalização econômicas decorreram de uma série de transformações pelas quais a economia mundial passou nas últimas três décadas do século XX e que propiciaram um aumento generalizado dos fluxos de IDE no mundo, em especial nos países de renda média, como a maioria dos países da América Latina (ARCEO, 2011). O investimento estrangeiro direto (IDE) representa uma das categorias de investimento internacional (FMI, 1993) que manifesta o objetivo por parte de um agente (organização) residente de uma determinada economia (investidor direto) de obter uma participação (sobretudo financeira) a longo prazo, a qual possibilite obter ganhos políticos e econômicos sobre um outro agente residente de uma outra economia (receptor de investimento direto). Nesse contexto, o período entre 1991 e 2000 foi o de maior crescimento dos movimentos de IDE em escala mundial e especificamente na América do Sul o peso do capital estrangeiro no produto interno bruto dos países (considerando a relação do IDE com o PIB) passou de 10,3% a 22,1% entre 1991 e 1999.

Numa primeira etapa, os fluxos de IDE se dirigiram em sua maior parte à compra de ativos estatais mediante os processos privatizadores de empresas públicas, enquanto a partir de 1995 as operações em novos ativos privados predominavam. Ambos os casos se referem à compra de empresas existentes por meio de operações de fusões e aquisições, as quais, segundo a UNCTAD, representavam 39,2% dos fluxos de entrada de IDE na região em 1991, passando para 51,7% em 2000 (BELLONI; WAINER, 2014). As expectativas dos analistas no início dos anos 90 eram as de que as empresas estrangeiras fossem importantes protagonistas na adoção de um novo estilo de crescimento com maior destaque para as exportações, partindo de uma base produtiva mais especializada e mais intensiva em tecnologia (SARTI; LAPLANE, 2002). Nesse sentido, embora os neoliberais alegassem que o IDE fosse o alicerce que faltava para a modernização e ampliação da estrutura produtiva de nações receptoras de investimentos, (o que poderia impulsionar o crescimento do PIB), a progressiva ingerência do capital estrangeiro não trouxe contribuições relevantes à formação de capital nacional dessas economias, nem a uma redefinição do perfil de especialização produtiva destas. O peso das empresas transnacionais

nas economias da região representou muito mais um marco na reestruturação das classes dominantes da América Latina e o capital estrangeiro, munido de poder econômico e político, passou a exercer um papel central na definição do modo de acumulação regional (ARCEO; BASUALDO, 2006). Esses aspectos reforçam a dinâmica desigual das trocas realizadas entre as economias no sistema-mundo capitalista.

Dessa maneira, Morales (2010) aponta que na América Latina os fluxos de IDE cresceram mais de dez vezes de 1990 a 1999, alcançando a cifra de 89.000 bilhões de dólares. A autora ainda enfatiza que esses investimentos crescentes foram direcionados a atividades estratégicas, anteriormente reservadas ao capital público, o que levou a processos de privatização por meio de investimentos oriundos principalmente dos EUA e em menor escala da Espanha, dos Países Baixos, da França e do Canadá. As transformações qualitativas que caracterizaram esse fluxo, destacam-se a preponderância do setor de serviços e a mudança estrutural no setor manufatureiro que passou da produção de bens duráveis para o mercado interno, para a produção voltada à exportação. A mesma autora ainda afirma que os investimentos em serviços envolvem fundamentalmente aqueles do setor financeiro e de telecomunicações, bem como dos recursos naturais em energia, água e biodiversidade, todos setores chave para o crescimento econômico e político em escala global. No período pós 2000 também chama a atenção a participação do capital estrangeiro em grandes projetos de infraestrutura transnacional no cone sul.

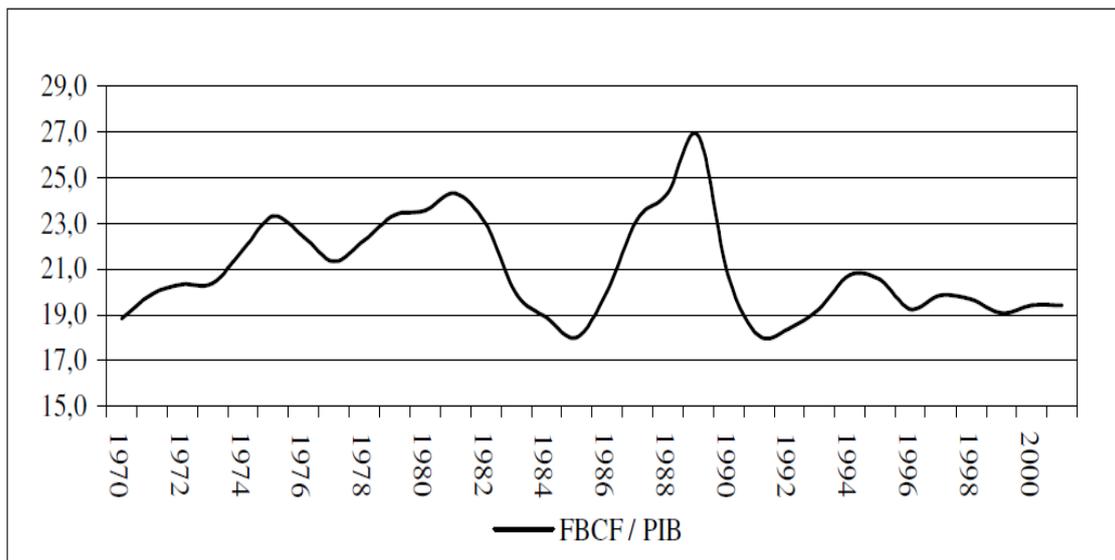
No decorrer dos cursos de IDE na América Latina, os argumentos neoliberais em defesa do investimento estrangeiro passaram a não se sustentar à medida em que este propiciava um incremento crescente da eficiência e da competitividade em setores considerados ultrapassados no que diz respeito ao padrão internacional vigente. Ademais, conforme Sarti e Laplane (2002) salientam, o capital estrangeiro passa a ensejar o aumento da importação de componentes e de tecnologia, não propiciando uma contrapartida correspondente em seus níveis de exportação. Dessa maneira, a ação dos investidores estrangeiros acabava por gerar prejuízos na esfera macroeconômica dos países receptores, como a piora do déficit comercial, bem como das contas de serviços e de rendas (como juros, lucros e royalties). Logo, o fluxo de investimentos estrangeiros expressava-se a médio e longo prazo, no agravamento do quadro de restrição de divisas e agravamento do déficit no balanço de pagamentos dos países receptores. Nesse âmbito, os mesmos autores explicam que a internacionalização do sistema empresarial foi a

predominante no contexto de abertura econômica comercial e financeira dos países a nível global. Vale citar como exemplo o caso do Brasil, no qual esse processo assumiu a forma principal da desnacionalização, visto que a transferência da propriedade de empresas brasileiras para o capital estrangeiro superou sobremaneira a aquisição de ativos produtivos no exterior realizada por brasileiros. Os autores citados ainda relatam que a internacionalização da produção também se deu de modo demasiadamente assimétrico, pois contou com uma fraca ampliação da parcela de produção exportada em relação à intensa expansão dos itens importados. Houve então um notório processo de “estrangeirização” dos setores econômicos, que, segundo Arceo e Basualdo (2006), mostrou-se especialmente aguçada no setor de serviços como consequência dos inúmeros processos de privatizações e de transnacionalização de grande parte dos grandes grupos econômicos locais, tanto do ponto de vista financeiro, como da orientação da produção, onde seus investimento e alianças estão inseridos.

Sobre esse panorama, Sarti e Laplane (2002) ressaltam que o IDE destinado à compra de ativos já existentes, tanto públicos quanto privados, não pode ser qualificado como investimento de essência macroeconômica, como no caso do IDE dirigido à construção de novos ativos. A relação do IDE orientado à compra dos ativos já existentes com o crescimento do produto é considerada indireta, visto que esta depende essencialmente que novo proprietário estrangeiro faça investimentos adicionais a fim de modernizar e ampliar a capacidade de produção do ativo que adquiriu e com isso propiciar o aumento da produtividade destes. Desse modo, os mesmos autores salientam que o IDE aplicado a ativos já existentes só corrobora com o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e do PIB quando investimentos adicionais são realizados. A importância da FBCF se dá pelo fato desse indicador ser utilizado para medir o aumento do montante dos bens de capital, que são os bens utilizados para produzir os demais. Desse modo, esse indicador refere-se a máquinas, equipamentos e material de construção e aponta se a capacidade de produção do país está em expansão, bem como se há uma confiabilidade crescente dos empresários em relação ao futuro da economia do país (WOLFFENBÜTTEL, 2004). Nesse sentido, utilizando como exemplo o caso do maior receptor de investimentos estrangeiros da América do Sul, o Brasil, nota-se que, embora tenha ocorrido uma significativa alta do fluxo de IDE, a taxa de investimento (FBCF/PIB) na economia brasileira passou por variações para baixo a partir da segunda metade dos anos 1990,

entre 21% e 19% (Gráfico 23), ou seja, a notória elevação dos níveis de IDE aplicados neste país entre 1996 e 2000 acabou não repercutindo no comportamento da taxa de investimento.

Gráfico 22 - Relação da formação bruta de capital fixo/PIB (%) do Brasil – 1970 a 2001



Fonte: Sarti e Laplane (2002, p. 68) com base em dados do IBGE.

No Brasil, como em outros países da América Latina, a análise da composição do IDE revela que a maior fatia desses investimentos foi direcionada à aquisição de ativos já existentes, distintamente do que ocorreu em outros países como a China. Logo, estes investimentos não trouxeram praticamente nenhuma contribuição para o aumento do indicador de FBCF na economia.

Na realidade, ocorre que quando os processos de privatização se esgotam, há uma grande tendência de queda do fluxo de IDE, visto que a ausência de dinamismo do mercado interno desencadeia um desestímulo dos novos investimentos. Assim, conforme apontam Sarti e Laplane (2002), embora o passivo externo da economia brasileira tivesse passado por uma notável ampliação devido à disparada do IDE, o cenário que se sucedia era o de aumento de remessas de lucros e dividendos na Conta de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos, contudo sem ter a contrapartida de financiamento pela entrada de novos investimentos. Tal cenário poderia trazer benefícios se apresentasse uma dinâmica diferente, como ocorre em países asiáticos a exemplo da China, os quais apresentam uma trajetória predominantemente crescente de IDE que em quase sua totalidade é voltado para novos ativos.

Em relação ao padrão produtivo, Arceo e Basualdo (2006) ressaltam que o acesso mais direto às tecnologias e aos meios de produção mais modernos por parte das empresas transnacionais faz com que estas obtenham lucros extraordinários (quando comparados com a taxa média de lucro obtido no mercado nacional), pois apresentam custos de produção muito inferiores em relação ao de outras firmas nacionais que não dispõem dessa mesma acessibilidade. Esse contexto acaba por permitir às transacionais extraírem os ganhos de capital dos núcleos dos setores nacionais em que atuam, transferindo-os para o exterior. Dessa forma, uma parte do capital nacional torna-se especializada em realizar tarefas complementares àquelas realizadas pelo capital externo ou ainda acaba por conformar-se em atividades menos arrojadas, mais intensivas em mão-de-obra e recursos naturais, como aquelas dos setores primário, comercial e de alguns serviços. Ainda conforme os autores supracitados, esse panorama fez com que a origem do capital determinasse em boa medida diferentes capacidades de acumulação e que com isso se acentuasse o processo de concentração e transferência de capital para o exterior. Esse quadro contribuiu para uma profunda heterogeneidade estrutural onde o capital estrangeiro detém o controle dos núcleos mais dinâmicos da estrutura industrial, enquanto o capital nacional geralmente se concentra sobre as atividades com menor nível de produtividade. Com exceção do setor de exploração de recursos naturais e de outros em que a participação do Estado é um componente fundamental. Nesse sentido, Wainer e Belloni (2016) explicam que enquanto as teorias neoliberais falam de uma homogeneização do espaço econômico mundial nas últimas quatro décadas, o que realmente se nota é um aprofundamento do desenvolvimento desigual entre os países do sistema-mundo capitalista, que passa a ocorrer mais especificamente no interior dos próprios países oriundos da periferia, como é possível perceber pelos efeitos do IDE nas economias latino-americanas.

Nesse ínterim, vale ressaltar que a majoração dos fluxos de investimento e das aquisições e a participação das empresas estrangeiras na economia, que desde o início da atividade econômica em países da América Latina sempre foi grande, teve um incremento ainda maior, conforme explicam Arceo e Basualdo (2016). Esse aumento pode ser visto por meio da relação cada vez mais próxima entre os níveis de IDE e o PIB e a elevação da participação do capital externo refere-se à crescente relação entre o estoque de IDE e o PIB. Entre os anos 1990 e 2001 esses indicadores aumentaram quatro vezes sobrepassando aqueles dos países em

desenvolvimento e alcançando um grau duas vezes maior que o dos países considerados desenvolvidos (Tabela 10).

Tabela 10 - Participação do estoque de IDE no Produto Interno Bruto

IDE	1980	1985	1990	1995	1999	2000
Mundo	6,1	7,8	8,9	10,0	17,3	20,0
Países desenvolvidos	4,8	6,2	8,1	8,9	14,5	17,1
Países em desenvolvimento	10,2	13,9	13,0	15,3	28,0	30,9
América Latina	6,5	11,0	10,4	11,8	25,6	30,9
Argentina	6,9	7,4	6,4	10,8	22,1	25,6
Brasil ⁽¹⁾	7,4	11,5	8,0	6,0	21,6	33,1
Chile	3,2	14,1	33,2	23,8	55,2	60,9
México	3,6	10,2	8,5	14,4	16,4	16,9
Coréia do Sul	2,1	2,3	2,3	2,0	7,9	13,7
China	3,1	3,4	7,0	19,6	19,6	32,3

⁽¹⁾ Dados preliminares de 43,7% para 2001.

Fonte: UNCTAD. World Investment Report (1999, 2001).

Chama a atenção o peso que o IDE apresenta sobre o PIB chileno, país mais intensamente subjugado ao projeto neoliberal, desde o início da ditadura de Pinochet. Segundo análise publicada no relatório sobre o investimento estrangeiro da América Latina e Caribe da CEPAL de 2000, o Chile – fortemente tomado pelas políticas neoliberais já nos anos 1970 – apresenta um diferencial em relação aos demais países da América do Sul, pois suas principais empresas estatais foram privatizadas precocemente ainda nos anos 1980 e no começo dos anos 1990. Nesse mesmo período o IDE foi orientado principalmente para o desenvolvimento de atividades exportadoras relacionadas com a exploração e processamento de recursos naturais, a partir dos quais os investidores foram se movendo de maneira progressiva até os segmentos de maior valor agregado. Já na segunda metade dos anos 1990, o setor de serviços foi o foco desses investimentos, o que promoveu a reestruturação de áreas chave para a economia chilena, como os setores de telecomunicações, financeiro e elétrico. Também nesse período o capital estrangeiro passou a se apossar majoritariamente de grupos privados locais, sem alterar o modelo de IDE que não favorece o desenvolvimento de setores dinâmicos da economia nacional.

O Brasil também dispõe de números expressivos na Tabela 10, tanto que apresenta a maior participação de IDE sobre o PIB nos anos 2000. Este país configurou-se como o maior recebedor de IDE da região, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1990, momento em que, conforme explica Sarti e Laplane (2014), a internacionalização da produção se deu de maneira notavelmente assimétrica, pois por meio desses investimentos as empresas estrangeiras adquiriram a propriedade das empresas nacionais, com o mínimo em contrapartida para o próprio país. Nesse contexto, as filiais estrangeiras ampliaram sua participação na indústria brasileira, pela inserção setorial das filiais estrangeiras e as estratégias de internacionalização que estas adotaram explicam a forte assimetria do processo de internacionalização da produção. Os mesmos autores ainda ressaltam que a internacionalização ocorrida no Brasil por meio do IDE fomentou a desnacionalização de setores extremamente relevantes para o desenvolvimento do país, como aqueles intensivos em tecnologia e serviços, anteriormente sob o controle de organização de capital nacional, público ou privado. Esse quadro ensejou a ampliação da dependência dos produtos importados tanto para o mercado, em forma de bens acabados, quanto para a produção industrial doméstica, em forma de insumos. Em contrapartida, levou à estagnação das exportações provenientes da produção local, as quais não apresentavam uma equivalência ao aumento exponencial das importações, principalmente de bens intensivos em tecnologia.

Embora as filiais brasileiras de empresas estrangeiras não exportassem mais do que as empresas nacionais atuantes no mesmo setor e de porte semelhante, os números de importação das filiais estrangeiras tendiam a ser notavelmente maiores (já em 1997 e 2000) do que os praticados pelas empresas nacionais equivalentes em tamanho e ramo de atuação (SARTI; LAPLANE, 2002). As exportações já se concentravam essencialmente em insumos industriais e bens duráveis de consumo (intensivos em escala) e fornecedores especializados em máquinas e equipamentos. Por outro lado, as importações desde então pautam-se principalmente em produtos mais intensivos em tecnologia, geralmente oriundos de fornecedores especializados de segmentos intensivos em escala e em P&D. Destarte, o fluxo das trocas internacionais do Brasil resultam num superávit em bens primários agrícolas e minerais, da indústria agroalimentar e de outras mais intensivas em recursos agrícolas, em oposição a um déficit constante no que se refere à aquisição de bens e serviços intensivos em tecnologia.

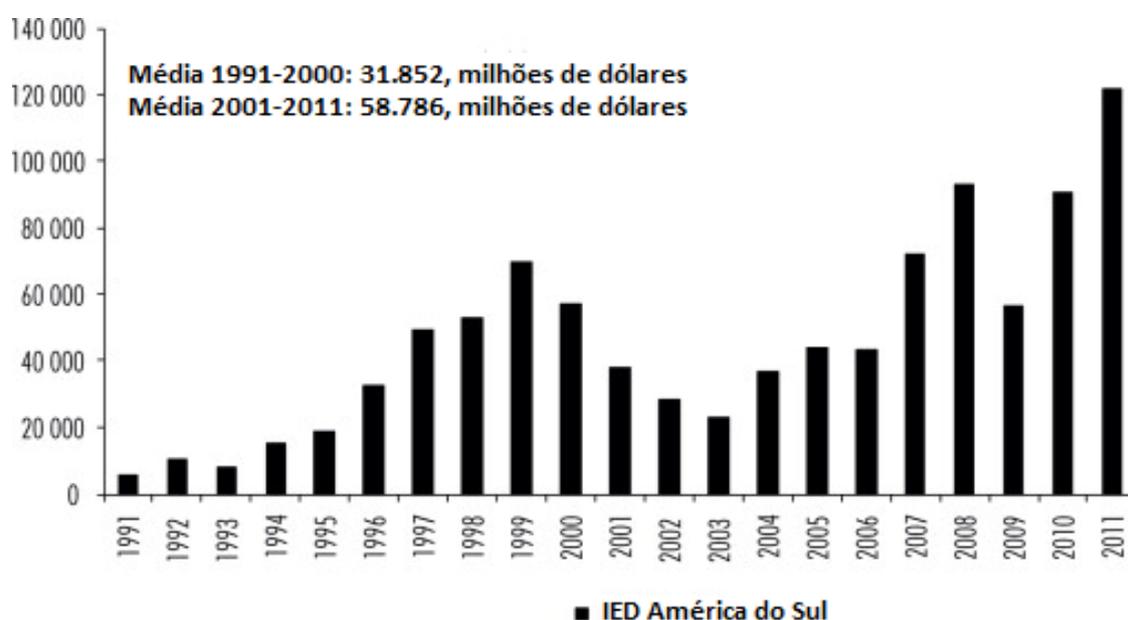
Sem dúvida, o fato do IDE ter focado mais no setor primário do Brasil não quer dizer que essa atividade não tenha se desenvolvido também pelas vias nacionais (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2012). Também é preciso considerar que entre os anos 1950 e 1960, o desenvolvimento industrial brasileiro, aliado à forte entrada de IDE oriundo dos países centrais, contribuiu para que a composição orgânica de sua economia e para um maior desenvolvimento de suas forças produtivas. Esse contexto permitiu replicar e tornar mais complexas as relações de subordinação centro-periferia na região com o objetivo de sanar as contradições que a reprodução do capital enfrentava na economia local (MARINI, 2008). Com o passar do tempo, a economia brasileira sofreu uma reprimarização relevante na sua estrutura produtiva que alguns autores enxergam como “acumulação truncada” (DE OLIVEIRA, 2009). Seu maior tamanho relativo e sua grande capacidade financeira e o intercâmbio tecnologicamente desigual com os demais países sul-americanos são aspectos que corroboraram para que o Brasil pudesse replicar com os outros países sul-americanos suas relações de subordinação perante os países centrais (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2012). Desse modo, o Brasil ocupa um lugar de destaque no processo de desnacionalização e de extração do excedente de outros países da região como o próprio Chile e a Argentina.

Nesse âmbito, o relatório sobre o investimento estrangeiro da América Latina e Caribe da CEPAL de 2001 trouxe a análise do contexto dos cursos de IDE na Argentina, país que, no início na década de 1990, passou por medidas neoliberais de abertura comercial e convertibilidade da moeda nacional ao dólar as quais contribuíram para um plano de Reforma do Estado marcado por privatizações e concessões de um amplo conjunto de empresas argentinas do setor público a empresas privadas. O mesmo relatório mostra que entre os anos 1991 a 1993, os fluxos de IDE dirigiram-se prioritariamente a essas privatizações e concessões, enquanto a partir de 1994 até o fim da década, as fusões e aquisições de empresas privadas tomaram o lugar central desses investimentos. Entre 1992 e 2002 mais de 40% dos fluxos de IDE voltaram-se para o setor de serviços. O segundo ramo que mais recebia esse tipo de investimento na Argentina era o petroleiro, representando um pouco mais de um terço dos fluxos de IDE. Em terceiro lugar estava o setor manufatureiro com cerca de 22% de participação nos fluxos referidos.

Desde 2001, a dinâmica que os fluxos de capital estrangeiro assumiram na América Latina acentuou a estrutura de distribuição do inventário de IDE, cada vez mais concentrado

em setores ligados principalmente ao processamento de recursos naturais, contribuindo para um cenário de expansão externa baseada na provisão de recursos naturais e exportação de commodities industriais, porém cada vez mais dependente da importação de bens com maior valor agregado (BELLONI; WAINER, 2014). A maior parte dos países da América do Sul foram afetados pela crise do esgotamento do modelo neoliberal, entre os anos 1999 e 2003 e foi a partir do início do processo de recuperação econômica destes que os fluxos de IDE cresceram consideravelmente em comparação à década anterior, como mostra o Gráfico 23.

Gráfico 23 – IDE bruto nos países* da América do Sul (2001-2011)



* Foram consideradas as maiores economias da região: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Fonte: Adaptado de Belloni e Wainer, 2016, p. 97 com base em dados da UNCTAD.

Com exceção do ano de 2009, devido à crise econômica internacional, a entrada de investimentos estrangeiros cresceu consideravelmente desde 2004, atingindo a marca histórica de 120 milhões de dólares em 2011. Neste ano, essa região apresentou a maior entrada de capitais estrangeiros do mundo. A participação dos fluxos de IDE para a América do Sul chegou a 7,9% do total global, enquanto o peso desses investimentos no PIB do conjunto dos países selecionados alcançou uma média anual de 27,5% para toda a década de 2001 a 2011

(BELLONI; WAINER, 2014). Sobre a estratégia de inserção das transnacionais na América Latina, vale observar o Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 - América Latina e Caribe: Estratégias das empresas transnacionais nos anos 1990

Estratégia corporativa	(A) Busca de eficiência global	(B) Busca de matérias-primas	(C) Busca de acesso ao mercado (nacional ou regional)
Setor			
Primário		Petróleo/gás: Venezuela, Colômbia, Argentina, Bolívia, Brasil Minerais: Chile, Argentina e Peru.	
Manufaturas	Automotiva: México Eletrônica: México e Bacia do Caribe Confecções: Bacia do Caribe e México.		Automotiva: Mercosul Química: Brasil Agroindústria, alimentos e bebidas: Argentina, Brasil e México Cimento: Colômbia e Venezuela.
Serviços			Financeiros: Brasil, México, Chile, Argentina, Venezuela, Colômbia e Peru Telecomunicações: Brasil, Argentina, Chile e Peru Eletricidade: Colômbia, Brasil, Argentina e América Central Distribuição de gás natural: Argentina, Brasil, Chile e Colômbia Comércio varejista: Brasil, Argentina, México, Chile

Fonte: CEPAL (2002, p. 58).

O quadro apresentado mostra as distinções de estratégias referentes às empresas transnacionais atuantes na América do Sul, no México e na Bacia do Caribe, sobretudo no que concerne a suas operações nos setores primário e manufatureiro. Na América do Sul durante os

anos 90, as organizações transnacionais seguiram desenvolvendo suas tradicionais estratégias em busca de recursos naturais na região, além de continuarem operando no setor manufatureiro com uma perspectiva mais voltada para os âmbitos nacional e regional.

O Brasil e o México concentraram as maiores taxas de investimento estrangeiro da América Latina, em 2009, por exemplo, junto aos números de Argentina, Chile e Colômbia, elevaram o fluxo de IDE para 81,1% (como mostra a Tabela 11). A partir da criação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1994, os fluxos relacionados aos processos de privatização aumentaram. Entre os anos de 1997 e 1999, o Brasil e a Argentina foram os principais receptores desse investimento transnacional, quando as empresas de energia, o setor bancário e as telecomunicações foram privatizadas conforme apontam dados da CEPAL.

Tabela 11 - Fluxo líquido anual de IDE na América Latina (milhões de dólares)

	1990	1999	2000	2003	2007	2008	2009
Total Mundial	211425	1075041	1392957	632599	2099973	1770873	1114189
Países desenvolvidos	176436	829818	1205280	442157	1444075	1018273	565892
Estados Unidos	47915	294976	314007	56834	265957	324560	129883
América Latina	8359	89037	80666	43734	111844	131938	76681
Brasil	989	28576	32779	10144	34585	45082	25949
México	2634	13869	18098	16591	27311	23170	11418
Argentina	1846	23988	10418	1652	6473	9726	4895
Chile	590	8761	4860	4307	12534	15181	12702
Colômbia	500	1508	2436	1721	9049	10583	7201
Subtotal	6559	76702	68591	34415	89952	103742	62165
América Latina	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Brasil	20.4	32.1	40.6	23.2	30.9	34.2	33.8
México	29.3	15.6	22.4	37.9	24.4	17.6	14.9
Argentina	12.8	26.9	12.9	3.8	5.8	7.4	6.4
Chile	6.6	9.8	6.0	9.8	11.2	11.5	16.6
Colômbia	5.6	1.7	3.0	3.9	8.1	8.0	9.4
Subtotal	74.6	86.1	85.0	78.7	80.4	78.6	81.1

Fonte: Adaptado de Morales (2010, p. 147) com base em dados da CEPAL e UNCTAD.

Nesse sentido, conforme Dunning (1994) ressalta, a justificativa utilizada para a desnacionalização das organizações apoiava-se no argumento de que as empresas de capital nacional dos países latino-americanos não possuíam vantagens de propriedade suficientes para

alavancar a internacionalização de sua produção por meio das exportações e/ou de investimentos diretos no exterior. Desse modo, o processo de internacionalização da produção era feito via filiais de empresas estrangeiras pelo fato destas contarem com as vantagens de propriedade consideradas necessárias. Contudo, o desempenho comercial dessas filiais na segunda metade dos anos 1990, acabou por frustrar as expectativas dos defensores da desnacionalização.

As trajetórias históricas dos países da América Latina mostram que o padrão de acumulação e reprodução de capital é subjugado à forma como o capital estrangeiro participa do ciclo do capital local e como este se articula em relação ao capital mundial (MARINI, 1979). Assim, por meio da internacionalização de capitais que marcou o final do século XX, as empresas transnacionais passam a operar em grande medida como o veículo de transferência de valor dos países periféricos até os ditos centrais. A crescente presença estrangeira nas economias latino-americanas influenciou diretamente na estruturação do padrão de acumulação das economias desses países e na sua relação com as necessidades de acumulação do capital global.

No ano de 2011, o Brasil continuava a ser o país da região para o qual destinava-se a maior parcela do IDE orientado para a América do Sul (cerca de 54,7% do fluxo total), conforme apontam Belloni e Wainer (2014). O segundo país que concentrava a maior porcentagem de IDE da região era o Chile (14.2%), seguido de Colômbia (10.9%), Peru (6.8%), Argentina (5.9%), Venezuela (4.3%), Uruguai (1.8%) e em menor medida estavam a Bolívia (0.7%), Equador (0.5%) e Paraguai (0.2%). Na Tabela 12 a seguir constam mais detalhes referentes aos valores totais de IDE recebidos pelos países da sul-americanos, nos anos de 2001 e 2011, as porcentagens de crescimento desses valores entre estes anos, bem como os percentuais de representação desses investimentos no índice de PIB dos países selecionados, considerando o mesmo período.

Tabela 12 - IDE bruto e média da participação no PIB dos países selecionados da América do Sul (2001-2011)

	IDE			% PIB	
	2001	2011	Var. % 2001-2011	2001-2011	Var. % anual
Argentina	2 166.0	7 243.0	234.4	29.2	0.3
Bolívia	706.0	859.0	21.7	49.7	-5.0
Brasil	22 457.0	66.66	196.8	23.3	5.4
Chile	4.2	17 299.0	311.9	67.4	1.8
Colômbia	2 542.0	13 234.0	420.6	24.9	9.8
Equador	539.0	568.0	5.4	25.2	-6.5
Paraguai	71.0	303.0	326.3	16.1	-0.2
Peru	1 144.0	8 233.0	619.5	23.6	3.1
Uruguai	297.0	2 191.0	638.3	23.0	15.1
Venezuela	3 683.0	5 302.0	44.0	26.1	-4.1
América do Sul	37 805.0	121 892.0	222.4	27.5	2.6

Fonte: Adaptado de Beloni e Wainer (2014, p. 99) com base em dados da UNCTAD.

De acordo com o relatório sobre investimento direto estrangeiro na América Latina e Caribe da CEPAL, publicado em 2013, conforme o que já vinha ocorrendo nos anos anteriores, em 2011, 57% do IDE recebido na América do Sul (não considerando o Brasil) voltou-se para os setores de recursos naturais, 36% foi direcionado para o setor de serviços e apenas 7% foi destinado ao setor de manufaturas. Esses dados mostram uma clara tendência ao direcionamento do foco desses investimentos para o setor primário. Especificamente no Brasil, esta tendência foi diferenciada devido a relevância do seu mercado interno, apresentando um peso maior para outros setores para a indústria alimentícia, serviços e atividades do setor imobiliário e uma menor participação relativa em recursos naturais (9,2%) (BELLONI; WAINER, 2014). No entanto, é importante salientar que justamente por sua magnitude o mercado interno era o alvo tanto para o crescimento da presença estrangeira no país, quanto para a alta das importações. O que ocorreu no Brasil foi a internacionalização do mercado

doméstico, com a maior parte do IDE sendo destinado à aquisição de ativos públicos e privados já existentes, o que não contribuiu para o aumento do índice de FBCF e mantém o país dependente dos meios de produção externos.

Conforme é possível notar pelos dados expostos no Quadro 9, a América Latina apresentou uma queda nas entradas de IDE desde que o índice desses fluxos atingiu seu nível máximo em 2011. Está derrocada se explica pelo ciclo dos preços dos produtos básicos que também alcançaram seu maior nível no mesmo ano. As diminuições nos fluxos de IDE se deram de maneira mais significativa a partir do ano de 2013, sobretudo no que se refere ao setor primário.

O relatório sobre investimento direto estrangeiro na América Latina e Caribe publicado em 2018 traz informações relevantes sobre a atualidade dos fluxos de IDE no Chile, no Brasil e na Argentina. No caso específico do Chile, as entradas de IDE caíram pelo terceiro ano seguido, chegando a um nível similar ao praticado no ano de 1993. Essa queda foi provocada pela diminuição do preço do cobre entre 2011 e 2016, aliada ao excesso de capacidade gerada durante o período em que esse preço estava alto. Em 2017, o fluxo de IDE desse país continuou a orientar-se a projetos como os de energia renovável e mineração e registrou grandes operações, como o caso da cervejaria holandesa Heineken, a qual inseriu sua subsidiária chilena em seu plano de ampliação de operações que chega a 600 milhões de dólares. Ressalta-se ainda o caso do grupo estadunidense Bordeaux Holdings que adquiriu a prestadora de serviços de saúde Banmédica por 3.391 milhões de dólares.

O panorama de IDE brasileiro apresentou uma queda considerável nos anos 2015 e 2016, devido a recessão econômica que impactou negativamente no nível de consumo, afetando o fluxo de investimentos em serviços e manufaturas para o mercado interno. Contudo, as indústrias dos setores automotivo, alimentício e de metalurgia básica atraíram grandes fluxos de capital externo para o país. Em contrapartida, deu-se o quinto ano consecutivo de queda de IDE nas indústrias de informática, eletrônica e ótica, o que repercute ainda mais nas dificuldades encontradas para se avançar no desenvolvimento destas capacidades manufatureiras no Brasil. As aquisições feitas pelas organizações chinesas se concentraram quase que exclusivamente no Brasil, sobretudo com foco nos setores energético – considerado um dos setores estratégicos para a expansão internacional da China – e agropecuário, principalmente no segmento graneleiro. Canadá, EUA, Reino Unido, Itália, entre outros,

também se destacam nos fluxos de IDE voltados ao mercado brasileiro. Mais uma vez, os fluxos de IDE para o setor de serviços apresentaram um maior destaque, contabilizando 30,1% a mais que o total de investimentos obtidos em 2016. Para esse setor, houve uma ênfase maior na aquisição de empresas de eletricidade e gás, segmentos que representaram 42,1% do total de IDE recebido em 2017. Nesse mesmo ano, o grupo chinês State Grid Corporation of China realizou a maior operação de aquisição do ano ao comprar uma das maiores empresas brasileiras de energia, a CPFL, por 6.700 milhões de dólares. O Brasil segue sendo o mercado mais importante para o IDE da região latino-americana e se mantém como um dos principais mercados receptores de investimentos do mundo, como prova a quarta posição ocupada pelo país no ranking mundial de principais receptores de IDE, segundo dados da UNCTAD (2018). Diante desse quadro, vale salientar que os anos pós-golpe e destituição da presidente Dilma Rousseff (em 2016) reforçaram o projeto neoliberal no Brasil, o qual passou a sofrer um desmonte nos seus setores estratégicos públicos e privados, a exemplo das ameaças de privatização de gigantes do setor de energia como a Eletrobrás e Petrobrás e a venda da Embraer, disfarçada de fusão com a estadunidense Boeing.

Concernente à Argentina, os setores de mineração e serviços são os que mais recebem IDE. Os anúncios de novos investimentos em projetos da indústria automotiva sustentaram o novo impulso tomado pelos fluxos de IDE na economia argentina após a forte queda percebida em 2015. Entre os projetos citados está o da organização chinesa da Dongfeng Motor Corporation que programou a instalação de uma nova planta na Argentina para a fabricação e montagem de ônibus elétricos, enquanto a General Motors prevê começar a produzir um novo modelo global da Chevrolet em solo argentino a partir de 2020. Ademais, outros investimentos estimados em 4.500 milhões de dólares estão voltados às indústrias automotiva, de hidrocarbonetos, de mineração e de telecomunicações.

Diante das informações aqui colocadas e do detalhamento exposto no Quadro 10, é possível perceber que o principal setor receptor dos fluxos de IDE na última década foi o setor de serviços, seguido dos setores de manufatura e de recursos naturais.

Quadro 9 - Entradas de investimento estrangeiro direto, por países receptores e sub-região sul-americana, 2005-2017

País	2005-2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Diferença absoluta 2017-2016	Diferença relativa 2017-2016 (em porcentagens)
América do Sul	68.302	168.464	173.392	132.499	152.580	133.524	115.627	111.028	-4.599	-4
Argentina	6.204	10.840	15.324	9.822	5.065	11.759	3.260	11.517	8.257	253
Bolívia	259	859	1.060	1.750	657	555	335	725	389	116,1
Brasil	32.331	101.158	86.607	69.686	97.180	74.718	78.248	70.685	-7.563	-9,7
Chile	12.170	24.150	30.293	20.825	23.736	21.051	12.374	6.419	-5.955	-48,1
Colômbia	8.894	14.647	15.039	16.209	16.167	11.723	13.850	13.924	74	0,5
Equador	465	644	567	727	772	1.322	755	606	-149	-19,7
Paraguai	137	581	697	245	412	306	320	356	35	11,1
Peru	4.978	7.341	11.788	9.800	4.441	8.272	6.863	6.769	-93	-1,4
Uruguai	1.461	2.504	6.044	755	3.830	2.435	-379	27	406	107,1
Venezuela	1.403	5.740	5.973	2.680	320	1.383		

Fonte: Adaptado de CEPAL (2018, p.30).

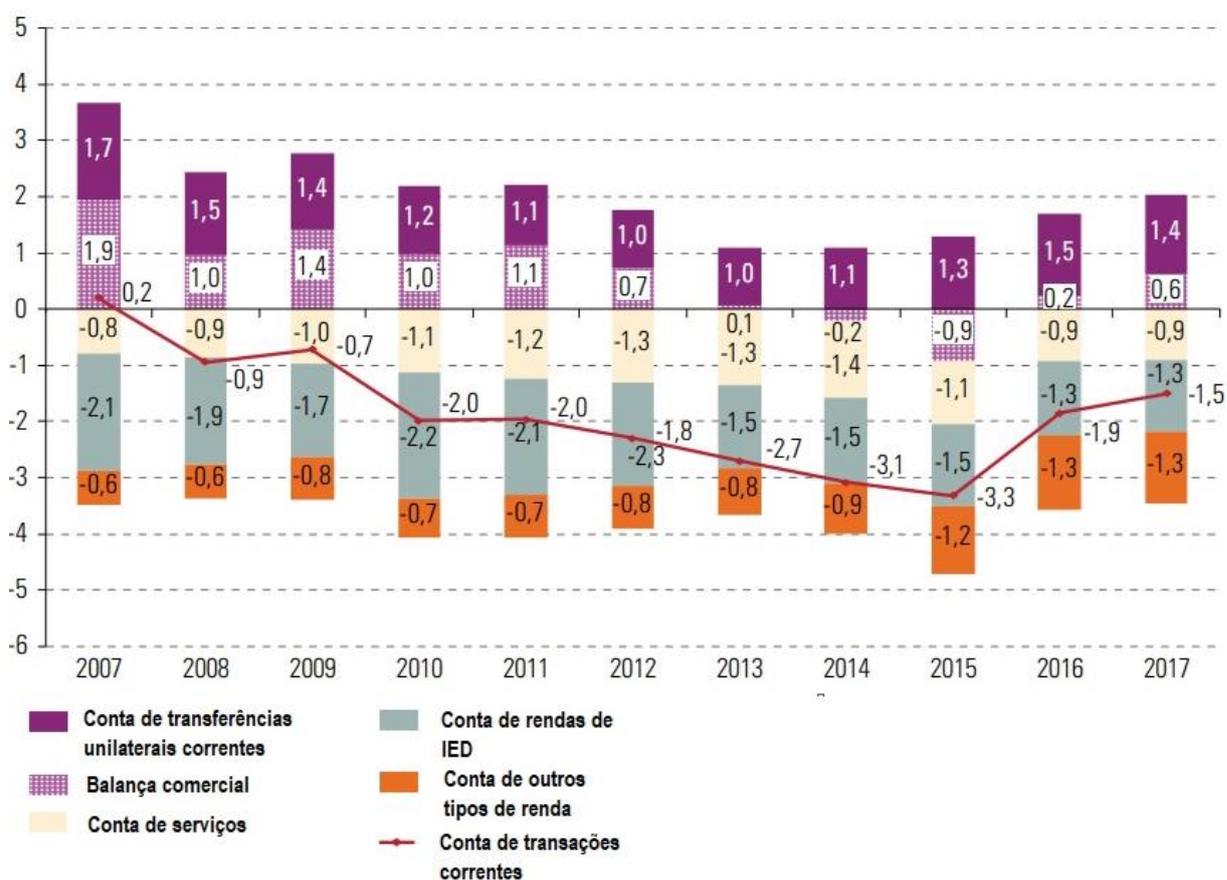
Quadro 10 - Argentina, Brasil e Chile: ingressos de IDE por setor de destino, 2008-2017 (em milhões de dólares)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Argentina										
Recursos naturais	2.556	2.654	4.284	4.132	2.543	1.255	1.536	408	605	...
Manufaturas	4.186	2.084	2.635	3.550	3.566	4.064	3.465	4.466	1.873	...
Serviços	3.907	3.009	4.670	6.125	5.120	5.198	5.075	5.583	3.500	...
Brasil										
Recursos Naturais	11.210	4.288	20.251	8.895	10.136	17.180	9.428	5.965	10.139	5.696
Manufaturas	9.763	9.952	25.862	33.550	37.550	39.323	42.425	33.801	36.639	30.497
Serviços	9.091	5.667	7.250	28.580	27.528	23.873	34.545	27.668	22.178	28.853
Chile										
Recursos Naturais	4.599	6.181	4.933	14.705	15.383	2.583	2.809	6.862	1.521	...
Manufaturas	1.570	57	1.704	-39	1.034	1.950	1.352	17	6	...
Serviços	8.725	7.859	8.537	10.898	10.366	15.200	16.476	6.799	6.330	...
Outros	256	-131	979	-1.190	3.778	1.360	3.375	6.791	4.368	...

Fonte: Adaptado de CEPAL (2018, p.69).

No ano de 2018 a redução do déficit da conta de transações correntes latino-americana foi fundamentalmente influenciada pelo aumento do valor das exportações, as quais embora tenham contribuído para majorar o superávit da balança comercial, causaram o impacto contrário na conta de rendas corroborando para a manutenção de um déficit de 2,6% do PIB. Entre as contas de transações correntes encontra-se a conta de rendas que contabiliza os lucros remetidos pelas empresas transnacionais instaladas na região e chega a representar 1,3% do PIB desta, como mostra o Gráfico 24, a seguir.

Gráfico 24 - América Latina e Caribe: conta de transações correntes da balança de pagamentos por componentes, 2007-2017 (em porcentagens do PIB)



Fonte: Adaptado de CEPAL (2018, p.33).

A trajetória discutida até aqui traz a percepção de que o déficit na conta de rendas pode representar um aspecto estrutural da economia dos países latino-americanos, visto que em sua maioria dispõem de um alto grau de internacionalização de suas estruturas produtiva e financeira. Sobre essa relação do balanço de pagamentos com os fluxos de IDE, Kalecki (1980)

afirma que os lucros obtidos por meio de IDE costumam ser transferidos para o exterior e em menor parte reinvestidos internamente, de modo a gerar novos lucros que serão em sua maior parte novamente remetidos ao exterior. Dessa forma, instala-se uma espiral crescente que a longo prazo impacta negativamente de maneira direta na conta de rendas do balanço de pagamentos dos países receptores desse IDE, além de trazer consequências indiretas para a conta de serviços e balança comercial dos países.

Destarte, conforme explica Oliveira (2018), mesmo que as remessas da renda obtidas a partir da mercantilização do conhecimento nem sempre estejam evidentes nos fluxos de pagamentos de serviços de propriedade intelectual no Balanço de Pagamentos, elas se apresentarão de forma implícita nos fluxos de investimento direto e nas importações de bens e serviços mais intensivos em tecnologia. Nesse sentido, conforme pontua Katz (2018), é esse quadro de maior predomínio dos capitais estrangeiros que vem acentuando a obstrução do processo local de acumulação nas últimas décadas, substanciando o padrão dependente de desenvolvimento em discussão neste trabalho.

8. BRASIL, CHILE E ARGENTINA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS

A participação dos países das Américas do Sul e Central no fluxo internacional de serviços é pouco representativa em termos percentuais mundiais, com cerca de 2,5% do total de exportação de serviços comerciais (que engloba todas as categorias exceto a de serviços governamentais) do mundo e 4,4% no que se refere ao total de importação deste mesmo segmento, segundo dados do relatório anual de estatísticas do comércio internacional da Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgado em 2014. Esse mesmo documento aponta que Brasil, Chile e Argentina são os países da América do Sul com maior fluxo de comércio de serviços em escala mundial. Dentre estes três atores, o Brasil se destaca, sendo o único da região a possuir uma corrente de comércio de serviços (soma das exportações com as importações) de mais cem milhões de dólares, seguido de Argentina e Chile que apresentam fluxos que vão de vinte e cinco até cinquenta milhões de dólares.

No entanto, importa ressaltar que mesmo obtendo destaque a nível regional e elevando de maneira notável sua participação no comércio internacional de serviços nas últimas décadas, o Brasil tem apresentado indicadores que ainda expressam um atraso deste país, principalmente em relação às demais potências emergentes – como aquelas que compõem o grupo dos BRICS. Segundo informações oriundas do banco de dados e dos relatórios anuais de estatísticas do comércio internacional da Organização Mundial do Comércio (OMC), a participação do Brasil nas exportações de serviços comerciais do mundo foi de 0,8%, percentual que mantém o país na 31ª posição da lista dos 40 principais exportadores destes serviços, a mesma colocação que vem ocupando desde 2007, apresentando apenas um avanço no ranking de 2012, no qual ocupou o 29º lugar. Em contrapartida, como já mencionado, no contexto regional, o Brasil é o maior exportador de serviços da América Latina, sendo o único a figurar na lista dos 40 maiores exportadores de serviços comerciais do ano de 2013, constante no relatório anual de estatísticas no comércio internacional da OMC. Além disso, o País apresenta a maior corrente de comércio de serviços da América Latina, enquanto Chile e Argentina apresentam menor participação no comércio internacional de serviços.

Contudo, importa enfatizar que, de maneira geral, como assinala o economista Fernando Ribeiro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a atuação brasileira na

exportação de serviços sofisticados é inexpressiva e esse fator acaba por contribuir para reforçar os gargalos tecnológicos que afetam o País, pois os serviços que atraem mais receita são aqueles intensivos em conhecimento e mão de obra com maior qualificação (FRAGA, 2014). Nesse sentido, a Protec (2012, p. 7), com base em dados extraídos do Banco Central do Brasil (BCB), expressa em suas análises a notável discrepância entre os gastos e os ganhos que o Brasil obteve relativo aos serviços tecnológicos – “computação e informação”, “royalties e licenças” e “aluguel de equipamentos” – entre os anos 2008 a 2012. Chile e Argentina, também apresentam déficits expressivos nos setores de serviços intensivos em tecnologia e, embora a Argentina seja o único a apresentar superávit em “computação e informação”, nos dois períodos de dez anos analisados a seguir, seu volume não consegue superar o déficit que apresenta em outros importantes segmentos relacionados como o de “royalties e licenças”. O superávit argentino no segmento de “computação e informação” se deve ao crescimento do setor de software e serviços informáticos (SSI), que tem se expandido desde o início dos anos 2000 e entre 2015 e 2016 chegou a faturar US\$ 63.000 milhões (MANZONI, 2016). Vale ressaltar que o período de análise dos dados expostos nos Quadros 11, 12 e 13 a seguir, se inicia em 1994, pois este foi o ano em que se iniciaram as negociações do Acordo Internacional de Serviços (GATS) para regulamentar a liberalização dos serviços globalmente, com o acordo entrando em vigor em janeiro de 1995 e embora a discussão desse assunto tenha feito parte de diversos debates da Organização Mundial do Comércio (OMC), instituída em 1995, apenas a partir do século XXI as informações sobre esse tema foram mais amplamente propagadas, sobretudo na comunidade acadêmica (DIAS, 2004).

Quadro 11 - Argentina: médias de Importação e Exportação de Serviços e Saldo Médio nos períodos de 94-2003 e 2004-2013

		94-2003			2004-2013		
		Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
PAÍS	CATEGORIA						
Argentina	Total de serviços	4332,4	7782,7	-3450,3	11221,2	12999,3	-1778,1
	Transportes	1010,0	2117,8	1107,8	1790,2	3351,8	-1561,6
	Viagens	2456,2	3580,4	-1124,2	4082,1	4352,7	-270,6
	Serviços de comunicação	226,0	196,0	-29,9	261,7	375,0	-113,3
	Serviços de telecomunicações	201,1	181,7	19,4	209,3	331,2	-121,9

	Serviços de construção	13,1*	8,7*	4,4	39,0	14,2	24,8
	Serviços de segurança	2,5*	238,6	-236,1	39,7	417,2	-377,5
	Serviços financeiros	5,0	148,6	-143,6	6,9	100,8	-93,9
	Serviços de computação e informação	92,0	102,6	-10,5	983,3	403,1	580,3
	Serviços de computação	92,0	101,0	-8,9	979,9	380,9	599,1
	Royalties e licenças	27,4	486,6	-459,2	110,3	1400,0	-1289,7
	Outros serviços de negócios	328,1	528,3	-200,2	3458,8	1948,7	1510,1
	Serviços pessoais, culturais e recreação	34,0	128,8	-94,8	313,0	301,1	11,9
	Serviços audiovisuais e conexos	33,0	128,5	-95,5	302,1	296,8	5,3
Valores em US\$ Bilhões							
*Faltam alguns valores anuais							

Fonte: UNCTADSTAT, elaboração da autora.

Quadro 12 - Brasil: médias de Importação e Exportação de Serviços e Saldo Médio nos períodos de 94-2003 e 2004-2013

PAÍS	CATEGORIA	94-2003			2004-2013		
		Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
Brasil	Total de serviços	7532,6	13611,8	-6079,3	27903,1	50790,3	-22887,1
	Transportes	1682,5	3972,7	-2290,2	4420,5	9786,8	-5366,3
	Viagens	1457,1	3557,3	-2100,1	5305,4	12844,7	-7539,3
	Serviços de comunicação	145,7	120,5*	25,2	323,8	193,0	130,8
	Serviços de telecomunicações	80,9*	73,5*	7,4	299,6	190,3	109,3
	Serviços de construção	29,7*	0,5*	29,2	19,6	7,9	11,7
	Serviços de segurança	128,8*	232,8	-104,0	424,2	1322,4	-898,3
	Serviços financeiros	357,0*	525,5*	-168,5	1589,1	1291,0	298,1
	Serviços de computação e informação	20,1*	639,9*	-619,8	228,8	2975,4	-2746,7
	Serviços de computação	11,9*	518,6*	-506,7	215,3	2894,2	-2678,8
	Royalties e licenças	94,7	992,6	-897,9	368,1	2521,5	-2153,4

	Outros serviços de negócios	3097,7	3035,6	62,1	13675,7	16432,5	-2756,8
	Serviços pessoais, culturais e recreação	62,5	291,5	-229,0	63,9	864,5	-800,5
	Serviços audiovisuais e conexos	13,2	153,8	-140,7	19,6	696,5	-676,9
Valores em US\$ Bilhões							
*Faltam alguns valores anuais							

Fonte: UNCTADSTAT, elaboração da autora.

Quadro 13 - Chile: médias de Importação e Exportação de Serviços e Saldo Médio nos períodos de 94-2003 e 2004-2013.

		94-2003			2004-2013		
		Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
PAÍS	CATEGORIA						
Chile	Total de serviços	3915,0	4383,3	-468,3	9877,3	11485,1	-1607,8
	Transportes	1921,1	2023,4	-102,3	5556,9	5807,1	-250,2
	Viagens	918,5	727,6	190,9	1607,6	1424,0	183,6
	Serviços de comunicação	167,9	129,8	38,0	143,1*	150,3	-7,2
	Serviços de telecomunicações	**	**	**	**	**	**
	Serviços de construção	**	**	**	**	**	**
	Serviços de segurança	101,3	208,7	-107,3	250,2	785,2	-535,0
	Serviços financeiros	24,9*	148,5*	-123,6	168,5	506,1*	-337,7
	Serviços de computação e informação	32,9*	37,9*	-5,0	117,4	201,3*	-83,9
	Serviços de computação	**	**	**	**	**	**
	Royalties e licenças	16,1	197,4	-181,4	63,4	585,9	-522,6
	Outros serviços de negócios	622,6	748,7	-126,1	1711,8	1573,3	138,5
	Serviços pessoais, culturais e recreação	26,4*	31,3*	-4,9	56,2	36,5	19,7
	Serviços audiovisuais e conexos	**	**	**	**	**	**
Valores em US\$ Bilhões							
*Faltam alguns valores anuais - **Não publicado							

Fonte: UNCTADSTAT, elaboração da autora.

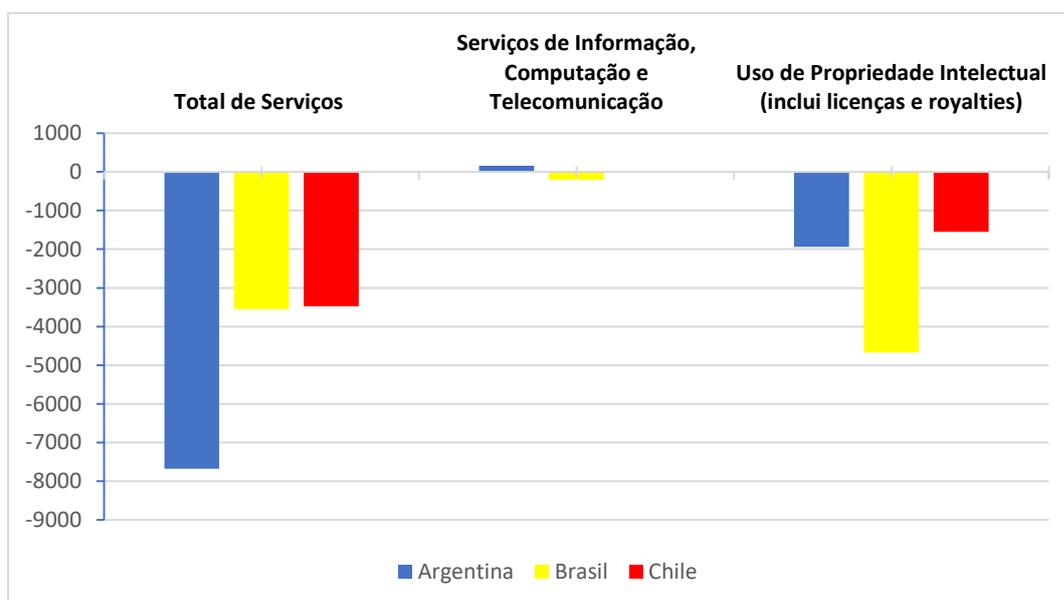
Desse modo, os dados apresentados confirmam a tendência deficitária da conta de serviços dos três países pesquisados, sobretudo no que se refere aos setores de serviços mais diretamente relacionados ao segmento tecnológico. A situação do Brasil em termos comparativos é bem mais preocupante, com um déficit dez vezes maior que os apresentados por Chile e Argentina. Praticamente em todos os setores, exceto “telecomunicação”, “comunicação” e “construção”, o déficit brasileiro é bastante expressivo. Tanto para o Brasil e quanto para o Chile os déficits cresceram de forma significativa no período 2004-2013. Cabe ainda destacar os déficits da Argentina nos segmentos de “telecomunicações” e “comunicações”, além do péssimo resultado obtido no segmento de “royalties e licenças” de ambos os períodos analisados. No caso brasileiro, o crescimento das exportações de commodities foi acompanhado de um aumento das importações realizadas pelo setor industrial, favorecendo o processo de desindustrialização. Nota-se assim que esses países possuem fraca participação nas exportações de serviços mundiais, fator preocupante ao se considerar a ideia de que a exportação de serviços pode ser de grande relevância para o desenvolvimento estratégico de um país. Conforme apontam Cali, Ellis e Te Velde (2008), um exemplo disto é o que tem ocorrido em países emergentes como a Índia que tem experimentado um vertiginoso crescimento das exportações de serviços relacionados à tecnologia da informação – visto que as empresas globais têm optado pela terceirização de certas funções administrativas em países de baixo custo – além da questão do turismo (intensivo em mão de obra) que tornou-se uma atividade significativa para a economia de muitos países de baixa renda.

Segundo Pereira, Sennes e Mulder (2009) assinalam, a crescente relevância dos serviços para a economia, o emprego e o comércio tem sido uma tendência comum tanto para os países considerados avançados, como para aqueles em desenvolvimento. Os citados autores também ressaltam que os serviços podem ser considerados insumos imprescindíveis a muitas atividades, agindo de forma crucial na promoção do crescimento econômico e produtividade, por meio da melhora dos procedimentos de intermediação financeira, da infraestrutura, do uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs), da educação, da saúde e até do aparelho do Estado.

A partir do ano de 2014 o FMI estabeleceu uma nova metodologia que trouxe mais algumas alterações, ajustes e reagrupamentos de categorias de serviços, de modo a tornar menos viável uma análise comparativa dos dados da conta de serviços dos anos recentes com aqueles

anteriores, já expostos no presente estudo anteriormente. Contudo, faz-se pertinente além de mostrar os saldos dos totais de serviços transacionados por meio dos fluxos de comércio das contas de serviços de Brasil, Chile e Argentina, também apresentar os saldos de duas categorias chave desta mesma conta, especificamente relacionadas à tecnologia. Estas informações podem ser visualizadas a partir do Gráfico 25 a seguir:

Gráfico 25 - Saldo Médio dos fluxos de exportação e importação de serviços: total e categorias selecionadas, 2014-2018 (milhões de dólares)



Fonte: UNCTADSTAT, elaboração da autora.

O gráfico exposto apenas reafirma a tendência ao déficit na conta de serviços como analisada nos anos anteriores. O Chile apresenta um déficit no total de serviços similar ao do Brasil e também uma expressão de perda no que se refere à categoria de uso de propriedade intelectual. Já as informações concernentes à categoria de serviços de informação, computação de telecomunicação não estavam disponíveis no UNCTADSTAT. Na Argentina, o crescimento do déficit no saldo médio do total de serviços foi exponencial, enquanto o Brasil, apresentou uma maior perda na categoria que se refere ao uso de propriedade intelectual, que inclui itens importantes como licenças e royalties.

Dessa maneira, a partir da análise feita referente à situação atual desses países, fica nítido que as medidas neoliberais tomadas pelos governos recentes têm um impacto de deterioração nesta conta, tornando esses países ainda mais dependentes da aquisição de ativos produzidos e

vendidos pelo capital estrangeiro. Todo esse cenário causa um desequilíbrio nas contas externas e compromete o enfrentamento das consequências do padrão dependente de desenvolvimento na economia desses países, pelo contrário, apenas o exalta.

Assim, as informações confirmam o comportamento deficitário das contas serviços dos três países, o que reflete os efeitos das trajetórias históricas e estruturas produtivas e sociais destes. Nesse sentido, o discurso de Katz (2016) se torna ainda mais concreto e real, pois o predomínio do capital externo - que visa a dominação de setores estratégicos nesses países, como os relativos à exploração de recursos naturais, energia e tecnologia -, provoca um aprofundamento dos gargalos que travam o processo de acumulação local. Faz-se necessário retomar um caminho mais autônomo para o desenvolvimento das economias desses países, uma jornada que proponha um melhor posicionamento destes na cadeia de valor global ou a dependência do capital externo e as mazelas que a acompanham tomaram conta dessas sociedades latino-americanas.

9. REFLEXÕES FINAIS

O propósito deste estudo enseja a discussão quanto à relação existente entre o padrão dependente de desenvolvimento latino-americano e o déficit da conta de serviços de Brasil, Chile e Argentina, pela análise de pressupostos reais e condições econômicas concretas. Assim, a busca do presente trabalho volta-se sobretudo à compreensão das implicações do padrão dependente de desenvolvimento da economia latino-americana e do modo de inserção internacional desta região no comportamento das contas de serviços de Brasil, Chile e Argentina, por meio de uma reflexão crítica que conecta esse fenômeno com as circunstâncias materiais preponderantes para a formação dessa condição de dependência.

A análise realizada possibilita perceber que a compreensão do contexto histórico de subdesenvolvimento latino-americano e das bases de seu padrão dependente de desenvolvimento teria como requisito o entendimento da história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial (MARINI, 2014). Então, a partir de uma visão crítico-dialética torna-se mais claro o entendimento de que a lógica de acumulação de capital em escala mundial ao mesmo tempo em que gera o desenvolvimento em determinadas economias, acarreta o subdesenvolvimento para outras, criando núcleos de acumulação de valor que se alicerçam no processo de desacumulação de outros.

Desse modo, a inserção da América Latina no sistema-mundo capitalista pode ser entendida pela abordagem do panorama da divisão internacional do trabalho que surgiu na época do Pacto Colonial e passou por uma ampliação na primeira fase da Revolução Industrial, o que colaborou para a consolidação de uma fragmentação regional e perpetuação da espoliação das riquezas destes países (que na era colonial se dava por meio de saqueio, escravização e latrocínio) pelos países centrais, mesmo após a independência dos Estados. Esse processo, substanciou um quadro de divisão internacional do trabalho no qual os países do centro, além de exportarem bens industriais de maior valor agregado, ainda detêm as vantagens referentes ao progresso técnico. Em uma outra esfera, os países oriundos da periferia possuem sua estrutura produtiva e pauta de exportações voltadas para os setores de atividade como os de matérias-primas e de produtos baseados em recursos naturais, mais caracterizados pelo baixo grau de progresso técnico empregado e mão de obra menos especializada (FURTADO, 2007a).

Esse cenário evidencia o desfavorecimento dos países periféricos nas trocas realizadas no comércio internacional, tendo em vista que os países do sistema-mundo capitalista não dispunham das mesmas condições de igualdade, pois aqueles economicamente mais poderosos (centrais) apresentariam uma maior capacidade para impor condições comerciais com o intuito de obter benefícios por meio da transferência de mais-valia dos países mais fracos (periféricos) para o centro, sobretudo com base na superexploração do trabalho e na extorsão do excedente derivado da produção caracterizada pelo baixo progresso técnico.

Nesse sentido, a abordagem das especificidades das economias brasileira, chilena e argentina se faz ainda mais essencial. No Brasil, encontram-se as raízes típicas de país exportador de produtos agrícolas tropicais, que o caracterizam desde a era colonial. Até as primeiras décadas do século XX, essa tendência se perpetuava e pautava sua economia em grandes lavouras como a cafeeira. Contudo, já nos anos 1950 a exploração dos capitais estrangeiros aliada à limitada capacidade importadora dos países latino-americanos como o Brasil, levaram à entrada de capitais externos via investimentos diretos, em grande medida atrelados às empresas locais ou às privatizações. Esta entrada possibilitava ao investidor estrangeiro a chance de conseguir a obtenção de lucros a partir tanto do uso da sua maquinaria obsoleta na indústria das economias dependentes, como do preço mais baixo da mão de obra ali presente, superexplorada.

No caso chileno, a monopolização e exploração da produção de minérios pelos estrangeiros já era uma realidade desde o período pós-colonial. Desse modo, o avanço da indústria mineira se baseia desde o princípio na desnacionalização e na implantação de um setor produtivo dotado de elevado avanço técnico e alta densidade de capital, fatores que levaram o Chile a configurasse como um país exportador de produtos minerais, praticamente sem indústrias próprias, também com expressiva predominância do capital externo.

A Argentina foi o primeiro país latino-americano a iniciar o processo de industrialização e que no período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX apresentou um vigoroso crescimento como economia primário-exportadora, com sua incorporação no comércio internacional associada ao desenvolvimento da atividade agropecuária, não apenas para atender à demanda externa, como também a pequena demanda gerada pelo mercado interno em ascensão. Esse expansivo crescimento foi freado pela crise de 1930, a caracterizando como uma economia semi-industrial dependente, que necessitava das importações dos países

centrais para garantir o funcionamento de suas indústrias de base, em sua maior parte atrelada à produção de produtos baseados em recursos naturais. Esse cenário corroborava para a criação do déficit de divisas do setor industrial pela concentração do poder econômico nas subsidiárias de empresas do exterior, ou seja, pela apropriação do setor industrial argentino pelo capital estrangeiro.

Assim, deu-se o desenvolvimento de uma industrialização tardia na América Latina apoiada na política de substituição de importações implementada na primeira metade do século XX nos países latino-americanos, com o intuito de assegurar o dinamismo da estreita faixa de mercado referente às classes médias e altas da sociedade, sobretudo após as drásticas quedas nos volumes das exportações para os países do centro, devido a grandes acontecimentos como Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (SALAMA, 2011). Contudo, essa industrialização por substituição de importações, começou a enfrentar diversas limitações, como o esgotamento da expansão do mercado interno pela industrialização substitutiva de bens de consumo não-duráveis que contribuiu para que as burguesias nacionais dos países latino-americanos considerassem a implementação de uma indústria de bens de capital nacional. No entanto, a criação de uma indústria deste tipo esbarrou no assédio do capital estrangeiro e sua pressão para penetrar nessas economias periféricas e se apropriar do desenvolvimento deste setor.

Esse panorama, como aponta Fajnzylber (1992), colaborou para que os interesses do capital externo se sobrepusessem à consideração das próprias especificidades latino-americanas, aspecto que contribuiu para a formação de um padrão dependente de desenvolvimento latino-americano caracterizado, entre outros fatores, pela concentração de renda e desigualdade social, características compatíveis a regiões com maior disponibilidade de recursos naturais para produção primária (com propriedades nas mãos de poucos) e dinamismo quase nulo do setor industrial, substanciado pela escassez de investimentos em progresso técnico.

Assim, a industrialização dependente, foi preponderante para que houvesse os desajustes percebidos quanto à soma de maquinário, matérias-primas e tudo o mais que fosse necessário para produzir uma determinada mercadoria em relação à força de trabalho necessária para esta produção nas economias dependentes. Os diferentes níveis de desenvolvimento industrial estabelecidos nesses países também promovem uma reorientação do capital estrangeiro às suas

indústrias, tanto devido às expressivas taxas de mais-valia dali derivadas, quanto às chances que os países centrais dispunham de exportar não apenas bens de consumo corrente, mas sobretudo bens intermediários e de capital para as economias dependentes.

Nesse contexto, como pontua Marini (1991), a Teoria da Dependência Marxista admite o caráter dependente das economias periféricas como resultado dos desdobramentos da acumulação de capital em escala mundial, principalmente no que diz respeito ao seu maior agente impulsor, que é a taxa geral de lucro. Essa teoria basilar para o entendimento da formação desse padrão dependente de desenvolvimento surge em meio aos movimentos de repressão fomentados pelas coalizões das burguesias nacionais com o capital externo, a fim de evitar que camadas da classe trabalhadora e da pequena e média burguesia interferissem nos lucros obtidos pelos ciclos de acumulação dependente estabelecidos. Essa repressão se fez presente nos três países aqui estudados, de maneira violenta e brutal, por meio dos regimes militares. Estes se findaram junto ao esgotamento do modelo de industrialização das importações, que contou com o incentivo de políticas neoliberais – a exemplo do Consenso de Washington – que tomaram força no período após os anos 90.

No espaço de tempo entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, Martins (2011) ressalta que mesmo dispendo de um significativo nível de integração entre seus atores econômicos internos, a indústria brasileira não chegava a apresentar um desenvolvimento tecnológico satisfatório, a ponto de propiciar avanços que modificassem sua estrutura específica, limitadora de sua competitividade e de evolução de suas relações de troca no comércio internacional. Dessa forma, a inserção internacional do Brasil caracterizou-se por um lado pela exportação de bens intensivos em recursos naturais, energia e mão de obra barata e por outro pela importação de bens intensivos em tecnologia, essencialmente máquinas, equipamentos e produtos químicos.

O contexto político e econômico do Chile foi marcado por um dos períodos mais cruéis e violentos de que já se teve notícia: a ditadura militar iniciada por um golpe e a tomada de poder pelo general Pinochet. O projeto neoliberal orquestrado pela nação mais potente do sistema-mundo capitalista, os EUA, transformaram o Chile num laboratório dos *Chicago Boys* (monetaristas neoliberais) durante o regime militar, em um cenário que culminou no decréscimo da indústria na produção global, enquanto 90% dos investimentos estrangeiros dirigiram-se ao setor mineiro. Desse modo, um novo processo de reprimarização da economia chilena passa a

se sobrepor à estratégia cepalina de industrialização por substituição de importações, claramente para atender aos interesses do capital externo. Esses fatores, em nome das vantagens comparativas, fizeram com que o Chile se subdesenvolvesse e se tornasse cada vez mais dependente das manufaturas e bens de alta tecnologia produzidos no exterior ou mesmo internamente pelas transnacionais (BACHA; FISHLOW, 2011; ROUQUIÉ, 1991). Essa abertura ao capital estrangeiro criou as condições para a expansão da comercialização das commodities industriais intensivas em recursos naturais, o que ocasionou um efeito imediato na diminuição da produção de manufaturas da indústria de transformação, não baseadas em recursos naturais (a exemplo dos setores têxtil e metalmeccânico), que compunham a base industrial chilena dos anos 1960.

No caso da Argentina, Dos Santos (2009) explica que foi a partir dos anos 1976, que o processo de decadência econômica argentina tomou impulso, muito por conta da crescente redução da capacidade industrial, em função de uma política de abertura econômica que incluiu um indiscriminado estímulo às importações (de modo semelhante ao que ocorria nos outros países latino-americanos), o que não só propiciou a deterioração desta indústria como também contribuiu com o endividamento externo. Esse quadro, associado à matança, ao exílio, à prisão de milhares de argentinos, à repressão à cultura e à educação e à fuga dos intelectuais – que fizeram parte do período em que vigorou a ditadura militar – e ao próprio esgotamento no modelo de substituição de importações, formaram os pilares daquilo que em três décadas colaboraria para que eclodisse uma imensa crise na Argentina, no final do século XX.

A partir dos anos 1990, Brasil, Chile e Argentina, passaram pelas transformações que envolviam essa dinâmica neoliberal que ensejava um processo de desindustrialização, que corresponderia não só ao maior foco no desenvolvimento da produção primária, como também à produção industrial baseada em recursos naturais e de menor valor agregado. Nesse âmbito, conforme Ouriques (2010) salienta, essa desindustrialização seria um produto não apenas dos erros de política econômica (pela falta de incentivo ao desenvolvimento técnico-científico do país), mas também do protecionismo dos países centrais, pelas pressões oriundas da mundialização da revolução científico-técnica a partir de 1970 – que torna os países periféricos ainda mais dependentes dos avanços técnicos do centro – e da elevação dos preços de matérias-primas e produtos agrícolas pela alta na demanda de países como a China. Filgueiras et al. (2012) ressaltam a tomada das políticas neoliberais no cenário brasileiro no pós 1990, as quais

enfraqueceram a indústria brasileira, propiciando o desestímulo dos investimentos na indústria de transformação, fatores que aliados às tendências da conjuntura internacional acabaram por direcionar a maior parte de recursos ao setor de commodities. Desse modo, nota-se que fatores como os apresentados colaboram para a perda da competitividade internacional dos países latino-americanos e fizeram com que suas contas externas reverberassem essa dependência.

A análise desse cenário mostrou que nas importações de tecnologia pela América Latina, as peculiaridades e necessidades regionais não eram consideradas e também não havia estímulo para desenvolver uma produção tecnológica endógena que de fato correspondesse à realidade dessa região, com todas as suas potencialidades e dificuldades. Esse panorama evidencia a influência do novo padrão de reprodução do capital latino-americano, substanciado pela reprimarização da produção para a exportação, sobretudo devido à disposição de vantagens competitivas e comparativas nos produtos intensivos em recursos naturais. Essa especialização primária se destaca na região desde os anos 1970 e segue uma tendência observada em grande parte do contexto industrial latino-americano, fator que promove a concentração de uma produção de bens de baixo dinamismo e conteúdo tecnológico e reforça a condição de desigualdade nas relações de trocas comerciais, conforme bem enfatizado por Katz (2016). Ainda segundo o mesmo autor, é importante destacar que a globalização provocou situações bastante distintas e contraditórias em diferentes regiões. Na América Latina, houve um deslocamento em bloco para trás, de modo que na atual divisão global do trabalho a América Latina permaneceu como a grande fornecedora de produtos básicos e perdeu a industrialização que foi para a Ásia. Assim, enquanto a Coreia do Sul nos anos 1960 era um país que estava bem abaixo da Argentina, agora está bem acima da Argentina e do Brasil. Na nova divisão do trabalho a América Latina ocupa uma posição adversa de fornecedora de matérias-primas e produtos primários, o que acirra os demais problemas como a dependência.

Os desdobramentos ocorridos a partir dos anos 1990 confirmam a força do projeto neoliberal de poder que passa a orientar as políticas industriais e tecnológicas de maneira que estas se articulem com os interesses do grande capital. Nesse âmbito, esse quadro promoveu o fortalecimento das políticas de exportação de commodities que comprometeu ainda mais a capacidade das indústrias nacionais e contribuiu para reforçar a desigualdade de condições de trocas entre esses países da América Latina e aqueles detentores da hegemonia do sistema-mundo (KATZ, 2016). Todo esse contexto acaba por também comprometer o desenvolvimento

tecnológico dos países latino-americanos, além de prejudicar os avanços em áreas estratégicas para a autonomia do país, como a educação e o emprego, as quais, de acordo com as reflexões de Marini (2014) e o desejo dos países centrais, deveriam ser mesmo travadas para não pôr em risco a manutenção dos níveis de superexploração que permitem a transferência cada vez maior de mais-valia aos países tidos como desenvolvidos.

Nesse sentido, a partir dos anos 1990, a implementação de políticas de regulação da propriedade intelectual no mundo, além de simplesmente contribuir significativamente para o aumento da proteção desses bens imateriais considerados estratégicos para o desenvolvimento de um país, também foi estabelecida pelos países centrais a fim de limitar as possibilidades de produção de tecnologia de maneira autônoma por países como os latino-americanos. Dessa maneira, mesmo que uma proteção mais incisiva da propriedade intelectual ocorra por meio das patentes, a inovação em âmbito local não seria necessariamente a mais incentivada nesses países.

Nesse contexto, perspectiva história auxilia a compreender como a dependência foi imposta aos países latino-americanos nessa conformação global em que as dinâmicas de suas estruturas internas foram condicionadas pelo que interessa ao desenvolvimento e expansão das economias centrais. Estas acabam por manejar as relações de produção das economias dependentes de modo a assegurar a reprodução ampliada da dependência que tanto as favorece. É o subdesenvolvimento periférico ensejado pelo desenvolvimento do capitalismo mundial. Esse cenário reforça a discussão da Teoria da Dependência Marxista e enfraquece os argumentos cepalinos de que os avanços necessários às economias latino-americanas viriam através da orientação para um suposto modelo de desenvolvimento pautado na experiência dos países tidos como centrais. Esse modelo subjuga a diversidade de especificidades locais presentes na América Latina e mais ainda, sobretudo nos âmbitos sociopolíticos e culturais, as tornam obstáculos à racionalização necessária ao tal modelo especulado, sob o qual se debruça a ilusão de um desenvolvimento autônomo de seus países.

Os efeitos da trajetória discutida até aqui podem ser percebidos por meio da análise do balanço de pagamento desses países. Este contempla a conta de rendas, a qual pode representar um aspecto estrutural da economia dos países latino-americanos, visto que estes tendem a apresentar um alto grau de internacionalização de suas estruturas produtiva e financeira. Nesse ínterim, torna-se necessário enfatizar a relação do balanço de pagamentos com os fluxos de

IDE, pois, como afirma Kalecki (1980), os lucros obtidos por meio destes costumam ser transferidos para o exterior e em menor medida são reinvestidos internamente, quando mesmo assim, os lucros são novamente remetidos para fora. Logo, se estabelece uma espiral crescente que vem a impactar negativamente na conta de rendas do balanço de pagamentos desses países que mais recebem o IDE, além de trazer outras tantas consequências para as demais contas externas, como a conta de serviços e a balança comercial desses países.

No início dos anos 2000, a América Latina entrou num ciclo de governos progressistas que impulsionaram políticas de cunho mais desenvolvimentista em toda a região. Conscientes da necessidade de fortalecimento das forças regionais no enfrentamento da geopolítica mundial, vários governos trabalharam na constituição de um projeto de integração que fosse além das trocas econômicas. Nesse âmbito, foram criados alguns consensos regionais em torno do Mercosul, depois União das Nações Sul-americanas (UNASUL), em busca da integração latino-americana. A percepção era de que apenas em bloco seria possível negociar e construir estrategicamente um processo de reindustrialização. Ainda nesse período, destaca-se um projeto ainda mais radical, a constituição da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), de natureza mais política e em escala latino-americana que vislumbrava a construção de uma soberania monetária, alimentícia e energética. Contudo, todos esses esforços passaram a sofrer um grande retrocesso nos últimos anos; os países da região foram mudando de norte político e econômico com a ascensão ao poder por parte de governos de direita. Os retrocessos vão além das perdas econômicas, como as perdas dos direitos trabalhistas conquistados nos últimos cinquenta anos, da seguridade social, a precarização e a flexibilização da força de trabalho. Enquanto se registra uma deterioração não só da classe trabalhadora, mas da sociedade como um todo e o comprometimento da soberania nacional, contabiliza-se ganhos históricos no processo de acumulação de alguns setores, como o setor financeiro e de tecnologia.

É importante destacar que essas mudanças se dão no contexto de uma forte disputa hegemônica entre China e EUA, com forte repercussão sobre a região latino-americana. Como indica Bruckmann (2018), para os EUA é uma questão de segurança nacional obter o acesso e o poder de gestão de recursos naturais de outros países, pois é dessa forma que visam proteger a saúde da sua própria economia. A apropriação de recursos naturais a nível global é fundamental já que as principais reservas deles estão fundamentalmente fora de seu próprio território. Nesse sentido, os EUA estão implantando um conjunto de políticas de recolonização

dos territórios nos países onde existem esses recursos, eliminando os obstáculos e resistência a esse propósito.

Todas essas transformações se refletem no comportamento das contas de serviços de Brasil, Chile e Argentina, que já possuem uma deficiência histórica sobretudo no que se refere aos setores que envolvem competências tecnológicas, visto que, quanto mais avançada tecnologicamente é uma produção, mais intensiva em serviços ela é. Dessa maneira, o estudo evidenciou a importância da compreensão da trajetória histórica latino-americana a qual, embora com suas especificidades nacionais, torna possível perceber o quanto a dependência tecnológica é ampla nos três países, Brasil, Chile e Argentina. Esse caráter dependente fica ainda mais difícil de ser rompido a partir da intensificação do processo de globalização e do fortalecimento da reestruturação produtiva dos grandes grupos internacionais. Dentro da nova dinâmica capitalista constituiu-se o espaço-tempo do capital global como dimensão da produção (e reprodução) do capital fictício. Neste panorama emergiu um sistema político-institucional e cultural da civilização do capital, ancorado no Estado capitalista no sentido ampliado e com isso impôs ao sistema-mundo e às unidades intranacionais e regionais, a implementação de políticas neoliberais, que só aumentaram essa dependência e o caos sociopolítico. A cultura, a classe trabalhadora, o meio-ambiente, a representatividade da América Latina em escala global, todos fatores que seguem sendo massacrados pela lógica capitalista neoliberal vigente. Logo, com a reflexão debruçada sobre a questão da dependência, nota-se a impossibilidade de cessar a lógica dependente aqui discutida, sem que haja um rompimento com esse padrão de desenvolvimento. Concebe-se ainda a importância de se compreender os movimentos do sistema-mundo para perceber as possíveis mudanças necessárias e diante disso pensar que o acirramento das contradições aponta para os limites desse modelo neoliberal vigente.

10. REFERÊNCIAS

- ALÉM, A. **Macroeconomia: teoria e prática no Brasil**, Elsevier, 2010. 396 p.
- ALLENDE, Isabel. **Inés da minha alma**. Trad. por Ernani Ssó. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ALMEIDA, Manoel Donato de et al. Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-1998). **Tese de Doutorado**. Campinas: UNICAMP, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280616/1/Almeida_ManoelDonatode_D.pdf> Acesso em: 10 out. 2018.
- ALMEIDA, A. W. B. et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. **Estudos Urbanos**, v. 13, n. 2, p. 171, 2011.
- ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda Maria. Regulação social e acumulação por espoliação—reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. **Economia e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 243-272, 2011.
- ÁLVAREZ, José Luis Valenzuela. O desenvolvimento pela via da substituição de importações: o caso do Chile. DE MENDONÇA, Marina Gusmão. **Formação econômica da América Latina**. LCTE Editora, 2012.
- AMBROSIO, Martín de. Más patentes pero concentradas en pocos países. 13 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.scidev.net/america-latina/empresa/noticias/mas-patentes-pero-concentradas-en-pocos-paises.html>> Acesso em: 10 jan. 2019.
- ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc., São Paulo**, v. 123, p. 407-27, 2015.
- ARCEO, Enrique. **El largo camino a la crisis**. Centro, periferia y transformaciones de la economia mundial. Argentina: Cara o Ceca y Centro Cultural de la Cooperación, 2011.
- ARCEO, E. BASUALDO, E. (Eds.), **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales, Argentina: CLACSO, 2006.
- BACHA, C. J. C. **Macroeconomia aplicada à análise da economia brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- BACHA, Edmar L.; FISHLOW, Albert. **O ascenso recente nos preços das commodities e o crescimento da américa latina: mais que vinho velho em garrafa nova? (The recent commodity price boom and Latin American growth: more than new bottles for an old wine?)**. Tradução de Helga Hoffmann, Disponível em: <<http://epge.fgv.br/conferencias/seminario-livro-pcde-2015/files/Commodities.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2018.

BAER, Werner. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

BAER, Werner. **Economia brasileira**. NBL Editora, 2002.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação na América Latina: as respostas da comunidade científica. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, 2011.

BRISOLLA, Sandra Negraes. Eduardo Baumgratz Viotti & Mariano de Matos Macedo (orgs.)-Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 3, n. 1, p. 213-225, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto M.. **Brasil, Argentina e Estados Unidos-Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2ª ed., 2003.

BAMBIRRA, Vania. El capitalismo dependiente en América Latina. **Siglo XXI, México**, 1974.

_____. **Teoría de la Dependencia: una anticrítica**. Ciudad de México: Era, 1983.

_____. **O capitalismo dependente latino-americano/Vânia Bambilra**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BARBIERI, J. C.. DELAZARO, W. Transferência de tecnologia, a nova regulamentação. **Revista RAE**, v. 33, n. 3, 1993.

BARROS, C. D.; PEDRO, S. L. **O papel do BNDES no desenvolvimento do setor automotivo brasileiro: 2012**. BNDES, 2012. Disponível em: 125 <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos_perspectivas_setoriais/Setorial60anos_VOL1ComplexoAutomobilistico.pdf> Acesso em: 20 mai. 2017.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Los pobladores del "Desierto" genocidio, etnocidio y etnogénesis en la Argentina. **Cuadernos de antropología social**, n. 17, p. 162-189, 2003.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth et al. **A revolta dos financistas: a política dos objetivos econômicos nacionais na era da transnacionalização capitalista**. Dissertação de mestrado. UNICAMP, 1996.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Notas explicativas ao Balanço de Pagamentos compilado de acordo com as normas estabelecidas na quinta edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/NotasExplBPM5.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2017.

BELINI, Claudio Fabian; BADOZA, Silvia. **El impacto de la Primera Guerra Mundial en la economía argentina**. 2014.

_____. **Historia de la industria en la Argentina: De la Independencia a la crisis de 2001.** Sudamericana, 2017.

BELLUZZO, L. G. M. **Ensaio sobre capitalismo no século XX.** São Paulo: UNESP; Campinas: UNICAMP, 2004.

BEHRENS, Roberto; KAUFFMAN, Jorge. Inversión extranjera y empresas transnacionales em la economía de Chile (1974-1989): El papel del capital extranjero y la estratégia nacional de desarrollo. **Estudios e Informes de la CEPAL**, n. 86, 1992.

BERTONHA, J. F. Modelos para o Brasil: Chile? **Revista Espaço Acadêmico**, n. 71, ano VI, abr. 2007. Disponível em:
<<http://www.espacoacademico.com.br/071/71bertonha.htm>> Acesso em: 01 jun. 2017.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado: Um balanço do desmonte do Estado.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOCCARDO, Gorgio; GOYENECHEA, Matías. Fundamento del trabajo en el Chile neoliberal y la agenda laboral de Bachelet. **Cuadernos de Coyuntura, Santiago, Fundación Nodo XXI**, v. 2, n. 6, p. 15-27, 2012.

BÖTTNER, Andrés R. Mecanización agrícola y fomento estatal en Chile (1942-1973). **América Latina en la historia económica**, v. 23, n. 3, p. 147-173, 2016.

BRAGA, M. B. Integração Econômica Regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2001. Disponível em:
<<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101161.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2017.

BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1975/1979. Brasília, 1974.

BRUCKMANN, Monica. Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico. **Tese de Doutorado.** Niterói: UFF, 2011. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/8305>> Acesso em: 10 out. 2018.

_____. América Latina y la nueva dinamica del sistema mundial. **América Latina en Movimiento.** Edição digital 534, ano 42, n.2, jul. 2018.

CALI, M.; ELLIS, K.; TE VELDE, D. W. The contribution of services to development and the role of trade liberalisation and regulation. In: OECD Global Forum on International Investment, 8., mar. 2008. **Briefing note 1...** Paris: OECD Investment Division, march 2008. Disponível em:
<<http://www.oecd.org/investment/globalforum/40302909.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2017.

CANO, Wilson. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. **Celso Furtado e o Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 93-120, 2000.

_____. Notas sobre o imperialismo hoje. *Crítica Marxista*, v. 1, n. 3, 1996.

DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y dependencia*. Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

_____. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 3, p. 444-460, 2015.

CANUTO, Otaviano. Abertura comercial, estrutura produtiva e crescimento econômico na América Latina. *Economia e sociedade*, v. 3, n. 1, p. 43-65, 1994.

CÁRCAMO, Jorge. **El Ideario Militar a partir de la Revolución de Septiembre, durante el Primer Gobierno de Carlos Ibáñez del Campo y su Repercusión en la Reforma Estatal (1924-1931)**. 2012.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; SALUDJIAN, Alexis. Integração sul-americana, dependência da China e subimperialismo brasileiro. *Anais... CLADHE III*, Argentina, 2012.

CARCANHOLO, M.D.; AMARAL, M. S. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

CARDOSO, M.L. **O mito do método**. In: SEMINÁRIO DE METODOLOGIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1971. Mimeografado.

CARMAGNANI, Marcello; HERNÁNDEZ, Silvia. **Desarrollo industrial y subdesarrollo económico: El caso chileno (1860-1920)**. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1998.

CASANOVA, Mauricio. **Los orígenes del desarrollismo económico en Chile (1932-1945): ¿Estado empresario o empresarios en el Estado?**. 2018. Tese de Doutorado.

CAPUTO, Orlando, RADRIGÁN, Juan, et al. **Manifiesto del cobre: el cobre es chileno y debe ser explotado en beneficio de los chilenos**. Chiapas, n.15, 2003.

CECEÑA, Ana Esther. Uma versão mesoamericana da América Latina. In: NOVAES, Aduino. **Oito visões da América Latina**. Senac, 2006, p. 223-241.

CEPAL. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2000**, CEPAL: Chile, 2001. Disponível em:
<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1156/1/S0110014_es.pdf>
Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2001**, CEPAL: Chile, 2002. Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1122/1/S024314_es.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2012**, CEPAL: Chile, 2013. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1122/1/S024314_es.pdf> Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2018**, CEPAL: Chile, 2018. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1122/1/S024314_es.pdf> Acesso em: 20 fev. 2019.

CHUMBITA, Hugo. Patria y revolución: la corriente nacionalista de izquierda. In: Hugo Biagini y Arturo Roig (directores), *El pensamiento alternativo en la Argentina del siglo XX. Tomo II: Obrerismo, vanguardia, justicia social (1930-1960)*, Buenos Aires, Biblos, 2006.

CNI, Confederação Nacional da Indústria. Propriedade Intelectual para o desenvolvimento industrial. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/propriedade-intelectual/numeros/>> Acesso em: 10 jan. 2018.

COLLIER, Simon; SATER, William F. **A history of Chile, 1808-2002**. Cambridge University Press, 2004.

CORREA, C. Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights, Commentaries on the GATT/WTO Agreements. Vol 4, Oxford: Oxford University Press, 2007.

CORREA, Carlos M. Propriedad Intelectual: política, administración y práctica em universidades latino-americanas. In: SCHWARTZMAN, Simon (ed.) *Universidad y desarrollo en Latinoamérica: experiências exitosas de centros de investigación*. Bogotá: IESALC-UNESCO, 2008, p. 57-108. Disponível em: <<http://beu.extension.unicen.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/123456789/322/Universidad%20y%20desarrollo%20en%20latinoamerica%20Version%20completa.pdf?sequence=1>> Acesso em: 20 fev. 2019.

CORTÉS, Alexis. La reprimarización del modelo de desarrollo chileno. **Oikos (Rio de Janeiro)**, v. 11, n. 1, 2012.

COSTA, Monique Silva. **Formação da economia brasileira e dependência tecnológica: implicações no déficit da conta de serviços do Brasil**. Dissertação de mestrado. UFBA, 2015.

COUTINHO, L. Globalização e capacitação tecnológica nos países de industrialização tardia: lições para o Brasil. **Gestão & Produção**, v.3, n.1, p. 49-69, abr. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v3n1/a03v3n1.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2017.

CRISTI, Renato; RUIZ-TAGLE, Pablo. **La república en Chile**. LOM Ediciones, 2016.

DA COSTA, Fernando N. **Desmanche do Estado brasileiro sem aval democrático**. 12 fev. 2019. Disponível em: < <https://www3.eco.unicamp.br/index.php/midia/549-desmanche-do-estado-brasileiro-sem-aval-democratico>> Acesso em: 14 fev. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo Editorial, 2017.

DE HOZ, José A. M. **15 Años Después**. Buenos Aires, Emecé Editores, 1991. Disponível em: <http://www.martinezdehoz.com/words/15_a%C3%B1os_despues.pdf> Acesso em: 29 jun. 2018.

DE MIRANDA, Sílvia Helena G. Balanço de Pagamentos. Esalq: Piracicaba, 2015.

Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/383279/mod_resource/content/1/Balan%C3%A7o%20de%20Pagamentos_PARTE1.pdf> acesso em: 25 fev. 2019.

DE MORAES, João Quartim. **O estatuto teórico da noção de dependência**. Essa, p. 405-6, 1970. Disponível em: <

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo183Artigo2.pdf>

Acesso em: 08 jun. 2017.

DE OLIVEIRA, Francisco. Fronteiras invisíveis. In: NOVAES, Adauto. **Oito visões da América Latina**. Senac, 2006, p. 23-48.

_____. **El neoatraso brasileño**. Los procesos de modernización conservadora, de Getúlio Vargas a Lula, Siglo XXI: Argentina, 2009.

DE PAULA, Cristiane Carvalho; REINOSO, Daniel. Um olhar sobre a literatura chilena. In: LOPES, Cicero Galeno. **Literaturas americanas**. EDIPUCRS, 2012.

DE ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz. Nacionalismo, direita e Forças Armadas: Chile 1938-1973. **Estudios de Sociologia**, v. 2, n. 3, 1997.

DIAS, M. A. R. Impacto da ação da OMC no ensino superior e no mundo do trabalho.

In:

DOS SANTOS, T. (coord.); MARTINS, C.E. et al. (org.). **Globalização: dimensões e alternativas**, São Paulo, Edições Loyola, 2004.

DIAZ, Alvaro. Chile: la indústria em la segunda fase exportadora. Trayectoria histórica y desafíos para los noventa. In: KATZ, Jorge et al. **Estabilización macroeconómica, reforma estructural comportamiento industrial: estructura y funcionamiento del sector manufacturero latinoamericano en los años 90**. CEPAL, 1996.

DIAZ, Alvaro. Chile: la indústria em la segunda fase exportadora. Trayectoria histórica y desafíos para los noventa. In: KATZ, Jorge et al. **Estabilización macroeconómica, reforma**

estructural comportamiento industrial: estructura y funcionamiento del sector manufacturero latinoamericano en los años 90. CEPAL, 1996.

DOS SANTOS, Maria Sirley. **Geografias: terra e cultura na América Latina**, 2ed. Edicoes Loyola, 2009.

DOS SANTOS, Theotonio.. **Evolução histórica do Brasil – da colônia à crise da Nova República.** Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. O Desenvolvimento Latino-americano: Passado, Presente e Futuro Uma homenagem a André Gunder Frank. **The Underdevelopment of Development-Essays in Honor of André Gunder Frank**, Sing Chew and Robert Denmark (eds), London and New Dehli: Sage, p. 149-170, 1996.

_____. A estrutura da Dependência Teotônio dos Santos. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 30, p.5-18, outubro de 2011. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/118722425/Theotonio-dos-Santos-A-Estrutura-da-Dependencia-1970>> Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. **Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas.** Florianópolis: Insular, v. 1. Obras Escolhidas, 2015.

DUCOING, Cristián A.; BADIA-MIRÓ, Marc. El PIB industrial de Chile durante el ciclo del salitre, 1880-1938. **Revista Uruguaya de Historia Económica**, 2013, vol. 3, num. 3, p. 11-32, 2013.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalism: neo-imperialism. *Economia e Sociedade*, v. 16, n. 1, p. 1-19, 2007.

DUNNING, J. Re-evaluating the benefits of foreign direct investment. **Transnational Corporations**, v. 3, n. 1, Feb. 1994.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro.** Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, H.. **O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade.** Trad. Jaime A. Classen. Petrópolis: Vozes, p. 163, 1993.

ESTRADA, Baldomero. Presencia extranjera en la industria chilena: Inmigración y empresariado italiano 1930-1950. **Cuadernos de Historia**, n. 16, p. 191-239 Pág., 1996.

FAJNZYLBER, F. **La industrialización trunca de América Latina.** México: Centro de Economía Transnacional, 1983. 359 p.

_____. Industrialização na América Latina da “caixa negra” à “caixa postal vazia”. **Revista de Economia Política**, vol. 12, n. 4 (48), p. 7-16, out.-dez. 1992. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/48-2.PDF>> Acesso em: 20 jul. 2017.

FANELLI, José Maria; FRENKEL, Roberto. Estabilidad y estructura: interacciones em el crecimiento económico. In: KATZ, Jorge et al. **Estabilización macroeconómica, reforma estructural comportamiento industrial: estructura y funcionamiento del sector manufacturero latinoamericano en los años 90**. CEPAL, 1996.

FARIA, L. O.; RIBEIRO, M. T. F. A dinâmica da pesquisa e desenvolvimento da Petrobrás e os desafios contemporâneos. **Anais...** Porto: ALTEC, 2013. Disponível em: <http://www.altec2013.org/programme_pdf/249.pdf> Acesso em: 10 dez. 2018.

FARIAS, Francisco Pereira. Capitalismo e processo político no Brasil contemporâneo. In: SAES, Décio. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004, 574 p.

FELIPE, L. **Existência [IV]: do big bang à era digital**. Clube dos autores, 2009.

FESTINO, Cielo Griselda. Maria Graham no Chile. O olho do império. **Cuadernos Interculturales**, v. 4, n. 7, 2006.

FEIJÓ, C. et al. **Contabilidade social**. O novo sistema de contas nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2003.

FERRER, Aldo. Deuda, soberanía y democracia en América Latina. **Estudios Internacionales**, v. 17, n. 67, p. 309-323, 1984

_____. A Argentina e a globalização. **Estudios Avanzados**, v. 16, n. 44, p. 37-54, 2002.

_____. **A economia argentina: de suas origens ao início do século XXI**. Tradução de S. Duarte. Rio de Janeiro: Elsevier ; Campus, 2006. 305 p.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. “Superávit versus redução da dívida”. In: *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro: Órgão Oficial do CORECON-RJ e SINDECON-RJ, nº 197, pp. 5-6, 2005.

_____. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. In: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006. p. 179-206. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2018.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos et al. O desenvolvimento econômico brasileiro recente: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa. **Revista Desenharia**, v. 9, n. 17, p. 119-154, 2012.

FIORI, José Luis. Reforma ou Sucata: O dilema estratégico do setor público brasileiro. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, 1993.

FMI (1993), **Manual de Balanza de Pagos** (Quinta Edición), FMI, Washington.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 28-46, 2008.

FONSECA, P. C. D.; SOUZA, L. E. de (org.). **O processo de substituição de importações**. São Paulo: LCTE, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/11.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2017.

FRAGA, E. Exportação de serviços é ofuscada por importações. **Folha de São Paulo**, 1 set. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1508809-exportacao-de-servicos-e-ofuscada-por-importacoes.shtml>> Acesso em: 12 dez. 2015.

FRANK, Andre Gunder. A plea for world system history. **Journal of World History**, v. 2, n. 1, p. 1-28, 1991.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. Editora Companhia das Letras, 2007a.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.

GARST, Jesper et al. **Miracle or Misery: the accomplishments of the Chicago Boys in Chile 1960-1990**. 2017. Dissertação de Mestrado.

GAZMURI, Cristián. **Historia de Chile: 1891-1994**. Política, economía, sociedad, cultura, vida privada, episodios. RIL editores, 2014.

GONÇALVES, R. Competitividade internacional e integração regional: A hipótese da inserção regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. especial, 2001.

HAFFNER, J. A. H. **CEPAL: uma perspectiva de desenvolvimento latino-americano**. Edipucrs, 1996. 140 p.

HARVEY. D. **A Condição Pós-Moderna**. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. 349 p.

HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, F. et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 93-114.

HISTORY CHANEL. Hoje na História: Começa a Guerra do Yom Kippur. Disponível em: <<https://br.historyplay.tv/hoje-na-historia/comeca-guerra-do-yom-kippur>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

HORA, Roy. **La evolución del sector agroexportador argentino en el largo plazo, 1880-2010**. 2012.

IMF, The International Monetary Fund. **World Economic Outlook Database**, 2016.

Disponível em:

<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/index.htm>> Acesso em: 01 jul. 2017.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. **Desafios do Desenvolvimento**, ano 13, ed. 88, 23 nov. 2016.

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3297&catid=28&Itemid=39> Acesso em: 10 nov. 2018.

LANCIOTTI, Norma Silvana; LLUCH, Andrea. Inversión Extranjera Directa en Argentina, 1860-1950. Un análisis desde la perspectiva de la historia de empresas. **XXI Jornadas de historia económica**, Caseros (Pcia. de Buenos Aires) 23–26 de septiembre de 2008.

Disponível em:

<<http://xxijhe.fahce.unlp.edu.ar/programa/descargables/lluchlanciotti>> Acesso em: 25 jul. 2018.

LESSA, Carlos. **A Estratégia de Desenvolvimento: Sonho e Fracasso**. Brasília, Funcep, 1988.

KALECKI, M. **La ayuda exterior: un análisis económico**. In: KALECKI, M.

Ensayos sobre las economías en vías de desarrollo. Barcelona: Editorial Crítica, 1980.

KATZ, Claudio. **El imperialismo del siglo XXI: dominación, crisis y resistencias en el nuevo orden capitalista**. Bogotá: Editorial Universidad Nacional, 2003, p. 3-34.

_____. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. Expressão Popular, 2016.

_____. Desenlaces del ciclo progresista. **Estudios críticos del desarrollo**, v. 7, n. 12, 2017.

2016. Disponível em: <<https://www.estudiosdeldesarrollo.mx/critical/rev12/3.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. América Latina desde la teoría da dependência. In: Conferencia expuesta en el Encuentro “La economía de América Latina y el Caribe ante el nuevo entorno internacional”, **ANEC**, La Habana, 11 set. 2018. Disponível em: <<https://www.sul-sur.com/2018/09/america-latina-desde-la-teoria-de-la.html?m=1>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

KLEIN, Naomi. La doctrina del shock. **El auge del capitalismo del desastre**, v. 1, 2007.

KLIASS, Paulo. **Golpe no Chile: economia e política**. Carta Maior, 11 set. 2013. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Pelo-Mundo/Golpe-no-Chile-economia-e-politica/6/28556>>. Data de acesso: 18 set 2018.

KON, A. O Comércio Internacional da Indústria de Serviços: os Impactos no Desenvolvimento de Países da América Latina. **Cadernos PROLAM/USP**, ano 5, v. 2, p. 9 – 47, 2006. Disponível em:
<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/11765_Cached.pdf> Acesso em: 15 jun. 2017.

KNOEMA. **IMF World Economic Outlook April 2017**. Disponível em:
<<http://pt.knoema.com/IMFWEO2017Apr/imf-world-economic-outlook-weo-database-april-2017>> Acesso em: 01 jun. 2017.

LESSA, Carlos. **A Estratégia de Desenvolvimento: Sonho e Fracasso**. Brasília, Funcep, 1988.

MANZONI, Carlos. La industria del software crece en la Argentina y ya factura más de \$ 63.000 millones por año. **La Nación**, novembro de 2016. Disponível em:
<<http://www.lanacion.com.ar/1959152-la-industria-del-software-crece-en-la-argentina-y-ya-factura-mas-de-us-63000-millones-por-ano>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. **Boletín económico de América Latina**, v. 7, n.1, Santiago: CEPAL, 1962. Disponível em:
<<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf> > Acesso em: 10 abr.2017.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo, **Cuadernos Políticos**, n.12, Ediciones Era: México, 1979.

_____. **Dialéctica de la dependencia**, 11ª reimp. México: Ediciones Era, 1991. Disponível em:
<http://www.marini-escritos.unam.mx/024_dialectica_dependencia.html> Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. **Dialéctica da dependência** – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

_____. La sociología latinoamericana: origen y perspectivas, Publicado en: **Procesos y tendencias de la globalización capitalista y otros textos (Antología)**. Prometeo, Buenos Aires, 2007.

_____. Dialectica de la dependência. In: MARINI, R.M. **América Latina, dependência e globalización**. Bogotá: CLACSO e Siglo del Hombre Editores, 2008. p 151-164.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**, 5 ed. Florianópolis: Insular, 2014.

MARTÍNEZ, Amanda. **Era la tarde del 22 de octubre del año 1905: conciencia de clase y nacionalismo, dos expresiones de la identidad popular**. Tese. Universidad Alberto Hurtado, Santiago – Chile, mai. 2013.

MARTINS, Carlos Eduardo. Neoliberalismo e desenvolvimento na América Latina. ESTAY RENO, J.(comp.). **La economía mundial y América Latina: Problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 139-167, 2005.

_____, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. 368 p.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAURIZIO, Roxana. Migraciones internacionales en Argentina: un análisis de sus determinantes y de su relación con el mercado de trabajo. **Migraciones internacionales, Booms, Crisis Económicas y Desarrollo. El caso latinoamericano**, 2006.

MELLER, Patricio. **Un siglo de economía política chilena (1890-1990):** Un clásico de las ciencias sociales. Uqbar, 1996. Disponível em:
<https://books.google.pt/books?id=vMJeDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 30 jun. 2018.

MELLO, J.M.C. de. **O Capitalismo Tardio**. 10 ed., Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

MENDONÇA, M.G.; PIRES, M.C. Os reflexos da crise de 1929 na América Latina: industrialização e movimentos de afirmação nacional. In: MENDONÇA, M.G.; PIRES, M.C. (Orgs.) **Formação Econômica da América Latina**. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

MERCATANTE, Esteban. Capitalismo y desarrollo desigual ¿Una desmentida al imperialismo? La izquierda diario. 6 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.sul-sur.com/2018/08/capitalismo-y-desarrollo-desigual-una.html?m=1>>. Acesso em 20 ago. 2018.

MILOS, Pedro. Frente Popular no Chile. Santiago: Editorial LOM, 2008.

MORALES, Josefina. Inversión extranjera directa y desarrollo en América Latina. **Problemas del desarrollo**, v. 41, n. 163, p. 141-156, 2010.

NASCIMENTO, E. P.; NASCIMENTO, C. A. O investimento direto externo como agravante da restrição externa no Brasil. **Anais... CLADHE III**, Argentina, 2012.

NETO, Iderley Colombini et al. A Trajetória De Desenvolvimento Recentada Argentina. **Anais... XL Encontro Nacional de Economia**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia, 2014.

NETO, W. A. D.; TEIXEIRA, R. A. La recuperación del desarrollismo en el regionalismo latino-americano. In: NETO, W. A. D.; TEIXEIRA, R. A. (Org.) **Perspectivas para la integración de América Latina, Brasília: IPEA/CAF**, 2012. 338 p. Disponível em:
<<http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/11759.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2017.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1995.

OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development. **Latin American Economic Outlook 2014: Logistics and Competitiveness for Development**. OECD publishing, 2014. Disponível Em: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/latin-american-economic-outlook-2014_leo-2014-en#page1> Acesso em: 20 abr. 2017.

OLIVEIRA, A. A. de. Democracia, emancipação e o sistema do capital. **Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano 18, n. 42, p.9-23, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1371570924.pdf>> Acesso em: 14 mai. 2017.

OLIVEIRA, Elizabeth Moura Germano. **A economia do conhecimento e uma nova forma de dependência no capitalismo brasileiro**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Economia), UFBA, Salvador, 2018.

OSORIO, Jaime. **Crítica de la economía vulgar**. Reproducción del capital y dependencia. México: Miguel Ángel Porrúa, 2004.

_____. Dependência e superexploração. In: MARTINS, C. E.; SOTELO VALENCIA, A. (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 103-134

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 37-86.

OSÓRIO, Jaime. Teoría marxista de la dependencia sin superexplotación. 2017. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/noticia/teoria-marxista-de-la-dependencia-sin-superexplotacion>>. Acesso em: 20 set. 2017.

OURIQUES, Nildo. O lugar do Brasil no mundo. **Carta Maior**, 18 ago. 2010. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Opinio/O-lugar-do-Brasil-no-mundo/22481>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

_____. “El consenso regresivo de FHC, Lula y Dilma”. En: José Carlos Valenzuela Feijóo. (Org.). **La crisis y sus alternativas en América Latina**. 1ed. Ciudad de México: Editora UAM-X, v. 1, 2013, p. 44-56.

_____. Apresentação. In: MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**, 5 ed. Florianópolis: Insular, 2014, p. 13-22.

_____. **O segredo de Bolsonaro (reflexão sobre a ameaça fascista no Brasil)**, 4 set. 2018. Disponível em: < <http://iela.ufsc.br/noticia/o-segredo-de-bolsonaro-reflexao-sobre-ameaca-fascista-no-brasil>>. Acesso em 20 out. 2018.

ORTEGA, Luis. El proceso de industrialización en Chile 1850-1930. **Historia**, v. 26, 1991-1992, p. 213-246. Disponível em: <<https://repositorio.uc.cl/bitstream/handle/11534/9509/000312894.pdf?sequence=1>> Acesso em 30 jun. 2018.

PADIN, Nicolás. “Industria temprana”, modelo agro-exportador y los orígenes del pensamiento industrial en argentina: Alejandro Bunge, 1880-1930. **Cuadernos de Investigación**, n. 5, p. 33-49, 2016.

PALMA, João Gabriel. Chile 1914-1935: de economia exportadora a substitutiva de exportaciones. Coleccion Estudios Cieplan nº12, marzo de 1984, pp. 61-88. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0012878.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2017.

PAULANI, L. M. **Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula**, 2003. Disponível em: < <http://www.rep.org.br/PDF/92-4.PDF>> Acesso em 10 dez 2018.

PENNAFORTE, Charles. **América Latina e o neoliberalismo: Argentina, Chile e México**. Editora E-papers, 2001.

PERALTA-RAMOS, Monica. **Etapas de acumulación y alianzas de clases en la Argentina (1930-1970)**. Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1972.

PEREIRA, Lia Baker Valls. Os serviços de manufaturas no comércio mundial. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 69, n. 12, p. 62-65, 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/61514/59694>> Acesso em: 05 mar. 2019.

PEREIRA, L.V.; SENNES, R.; MULDER, N. Exportações brasileiras de serviços comerciais. **Texto para discussão** n. 7, dez., 2009. IBRE, FGV. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11708/Exportacoes%20brasileiras%20de%20servicos%20comerciais.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 jun. 2017.

PINTO, Jorge. Las heridas no cicatrizadas: la exclusión del mapuche em Chile en la segunda mitad del siglo XIX. In: BOCCARA, Guillaume (Ed.). **Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX)**. Editorial Abya Yala, 2002.

PIRES, Marcos Cordeiro. O modelo de substituição de importações no Brasil: do pós-guerra ao golpe de 1964. In: MENDONÇA, M.G.; PIRES, M.C. (Orgs.) **Formação Econômica da América Latina**. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

POLETTI, D. W. **A Cepal e a América Latina**. 4. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 72p.

POLITZER, Georges et al. **Princípios fundamentais de filosofia**. São Paulo: Hemus, s.d. Parte I, Capítulos 1, 2, 3,4, 5, 6 e 7.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**, p. 151-197, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; DE ARAÚJO QUENTAL, Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 31, 2012.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Companhia das Letras, 2011.

PREBISCH, R. "Five Stages in my thinking on development". In: MEIER, G. M.; SEERS, D. (ed.). **Pioneers in Development**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

PROTEC - SOCIEDADE BRASILEIRA PRÓ-INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. **Monitor do déficit tecnológico**, resumo de 2012, 2012. Disponível em: <<http://deficitometro.org.br/Download/Monitor/17.pdf?h=42>> Acesso em: 12 maio. 2017.

QUIJANO, Aníbal. Os fantasmas da América Latina. In: NOVAES, Adauto. **Oito visões da América Latina**. Senac, 2006, p. 49-86.

RAPOPORT, Mario. **Historia Económica, política y social de la Argentina (1880-2000)**. Buenos Aires: Machi, 2000.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 1, p. 69-98, 2000.

RICYT, La Red de Indicadores de Ciencia y Tecnología -Iberoamericana e Interamericana. Indicadores. Disponível em: <<http://www.ricyt.org/indicadores>> Acesso em: 20 fev. 2019.

ROJAS, Mauricio. **Historia de la crisis argentina**. CADAL, Timbro, 2003.

ROUQUIÉ, Alain. **O extremo ocidente: introdução à América Latina**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EDUSP, 1991.

SALAMA, P. **O desafio das desigualdades**. América Latina/Ásia: uma comparação econômica. Perspectiva, São Paulo. 2011. 269 p.

SALAZAR, Gabriel. **Historia de la acumulación capitalista en Chile**. Lom ediciones, 2003

SALAZAR, Gabriel. **Construcción de estado en Chile**. Santiago de Chile, Sudamericana, 2005

SALLES FILHO, Sergio. Política de Ciência e Tecnologia no II PBDCT (1976). **Revista Brasileira de Inovação**, v. 2, n. 1, p. 179-211, 2003.

SANTA CRUZ, A. P. **Chile: um caso de desarrollo frustado**. Santiago: Editora Universitaria SA, 1959.

SARAVIA, Enrique. As empresas estatais como instrumento da política científico-tecnológica. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 3, n. SPE, p. 01-14, 2005.

SARDER, Emir. Prefácio. In: ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 63-94, 2002.

SASKIA, Sassen. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SATILLÁN, Gustavo Enrique. O modelo de substituição de importações na Argentina. In: MENDONÇA, M.G.; PIRES, M.C. (Orgs.) **Formação Econômica da América Latina**. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

SCHEINKMAN, J. A. A "doença holandesa" e os males do Brasil. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 fev. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1202200602.htm>> Acesso em: 20 mai. 2017.

SECRETARIA DE ECONOMIA DO MEXICO. México, información proporcionada hasta abril de 2010. Disponível em: <www.economia.gob.mx> Acesso em: 10 mar. 2019.

SENADO FEDERAL. Investimento em pesquisa e desenvolvimento no Brasil e em outros países: o setor privado. **Em discussão!** Revista de Audiências Públicas do senado federal, ano 3, n. 12, set. 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/inovacao/ciencia-tecnologia-e-inovacao-no-brasil/investimento-em-pesquisa-e-desenvolvimento-no-brasil-e-em-outros-paises-o-setor-privado.aspx>> Acesso em: 10 fev. 2019.

STALIN, J.V. **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico**, edições Horizonte, Rio, 1945.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre América Latina. **Sociedade e Cultura**, v. 17, n. 1, p. 159-169, 2014.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre América Latina. **Sociedade e Cultura**, v. 17, n. 1, p. 159-169, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da sociedade brasileira**. 1983.

SANTA CRUZ, A. P. **Chile**: um caso de desarrollo frustado. Santiago: Editora Universitaria SA, 1959.

SOUZA, Susana Bleil de. Brasil – Uruguai, uma articulação regional revisitada Susana Bleil de Souza. **Cadernos do CHDD**, p 57 – 79, ano 6, número especial, 2007. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/393-Cadernos_do_CHDD_N_Especial.pdf> Acesso em: 20 mai. de 2017.

SUZIGAN, W. Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil da década de 30. **Revista de Economia Política**, v.4, n.1, jan-mar.1984. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/13-9.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2017.

STRAUSS, Daniel. O problema da dependência econômica ea desindustrialização no Brasil a partir do Neoliberalismo. **Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología**, v. 27, n. 3, p. 145-166, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6634119.pdf>> Acesso em: 8 nov. 2018.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Tese de Doutorado. UFRJ, 1974.

_____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**, 6. Ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1977.

TONELLI, Nicélio César. As relações internacionais entre o Brasil e o Chile: a rearticulação de uma amizade sul-americana (1889-1930). **Multitemas**, 2016.

UNCTADSTAT - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT STATISTICS. Data center. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/EN/Index.html>> Acesso em: 08 jul. 2018.

UNCTAD. World Investment Reports. Disponível em: <<https://unctad.org/en/pages/DIAE/World%20Investment%20Report/WIR-Series.aspx>> Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. World Investment Report 2018: Investment and New Industrial Policies, Ginebra, 2018.

VALENCIA, A. S. **Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2008.

VILLARROYA, Isabel Sanz. La " Belle Époque" de la Economía Argentina: 1875-1913. **Acciones e Investigaciones Sociales**, n. 23, p. 115-138, 2007.

VILCHES, Marcelo Dario Cornejo. Acumulacion de capital en Chile: crisis y desarrollo, últimos 40 años. Santiago de Chile: CIPOD, 2010.

VITALE, Luis. **Interpretación Marxista de la historia de Chile: Tomo II, la Colonia y la revolución de 1810**. Prensa Latinoamericana, 1969.

_____. **Interpretación marxista de la historia de Chile**. Santiago: LOM, 2011. Tomos I y II. 336p.

WAINER, Andrés; BELLONI, Paula. ¿ Hacia dónde va América Latina? El desarrollo desigual en la periferia globalizada. **Cuadernos de economía (Santafé de Bogotá)**, v. 35, n. 69, p. 555-581, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Comprendre le monde**. Introduction à l'analyse des systèmes-monde, Paris, La Découverte, 2006a.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **European universalism: The rhetoric of power**. New York: New Press, 2006b.

WIPO - WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. World Intellectual Property Indicators 2018. Disponível em:
< https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_941_2018.pdf> Acesso em: 25 jan. 2019.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? - Formação Bruta de Capital Fixo. Desafios do Desenvolvimento, ano 1, ed. 3 , 2004. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2045:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 18 de mar. 2019.

WTO - WORLD TRADE ORGANIZATION. **International Trade Statistics 2017**. Disponível em:
<https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2016_e/wts2016_e.pdf> Acesso em: 3 jun. 2017.

ANEXO A - Classificação Internacional Normalizada Industrial de Todas as Atividades Econômicas (ISIC Rev.3)

ISIC Rev.3

(International Standard Industrial Classification of All Economic Activities, Rev.3)

- A - Agriculture, hunting and forestry
 - 01 - Agriculture, hunting and related service activities
 - 02 - Forestry, logging and related service activities
- B - Fishing
 - 05 - Fishing, operation of fish hatcheries and fish farms; service activities incidental to fishing
- C - Mining and quarrying
 - 10 - Mining of coal and lignite; extraction of peat
 - 11 - Extraction of crude petroleum and natural gas; service activities incidental to oil and gas extraction excluding surveying
 - 12 - Mining of uranium and thorium ores
 - 13 - Mining of metal ores
 - 14 - Other mining and quarrying
- D - Manufacturing
 - 15 - Manufacture of food products and beverages
 - 16 - Manufacture of tobacco products
 - 17 - Manufacture of textiles
 - 18 - Manufacture of wearing apparel; dressing and dyeing of fur
 - 19 - Tanning and dressing of leather; manufacture of luggage, handbags, saddlery, harness and footwear
 - 20 - Manufacture of wood and of products of wood and cork, except furniture; manufacture of articles of straw and plaiting materials
 - 21 - Manufacture of paper and paper products
 - 22 - Publishing, printing and reproduction of recorded media
 - 23 - Manufacture of coke, refined petroleum products and nuclear fuel
 - 24 - Manufacture of chemicals and chemical products
 - 25 - Manufacture of rubber and plastics products
 - 26 - Manufacture of other non-metallic mineral products
 - 27 - Manufacture of basic metals
 - 28 - Manufacture of fabricated metal products, except machinery and equipment
 - 29 - Manufacture of machinery and equipment n.e.c.
 - 30 - Manufacture of office, accounting and computing machinery
 - 31 - Manufacture of electrical machinery and apparatus n.e.c.
 - 32 - Manufacture of radio, television and communication equipment and apparatus
 - 33 - Manufacture of medical, precision and optical instruments, watches and clocks
 - 34 - Manufacture of motor vehicles, trailers and semi-trailers

- 35 - Manufacture of other transport equipment
- 36 - Manufacture of furniture; manufacturing n.e.c.
- 37 - Recycling
- E - Electricity, gas and water supply
 - 40 - Electricity, gas, steam and hot water supply
 - 41 - Collection, purification and distribution of water
- F - Construction
 - 45 - Construction
- G - Wholesale and retail trade; repair of motor vehicles, motorcycles and personal and household goods
 - 50 - Sale, maintenance and repair of motor vehicles and motorcycles; retail sale of automotive fuel
 - 51 - Wholesale trade and commission trade, except of motor vehicles and motorcycles
 - 52 - Retail trade, except of motor vehicles and motorcycles; repair of personal and household goods
- H - Hotels and restaurants
 - 55 - Hotels and restaurants
- I - Transport, storage and communications
 - 60 - Land transport; transport via pipelines
 - 61 - Water transport
 - 62 - Air transport
 - 63 - Supporting and auxiliary transport activities; activities of travel agencies
 - 64 - Post and telecommunications
- J - Financial intermediation
 - 65 - Financial intermediation, except insurance and pension funding
 - 66 - Insurance and pension funding, except compulsory social security
 - 67 - Activities auxiliary to financial intermediation
- K - Real estate, renting and business activities
 - 70 - Real estate activities
 - 71 - Renting of machinery and equipment without operator and of personal and household goods
 - 72 - Computer and related activities
 - 73 - Research and development
 - 74 - Other business activities
- L - Public administration and defence; compulsory social security
 - 75 - Public administration and defence; compulsory social security
- M - Education
 - 80 - Education
- N - Health and social work
 - 85 - Health and social work
- O - Other community, social and personal service activities
 - 90 - Sewage and refuse disposal, sanitation and similar activities
 - 91 - Activities of membership organizations n.e.c.
 - 92 - Recreational, cultural and sporting activities
 - 93 - Other service activities
- P - Private households with employed persons

- 95 - Private households with employed persons
- Q - Extra-territorial organizations and bodies
 - 99 - Extra-territorial organizations and bodies
- <https://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=2&prn=yes>